

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA

ROBERTO RANNA KELLER

**A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE TRABALHADORES DAS MICRO E
PEQUENAS INDÚSTRIAS DE SETORES TRADICIONAIS DE CURITIBA:
das gravatas que projetam e dos macacões que ensinam**

TESE

CURITIBA

2015

ROBERTO RANNA KELLER

**A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE TRABALHADORES DAS MICRO E
PEQUENAS INDÚSTRIAS DE SETORES TRADICIONAIS DE CURITIBA:
das gravatas que projetam e dos macacões que ensinam**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Tecnologia, na Área de Concentração Tecnologia e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Linha de Pesquisa: Tecnologia e Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Marcos Dias Garcia

CURITIBA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

K29f
2016 Keller, Roberto Ranna
A formação inicial e continuada de trabalhadores das micro e pequenas indústrias de setores tradicionais de Curitiba : das gravatas que projetam e dos macacões que ensinam / Roberto Ranna Keller.-- 2016.
278 p. : il. ; 30 cm.

Texto em português com resumo em inglês

Disponível também via World Wide Web

Tese (Doutorado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Curitiba, 2016

Bibliografia: p. 300-312

1. Ensino profissional – Curitiba (PR). 2. Pessoal – Treinamento – Curitiba (PR). 3. Trabalhadores da indústria – Formação profissional. 4. Ensino profissional – Aspectos econômicos. 5. Ensino profissional – Aspectos sociais – Curitiba (PR). 6. Tecnologia – Teses. I. Garcia, Nilson Marcos Dias, orient. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia. III. Título.

CDD: Ed. 22 -- 600

Biblioteca Central da UTFPR, Câmpus Curitiba

TERMO DE APROVAÇÃO

Título da Tese Nº 34

A Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores das Micro e Pequenas Indústrias de Setores Tradicionais de Curitiba: das gravatas que projetam e dos macacões que ensinam

por

Roberto Ranna Keller

Esta tese foi apresentada às _____ do dia 16 de dezembro de 2015 como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Tecnologia, Área de Concentração – Tecnologia e Sociedade, Linha de Pesquisa – Tecnologia e Trabalho, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO (aprovado, aprovado com restrições, ou reprovado).

Prof. Dr. Celso João Ferretti
(UTFPR)

Prof. Dr. Mario Lopes Amorim
(PPGTEUTFPR)

Profª. Drª. Carmen Sylvia Vidigal Moraes
(USP)

Profª. Drª. Benilde Maria Lenzi Motim
(UFPR)

Prof. Dr. Nilson Marcos Dias Garcia
(UTFPR)
Orientador

Visto da coordenação:

Profª. Drª. Faimara do Rocio Strauhs
Coordenadora do PPGTE

O documento original encontra-se arquivado no Secretaria do PPGTE.

Às memórias de meu pai Jorge Newton Keller e meu avô Dercyo Ranna, ambos operários do serviço público, reconhecidos por seus comportamentos exemplares e honestidades indeléveis.

Às lágrimas dos macacões que as gravatas não enxergam.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à minha mãe Delisete Ranna Keller, professora aposentada, que dedicou muito do seu tempo para me ajudar durante o processo de execução desse trabalho.

Ao meu orientador Professor Doutor Nilson Marcos Dias Garcia por aceitar a orientação e também por sua paciência e ajuda com as minhas dificuldades pessoais, aos momentos de orientação e às correções de rumo desse estudo. Ao seu interesse pela causa do trabalhador da indústria e pela construção de uma escola libertadora.

Aos membros da banca de qualificação, Profa. Dra. Benilde Maria Lenzi Motim, Profa. Dra. Carmen Sylvia Vidigal Moraes, Prof. Dr. Celso João Ferretti e Prof. Dr. Mario Lopes Amorim, pelas contribuições que me permitiram um melhor direcionamento e aprofundamento sobre as questões envolvidas no presente estudo.

À querida Profa. Dra. Leila de Almeida de Locco, da minha graduação em Pedagogia, que desde aquele momento foi grande incentivadora, encorajando-me a seguir no caminho da pós-graduação *stricto sensu*. Ao conhecer meus estudos sobre o setor industrial do vestuário no Paraná, assim como do meu trabalho junto ao SENAI, apresentou-me o **Diagnóstico da formação profissional do ramo metalúrgico**, estudo do qual participou como pesquisadora, e que me mostrou caminhos para minhas próprias investigações.

Ao colega Professor, hoje Doutor, Valter Cardoso, e também ao Professor Doutor Mário Lopes Amorim, pelo apoio dado no momento da elaboração das ideias iniciais, do que se tornaria o projeto desta tese.

Também aos amigos Rogério Gomes da Silva e Lauro Santos, economistas, com quem costumeiramente travo discussões sobre as políticas econômicas brasileiras e que também puderam ouvir e analisar as teorias dessa área presentes nesse documento.

Ao amigo Professor Doutor Herivelto Moreira, pelos aconselhamentos durante todos os períodos dedicados às minhas pós-graduações, e também pelas orientações metodológicas para a construção e análise das pesquisas de campo.

Ao grande amigo Marcelo Gonçalves Azevedo, designer, colega de profissão e de departamento no SENAI de Curitiba, com quem desenvolvi importantes projetos e que sempre me apoiou e ajudou em questões de natureza profissional, mesmo após

minha saída daquela entidade. Quanto a esse trabalho, sua ajuda foi importantíssima para acelerar os trâmites de minha pesquisa de campo, assim como da pesquisa bibliográfica.

Ao amado primo José Américo Ranna e sua companheira Natália Oliveira pelo apoio e carinho nesta trajetória.

Ao querido Professor César Gomes Pessoa, Diretor Técnico do SENAI-PR, hoje aposentado, que muito me ensinou sobre o funcionamento, história e trâmites da mesma entidade, dando-me amplo apoio para a realização do Diagnóstico Setorial da Indústria do Vestuário do Paraná.

A Vitório Manoel Woss – *in memoriam* – pela sua inestimada ajuda e aconselhamento em meus primeiros passos junto ao SENAI do Paraná, na antiga DAE – Divisão de Assistências às Empresas.

Aos proprietários e trabalhadores das indústrias pesquisadas, pela disponibilidade e confiança depositada no desenvolvimento dessa investigação. Sem eles, anônimos por força da pesquisa, esse trabalho não poderia ter sido realizado.

Aos colegas do Departamento Acadêmico de Estudos Sociais (DAESO) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus de Curitiba, pelo apoio dispensado quando do meu afastamento para a conclusão dos meus estudos.

E a todas as pessoas que colaboraram comigo nessa caminhada, e que aqui não identifiquei nominalmente.

No labirinto dos excêntricos

*Marcado entre polias, engrenagens e excêntricos,
segue meu trabalho encurtando meu tempo.
Bate guilhotina que corta, e até estremece o chão
que vibra a cada pancada, e apressa meu coração,
ansioso por saber quando subirei as escadas.
Estou num labirinto sem fim, meus erros são ciladas.
Fala o mestre em contratempo, é preciso aprender,
caso contrário nesse piso devo permanecer.
E o necessário saber, se não vem ao meu encontro,
sou eu quem devo correr em tempo de estar pronto.
Quero bem aprender a fazer, mas onde está a escola?
Se ela me falta, ensinam-me os que estão à volta.
Assim, o labirinto se espessa, e a escada não se alcança.
Somem degraus nesse emaranhado, e com eles a esperança.*

Roberto Ranna Keller

RESUMO

KELLER, Roberto Ranna. **A formação inicial e continuada de trabalhadores das micro e pequenas indústrias de setores tradicionais de Curitiba: das gravatas que projetam e dos macacões que ensinam.** 335 f. Tese (Doutorado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2015.

Resultado de reflexões sobre a importância socioeconômica das pequenas indústrias para o Brasil, a formulação da presente tese está centrada na investigação da formação profissional em níveis iniciais para setores industriais de Curitiba. Para tanto, buscou-se saber qual a contribuição do governo, das escolas profissionais, e das pequenas indústrias curitubanas para a qualificação profissional desses trabalhadores. Apoiando-se nos estudos de Florestan Fernandes e Caio Prado Junior a respeito dos modelos econômicos e de Celso Furtado sobre a importância da cadeia industrial para o desenvolvimento, estabelecem-se hipóteses sobre os processos de profissionalização dos trabalhadores dessas indústrias, marcadas pela precarização, conforme indica Ricardo Antunes. Na mesma linha, Frigotto, Ciavatta, Ramos, Moraes, Ferretti e Kuenzer, dentre outros, também apontam o quanto a precarização da educação profissional repercute negativamente na vida da classe trabalhadora do Brasil. A partir dos indicativos da legislação relativa à educação profissional, das propostas de cursos de qualificação e das indicações do Código Brasileiro de Ocupações (CBO), foram estabelecidos parâmetros do que, institucionalmente, se prevê como necessário para a profissionalização básica de trabalhadores. Informações estas que referenciam a pesquisa de campo, realizada junto a seis pequenas indústrias de tradicionais segmentos produtivos curitubanos, compreendendo o setor de alimentos, gráfico, moveleiro e do vestuário, que se destacam tanto pelo número de unidades fabris, quanto pela intensiva oferta de empregos nessa cidade. De caráter qualitativo, além da visita e observação do local dos ambientes de trabalho das indústrias participantes, foram realizadas entrevistas com alguns de seus trabalhadores – visando contextualizar os seus percursos de vida, suas rotinas diárias na fábrica, a forma como se profissionalizaram, as dificuldades decorrentes desse processo, seus cotidianos fora do trabalho, suas frustrações e expectativas quanto aos seus futuros – e empresários – visando contextualizar a forma de surgimento desses empreendimentos, seus percursos, oportunidades e dificuldades frente ao cenário econômico, seus cotidianos, os processos de contratação, avaliação, e, também, os de qualificação dos seus profissionais. Constatou-se que a qualificação dos trabalhadores ocorre quase que exclusivamente no interior e no dia a dia dessas pequenas indústrias e que, em função da ausência do aprendizado acadêmico e dessa profissionalização mais precária, os trabalhadores têm comprometidos seus crescimentos profissionais, a qualidade de suas vidas e as expectativas quanto aos seus futuros, e as empresas, por outro lado, a sua viabilidade concorrencial em função da dificuldade de incorporação de tecnologias que exigem um conhecimento mais amplo e profundo para a sua utilização. Por fim, por não atenderem às expectativas dos trabalhadores e dos empresários, foi observado não haver eficácia nas ofertas dos cursos de formação profissional inicial existentes, sendo necessária uma análise dos mesmos no sentido de promoverem, a partir do conhecimento que poderiam ofertar, melhores desempenhos fabris e melhores condições sociais aos próprios trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: Pequenas indústrias. Indústria curitubana. Formação profissional inicial. Desenvolvimento socioeconômico.

ABSTRACT

KELLER, Roberto Ranna. **Initial and continuing professional formation of workers from micro and small industries of the traditional sectors of Curitiba: ties who plan and the overalls who teach.** 335 f. Thesis (Doctoral degree in Technology) - Technology Postgraduate Program, Federal Technological University of Paraná , 2015.

Resulting from reflections about socio-economic importance of small industries in Brazil, the thesis herein presented focus itself in researching professional training offered to initial levels for industrial areas at Curitiba, South Brazil. For such, it was researched which kind of contribution is offered by the government, professional schools, and small industries from Curitiba, in order to train these workers. Based on studies performed by Florestan Fernandes and Caio Prado Junior about the economic models, and Celso Furtado's studies about the importance of the industrial chain for development, hypotheses are established regarding the professionalization processes for workers of these industries, branded by precariousness, according to Ricardo Antunes. In the same line, Frigotto, Ciavatta, Ramos, Moraes, Ferretti and Kuenzer, amongst others, also point to how much the precariousness of professional training has a negative effect on workers class' lives in Brazil. Based on legislation numbers concerning professional training, proposed training courses and indicatives from the Código Brasileiro de Ocupações (CBO – Brazilian Occupational Codes) basic parameters have been established for what is, constitutionally, forecasted as required for basic professionalization on worker's life. Field Research refers to such information, being performed together with six small industries from traditional productive segments at Curitiba, comprising food, graphic, furniture and clothing sector, highlighted either by plant numbers and intense job offering in this town. Having a qualitative character, besides visiting and observing the place and working environment at participants industries, it has been performed interviews with some workers – aiming to context their life path, their daily routines at the factory, their way to professionalization, difficulties in this process, their daily lives outside the working place, their frustrations and expectations as for their future – and employers – in order to present the circumstances under which those enterprises have arisen, their paths, opportunities and difficulties against the economic scenario, their routine, hiring processes, assessment, and the way they offer professional training as well. It has been concluded that professional training happens almost exclusively inside these small industries and that, due to lack of academic learning and to this precarious training, workers have their professional growth, life quality and future's expectation committed, and on the other hand, companies lose their competitive viability due to difficulties to embody technologies demanding a wider and depth knowledge to their use. At last, provided they do not comply with workers and employers expectations, it was observed the lack of efficiency concerning the existing professional training courses which, from the knowledge they may offer, requires an analysis in order to promote better factory performances and better social conditions to workers.

Keywords: Small industries. Curitiba industry. Professional qualification. Basic qualification. Socioeconomic development.

RESUMEN

KELLER, Roberto Ranna. **La formación inicial y continua de los trabajadores de micro y pequeñas industrias de sectores tradicionales en Curitiba: de las corbatas que proyectan y de los monos que enseñan.** 335 f. Tesis (Doctorado en Tecnología) - Programa de Posgrado en Tecnología de la Universidad Tecnológica Federal de Paraná, 2015.

Resultante de las reflexiones sobre la importancia socioeconómica de las pequeñas industrias para Brasil, esta tesis investiga la formación de los trabajadores en los niveles iniciales para los sectores industriales de la ciudad de Curitiba en Paraná. Para tanto, se buscó saber la contribución del gobierno, de las escuelas profesionales y de las pequeñas industrias de la ciudad, para la cualificación profesional de estos trabajadores. Con base en estudios de Florestan Fernandes y Caio Prado Júnior respecto a los modelos económicos y de Celso Furtado sobre la importancia de la cadena industrial para el desarrollo, se establecieron hipótesis acerca de los procesos de profesionalización de los trabajadores de estas industrias, marcados por la precariedad, como indica Ricardo Antunes. De la misma manera, Frigotto, Ciavatta, Ramos, Moraes, Ferretti y Kuenzer, entre otros, también señalan lo mucho que la depreciación de la educación profesional tiene repercusiones negativas en la vida de la clase trabajadora en Brasil. A partir de los indicativos de la legislación sobre la formación profesional, de las propuestas de cursos de cualificación y de las indicaciones del Código Brasileño de Ocupaciones (CBO), se establecieron parámetros de lo que, institucionalmente, se prevé como necesario para la formación profesional básica de trabajadores. Esas informaciones referenciaron los estudios de campo, los cuales han sido realizados junto a seis industrias pequeñas de segmentos productivos tradicionales de Curitiba, que comprenden el sector de alimentos, gráfico, de muebles y de ropa, que se destacan, tanto por el número de industrias, como por las oportunidades de trabajo intensivas en la ciudad. Cualitativamente, además de la visita y la observación de los ambientes de trabajo de las industrias participantes, han sido realizadas entrevistas con algunos de sus trabajadores - con el fin de contextualizar sus trayectorias de vida, sus rutinas diarias en la fábrica, la forma como se han profesionalizado, las dificultades derivadas del proceso, su vida cotidiana fuera del trabajo, sus frustraciones y expectativas en cuanto al futuro - y empresarios - con el fin de contextualizar la forma de aparición de estos proyectos, sus rutas, oportunidades y dificultades que enfrentan delante del escenario económico, sus cotidianos, los procesos de contratación, evaluación, así como la cualificación de sus profesionales. Se constató que la adquisición de habilidades de los trabajadores se produce casi exclusivamente en el interior y en el cotidiano de estas pequeñas industrias y que, debido a la falta de aprendizaje académico y a esa profesionalización más precaria, los trabajadores tienen comprometido el crecimiento profesional, la calidad de sus vidas y las expectativas en cuanto al futuro, y las empresas, por su parte, a su viabilidad competitiva debido a la dificultad de incorporar tecnologías que requieren un conocimiento más amplio y profundo. Por último, al no cumplir con las expectativas de los trabajadores y de los empresarios, se ha observado que no hay eficiencia en las ofertas de cursos de formación profesional en los niveles iniciales, lo que requiere un análisis de los mismos, para promocinar, a partir del conocimiento de lo que podrían ofrecer, mejor rendimiento en la industria y mejores condiciones sociales a los propios trabajadores.

PALABRAS CLAVE: Pequeñas industrias. Industria de Curitiba. Formación profesional. Cualificación básica. El desarrollo socioeconómico.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – ÍNDICE DE DESEMPREGO MÉDIO / BRASIL – EVOLUÇÃO 1984 - 2014	64
GRÁFICO 2 – TAXA MÉDIA DO DESEMPREGO (RECEBIDA E ENTREGUE) / BRASIL GOVERNOS: 1985 – 2014	66

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – BRASIL - NÚMERO DE EMPRESAS INDUSTRIAIS FORMAIS – 1996-2002	63
QUADRO 2 – A PEQUENA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS E SEUS TRABALHADORES FABRIS.....	139
QUADRO 3 – A MICRO INDÚSTRIA GRÁFICA E SEUS TRABALHADORES FABRIS	139
QUADRO 4 – A PEQUENA INDÚSTRIA GRÁFICA E SEUS TRABALHADORES FABRIS	139
QUADRO 5 – A MICRO INDÚSTRIA MOVELEIRA E SEUS TRABALHADORES FABRIS	140
QUADRO 6 – A PEQUENA INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO E SEUS TRABALHADORES FABRIS.....	140
QUADRO 7 – A MICRO INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO E SEUS TRABALHADORES FABRIS.....	140
QUADRO 8 – IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONDENTES	144
QUADRO 9 – PERFIL DOS RESPONDENTES	149
QUADRO 10 – BLOCOS TEMÁTICOS ABORDADOS COM AS RESPECTIVAS QUESTÕES	151
QUADRO 11 – REMUNERAÇÃO 2014/15 DOS TRABALHADORES DO SETOR DA MADEIRA E MOBILIÁRIO	151

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – SALDO DO EMPREGO FORMAL DOS JOVENS EM CURITIBA – 2008	156
TABELA 2 – ADMITIDOS, DESLIGADOS E SALDO MENSAL DAS FAMÍLIAS OCUPACIONAIS COM MAIOR SALDO POSITIVO CURITIBA, 2º TRIMESTRE DE 2011 E 2012	157

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – CAMPO DE DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO	89
FIGURA 2 – CAMPO DE DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO (AMPLIADO)	95
FIGURA 3 – PRONATEC CADASTRO	160
FIGURA 4 – PRONATEC VAGAS REDE FEDERAL.....	161
FIGURA 5 – PRONATEC VAGAS REDE ESTADUAL	162
FIGURA 6 – OFERTAS EM CURITIBA PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2015	163
FIGURA 7 – OPÇÕES DE ESCOLHA DOS PÚBLICOS DO PRONATEC	163
FIGURA 8 – MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS POR CURSOS TÉCNICOS PRONATEC – SENAI.....	164
FIGURA 9 RÓTULO DA ERVA MATE PRODUZIDA PELOS MOINHOS UNIDOS BRASIL – MATE S.A.....	191
FIGURA 10 – ANTIGA PUBLICIDADE DAS INDÚSTRIAS TODESCHINI.....	192
FIGURA 11 MARCA E PRIMEIRA INSTALAÇÃO PREDIAL DAS INDÚSTRIAS TODESCHINI	192
FIGURA 12 FACHADA DA FÁBRICA LUCINDA.....	193
FIGURA 13 – LINHA DE BISCOITOS OFERTADOS NA ÉPOCA	194
FIGURA 14 – PRODUÇÃO NO INÍCIO DA EMPRESA GLÓRIA	195
FIGURA 15 – FACHADA DA IMPRESSORA PARANAENSE NO CENTRO DE CURITIBA	197
FIGURA 16 – ESCOLA DE MARCENARIA DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO.....	202
FIGURA 17 FACHADA DA FÁBRICA DE MÓVEIS DE SALOMÃO GUELMANN.....	203
FIGURA 18 – MÁQUINA DE COSTURA AUTOMÁTICA COMPUTADORIZADA PARA BOLSOS EMBUTIDOS	222
FIGURA 19 – FRESA COPIADORA SEMI-AUTOMÁTICA	230
FIGURA 20 – TUPIA SUPERIOR MANUAL.....	230
FIGURA 21 – FURADEIRA MÚLTIPLA.....	231
FIGURA 22 – IMPRESSORA OFFSET MARCA MULTILITH® DE PEQUENO PORTE.....	237
FIGURA 23 – MÁQUINA TRAVETE E SUA COSTURA DE ACABAMENTO TERMINAL.....	240

FIGURA 24 – FACÇÃO OPERANDO NA ILEGALIDADE NA CIDADE DE SÃO PAULO	264
FIGURA 25 – MÁQUINA DE COSTURA RETA (PONTO 301) COM CONTROLE NUMÉRICO.....	267
FIGURA 26 – MÁQUINA DE COSTURA OVERLOQUE	267
FIGURA 27 – MÁQUINA DE COSTURA GOLEIRA.....	267

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

ABIGRAF	Associação Brasileira da Indústria Gráfica
AIPAN	Associação das Indústrias de Panificação
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CCQs	Círculos de Controle da Qualidade
CEAG	Centro de Apoio Gerencial
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEG	Companhia Estadual do Gás – Rio de Janeiro
CETEP	Cursos Técnicos Profissionais
CETMAM	Centro de Tecnologia da Madeira e do Mobiliário
CFPs	Centros de Formação Profissional do SENAI
CIC	Cidade Industrial de Curitiba
CIE-Curitiba	Centro de Educação Profissional Integrado
CIETEP	Centro de Integrado de Empresários e Trabalhadores do Estado do Paraná
CITPAR	Centro de Integração Tecnológica do Paraná
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNJ	Conselho Nacional da Juventude
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CTP	<i>Computer to plate</i>
CTQ	Controle Total da Qualidade
DAE	Divisão de Assistência às Empresas do SENAI-PR
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EBTT	Educação Básica, Técnica e Tecnológica
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica
FAS	Fundação de Ação Social de Curitiba
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FETRANSCOPAR	Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário no Estado do Paraná
FIEP	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
FUNPAR	Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura

GTZ	<i>Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
IFTs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFPR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
JIC	<i>Just-in-Case</i>
JIT	<i>Just-in-Time</i>
LDB	Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MGE	Médias e Grandes empresas
MJPI	Modelo Japonês de Produção Industrial
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIPS	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PAS	Programa de Alimentos Seguros
PBQP	Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade
PBQPH	Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade no Habitat
PEA	População Economicamente Ativa
PLANFOR	Plano Nacional de Educação Profissional
PlanTeQs	Planos Territoriais de Qualificação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNQ	Plano Nacional de Qualificação Social e Profissional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPP	<i>Purchasing Power Parity</i>
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEP	Programa de Melhoria e Expansão da Educação Profissional
ProEsQs	Projetos Especiais de Qualificação
ProJovem	Programa de Inclusão de Jovens

PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PUC	Pontifícia Universidade Católica
REIMER	ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE REIMER
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas Empresas
SECT	Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
SEDUC	Sociedade Educacional Curitiba
SEFA	Secretaria Estadual da Fazenda – Paraná
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAI-DN	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Nacional
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem dos Transportes
SIGEP	Sindicato das Indústrias Gráficas do Paraná
SIMPLES	Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte
SINCABIMA	Sindicato das Indústrias de Cacau e Balas, Massas Alimentícias e Biscoitos de Doces e Conservas Alimentícias do Estado do Paraná
SINDIMÓVEIS	Sindicato das Indústrias de Móveis
SINDIPAN	Sindicato das Indústrias de Panificação
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SINVEST-PR	Sindicato das Indústrias do Vestuário do Paraná
SOCIESC	Sociedade Educacional Santa Catarina
SODETEC	Instituto Sodetec de Desenvolvimento Social
SPPE/MTE	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USAID	<i>United States Agency Internacional for Development</i>
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 BASES E CONDIÇÕES PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL	35
2.1 SOBRE TECNOLOGIA	37
2.2 SOBRE DESENVOLVIMENTO.....	43
2.2.1 Produtividade	50
2.3 A PEQUENA EMPRESA FRENTE À GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA.....	53
2.4 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	72
2.4.1 Breves aportes sobre o histórico do ensino profissional no Brasil.....	75
2.4.2 Educação e formação profissional	81
2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL	95
2.5.1 A LDB 9.394/1996 e o Decreto 2.208/1997	98
2.5.2 O PLANFOR.....	100
2.5.3 O PROEP	102
2.5.4 O PNQ.....	103
2.5.5 O Decreto 5.154/2004	112
2.5.6 O Projeto Escola de Fábrica.....	115
2.5.7 O PROEJA	119
2.5.8 O ProJovem e o ProJovem Trabalhador	121
2.5.8.1 ProJovem	121
2.5.8.2 ProJovem Trabalhador	123
2.5.9 A nova CBO	127
2.5.10 O PRONATEC.....	131
3 METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DA INVESTIGAÇÃO	133
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	133
3.2 O UNIVERSO DA INVESTIGAÇÃO.....	135
3.3 CRITÉRIOS E ESCOLHA DAS EMPRESAS.....	138
3.4 OS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	141
3.4.1 Informações documentais	141
3.4.2 Entrevistas.....	141
3.5 VALIDAÇÃO E DETALHES DA APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS	142
3.6 OS PARTICIPANTES DA PESQUISA	144
3.7 PROTOCOLO.....	149
3.8 TRATAMENTO DE DADOS.....	150
3.9 CATEGORIAS E SEUS ITENS DE ANÁLISES	150
4 AÇÕES GOVERNAMENTAIS E AS ESCOLAS PROFISSIONAIS	152
4.1 PROGRAMAS E OFERTAS GOVERNAMENTAIS	152
4.1.1 O Escola de Fábrica em Curitiba.....	153
4.1.2 O ProJovem Trabalhador e o ProJovem Urbano em Curitiba	154
4.1.3 O PRONATEC em Curitiba	159
4.1.4 Contradições do Governo para ofertas de formação profissional inicial.....	165
4.2 AS ESCOLAS PRIVADAS E O SISTEMA “S” EM CURITIBA.....	167
4.2.1 UNISOCIESC / Escola Técnica Tupy	168
4.2.2 Escola Técnica Profissional.....	169
4.2.3 Sociedade Educacional Curitiba (SEDUC).....	169

4.2.4 Faculdade CETEP de Tecnologia	171
4.2.5 CIE – Curitiba (Centro de Educação Profissional Integrado).....	173
4.2.6 Escola Profissional Maria Ruth Junqueira	173
4.2.7 O SENAC	176
4.2.8 O SENAI.....	179
4.2.9 A Fundação de Ação Social de Curitiba (FAS).....	181
5 AS PEQUENAS INDÚSTRIAS, SUAS HISTÓRIAS, E SEUS PROFISSIONAIS.	184
5.1 BREVE HISTÓRIA DOS SETORES E DAS SUAS PROFISSONALIZAÇÕES	187
5.1.1 A indústria de alimentos	190
5.1.2 A indústria gráfica.....	195
5.1.3 A indústria moveleira	199
5.1.4 A indústria do vestuário	205
5.2 REALIDADES DAS PEQUENAS INDÚSTRIAS CURITIBANAS DOS SEGMENTOS INVESTIGADOS	207
5.2.1 A pequena indústria de alimentos	209
5.2.2 A pequena indústria gráfica.....	211
5.2.3 A pequena indústria moveleira	217
5.2.4 A pequena indústria do vestuário	219
5.3 CARACTERÍSTICAS DOS PROFISSIONAIS E SUAS CONTRATAÇÕES	223
5.3.1 O trabalhador da indústria de alimentos.....	223
5.3.2 O trabalhador da indústria gráfica	225
5.3.3 O trabalhador da indústria moveleira	228
5.3.4 O trabalhador da indústria do vestuário.....	232
5.4 A PROFISSONALIZAÇÃO DO TRABALHADOR DA PEQUENA INDÚSTRIA	235
5.4.1 Os poucos egressos de cursos profissionais e os não egressos	244
5.5 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E VIDA DOS PROFISSIONAIS	255
5.5.1 Sobre a saúde dos trabalhadores	259
5.5.2 Sobre as condições socioeconômicas dos trabalhadores	271
5.5.3 Participação sindical.....	274
5.5.4 O lazer dos trabalhadores	277
5.5.5 Projeção de futuro	281
CONSIDERAÇÕES FINAIS	286
REFERÊNCIAS.....	300
ANEXOS	313

1 INTRODUÇÃO

Na Antiguidade e na Idade Média o aprendizado do trabalho ocorria junto à prática, quando ver, imitar e aprender fazendo era o cotidiano dos aprendizes artífices. Nas maiores sociedades da Antiguidade os ofícios artesanais eram, em grande parte, designados aos escravos e outros subalternos. Já na Idade Média, o artesanato e seu aprendizado ganharam mais *status*, pois sua boa execução foi uma das bases para a ascensão da economia burguesa. Na medida em que aumentavam as cargas de encomendas, o artesão se aprimorava, e assim ele obtinha o reconhecimento como um profissional especializado. Então, essa “divisão social do trabalho” permitiu ao artesão desenvolver técnicas exclusivas da sua arte, fazendo-o ampliar continuamente a produção, fenômeno que fortalecerá a atividade mercantil.

Na economia feudal, a parcela da população que deveria trabalhar para sobreviver dedicava-se às atividades rurais, das quais fazia parte o artesanato. O desenvolvimento desse último criou as condições para atividades mercantis que se deslocaram para as cidades, ou burgos, nas quais passaram a proliferar as trocas entre produtores, organizadas sob a forma de feiras. O comércio assim desenvolvido criou as condições para a acumulação primitiva (..) que estimulou “o deslocamento do eixo do processo produtivo do campo para a cidade, da agricultura para a indústria” (FERRETTI, 2009, p. 106).

A sofisticação desses mercados, com o aumento das demandas, os interesses por maiores lucros e a ampliação da acumulação do capital, culminariam na Revolução Industrial, momento em que, atrás de uma máquina, ou não, muitos artesãos se transformariam em trabalhadores assalariados, novamente assumindo sua subalternidade (MANACORDA, 2004). Na medida em que as máquinas entram nas oficinas, os artesãos e a arte presente no “saber fazer” vão sendo deixados em segundo plano, pois a máquina é quem passa gradativamente a incorporar as técnicas, desvalorizando o trabalho manual. A “parcelização” do conjunto das operações necessárias à produção de um bem acelerou a entrada da maquinaria que realiza operações específicas. Nessa direção, Karl Marx (2012, p. 482) indicava que “na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, serve à máquina. Naqueles, procede dele o movimento do instrumental de trabalho; nesta, ele tem de acompanhar o movimento do instrumental”. O trabalhador, além de estar subordinado ao capital, fica também subjugado à maquinaria, à complexidade

do processo produtivo e a uma nova tecnologia, a dos meios de produção¹, da qual ele também perde o domínio. Aprende a operar a máquina, mas não sabe reproduzi-la, conhece pouco a sua lógica, aprende apenas a fazê-la funcionar, quando é requisitada pelo processo, e aquela “habilidade especializada e restrita do trabalhador individual, despojado, que lida com a máquina, desaparece como uma quantidade infinitesimal diante da ciência” (p. 483).

É justamente nesse momento da história que a educação profissional vai se tornar assunto de escola. O artesão e suas habilidades manuais são gradativamente trocados por operadores de máquinas, que por motivos tais como a redução de sua importância no processo produtivo, às altas perdas em suas remunerações, explosões demográficas etc., tornam-se cada dia mais deseducados, “perdem sua antiga instrução e na fábrica só adquirem ignorância” (MANACORDA, 2004, p. 271). Esses trabalhadores vitimados pela exploração capitalista, e colocados no limiar da miséria, contribuem, de acordo com os higienistas, para o agravamento dos problemas relativos à saúde pública, pela ausência da higiene decorrente à falta da educação. Na visão do capitalista, essa “falta de educação” também é responsável pela ineficiência das fábricas, que é relativa às dificuldades em operar máquinas que aceleradamente se modernizavam. Para esse autor, essa

evolução da ‘moderníssima ciência da tecnologia’ leva a uma substituição cada vez mais rápida dos instrumentos e dos processos produtivos e, impõe-se o problema de que as massas operárias não se fossilizem nas operações repetitivas das máquinas obsoletas, mas que estejam disponíveis às mudanças tecnológicas, de modo que não se deva sempre recorrer a novos exércitos de trabalhadores mantidos de reserva: isto seria um grande desperdício de forças produtivas. Em vista disso, filantropos, utopistas e até os próprios industriais são obrigados, pela realidade, a se colocarem o problema da instrução das massas operárias para atender às novas necessidades da moderna produção de fábrica: em outros termos, o problema das relações instrução-trabalho ou da instrução técnico-profissional, que será o tema dominante da pedagogia moderna (p. 271).

Dentro dessa perspectiva burguesa, e positivista, a classe operária passa a necessitar de uma instrução que deve ser aprendida, minimamente, para o melhor aproveitamento do seu raciocínio lógico, assim como o da própria maquinaria que opera. Para a classe industrial, homem e máquina constituem um conjunto que, quanto mais harmônico, mais produtivo será. Para os empresários o aprendizado da

¹ Tecnologia dos meios, conceito utilizado por Ruy Gama, o qual será descrito adiante.

matemática básica, da mecânica e, depois de Frederic W. Taylor (1856-1915), dos métodos de trabalho, visavam ampliar no trabalhador a sua capacidade de extrair mais do seu próprio desempenho e, conseqüentemente, da própria maquinaria. Assim, ele aumenta a rentabilidade dessas indústrias através da rápida amortização dos equipamentos e da maior extração de mais-valia. Dermeval Saviani (1994) aponta que

teóricos, como Adam Smith, afirmavam que a instrução para os trabalhadores era importante; à medida que os trabalhadores dispusessem de educação básica, se tornavam mais aptos para viver na sociedade, e se inserir no processo produtivo, se tornavam mais flexíveis, com pensamento mais ágil e mais adequado à necessidade da vida moderna (p. 160).

No entanto, ainda na perspectiva de outros pensadores capitalistas da época, a escola não era local destinado à classe operária, pois, conforme Ferretti (2009), para eles

a escola seria pouco desejável para os trabalhadores e seus filhos, pois representaria tempo subtraído à produção. Tal ponto de vista foi objeto da crítica de Engels quando discutiu *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Nesse texto o autor evidencia não só a pouca disponibilidade das crianças para a frequência diurna às poucas escolas existentes, devido às suas atividades laborais na fábrica, como também às condições adversas daquelas que se dispunham a frequentar as aulas no período noturno, ou nas escolas de domingo, dado o cansaço resultante do trabalho exaustivo que realizavam por períodos de dez horas ou mais (p. 108).

A discussão proposta por Celso Ferretti aponta que, entre as ideias de Smith de que a educação também deve ser ofertada à classe operária, com vistas ao aumento da produtividade e, por conseguinte, dos lucros, “ainda que, potencialmente, tal fato possa representar ameaça à própria classe social que a estimula” (FERRETTI, 2009, p. 108) e àquela que tenta negar a educação escolar para a classe trabalhadora, reside outra realidade, que é a existência de uma oferta, que se realiza a partir de uma educação abaixo dos padrões daquela destinada às classes dominantes.

Esse é um dos pressupostos do estudo que ora se apresenta. Ele procurará demonstrar como essa afirmação se verifica na prática, pois, a escola pública de ensino fundamental, que intencional e gradativamente perde em qualidade em decorrência das ações, ou falta delas, por parte dos governos, é de onde são egressos “todos” os trabalhadores entrevistados na pesquisa realizada para este trabalho. Além desses trabalhadores perderem melhores expectativas de futuro, no mesmo caminho

seguem também perdendo as pequenas indústrias nacionais, nas quais eles acabam por desempenhar suas funções laborais de forma mais limitada.

É fato conhecido, e verificado em análises de desempenho por órgãos internacionais, inclusive pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que a educação escolar pública brasileira vem apresentando, ano após ano, índices de desempenho pouco satisfatórios.

De acordo com os pesquisadores em História da educação no Brasil como Maria Luiza dos Santos Ribeiro (1998), Otaíza Romanelli (2007), Dermeval Saviani e José Claudinei Lombardi (2009), e outros, verifica-se o agravamento desse fato, principalmente, após a década de 1960, período marcado pelo golpe político militar de direita para sua própria ascensão ao poder.

Isso pode ser verificado nas propostas para a qualificação profissional no Brasil, nas quais não foram notados aperfeiçoamentos significativos no caminho do seu desenvolvimento rumo à politecnicidade ou à formação integral do trabalhador. Pelo contrário, nas pesquisas realizadas para esse trabalho, percebe-se que as propostas dos cursos ofertados para a qualificação profissional básica não transcendem ao modelo taylorista-fordista, e não colaboram para que o profissional desenvolva um aprendizado mais amplo em sua profissão, tanto no que diz respeito às tecnologias² quanto à sua própria consciência cidadã.

Observa-se que a maior parte dos trabalhadores de “chão de fábrica” são egressos de escolas públicas do ensino fundamental e médio, sendo muitos deles oriundos de cursos supletivos, cursos que, face ao seu tradicional “aligeiramento”, carecem de qualidade. Além disso, verifica-se que esses trabalhadores das pequenas indústrias, quando passam por cursos profissionais iniciais, na continuidade dessa sina, recebem um aprendizado superficial e aligeirado, o que suscita a *hipótese de que suas “respostas” à melhoria dos processos ou ao desenvolvimento das tecnologias fabris, não sejam satisfatórias*. O que pode ser considerado ruim, tanto para a solidez de uma empresa, quanto à própria estabilidade do trabalhador.

Para Celso Ferretti (2009) as ofertas educacionais estão a cargo da classe dominante.

² Tecnologia dos meios de produção, dos materiais, do trabalho e da “praxiologia”. São conceitos de Ruy Gama, a cerca da própria tecnologia, apresentados adiante.

Daí sua disponibilização **sob controle**, seja no âmbito educacional, seja no produtivo. Naquele, pela definição do que ensinar e do tipo de educação a oferecer. Neste, pela organização da produção de modo que o saber dominado pelo trabalhador se restrinja ao que é funcional a esta, enquanto que os que a estruturam detêm o saber sobre o processo produtivo como um todo. Tal controle e restrição são favorecidos pela incorporação da ciência à produção fabril, principalmente a partir da revolução industrial, sob a forma da maquinaria que, tornando-se mais sofisticada, permite a simplificação do trabalho, acentuando o caráter manual da intervenção humana no processo e, por consequência, solicitando menos dos trabalhadores a utilização de seus recursos mentais (p. 109, grifo meu).

A qualificação profissional em níveis iniciais, ou básica, praticada nas escolas profissionais do país está desassociada do ensino propedêutico científico, ao contrário do que propunham Marx e Engels (2011), o que contribui para o afastamento das questões universais que envolvem o mundo do trabalho e que vão para muito além do “saber fazer”. Para Marx (2012, p. 553) o ensino politécnico permite aos trabalhadores a ampliação de seus conhecimentos científicos e tecnológicos, tornando-os mais eficazes e conscientes. Essa profissionalização desassociada da educação formal também está distante do modelo da educação integral contextualizada e conscientizada proposta por Paulo Freire (2003).

O modelo da qualificação profissional básica que ocorre no país é a do menosprezo ao aprendiz, realidade que pode ser notada em algumas das proposições e cargas horárias existentes na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego (CBO/MTE), cujas propostas nela contidas não transcendem a preocupação exclusiva com o adestramento para o saber fazer, pois não contemplam quaisquer conhecimentos que extrapolem as técnicas existentes na execução de uma, ou de algumas poucas tarefas, e o modelo de cargas horárias proposto é reduzido ao, que se pode dizer, mínimo. Observa-se na prática que, mesmo dentro de uma finalidade utilitarista do trabalhador, elas não conseguem ser eficazes.

Os ataques e trustes ocorridos na década de 1960 contra as indústrias nacionais, com a permissividade dos governantes militares, aliados às crises econômicas das subseqüentes décadas de 1970 a 1990, e a plena ascensão política do pensamento ideológico neoliberal, modificaram, e ainda estão modificando, o perfil de nossas indústrias. Muitas encerraram as atividades, dezenas delas foram absorvidas por grandes grupos internacionais, e outras vêm diminuindo seus tamanhos, tanto pela indiscriminada abertura do mercado ocorrida no início da década de 1990, quanto pelos constantes enxugamentos de seus quadros funcionais, visando

resistirem aos ataques mais atuais da concorrência internacional defendida pela ideologia da “globalização”.

Esse quadro de desmonte das grandes indústrias provoca o desaparecimento ou a redução de muitas delas fazendo surgir novas e pequenas indústrias, transformando definitivamente o perfil desse segmento no país, suscitando uma outra hipótese, a de que essa redução do porte dessas empresas também contribui para degradação do sistema de aprendizagem industrial construído no país.

Acerca dessa nova composição do parque fabril, segundo o SEBRAE (2005, p. 14), as micro e pequenas indústrias representavam, no ano de 2002, cerca de 98,5 por cento do universo das empresas industriais brasileiras, gerando, aproximadamente, 50 por cento dos empregos ofertados. Atualmente, a mesma entidade indica que cresce ano a ano a participação das micro e pequenas no cenário econômico (SEBRAE, 2014, p. 9), e que, apesar dessa importância na massa trabalhadora, os salários pagos pelas pequenas indústrias representam apenas 21,8 por cento do total pago pelo mesmo segmento³.

Acredita-se que não só contribuem para esse quadro salarial as dificuldades econômicas brasileiras, mas também a baixa qualificação de seus trabalhadores. Pessoas que, por terem menores conhecimentos tecnológicos e níveis de escolaridade, têm limitadas as suas colaborações no sentido do aprimoramento dos processos produtivos, completando o ciclo da (des)potencialização da indústria nacional.

Como uma primeira consequência tem-se a redução do porte, o enxugamento das empresas, o desinteresse pela qualificação profissional básica e o trabalhador menos qualificado, colaborando, assim, para mantê-las menos produtivas. As empresas que não conseguem crescer, também não melhoram os salários que pagam, influenciando negativamente na distribuição da renda no país; renda essa que fica mais concentrada nas multinacionais.

Também nessa mesma direção, são os representantes das pequenas e médias indústrias que compõem as diretorias dos sindicatos patronais, sendo eles que participam das convenções coletivas e acabam por determinar as faixas salariais das categorias pelo mínimo, o que, por consequência, também influenciará na regulação

³ Dados estatísticos de acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Disponível em <<http://www.cni.org.br/portal/data/pages/FF808081272B58C0012730BE50E17D8C.htm>>, acesso em 05, mai, 2014.

dos salários pagos pelas grandes indústrias, que, apesar de serem maiores, não elevam significativamente o padrão da renda nacional.

Distantes dos problemas relativos à qualificação profissional no Brasil, pois costumam elas próprias sanarem carências dessa ordem, as grandes indústrias internacionais aqui instaladas também ofertam vagas que requerem mais do campo intelectual. Os trabalhadores assim empregados têm por objetivo canalizar seus conhecimentos na direção de aumentarem sobremaneira o “valor de troca” do seu produto em relação ao seu “valor de uso”, ampliando ainda mais a “fetichização do produto” (Marx, 2012).

Depreende-se, nesse caso, o sucesso do pensamento liberal na educação geral ofertada, fato denunciado por Lucília Machado (1989), e também indicado por Ferretti (2009), estando a nossa educação impregnada pelas ideologias liberais, que aqui também se revelam tanto na educação de trabalhadores operacionais, quanto naqueles intelectuais que engendram mecanismos de expropriação do trabalho via a venda de mercadorias e outros serviços pelo sobre aumento no “valor de troca”. E que, além disso, por essa mesma disseminação ideológica, que atua também dentro dos sindicatos (ANTUNES, 2008), tornam mais “amigas” essas duas forças, mesmo quando estão fora do ambiente fabril.

Pensemos simplesmente na distinção que, já recebera acentuado destaque, entre trabalhadores de “gravata” e de “macacão”. Como você sabe, os propagandistas do sistema do capital que dominam os processos culturais e intelectuais gostam de usar essa distinção como mais uma refutação de Marx, argumentando que em nossas sociedades o trabalho manual de “macacão” desapareceu completamente, e os trabalhadores de “gravata”, que supostamente desfrutam de uma segurança de emprego muito superior (o que, aliás, é uma total ficção) são levados às “classes médias” (outra ficção). Bem, mesmo sobre o postulado desaparecimento do trabalho de “macacão”, eu diria: espera aí, devagar com o andor! Pois se observarmos todo o mundo e centrarmos nossa atenção na categoria crucial da “totalidade do trabalho”, perceberemos que a maioria esmagadora do trabalho ainda permanece em uma categoria que poderíamos descrever como sendo de “macacão” (MÉSZÁROS, 2007 p. 71).

Atualmente no Brasil, os esforços dos trabalhadores de “gravata” se destacam no objetivo de aumentarem o consumo de supérfluos por parte dos trabalhadores de “macacão”, causando sérios danos à economia popular. Os altos juros praticados e o consumo desmedido, estimulado pelas propagandas, ocasionam o endividamento dos trabalhadores junto aos bancos e a outras empresas que lucram concedendo empréstimos.

Empresas multinacionais, nesses processos de marketing, ampliam seus lucros, intensificando suas publicidades nos países periféricos, e assim ampliam a exploração dos trabalhadores assalariados, a partir do aumento no consumo. Essa fetichização dos produtos também consiste noutra forma de extração de mais-valia. O trabalhador, já explorado pela depreciação do seu trabalho, também é expropriado da outra parte dele, quando paga os altos preços arbitrados pelo capital em seu valor de troca.

Portanto, é assim que o trabalho abstrato atua nos dias de hoje. Sua função é extrair do trabalhador, com maior voracidade, aquele pouco resultado que lhe restou como pagamento. Nos países periféricos isso se agrava, pois os baixos salários pagos se transformam ainda mais em capital para o investidor, por via do aumento do consumo. Imerso num mar de ‘desejos fabricados’, o operário acaba por entregar ao capitalista o pouco que lhe restou da expropriação do seu trabalho, fato observado nas falas de alguns dos trabalhadores entrevistados que desejam obter bens de alto preço a partir de seus já comprimidos salários.

O vampirismo, a que se refere Marx (1983), desumaniza, em diferentes épocas (e por diferentes mecanismos), o trabalhador do campo e da cidade, desde os segmentos mais mal pagos pelo capital aos trabalhadores de “alto nível”. Enquanto os primeiros “fritam sua carne” e adoecem sob o sol escaldado de cada dia ou nos pavilhões límpidos das empresas enxutas e “toyotizadas” como membros de uma “família” (mantida sob a “disciplina democrática” da autofiscalização até que o desemprego os separe), os segundos, longe do pauperismo absoluto, consomem suas energias supervisionando – e *sofisticando* – a acumulação do capital como gerentes e diretores, sendo sugados na sua subjetividade e enfeitiçados pelo consumo de mercadorias de luxo, padecendo também com o desemprego, o descarte ou o simples rebaixamento institucional vexatório. Esse processo se intensifica e normalmente se estende para além dos espaços de trabalho, roubando o “tempo livre” dos trabalhadores nas suas próprias residências, invadindo sua privacidade, sua vida pessoal e subjetiva (SILVA, 2010, p. 36-37).

Nesses mesmos países periféricos, são relativamente reduzidos os valores dos salários pagos na produção em relação aos demais salários administrativos. Isso também contribui para a crescente precarização e a informalidade do trabalho, aumenta a marginalização do trabalhador, surgindo também a “subproletarização”⁴. Acredita-se que, diante da equalização na distribuição da força de trabalho, entre a

⁴ Indicada por Antunes (2008) a subproletarização significa o trabalho temporário, de meia jornada, sem vínculos e com direitos trabalhistas reduzidos etc.

pequena e a grande indústria nos países periféricos, os baixos salários pagos na primeira, também ajudam a “forçar” para baixo aqueles pagos na segunda.

De acordo com Ricardo Antunes, esses movimentos de precarização do trabalho atuam diretamente no enfraquecimento de sindicatos, onde “a fragmentação, heterogeneização e complexificação da *classe-que-vive-do-trabalho* questiona na raiz o sindicalismo tradicional e dificulta também a organização sindical de outros segmentos que compreendem a classe trabalhadora”. (ANTUNES, 2008, p. 66).

Seriam esses alguns dos motivos para a oferta de uma educação profissional não engajada com o verdadeiro desenvolvimento da “classe-que-vive-do-trabalho”?

Muito importante seria a participação dos sindicatos de trabalhadores nos processos de concepção ou formatação dos currículos, ou seja, dos chamados conteúdos programáticos dos cursos de qualificação profissional. Importante também seria a participação do trabalhador junto aos seus sindicatos para poderem oferecer uma visão prática das necessidades quanto às suas formações profissionais, como foi verificado na pesquisa, quando, ao mesmo tempo em que se constata que os trabalhadores conhecem caminhos para tal melhoria, percebe-se também que eles pouco se relacionam com os seus representantes de classe, e que esses, pouco ou nada influenciam nos projetos curriculares desses cursos profissionais.

O referido enfraquecimento dos sindicatos, apontado por Antunes, reduz ambas participações, deixando à classe empresarial a modelagem dos conteúdos dos cursos de formação profissional. Ao se analisar alguns deles, não foi observada qualquer preocupação com a formação do cidadão, mas apenas a de um homem útil e, por que não dizer “dócil”, ao processo produtivo.

Também foi constatado com a pesquisa junto aos trabalhadores, o quanto foram superficiais seus cursos de qualificação. Não obstante, de acordo com Antunes (2008), o esvaziamento dos sindicatos colabora para o enfraquecimento nas lutas de classe. Na mesma direção, entende-se que a educação profissional, vista como mais uma ferramenta de libertação, fortaleceria ainda mais a ‘classe-que vive-do-trabalho’ se na sua preparação participassem mais ativamente os seus sindicatos, e se nestes, por sua vez, participassem mais ativamente os trabalhadores, fato que foi constatado não existir nos casos estudados.

Além da exploração do trabalho, os chamados países desenvolvidos também sufocam a economia dos países periféricos, reforçando a relação de dependência e

exploração econômica apontada por Celso Furtado (1996) e também por Florestan Fernandes (2009).

No Brasil, são três os vieses mais contundentes dessa dependência:

- 1) O controle do desenvolvimento tecnológico, que dificulta o país a deixar de ser um exportador, quase que exclusivamente, de matérias-primas. Vieira Pinto (2005, p. 319) indica que a dominação tecnológica também é mantida através do repasse de produtos “prontos” ou tornados rotineiros desses países desenvolvidos para aqueles, como o Brasil, subdesenvolvidos. Nessa direção, internamente os países subalternos negam a si mesmos as “pesquisas criadoras de soluções tecnológicas novas, as quais seriam perfeitamente adequadas à condição do país subdesenvolvido”;
- 2) As reservas dos mercados externos, pois os preços dos produtos dos setores primários são determinados pelos setores secundários e terciários dos países centrais; e
- 3) A manutenção da dívida externa e dos juros altos no mercado interno. O processo de endividamento, principalmente, das empresas locais, as impede de investirem em pesquisa e desenvolvimento, mote para os seus crescimentos. É notório o fato de que são raras as indústrias nacionais que investem em pesquisa e desenvolvimento de forma autônoma. As que mais realizam pesquisas são aquelas que já foram indústrias estatais, como, por exemplo, a Embraer, a Vale do Rio Doce, etc. As empresas brasileiras de médio porte têm grandes dificuldades para atingirem o status de grande empresa, e quando raramente atingem esse nível, são forçadas por contingências concorrenciais a passarem seu controle para uma multinacional, se desnacionalizando.

No que tange diretamente à problemática da formação profissional inicial, objeto de interesse desse estudo, tem-se por *hipótese que o referido, e ideologicamente amalgamado controle do desenvolvimento tecnológico, seja também um dos fatores que dificulta a profissionalização básica no Brasil*⁵. Apesar da falta de dados para essa comprovação, deduz-se que isso decorra do estado de subjugo o

⁵ Seguindo a dimensão prática do aprendizado profissional, e tomando por base a definição de Gama (1987, p. 85), que a “tecnologia é a ciência do trabalho produtivo”, entende-se ser também de caráter tecnológico a educação profissional em níveis iniciais. De acordo com Gama, a tecnologia é composta pela integração de quatro outros compostos tecnológicos, a saber: “a tecnologia dos meios”, a “tecnologia dos materiais”, a “tecnologia do trabalho” e a “praxiologia”, conjunto necessário de conhecimentos que dão lógica ao fazer do trabalhador. Seu pleno conhecimento extingue o “estranhamento” do processo e dos produtos que ali se originam, dá maior sentido ao fazer existente no trabalho, eliminando a visão da “parcelização” taylorista. Portanto, a teoria de Gama nos permite entender que todo trabalho industrial, em qualquer nível, seja um fazer tecnológico.

qual a elite, por interesses próprios, condiciona o país. Essa forma de subserviência, já esclarecida por Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Álvaro Vieira Pinto, entre outros, se revela nas pesquisas científicas e tecnológicas que pouco contribuem para o crescimento da indústria doméstica e para o desenvolvimento econômico nacional, na limitada importação de maquinaria, assim como no baixo desenvolvimento de maquinaria com tecnologias próprias, redundando na grande importação de produtos para consumo geral, dentre outros. Acredita-se que esses fatos, aliados à preterida realidade das pequenas indústrias, restringem, retardam e desvalorizam o aprendizado industrial para muitos setores.

Toda essa ideologia de preservação do modo de vida das metrópoles, e do seu domínio tecnológico, retarda, ou mesmo inviabiliza, o desenvolvimento científico próprio, hipervalorizando as multinacionais aqui instaladas, relegando ao segundo plano o que se pode desenvolver internamente. É um processo onde

o consumo de um bem de procedência estrangeira leva o consumidor a desejar incorporar-se ao mundo onde se exerce naturalmente o tipo de ação humana realizadora dos produtos dos quais aspira apropriar-se. A princípio o gesto de manducação⁶ do produto técnico alheio, imitando a do totem dos primitivos sacrifícios tribais, desperta a consciência do homem das áreas subjugadas, mas não lhe infunde senão aquela modalidade intermediária que chamamos “consciência para o outro”⁷ (VIEIRA PINTO, 2005, p. 270).

E por que aqui se releva essa hipótese? Porque se acredita que o resultado desse comportamento não impeça, simplesmente, a industrialização do país, pois essa mesma industrialização “não constitui um fato excepcional ou espantoso. Ao contrário, é um processo que se inclui na ordem das ocorrências normais da evolução social” (FERNANDES, 2008a, p. 67). Entretanto, e por outra via, acaba por retardar o processo de crescimento da indústria doméstica, sendo as menores empresas aquelas mais atingidas pelo fenômeno, e os seus trabalhadores os que mais perdem com tudo isso. Essas perdas se evidenciam nos mínimos salários que recebem, nos seus restritos conhecimentos técnicos, na forma de vida que levam, e nas suas perspectivas de futuro.

Nas pequenas indústrias é comprovada que a má qualificação interfere negativamente nos resultados dos processos produtivos. Isso se verifica nas

⁶ Segundo Dicionário Michaelis, “manducar” é o ato de mastigar, deglutir... Nesse caso o quesito significa o ato de “assimilar” a técnica e o produto alheio.

⁷ Grifos no original.

respostas dos empresários entrevistados. Em suas palavras, recursos são aplicados para sanarem as falhas que ocorrem nos processos e os desperdícios que os trabalhadores melhor qualificados evitariam. Custos que, de acordo com eles, “desaceleram o crescimento das empresas”. Quando o aprendizado profissional ocorre internamente, o tempo e o custo para essa instrução passam a ser problemas relevantes quando a empresa tem restrições financeiras, o que não é incomum.

Apesar de não existirem estudos quantitativos capazes de exprimir o real impacto dessas perdas nesses setores estudados, sabe-se que elas ocorrem e que prejudicam os rendimentos das empresas, tornando-as menos produtivas, retardando, ou mesmo, inviabilizando seus crescimentos. Isso corrobora na teoria do domínio tecnológico e do sucesso econômico das multinacionais em território brasileiro, e das suas supremacias em diversos segmentos produtivos.

Verificou-se que as grandes indústrias em Curitiba, especialmente as do setor automotivo, contam com intensa oferta para a qualificação de seus trabalhadores por parte das escolas profissionais oficiais e privadas. Além dessas ofertas, essas empresas também desenvolvem programas internos que sofisticam essas mesmas qualificações, ofertando, ainda, outros programas voltados à requalificação e ao aprimoramento técnico de seus trabalhadores.

Em caminho inverso aos dos setores investigados, uma experiência bem sucedida ocorreu no setor da construção civil, que até ano de 1993 desperdiçava⁸ cerca de 30% dos recursos investidos nas obras.

De acordo com o Subcomitê da Indústria da Construção Civil no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, a área de recursos humanos deste setor caracteriza-se por: insuficiência de programas de treinamento institucionalizado nas empresas, pouco investimento em formação profissional, declínio do grau de habilidade e qualificação dos trabalhadores de ofício ao longo dos últimos anos, elevada rotatividade da mão-de-obra e falta de programas de formação em nível operário (LIMA, 1997), o que denota o pouco investimento do setor na formação e manutenção de seus trabalhadores e justifica o porquê da Construção Civil ser um dos ramos de atividade mais conhecido pela precariedade da mão-de-obra (GROHMANN, 1998, p.1).

Em face dessa realidade, um intenso programa de capacitação dos trabalhadores foi desenvolvido nacionalmente, reduzindo drasticamente os referidos

⁸ De acordo com o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), lançado pelo então presidente Fernando Collor de Mello, que veiculou essa mesma informação em rede nacional de rádio e televisão naquele mesmo ano.

desperdícios, além de elevar o padrão de qualidade das obras. Diversas ações como, por exemplo, o “PBQPH⁹” com séries completas de qualificação, treinamentos etc., transformaram o padrão construtivo brasileiro e a vida de muitos trabalhadores. A redução dos acidentes de trabalho pode ser considerada um importante resultado desses esforços. Diante dessa realidade, cujos resultados desse programa alavancaram o crescimento desse setor, surgem questões como: por que algo semelhante não é desenvolvido para outros setores industriais? Por que setores como o vestuário, por exemplo, que emprega também significativo número de trabalhadores e trabalhadoras, não têm a mesma atenção? A existência de tal programa e o interesse governamental pelo setor seria em função do mesmo propiciar maiores arrecadações e um melhor controle fiscal? Seriam essas também razões para as benesses concedidas aos setores automotivo e da “linha branca”?

De acordo com a verificação das ofertas de cursos, é constatada melhor situação para a qualificação do trabalhador da construção civil e do automotivo, em relação ao que é ofertado para os demais segmentos industriais em Curitiba. As várias ações governamentais na direção da profissionalização acabam privilegiando também esses dois segmentos nesse município.

Desde a Lei 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), o Governo Federal vem sequencialmente adotando medidas com vistas à formação profissional. Esse trabalho também aponta que, apesar desses esforços, ainda há carências e dificuldades ao acesso à qualificação profissional voltada a indústria de transformação. Na mesma direção, verificou-se que as indústrias locais também se queixam da inexistência de profissionais com qualificação básica para atuarem nos processos industriais requerentes¹⁰.

Tomando como exemplo o PRONATEC¹¹, último programa do governo federal visando oportunizar a formação profissional também em níveis básicos, verificou-se que o mesmo não criou quaisquer vagas para cursos de formação básica voltados para os setores investigados. Apesar de não se questionar a propaganda governamental, que divulga em rede nacional a formação de diversos jovens, ainda assim, surge uma questão: o PRONATEC está atendendo as necessidades sociais a

⁹ Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade no Habitat.

¹⁰ Além dos relatos obtidos com as entrevistas, são constantes as notícias nos meios de comunicação sobre as carências por profissionais com esse nível de formação.

¹¹ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

que se propõe na cidade de Curitiba? Em pesquisa realizada na Internet nos meses de outubro e novembro de 2013, na página oficial do programa¹² para a reserva de matrículas, constatou-se a inexistência de oferta de vagas para cursos de qualificação. Naquele momento o SENAI de Curitiba, por exemplo, não ofertava cursos para quem já concluía a quarta série do ensino fundamental, ou mesmo a oitava série do mesmo nível de ensino. Fato que pode conduzir para outro questionamento: se este é um programa de resgate social e que visa propiciar a vaga no primeiro emprego, por que não existiam oportunidades para quem apenas completou, ou ainda não, o ensino fundamental?

Tendo por princípios a relevância do papel das pequenas indústrias e dos seus trabalhadores para a economia brasileira, partindo do princípio de que a qualificação profissional consiste em condição *sine qua non* para esse desenvolvimento, o presente estudo teve por objetivo ampliar o conhecimento sobre os processos de suas formações profissionais, entendendo que este é um importante elemento para o desenvolvimento socioeconômico. Para tanto, e nessa direção, se buscou investigar **“qual a contribuição do governo, das escolas profissionais, e das pequenas indústrias curitibanas para a formação profissional inicial de seus trabalhadores?”** que se caracterizou como o problema de pesquisa da tese.

O foco da investigação concentrado na cidade de Curitiba se justifica porque o processo da industrialização nesse município faz parte de sua história mais recente. Como no restante do país, esse processo teve início no final do século XIX, sendo mais acelerado no princípio do século passado. Foram vários segmentos industriais que, de forma incipiente, iniciaram suas atividades no referido período.

Para efeitos de estudo da qualificação profissional, foram escolhidos quatro segmentos pioneiros, por suas relevâncias socioeconômicas para a cidade e seu desenvolvimento e também porque dois dentre eles, o de alimentos e o do vestuário contratam intensivamente o trabalho da mulher. A indústria gráfica e a indústria moveleira completam o quadro de estudos em questão.

Assim, são levantados dados e outras informações sobre a dinâmica da qualificação profissional em nível básico de cada um desses setores. Foi estabelecido como recorte temporal para o início desse estudo a promulgação da Lei 9.394/96, com vistas a investigar, na prática, o que essa lei, decretos e os programas subsequentes

¹² Página do PRONATEC, vide em <<http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec>>. Acesso em 04, mar, 2014.

trouxeram de avanços à profissionalização do trabalhador paranaense e à eficácia dos planos governamentais e dos cursos profissionais desse nível ofertados à sociedade.

A decisão de estudar esses segmentos foi construída ao longo dos últimos anos através da minha experiência junto às indústrias, adquirida como ex trabalhador, consultor e pesquisador do segmento do vestuário, assim como as cotidianas notícias da imprensa, que dizem respeito ao não atendimento das escolas em geral às necessidades das empresas por pessoal qualificado, assim como ao não preenchimento dos anseios dos trabalhadores por uma qualificação que, além do emprego, garanta-lhes autonomia profissional e também pela disseminação de que ela não atende às exigências formativas necessárias ao bom desempenho do trabalhador.

Toda a pesquisa teve por princípio a divisão em três categorias de análise: a história dos setores em questão, as formas e os processos de profissionalização, e por fim as questões que envolvem a vida dos trabalhadores em seus cotidianos. Para isso, foi investigado um pouco da história industrial de Curitiba, principalmente no que concerne às constituições dos quatro segmentos industriais elencados, assim como as profissões de níveis básicos em cada um desses setores, como acontecem suas profissionalizações, e o nível de capacitação de seus trabalhadores. O conjunto de respostas partiu de estudos prévios e dos depoimentos de empresários e trabalhadores dessas indústrias. Achou-se pertinente também saber o nível de exigências, por parte das empresas, a respeito dos saberes necessários aos trabalhadores para atuarem nos processos, tanto quanto aos níveis de suas escolarizações e dos conhecimentos tecnológicos necessários para serem integrados aos processos produtivos.

Quanto à última categoria, em primeiro lugar emergiram as questões relacionadas com o desenvolvimento socioeconômico, a partir de quesitos que envolvem a qualidade de vida do trabalhador e suas possibilidades de ascensão profissional. Em segundo, as questões do processo contínuo de sua formação, sendo este um fator que incide diretamente nesse mesmo processo de ascensão.

Visando organizar o presente estudo, os dados obtidos, suas análises e conclusões, o mesmo foi organizado em capítulos.

O primeiro, denominado “**Bases e condições para a formação profissional**”, além de retratar um pouco da história industrial local, repercute as

teorias e conceitos sobre os sistemas extrínsecos e intrínsecos que impactam, modelando os processos para essa formação e vice-versa. Tecnologia, Desenvolvimento, Industrialização, Educação, e Formação profissional são os principais conceitos tratados no capítulo, além das ações governamentais que visam a profissionalização formal a partir da LDBEN 9.394/96. Ao mesmo tempo em que eles são as bases, também condicionam essa formação, interferindo na forma e nas ideias daqueles que as concebem, e que, por sua vez, sofrem transformações a partir dos resultados alcançados por esses mesmos processos de formação.

O segundo, “**Metodologia e instrumentos da investigação**”, trata da forma como foi conduzida essa investigação e o tratamento dos dados obtidos com as pesquisas documentais, bibliográficas e as de campo.

O terceiro, as “**Ações governamentais e as escolas profissionais**”, diz respeito aos programas de governo e as ofertas de cursos voltados aos segmentos em questão, investigados nos diversos canais informacionais, assim como, junto às pequenas indústrias e seus colaboradores.

No quarto capítulo, “**As pequenas indústrias suas histórias e seus profissionais**”, a partir dos dados e das entrevistas, analisa e discute o ambiente das indústrias, assim como a forma dos processos de qualificação profissional, e os efeitos na vida dos trabalhadores.

Finalizando, são apresentadas as “**Considerações finais**”, onde estão salientados de forma sintética os resultados, outras observações pertinentes aos ambientes fabris e às características dos seus trabalhadores, além das conclusões que fundamentam a presente tese.

Dessa forma é apresentada a tese de que, apesar dos investimentos governamentais e privados, é ínfima a oferta para a formação profissional inicial voltada à classe trabalhadora para esses quatro segmentos industriais. Além de raros, não oferecem o conhecimento necessário para garantir ao trabalhador o pleno desenvolvimento das atividades laborais, fato que lhes dificultará ascender social e profissionalmente, afetando assim as empresas no que concerne ao uso e obtenções de novas tecnologias, fenômenos que dificultam o desenvolvimento dos trabalhadores e das empresas, conseqüentemente contribuindo negativamente para o progresso social e econômico do país.

2 BASES E CONDIÇÕES PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Tem sido recorrente a afirmação de que sem uma formação educacional profissional de qualidade, que permita também à construção de uma consciência crítica, os trabalhadores, as empresas, e o país, se distanciam das melhores tecnologias e, por conseguinte, de um maior desenvolvimento socioeconômico. Da mesma forma, o inverso também tem sido propalado: em países em que se patrocina o atraso tecnológico, como o Brasil, há dificuldade na implementação de processos educacionais formadores da cidadania.

Observando a proposta do ensino politécnico em Marx e Engels (2011), entende-se que as qualificações profissionais, quando bem articuladas com a educação geral, contribuem diretamente para a melhor formação da classe trabalhadora, influenciando, conseqüentemente, o desenvolvimento do país. O conhecimento científico e das tecnologias, quando articulados ao aprendizado das humanidades, tornam o trabalhador mais produtivo e consciente de si mesmo, dos processos e da sociedade. Em sentido contrário, “quanto menor for o tempo de formação profissional exigido por um trabalho, menos será o custo de produção do operário e mais baixo será o preço de seu trabalho, de seu salário” (p. 112).

Um ensino de baixa qualidade, sendo a formação profissional também deficiente, implica num trabalho mais barato, mas, por outro lado, resulta também em produtos de baixa qualidade. Como consequência, o conjunto de baixos salários gera uma economia mais pobre, colaborando decisivamente na má distribuição de renda. Igualmente, a oferta de uma qualificação deficiente amplia o exército de mão de obra ociosa, algo que também impede a elevação dos salários, e repercute duplamente no empobrecimento da economia. Seja por essa depreciação dos salários, ou ainda pela dificuldade na redução dos preços dos produtos, já que a improdutividade aumenta os custos de produção, a elevação dos preços se torna real.

A produtividade alcançada via desenvolvimento tecnológico, de acordo com Celso Furtado (2000), pode promover a melhor distribuição de renda, mas não apenas ela, pois existe ainda a relação entre custos de produção, valores e consumo.

O aumento da produtividade física com respeito ao conjunto da força de trabalho de um sistema econômico só é possível mediante a introdução de formas mais eficazes de utilização de recursos, as quais implicam, seja

acumulação de capital, sejam inovações tecnológicas, ou mais correntemente a ação conjugada desses dois fatores. Por outro lado, a realocação de recursos que acompanha o aumento do fluxo de renda é condicionada pela composição da procura, que é a expressão do sistema de valores da coletividade. Dessa forma, o desenvolvimento é ao mesmo tempo um problema de acumulação e progresso técnico, e um processo de expressão de valores (p. 104).

O autor aponta como problemas a serem superados no país as questões salariais, da produtividade industrial e os preços dos produtos. Problemas que, segundo ele, podem ser minimizados a partir da redução da já comentada dependência econômica em relação aos grandes centros. Cabendo também ao governo a tomada de ações que forcem internamente a melhoria da renda *per capita*, como, por exemplo, uma redistribuição das cargas tributárias diretamente proporcionais aos ganhos, mas principalmente o aumento de impostos sobre as riquezas, algo que hoje já é praticado em muitos países centrais, como os E.U.A., por exemplo.

O presente trabalho não amplia essa discussão no campo da economia, mas utiliza conceitos da área que visam sustentar algumas das conclusões obtidas sobre os aspectos socioeconômicos que envolvem esse mesmo estudo.

Outros conceitos que também fundamentam esse trabalho são apresentados nesse capítulo. Inicialmente, como é interpretada a tecnologia. Na sequência, em quais perspectivas se observa o conceito de desenvolvimento socioeconômico, o de produtividade, e o processo de industrialização, com a inserção dos trabalhadores e das pequenas indústrias nesse contexto.

No que concerne ao estudo no campo da profissionalização formal, também são apresentados fundamentos sobre educação, formação profissional, qualificação e treinamento, relevando o posicionamento de importantes teóricos da educação brasileira.

2.1 SOBRE TECNOLOGIA

Mais do que tratar da compreensão etimológica ou do senso comum do termo tecnologia, torna-se crucial, no atual contexto histórico do capitalismo, entendê-la como uma prática social cujo sentido e significado econômico, político, social, cultural e educacional se definem dentro das relações de poder entre as classes sociais.

Gaudêncio Frigotto

São muitos os conceitos atribuídos à tecnologia. No entanto, se existem diferenças nas formas de análises das relações entre os sujeitos e a constituição do objeto, os estudiosos são unânimes em concordar que a tecnologia existe, enquanto manifestação cultural, sendo constantemente aperfeiçoada rumo à qualidade do viver humano. No entanto, as tensões entre os pensamentos se ampliam quando, numa perspectiva filosófica, muitos a ela atribuem uma neutralidade, como se fosse algo à parte dos valores econômicos, políticos, sociais ou morais.

Frigotto (2014)¹³ aponta para uma “dupla dimensão da tecnologia”, ou seja, “sua dominante negatividade dentro do capitalismo hoje existente e sua virtualidade se liberada de sua concepção e uso como propriedade do capital”. Para ele, por mais que a tecnologia esteja a serviço do capitalismo,

cabe, todavia, ressaltar que isso não pode nos conduzir ao viés, também frequente, de uma visão de ‘pura negatividade da tecnologia’ em face à sua subordinação aos processos de exploração e alienação do trabalhador e como força cada vez mais diretamente produtiva do metabolismo e da reprodução ampliada do capital. Isto conduz a uma armadilha para aqueles que lutam pela superação do sistema capital de relações sociais por encaminhar o embate para o âmbito exclusivamente ideológico e/ou por reforçar a tese de que a travessia para o socialismo se efetiva pela indignação em face à degradação e miséria social – ‘tese do quanto pior melhor’ (FRIGOTTO, 2014)¹⁴.

Assim, emerge a necessidade desse entendimento, e da luta para que a tecnologia seja um instrumento de libertação e equalização social da humanidade.

Os estudos sobre o conceito de tecnologia, na sua relação com as ciências, permitem entendê-la a partir de dois ângulos, a saber, tecnologia enquanto ciência aplicada (VARGAS, 1994a) e tecnologia enquanto ciência do trabalho (GAMA, 1987).

¹³ Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/tec.html>>. Acesso em 03 mar. 2014.

¹⁴ Idem.

Vargas apresenta sua concepção de tecnologia, nos moldes da ciência aplicada. Ele propõe que

[...] por tecnologia, se entenda: o estudo ou tratado das aplicações de métodos, teorias, experiências e conclusões das ciências ao conhecimento dos materiais e processos utilizados pela técnica. A função da engenharia, da arquitetura, da indústria e da agronomia não se confundem com a da tecnologia, embora exista uma tecnologia implícita nessas profissões, pois nelas aparece, também, a arte de construir obras, fabricar produtos ou cultivar a natureza para obter produtos específicos. Enfim, a visão tecnológica é ampla e não visa a nada de especificamente particular, enquanto a do engenheiro industrial ou agrônomo visa particularmente a uma determinada obra ou produto. (VARGAS, 1994a, p. 213).

Em sua intenção de precisar uma definição de tecnologia VARGAS (1994b, p. 171) pergunta-se: “em que consiste isso que se chama tecnologia?” Recorrendo à história e à filosofia, o autor quer saber qual é a essência da tecnologia e quais seriam seus fundamentos filosóficos. Conclui sua empreitada afirmando que “a essência da tecnologia foi encontrada no emprego do saber científico moderno para a solução dos problemas da técnica” (p.180).

Interpretando texto de Mario Bunge, VARGAS (1994b, p. 180) afirma:

se o pensamento do autor é aqui bem interpretado, a tecnologia mostra-se como uma simbiose entre o saber teórico da ciência - cuja finalidade é a procura da verdade - com a técnica - cuja finalidade é a utilidade. Resulta dessa simbiose uma verdade útil. Diz ele, em seguida, que, para conceituar filosoficamente a tecnologia, seria necessário analisar, em profundidade, a investigação tecnológica e as formulações políticas decisórias de seu estabelecimento e desenvolvimento.

Adiante, Vargas conclui:

Finalmente, a tecnologia, como simbiose da técnica com a ciência moderna, consistiria também num conjunto de atividades humanas, associados a um sistema de símbolos, instrumentos e máquinas visando a construção de obras e a fabricação de produtos, segundo teorias, métodos e processos da ciência moderna. Disso resulta que a tecnologia não é algo que se importe ou exporte, ou se compre ou venda, como são seus instrumentos e máquinas. Ela é algo que, quando não se tem, deve-se aprender. Sua essência é uma determinada maneira de “ver” o mundo; portanto, é algo mental, como o é a teoria.

Enquanto Milton Vargas (1994b) ensina que a tecnologia é ciência aplicada, Ruy Gama (1987) procura alargar esta interpretação e a define como sendo uma ciência, e que esta tem por objeto o trabalho, mas numa determinada especificidade.

Para ele, “a tecnologia moderna é a ciência do trabalho produtivo” (GAMA, 1987, p. 185).

A “tecnologia moderna”, enquanto “ciência do trabalho produtivo”, materializa-se a partir da metade do século XVIII sendo, portanto, contemporânea da Revolução Industrial em cujo bojo se encontra. Configura-se também enquanto ciência do trabalho produtivo, porque no cenário em que surge, e a partir do qual se desenvolve, tal ciência tem seu objeto nas relações de produção, no interior da economia capitalista industrial.

A afirmação de que a tecnologia é uma ciência exige argumentos que a sustentem. Aceitando-se que ciência é um “conjunto organizado de conhecimentos relativo a determinada área do saber, caracterizado por metodologia específica” (LAROUSSE, 1998, p. 1402), é pertinente interrogar-se: em que sentido a tecnologia é uma ciência? É possível demonstrar que a tecnologia é um conjunto organizado de conhecimentos relativo à determinada área do saber? Que área do saber abrange? Que metodologia a governa?

Ruy Gama (1987, p.187-207) demonstra em que sentido a tecnologia é uma ciência, elencando quatro de suas dimensões: a tecnologia do trabalho, a tecnologia dos materiais, a tecnologia dos meios de trabalho e a tecnologia básica ou praxiologia. Explicitando os conteúdos de cada dimensão, o autor evidencia que a atividade tecnológica transcorre em meio a todos os elementos que compõem uma ciência. Feito isto, ao final de sua demonstração, GAMA (1987) relaciona dez itens para dizer “o que a tecnologia não é (ou não é exclusivamente)”, dos quais alguns merecem destaque no corpo desse trabalho:

1. A tecnologia não é um conjunto de técnicas ou de todas as técnicas, e nem é a sofisticação da técnica. A passagem da técnica para a tecnologia (e esta não exclui a primeira) não é questão de gradação ou desenvolvimento interno ao campo das técnicas: é questão que se refere à formação socioeconômica em que se realiza. [...]
 4. A tecnologia não é o conjunto de ferramentas, máquinas, aparelhos ou dispositivos quer mecânicos quer eletrônicos, quer manuais quer automáticos. [...]
 6. A tecnologia não se confunde com os sistemas de marcas e patentes e com os “mecanismos” de venda, cessão ou transferência dos direitos inerentes a esses privilégios.
 7. A tecnologia não é ciência aplicada por que é, ela mesma, ciência. [...]
- [...] (GAMA, 2007, p. 206-207).

Essa construção conceitual toma ainda mais corpo após a contribuição do filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto (1909-1987), que aborda extensivamente a compreensão da tecnologia e de suas implicações sociais em seu livro “O conceito de tecnologia”, publicado em dois volumes somente no ano de 2005, quase duas décadas após o seu falecimento. O autor destaca quatro ‘sentidos usuais’ para o conceito de tecnologia. Destes, o primeiro, e mais geral, é o sentido “etimológico”, a tecnologia como o “logos da técnica”, assim “tem de ser a teoria, a ciência, o estudo, a discussão da técnica, abrangidas nessa última noção as artes, as habilidades do fazer, as profissões e, generalizadamente, os modos de produzir alguma coisa” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 219).

Para ele, o segundo sentido

equivale pura e simplesmente à técnica. Indiscutivelmente constitui este o sentido mais frequente e popular da palavra, o usado na linguagem corrente, quando não se exige precisão maior. As duas palavras mostram-se, assim, intercambiáveis no discurso habitual, coloquial e sem rigor. Como sinônimo, aparece ainda a variante americana, de curso geral entre nós, o chamado *know-how*. Veremos que a confusão gerada por esta equivalência de significados da palavra será fonte de perigosos enganos nos julgamentos de problemas sociológicos e filosóficos suscitados pelo intento de compreender a tecnologia (p. 219-220).

Chamando a atenção sobre problemas gerados pela adoção deste conceito de equivalência entre os termos “tecnologia” e “técnica”, ele continua com o terceiro significado que é o entendimento de tecnologia

como o conjunto de todas as técnicas de que dispõe uma determinada sociedade, em qualquer fase histórica do seu desenvolvimento. (...) A ‘tecnologia’, compreendida assim em sentido genérico e global, adquire conotações especiais, ligadas em particular ao quarto significado, a seguir definido, mas ao mesmo tempo perde nitidez de representação do seu conteúdo lógico aquilo que ganha em generalidade formal (p. 220).

Ao seu quarto sentido Vieira Pinto atribuirá “importância capital”, pois é justamente o caráter da “ideologia da técnica”. Nessa linha, aponta para o risco da falta de compreensão do sentido da tecnologia, ou mesmo para “aquele esclarecimento mitológico” da tecnologia. Portanto,

enquanto a teoria for aquela soprada de fora para dentro aos ouvidos dóceis dos especialistas do mundo marginal, dos intelectuais e professores, das elites políticas, será inevitável esse resultado, porque retira do técnico autóctone o papel de portador da consciência crítica de sua realidade, que

deveria exercer. O trabalhador (*já alienado pelos formadores de opinião*¹⁵) sabe que a técnica da qual se utiliza tem por finalidade a produção de bens. Esta simples proposição pertence à consciência crítica, embora ainda extremamente elementar. Se fosse perseguida, a linha de pensamento assim iniciada levaria à compreensão da natureza dialética da produção e à descoberta da função do homem como único agente real de todo o processo (p. 290).

Nesse sentido, quanto mais a qualificação tende ao básico, no sentido prático do “apenas aprender a fazer”, como tem ocorrido na formação profissional brasileira, menos se notará qualquer discussão com vistas à dialética apontada por Vieira Pinto, redundando no entendimento de que o domínio da técnica seja o único patrimônio e objetivo para a produção de um bem, e como meio que ‘justifica’ o pagamento de um salário, conforme o declarado pelos entrevistados nessa pesquisa. Nessa perspectiva, em nada se observa o tratamento do ser humano enquanto agente de transformação, senhor da tecnologia, portador de consciência crítica para o entendimento social da razão do trabalho e do “saber fazer” como instrumentos de libertação e desenvolvimento social.

O jovem Karl Marx já apontara em seus Manuscritos Econômico-Filosóficos¹⁶ para esse caminho da desumanização existente no trabalho alienado, e da mercantilização do trabalho. Para ele,

o trabalho alienado aliena a natureza do homem, aliena o homem de si mesmo, o seu papel ativo, a sua atividade fundamental, aliena do mesmo modo o homem a respeito da *espécie*; transforma a vida *genérica* em meio de vida individual. (...) Certamente, o trabalho, a *atividade vital*, a vida *produtiva*, aparece agora para o homem como o único meio que satisfaz uma necessidade, a de manter a existência física. (...) Mas o homem faz da atividade vital o objeto da vontade e da consciência. Possui uma atividade vital lúcida. Ela não é uma deliberação com a qual ele imediatamente coincide. A atividade vital lúcida diferencia o homem da atividade vital dos animais. Só por este motivo é que ele é um ser genérico. Ou então, só é um ser lúcido, ou melhor, a sua vida é para ele um objeto, porque é um ser genérico. Exclusivamente por este motivo é que a sua atividade surge como atividade livre. O trabalho alienado inverte a relação, uma vez que o homem, enquanto ser lúcido, transforma a sua atividade vital, o seu ser, em simples meio de *existência* (MARX, 2011, p. 116, grifos no original).

Outra face promissora para a reflexão do conceito de tecnologia é a sua dimensão cultural. Gilson Leandro Queluz (2000) refere-se à noção de alfabetismo técnico, ressaltando a tecnologia como meio de controle disciplinar.

¹⁵ Palavras nossas.

¹⁶ Obra de Karl Heinrich Marx escrita no ano de 1844.

Dessa forma, além dos sistemas de notações que constituem o alfabetismo técnico proposto, poderemos perceber outros discursos que o envolvem, como a dimensão cultural e social nele presentes. Por exemplo, veremos que, a filosofia moral, fundamentada em uma concepção de progresso tecnológico, responsável pela unicidade do alfabetismo técnico, *conjuga-se a uma série de medidas disciplinares que irão incidir sobre os alunos, dialogando com a constituição de uma hierarquia da ordem, como no caso da constituição da figura do menor, e da sociedade do trabalho.* (p.14-15, grifos no original).

Foucault aponta para a racionalização, que visava o controle dos corpos, tornando-os dóceis e produtivos por meio da disciplina:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. (FOUCAULT, 1999, p.119).

Portanto, o conceito de tecnologia carrega em seu bojo a dimensão dos processos técnicos, no dizer de Vargas, pela aplicação da ciência, e, na perspectiva de Ruy Gama (1987), como a “ciência do trabalho produtivo”. Contudo, Queluz (2000) ressalta no conceito de tecnologia a dimensão sociocultural. A conceituação de Queluz remonta à Foucault e suas análises da sociedade disciplinar e seu afã de controle dos corpos humanos. Nessa linha de análise, Queluz (2000) reforça a noção de que, também nas formas para o seu aprendizado e uso por parte dos trabalhadores, a tecnologia se mantém a serviço das classes dominantes.

Entende-se através da perspectiva de Gama (1997), que o saber tecnológico está presente em quaisquer atividades dos trabalhadores, sejam eles simples profissionais com uma qualificação inicial ou donos das mais altas graduações. No entanto, no caminho desse entendimento, é necessária a transposição da dominação do trabalhador apontada por Foucault (1999), e da alienação já denunciada por Marx e Engels (2011). Portanto, é fundamental que a escola vá além do ensino das ciências naturais aos trabalhadores. Ela deve colaborar incisivamente para a compreensão de que o trabalho tem um propósito social maior, e que todo trabalhador é igualmente importante. A escola deve reforçar a consciência sobre o uso das ciências e das tecnologias para além do utilitarismo econômico, que por sua vez é pautado nas ideologias dos “tecnologistas”. Tais ideologias são combatidas por Vieira Pinto (2005,

p. 290), filósofo que aponta para a necessidade de transcendê-las, indicando a finalidade das produções humanas sendo voltadas “para o bem” social.

Nessa linha filosófica de Gama e Vieira Pinto, urge a consciência de que todo o processo de produção material é, em si, um fazer tecnológico, que deve ter por fim a libertação pela justa valoração social de todo trabalho, observando também sobre a consciência de que a maquinaria serve ao trabalhador, ajudando-o em seu fazer, e não o contrário, e que qualquer sinal de subserviência nessa direção afasta o homem de sua própria humanidade criadora, soberana, sobre a tecnologia. E é na escola, seja ela propedêutica ou profissional, que esta dialética deve emergir.

A partir de todas essas concepções, adquire-se a noção de que, relacionada diretamente com a produção material, a tecnologia é o resultado das inovações obtidas pelas interações humanas a partir do uso dos seus conhecimentos científicos. Interações essas capazes de ‘aperfeiçoarem’ o fazer, que, por sua vez, é (re)visto conjuntamente nas ações técnicas individuais ou de grupos, na melhor utilização energética, na aplicação dos materiais, no uso dos meios de produção e na organização e humanização de todo o espaço onde ocorre o trabalho. Nesse processo da produção tecnológica, no entanto, não se pode perder de vista o caráter desumanizador o qual Martin Heidegger (1999) atribuiu à tecnologia. É preciso estar atento a essa dialética por ele proposta, não perdendo de vista a “soberania” do homem sobre a mesma.

2.2 SOBRE DESENVOLVIMENTO

Assim como a tecnologia, também diferem as interpretações sobre o significado de desenvolvimento econômico. Nesse caso, muitos dentre os defensores do pensamento liberal indicam que o desenvolvimento está relacionado apenas à produção de riquezas, não dando relevância à capacidade do país em distribuí-la junto à sua população. Portanto, é muito comum atribuírem ao Brasil privilegiada posição no ranking internacional dos países ricos, algo sobre o qual os pensadores, cujas teorias são relevadas nesse estudo, discordam. Nessa direção, adotar-se-á o conceito de que desenvolvimento é a capacidade de um país para produzir riquezas e distribuí-las de forma equânime à população, possibilitando ao máximo o bem-estar social.

Para tanto, a industrialização é uma das formas básicas para a obtenção do mesmo. A indústria, associada ao desenvolvimento tecnológico, também produz, segundo Celso Furtado (2000), condições para o desenvolvimento social.

O poder midiático, quando apresenta um significado para o entendimento geral sobre a posição econômica do Brasil no ranking das nações, o faz baseado exclusivamente nos resultados do PIB¹⁷. Ao declarar tal resultado, vem também apresentando o Brasil como uma potência econômica emergente, assim como foram enaltecidos os resultados na época da ditadura militar pelos economistas daquele governo, dos quais a partir de análises mais profundas sobre o conceito de desenvolvimento, só é possível se discordar.

Ao apresentar dessa forma o desempenho brasileiro, não aprofundando as distinções entre “crescimento” e “desenvolvimento” econômicos, a mídia e os maiores interessados acabam por camuflar a realidade socioeconômica do Brasil, realidade em que, dentre diversos indicadores, sobressai o mau resultado da posição do país quanto ao seu IDH¹⁸ frente a outras nações.

Bresser-Pereira, ao falar para a Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas em 2008, defendeu que

o desenvolvimento econômico de um país ou estados-nação é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população. A medida mais geral de desenvolvimento econômico é a do aumento da renda por habitante porque esta mede aproximadamente o aumento geral da produtividade; já os níveis comparativos de desenvolvimento econômico são geralmente medidos pela renda em termos de PPP (*purchasing power parity*¹⁹) por habitante porque a renda ou produto do país corrigido dessa maneira avalia melhor a capacidade média de consumo da população do que a renda nominal (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 1).

O conceito apresentado por Bresser-Pereira, identifica e dá destaque à capacidade de consumo dividida pelo número de habitantes, além de incorporar acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho que leve ao aumento da produtividade. Nesse entendimento, a sua análise para diferentes países e ‘culturas’, atribuirá ao IDH relevante importância.

¹⁷ Produto Interno Bruto representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, nesse caso um país, durante um período determinado.

¹⁸ Índice de Desenvolvimento Humano é resultado de estudos realizados pelo Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (o PNUD) da Organização das Nações Unidas (ONU).

¹⁹ Paridade do poder aquisitivo.

Celso Furtado (2000), economista, pesquisador de temas ligados à formação econômica brasileira, defende, em seu livro intitulado “Teoria e política do desenvolvimento econômico”, por sua vez, que

o aumento de produtividade econômica no plano da empresa significa, algumas vezes, apenas aumento da taxa de lucros para o empresário, sem repercussão no nível da renda global. Não se deve, portanto, confundir aumento de produtividade – no plano microeconômico – com desenvolvimento, o qual dificilmente se poderia conceber sem elevação da renda real *per capita*. Não obstante, o aumento de produtividade física no plano da empresa, pelo fato de que se baseia quase sempre na incorporação de novas técnicas e contribui para liberar a mão-de-obra, é fenômeno de grande importância no processo do desenvolvimento (p. 19).

Neste ponto, ambos os autores concordam que a produtividade industrial pode significar desenvolvimento, se, e somente se, isso significar aumento na renda do trabalhador e alargamento do desenvolvimento tecnológico. No tocante a este trabalho, essa questão assume particular importância por investigar o quanto um trabalhador egresso de escolas profissionais tem condições de colaborar com o aumento da produtividade da pequena indústria, e, por conseguinte, no aumento da sua própria renda, numa contribuição direta com o desenvolvimento econômico do país.

No entanto, Furtado (2000) aponta que essa relação entre produtividade e aumento nos rendimentos do trabalhador e do capital pode não ocorrer nessa proporcionalidade direta, pois as variações de demanda também interferem nesse processo.

À medida que cresce a produtividade, aumenta o fluxo da renda real, isto é, a quantidade de bens e serviços à disposição da coletividade. Por outro lado, o aumento concomitante das remunerações provoca, nos utilizadores da renda, reações tendentes a modificar o perfil da procura. Para entender o desenvolvimento econômico é necessário conhecer, por conseguinte, tanto o processo de aumento da produtividade como o comportamento dos agentes que utilizam a renda, em face da expansão desta (p. 123).

Como não há neste trabalho a intenção de se avançar nos estudos econômicos na direção dos processos das regulações de mercado, baseados, por exemplo, na “lei da oferta e procura”, ele se restringirá apenas à defesa do aumento da produtividade, obtida através da melhoria da qualidade de formação profissional, posto que isso, a priori, é parte do processo de desenvolvimento econômico.

Apoiando-se nas proposições de Keynes²⁰, Furtado defende que o referido desenvolvimento ocorre através do equilíbrio estrutural entre o aumento da produtividade, a acumulação do capital - que são geradores de progresso técnico -, o aumento da renda da população e da demanda, conjuntamente²¹.

Para Celso Furtado, então, as teorias para o desenvolvimento econômico “são esquemas explicativos dos processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o conseqüente aumento de produtividade conduz à melhoria do bem-estar de uma população com crescente homogeneização social” (FURTADO, 1992, p. 39). Em sentido contrário, indica que a noção de subdesenvolvimento provém de situações nas quais os “aumentos de produtividade e assimilação de novas técnicas não conduzem à homogeneização social, ainda que causem a elevação do nível de vida da população” (p. 39-40), o que se pode depreender sobre o fenômeno econômico observado nesse exato momento da nossa história, pois há elevação do nível de renda de muitos membros da população, sem, no entanto, existir significativa aproximação social entre as classes mais pobres e as mais ricas, proximidade essa verificada em grande parte dos países centrais.

Furtado também reforça que o subdesenvolvimento não é um estágio anterior ao desenvolvimento econômico, mas resulta de um processo histórico autônomo, e não a uma etapa que já tenha atravessada, necessariamente, uma economia que conseguiu alcançar grau superior de desenvolvimento. Para ele, portanto, o subdesenvolvimento não é uma fase inevitável do processo de formação econômica do capitalismo, mas se constitui, na verdade, uma “deformação” do desenvolvimento (FURTADO, 1996).

Para Furtado o sistema industrial, de forma globalizada, privilegia um em cada dez habitantes, o que torna distante o sonho dos países periféricos em auferir seu desenvolvimento pleno, como ocorreu nos países centrais. Pode-se concluir a partir daí que, por nesses países haver maior homogeneização social, então, será nos países “dependentes” que a pobreza aumentará, justamente para sustentar, de forma também globalizada, tais riquezas.

²⁰ John Maynard Keynes (1883-1946) economista britânico que inspirou o pensamento de muitos estudiosos no século XX para a macroeconomia, dentre eles o brasileiro Celso Furtado. Sua obra principal é o livro *General theory of employment, interest and Money*, que inspirou a chamada escola do pensamento “keynesiano”.

²¹ Para aprofundamento, ver capítulo 6 do livro *Teoria e política do desenvolvimento*, de Celso Furtado, intitulado *Segunda projeção da análise keynesiana: os modelos dinâmicos*.

Essa visão é também compartilhada por Florestan Fernandes (2009), que em sua teoria do “capitalismo dependente”, indica que a burguesia local convive com os interesses internacionais no sentido de preservar o seu *status quo*. Essa dependência é antiga, pois o modelo de “exploração econômica” do Brasil, conforme Caio Prado Jr. (2012) sempre foi esse²². A elite local “facilitando” os interesses dos exploradores externos, numa “parceria interna”²³, em benefício de suas próprias riquezas, e isso em detrimento da população comum que sempre trabalhou em regime de franca exploração. Para Florestan Fernandes (2009)

quando se dá a eclosão do mercado moderno, a revolução comercial ou a revolução industrial, os parceiros internos se empenham em garantir as condições desejadas pelos parceiros externos, pois veem em seus fins um meio para atingir os seus próprios fins. Não que se considerem incapazes de “montar o jogo”: pensam que usando tal método tornam o processo mais “lucrativo”, “rápido” e “seguro”. Privilegiam, assim, as vantagens relativas do polo dinâmico mais forte porque “jogam nelas” e pretendem realizar-se através delas (p.60).

Em sentido contrário a Florestan Fernandes, e também aos pensadores Caio Prado Jr. e Celso Furtado, os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970), preconizam que o desenvolvimento em países periféricos, como o Brasil, só ocorrerá na medida em que se ampliam as relações empresariais internacionais, mesmo sendo os maiores interesses emanados do centro para a periferia.

Analisando as ideias de Cardoso e Faletto, Martins e Valência (2014), ponderam que

Fernando Henrique Cardoso ao definir o paradigma de desenvolvimento latino-americano através da dependência, caracterizada pela desigualdade da abrangência de atuação entre o econômico e o político na conformação das estruturas de dominação, vê nela um limite à expansão da região, mas a indica como único paradigma possível de desenvolvimento nas condições conhecidas, contrapondo-a ao nacionalismo, ao socialismo e à estagnação. Como teórico e político, Cardoso escolhe a ética de responsabilidade, pois ela lhe permite vincular os seus fins aos condicionamentos impostos pelas estruturas dependentes. A fraqueza da esfera política em relação à objetividade da economia, não lhe permite construir um caminho próprio e sustentado de desenvolvimento (MARTINS; VALÊNCIA, 2014, p. 5).

Essa dependência, como já apontava Florestan Fernandes (2005, p. 244), poderia, sim, ser superada através da iniciativa da própria burguesia nacional, num

²² Ver: PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**, São Paulo: Brasiliense, 2012.

²³ Termo largamente utilizado por Florestan Fernandes.

caminho de desenvolvimento independente, naquilo que ele denomina uma “revolução dentro da ordem”. De certa forma, caminho conceitual adotado por Cardoso e Faletto (1970), em suas perspectivas de desenvolvimento em longo prazo. No entanto, a mencionada contradição está na própria descrença de Florestan (2005), em que essa “revolução” possa vir, de fato, ocorrer. Para ele as burguesias se afinizam e não se distinguem em seus interesses, mesmo que a burguesia nacional saiba que é, de alguma forma, subordinada à outra. Para ele,

a evolução do capitalismo não conduz, nessas condições, da dependência à autonomização, mas à consolidação e ao crescente aperfeiçoamento de uma ordem social competitiva capaz de ajustar o desenvolvimento capitalista e formas ultraespoliativas de dominação econômica (interna e externa) e de exploração do trabalho (FERNANDES, 2009, p. 79).

E, enfatiza que

a questão não está, como muitos pensam, em distinguir entre uma “burguesia nacional”, agente do nacionalismo econômico, e uma “burguesia internacional”, agente direto do imperialismo, encarando-se a primeira como um mal menor e necessário. As qualificações propostas são inconsistentes; e o problema não é que existam duas “burguesias”, mas uma hegemonia burguesa duplamente composta, graças à qual interesses burgueses internos e externos se fundem, funcionando estrutural e dinamicamente de forma interdependente e articulada. Essa associação cria a inviabilidade da América Latina sob o capitalismo, porque é ela que origina, preserva e legitima um padrão de mudança social que continuamente reorganiza a dependência, a espoliação, a miséria e as iniquidades sociais, que tornam a revolução nacional uma improbabilidade histórica (p. 141).

Por vieses diferentes, Florestan Fernandes encontra Celso Furtado na opinião sobre a dificuldade, ou mesmo a impossibilidade, para o pleno desenvolvimento econômico nos países periféricos, inclusive o Brasil. Para Furtado o desenvolvimento se torna um mito na medida em que se possa acreditar que os ricos queiram modificar o seu estilo de vida, e que esse mesmo estilo possa ser, ao contrário do que pregam muitas ideologias, difundido entre um número maior de seres humanos. “O custo, em termos de depreciação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana” (FURTADO, 1996, p. 89).

Mesmo no hemisfério norte, as constantes crises, que, de acordo com István Mészáros (2011b) constituem uma única crise estrutural do capital, já põe em risco o *Welfare State* vivido pelas populações de lá.

Analisando as implicações que essas concepções exercem sobre as questões de ciência e tecnologia, é preciso considerar inicialmente que a ciência e a tecnologia estão, segundo a perspectiva substantivista, a priori, a serviço do capital e do poder político, e que os seus desenvolvimentos estão muito mais atrelados à geração de lucro e domínio, do que ao serviço do bem comum, inibindo as possíveis dialéticas que possam dar às sociedades uma nova concepção de desenvolvimento humano e de sustentabilidade do planeta. Os detentores do poder econômico continuam praticando ações lesivas ao meio-ambiente e à humanidade. O mito do cientificismo é uma ideologia, muitas vezes propagada nas escolas tecnológicas, que ajuda a manter esse estado de coisas.

Nessa direção, pergunta-se: qual o papel da ciência e da tecnologia, e para qual forma de “desenvolvimento” elas contribuem? Vieira Pinto (2005) aponta para o distanciamento da ciência como bem universal, acreditando que

quando o progresso científico não se faz acompanhado pelo correspondente desenvolvimento na compreensão teórica do homem e de seu papel no mundo, torna-se inevitável perder-se o fio condutor que deveria manter a fidelidade do pensamento à prática, ou seja, fica esquecida a relação dialética que os une (p. 294).

Para ele, as ideologias dominantes preconizam que o desenvolvimento é decorrente da transferência de ciência e tecnologia superiores. Indica também a aceitação irreflexiva do cientificismo, e que os próprios cientistas dos países subdesenvolvidos coadunam com esse mesmo pensamento, afastando-se de novas possibilidades para o desenvolvimento de uma tecnologia adequada às verdadeiras necessidades de seus países.

A autoridade científica desses mestres, entre os quais se contam às vezes os maiores gênios de nosso tempo, obriga a levar em conta a sua palavra, recebida quase sempre com acatamento, mas de modo acrítico, ficando esquecido o fato primordial de que a competência desses cientistas não nasce de demonstrações de profundo preparo filosófico, mas se deve a manifestações de genial inteligência em campos singulares, com frequência extremamente limitados, da ciência ou da especulação teórica, com predileção no domínio da física, da bioquímica, da matemática, da astronomia. Esta situação configura-se com feições tanto mais dramáticas, quanto são desse gênero os melhores cientistas de que o país atrasado dispõe para lhe dizerem o que seria a tecnologia, qual aquela desejável, e as medidas a tomar para adquiri-la e desenvolvê-la (p. 295).

Percebe-se, novamente, que é o Estado o principal articulador entre a ciência e o compromisso com o desenvolvimento de uma nação. Pois, de quem seria a iniciativa nesse caminho “proposto” por Vieira Pinto para o Brasil, se Florestan e Prado Júnior indicam que o capitalista local subjugava-se a esta dependência do capital internacional, por achar conveniente para ele, mesmo que esta prejudique o conjunto da nação? Acredita-se que o caminho para o encontro de tecnologias próprias perpassa pela necessidade de uma forte atuação do Estado junto às universidades, empresas, escolas propedêuticas e profissionais, e mesmo junto aos trabalhadores, no sentido da difusão de uma filosofia contendo essa mesma compreensão. Também existe a crença em que uma ampla educação voltada ao pequeno empresário, seria uma das formas de se quebrar o processo de ideologização que parte do exterior e do grande capitalista local, que é, de fato, quem opta por esta dependência.

Tal crença, ainda que utópica, permite acreditar que, se não neste modelo de desenvolvimento tecnológico independente considerado ideal, o país poderia seguir caminhos mais soberanos. Na atual conjuntura, em que países centrais dependem bastante da estabilidade econômica brasileira, e através de uma política de proteção interna, aqui poderiam acontecer melhores negociações, como fizeram alguns países do bloco asiático, na defesa dos seus interesses tecnológicos e econômicos.

2.2.1 Produtividade

O conceito macroeconômico de Celso Furtado (2000) para desenvolvimento pode ser transmutado como produtividade em nível microeconômico. Produtividade pode ser entendida como a capacidade de uma empresa em aproveitar o mais racionalmente os recursos empregados no processo, retirando dos resultados uma renda que, em princípio, seria distribuída de modo a propiciar aumento da qualidade de vida de todos os produtores envolvidos, ou seja, todos os trabalhadores. Quando no conjunto das empresas aumentam os índices de produtividade, o desenvolvimento da economia interna de um país pode ocorrer por consequência.

À medida que cresce a produtividade, aumenta o fluxo de renda real, isto é, a quantidade de bens e serviços à disposição da coletividade. Por outro lado, o aumento concomitante das remunerações provoca, nos utilizadores da

renda, reações tendentes a modificar o perfil da procura. Para compreender o desenvolvimento econômico é necessário conhecer, por conseguinte, tanto o processo de aumento da produtividade como o comportamento dos agentes que utilizam a renda, em face da expansão desta (FURTADO, 2000, p. 123).

Para Furtado, a atuação do governo em diversas frentes colabora com o equilíbrio do mercado, permitindo que produtividade, aumento da renda *per capita* e desenvolvimento econômico sejam sinônimos. Por outro lado, quando é apenas o mercado que se autorregula, problemas nesse equilíbrio são verificados. Mézáros (2011b) demonstra a grave crise estrutural estadunidense decorrente da prática desse pensamento econômico:

fomos apresentados anteriormente com sermões semelhantes do presidente George W. Bush. Ele disse na sua intervenção na televisão há duas semanas que *normalmente e instintivamente* é devoto e crente apaixonado do *livre-mercado*, mas sob as atuais e excepcionais circunstâncias precisa *pensar* em outros caminhos. Deve começar a refletir a partir dessas difíceis circunstâncias, ponto final. (...)

Alguém pode pensar numa *maior acusação* para um sistema de produção econômica e reprodução social pretensamente insuperável do que essa: *no auge de seu poder produtivo, está produzindo uma crise alimentar global* e o sofrimento decorrente dos intocáveis milhões de pessoas por todo o mundo? (p. 20-21, grifos no original).

Mézáros (2011a) não só descredencia o “neoliberalismo” e a “globalização” indicando diversas falhas desses sistemas, como não acredita em uma economia baseada na livre iniciativa. Sobre as desigualdades e desperdícios inerentes ao sistema, ele escreve que

uma análise mais detalhada da economia praticada nos empreendimentos particulares desvenda o mistério de como e porque tal “economia” das partes poderia produzir a perdularidade do todo, revelando que a contradição entre determinações “micro” e “macroeconômicas” do sistema do capital é apenas aparente nesse aspecto. Na realidade, a “economia” do empreendimento particular é uma *pseudoeconomia*. Ela não é apenas *compatível* com o desperdício, mas representa o modo necessário de implementação – bem como a forma espontânea de legitimação – do desperdício nas células constitutivas (isto é, o “microcosmo”) do sistema (p. 662, grifos no original).

Assim, Mézáros indica que produtividade é algo relativo, e que o capitalismo, em busca de lucro, desrespeita alguns preceitos inerentes a esse conceito sistêmico. Fica intrínseco em suas ponderações que, se o desperdício pode ser visto como parte estratégica do processo de “valoração”, vendas e lucro, logo se torna ingenuidade

acreditar na lógica proposta entre produtividade, renda e desenvolvimento socioeconômico.

Essas afirmações de Mészáros reforçam o pensamento de Marx (2014, p. 600), para quem a maior produtividade e a intensidade do trabalho não resultam em melhores condições para o trabalhador, mas apenas no sobre valor da “mais-valia”. Para Marx (2014),

o aumento da produtividade e o da intensidade do trabalho atuam na mesma direção. Ambos aumentam a quantidade produzida num dado espaço de tempo. (...) Quanto mais cresce a produtividade do trabalho, tanto mais pode aumentar a intensidade do trabalho. Do ponto de vista social, a produtividade do trabalho aumenta com sua economia. Esta implica economizar meios de produção e evitar todo trabalho inútil. O modo capitalista de produção, ao mesmo tempo em que impõem economia em cada negócio particular, produz, com seu sistema anárquico de concorrência, o desperdício mais desmedido dos meios de produção e das forças de trabalho da sociedade, além de criar inúmeras funções para ele indispensáveis, mas em si mesmas supérfluas (p. 600).

Não obstante, porém, é necessário pensar que a produtividade “microeconômica” está direta e proporcionalmente relacionada à qualificação dos trabalhadores. Em qualquer dos casos político-econômicos apontados, tanto na perspectiva de Furtado (2000), quanto em Mészáros (2011a), não se pode perder de vista a relação entre a produtividade, o trabalho, os recursos disponíveis e o bem-estar geral. A regulação estatal do sistema econômico encontrará na produtividade, em princípio, meios para a promoção do bem-estar social, enquanto que um Estado “subserviente” ao livre mercado terá dificuldades nessa mesma direção como aponta Mészáros (2011a, 2011b).

O conceito de produtividade mais largamente difundido entre os empresários é o da relação positiva entre os recursos que entram no processo (*inputs*) e os resultados obtidos com o processo (*outputs*). Nessa relação a redução dos custos de qualquer um dos *inputs* será sempre compensadora, ou positiva, se o “valor” dos *outputs* permanecer igual, ou aumentar. Apesar de já estar intrínseca nos conceitos administrativos de Henry Ford (1863-1947) e outros pensadores da administração e da economia, essa definição formal foi apresentada pela Comunidade Econômica Europeia no ano de 1950. Frederick W. Taylor (1856-1915), em seus Princípios da Administração Científica, escrito em 1911, apresentou conceitos relativos à produtividade. Para ele a mesma resultará da participação estabelecida entre o capital e o trabalho, cujo resultado refletirá em menores custos e salários mais elevados a partir do aumento dos níveis da produção.

Deve-se considerar, entretanto, que o desestímulo aos desperdícios e consumos desmedidos não podem justificar qualquer elevação do desenvolvimento, mas, ao contrário disso, essas perdas aceleram as desigualdades. Num mercado predominantemente ocupado por pequenas empresas e cooperativas de trabalhadores, esses desperdícios e o estímulo ao consumo desmedido se tornam inviáveis, pois não haveria escalas de produção capazes de propiciarem tais fenômenos, que apenas interessam aos grandes produtores em largas escalas, que se organizam entre si, estabelecem suas regras e ética, e que atuam internacionalmente.

2.3 A PEQUENA EMPRESA FRENTE À GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA

Entre a primitiva indústria artesanal da colônia e a moderna maquinofatura, interpõe-se na evolução econômica do Brasil um grande hiato. Aquela decaiu e praticamente se anulou antes que a outra surgisse (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 257).

Caio Prado Júnior (2012) já indicava que a abertura dos portos em 1808 “aniquilou a rudimentar indústria que existia na colônia” (p. 257). Essa “abertura” é emblemática, pois, em boa parte dos momentos históricos brasileiros, inclusive no atual, privilégios são costumeiramente concedidos aos empreendimentos estrangeiros que por aqui aportam. Inclusas nesse processo, muitas das pequenas indústrias nacionais padecem para crescer em função de um processo concorrencial disforme.

Para Prado Júnior (2012), a tardia industrialização do Brasil é atribuída, em primeiro, às deficientes fontes de energia no passado. O carvão mineral do país é de baixa qualidade e sua exploração é difícil e precária, sendo a lenha e as forças motrizes da água ou do vento insuficientes para movimentar indústrias. “Além da deficiente energia, faltou ao Brasil outro elemento fundamental da indústria moderna: a siderurgia” (p. 257). Ele também indica que em meados do século XIX a população brasileira era pequena, dispersa e pobre, para justificar a implantação de uma maquinofatura.

Porém, ainda de acordo com o autor, coexistiam algumas condições favoráveis à industrialização. A primeira foi o constante declínio do câmbio, fenômeno qual aponta ter sido observado “em toda a evolução financeira do Brasil, desde sua independência” (p. 258). Os altos preços dos manufaturados importados propiciavam oportunidades para a produção no mercado interno. As barreiras alfandegárias eram outro fator de incentivo à instalação de indústrias. Essas barreiras foram progressivamente elevadas a partir de 1844, orientadas à proteção do Tesouro público. Mais um fator positivo foi a produção local do algodão, matéria-prima que ajudou a efetivação da maquinofatura têxtil no Brasil. Por muitas décadas a indústria têxtil representará parte substancial da indústria brasileira.

Finalmente, ele aponta como facilidade a disponibilidade e os baixos custos da mão de obra local. “São essas as circunstâncias principais que condicionarão o desenvolvimento de uma **pequena indústria**, sobretudo o têxtil, na segunda metade do século passado²⁴. Ela terá um caráter local limitado a pequenos mercados de curto raio” (p. 259, grifo meu), o que, impedia as pequenas empresas de crescerem substancialmente. Os crescimentos observados pelos estudiosos e relativos ao setor industrial, geralmente, diziam respeito à quantidade de estabelecimentos, mas não a seu caráter qualitativo, ou seja, o porte das indústrias era limitado e a qualidade dos produtos, geralmente, inferior à dos países mais industrializados.

Prado Júnior (2012) ainda indica que, depois de um início modesto,

a indústria brasileira terá seu primeiro surto apreciável no último decênio do Império (1880-1889). (...) O número de estabelecimentos industriais, de pouco mais de duzentos em 1881, ascende no último ano da monarquia para mais de seiscentos. O capital invertido sobe então a 400 mil contos (cerca de 25 milhões de libras), sendo 60% na indústria têxtil, 15% na de alimentação, 10% na de produtos químicos e análogos, 4% na indústria da madeira, 3,5% na de vestuário e objetos de tocador, 3% na metalurgia (p. 259).

Conforme mencionado, a instalação de “grandes” indústrias não encontrava viabilidade face à fraca infraestrutura oferecida no país. Essa falha, além das dificuldades para as importações provocadas ora pelas desvalorizações cambiais, ora pelas proteções alfandegárias, indicou o caminho para os grupos empresariais internacionais de operações de capitais. Seus objetivos, então, passaram a ser o de investir na implantação dessa mesma infraestrutura, concentrada nos serviços

²⁴ Entenda-se século XIX.

públicos, como estradas de ferro, serviços e melhoramentos urbanos, instalações portuárias e fornecimento de energia elétrica.

Entretanto, em se pensando na exploração das oportunidades financeiras, e do ponto de vista estratégico econômico internacional, o Brasil oferecia muito mais lucratividade com as operações bancárias. Portanto, a implantação de fábricas aqui, mostrava-se menos interessante do que fomentar essas mesmas operações e os decorrentes endividamentos, tanto por parte do governo, quanto de sua população. Para tanto, a infraestrutura era mais um meio de se auferir lucro e de acelerar os empreendimentos locais e as suas relações com os referidos bancos desses grupos internacionais. Dessa forma, então, “substituiu-se o simples objetivo de vender produtos industriais, a ampla expansão do capital financeiro que, sob todas as modalidades, procurará explorar em seu proveito as diferentes atividades econômicas” (p. 271).

Nessa perspectiva de valorizar o retorno do investimento, apesar de não haver um interesse intenso na industrialização do país, alguns outros saltos de crescimento industrial foram observados após aquele primeiro avanço no final do Império. A continuidade do crescimento se dá após esse período com “a febre de iniciativas dos primeiros anos do novo regime”. Com a República foram fundadas mais 425 novas fábricas. Mas, foi a Primeira Guerra Mundial (1914-18) que ajudou a impulsionar a indústria brasileira na primeira metade do século XX, não só através da redução das importações, mas também pela já conhecida desvalorização cambial da moeda nacional. Foi apontado

no primeiro grande censo posterior à guerra, realizado em 1920, os estabelecimentos industriais arrolados somarão 13.336, com 1.815.156 contos de capital e 275.512 operários. Destes estabelecimentos, 5.936 tinham sido fundados no quinquênio 1915-19, o que revela claramente a influência da guerra (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 261).

Apesar desses números e dos saltos do empreendedorismo local, num todo o Brasil se industrializava a passos lentos, pois na média, cada indústria absorvia cerca de 21 trabalhadores apenas. Nossa grande especialidade econômica, desde o descobrimento, sempre foi o fornecimento de matérias-primas e produtos primários, baseado nos extrativismos vegetais e minerais, e na agricultura.

Da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX a principal atividade econômica foi a cafeicultura. O poder gerado pela exportação

desse produto foi tão grande que os maiores fazendeiros da época, os chamados barões do café, participaram diretamente na queda do Império, tendo sido eles, no primeiro período da República, a classe que governou o Brasil. O grosso da renda auferida pelo café provinha das exportações desse produto, no entanto, devido às variações do seu preço no mercado internacional, nem sempre propiciava lucros, e às vezes até grandes prejuízos. De acordo com Prado Júnior (2012) e Furtado (2007), esses eram prejuízos geralmente absorvidos pela população brasileira. Manobras políticas internas faziam com que aqueles fazendeiros repassassem os danos econômicos à população. Tudo isso era possível graças a um processo “democrático” muito falho, quando a maioria não podia eleger, pois só votavam pessoas do sexo masculino, alfabetizados, e maiores de 21 anos, além de o voto ser “aberto”, o que facilitava a coação por parte dos candidatos mais poderosos. A maior parte dos operários fabris era analfabeta, por isso não votava, e os empresários industriais tinham pouca ou nenhuma influência no processo eleitoral. Assim, os interesses das indústrias eram tratados com menor importância pelos governantes.

A grave crise de 1929, com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, agravaram os problemas com a venda do café no mercado externo e o preço desse e dos demais produtos agrícolas brasileiros despencou. Naquele momento as reservas cambiais do país já estavam exauridas, mas novamente os cafeicultores, e seus importadores, utilizaram manobras para não perderem. Celso Furtado (2007) aponta que no final daquele ano e no auge da crise, os estoques eram grandes e a enorme safra não havia sido colhida. Isso pedia uma decisão, deixar o café apodrecer no pé ou colhê-lo a fim de estocar para forçar os preços a subir, ou até destruí-lo com essa mesma intenção. Qualquer das decisões implicava em mais custos ainda e seriam financiadas, mais uma vez,

com recursos obtidos dentro do próprio país, seja retendo uma parte do fruto da exportação do café, seja com pura e simples expansão do crédito. À medida que se utilizou a expansão de crédito, houve mais uma vez uma socialização dos prejuízos. Essa expansão de crédito, por seu lado, iria agravar o desequilíbrio externo, contribuindo para maior depreciação da moeda²⁵, o que beneficiava indiretamente o setor explorador (FURTADO, 2007, p. 266).

²⁵ Indica também Furtado (2007, p. 265) que a desvalorização da moeda já fora um artifício utilizado para que fossem mantidos os lucros na exportação do café.

Essas práticas político oligopolistas, além de outras tantas ações que desagradaram a classe média brasileira, e nesse conjunto os militares, vão desgastando a política da Velha República por toda a década de 1920, até a ocorrência da Revolução de 1930 para a tomada do poder. No entanto, a total dependência econômica brasileira da cultura cafeeira, apesar da saída dos cafeicultores do poder, obrigou o então atual governo a manter as medidas protecionistas anteriormente concedidas. Para Francisco C. Weffort, de acordo com o texto denominado: “Educação e Política: reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da Liberdade, que é preâmbulo da obra Educação como prática da Liberdade

tendo sido afastada do poder a oligarquia cafeeira, principal suporte do antigo regime oligárquico, surge uma composição entre alguns dos setores tradicionais do Sul e do Nordeste e setores das classes médias em ascenso político desde a década de 20. Entretanto, esta aliança entre alguns dos grupos dominantes, que posteriormente se abre também aos interesses industriais, nunca pôde recusar-se ao fato da ponderação decisiva dos interesses do café para o conjunto da economia brasileira, pois todos os setores participantes dessa composição eram relativamente marginais do ponto de vista econômico (*in* FREIRE, 2003, p. 29).

Para Furtado (2007), entretanto, isso não fora de todo ruim, pois evitou maiores danos ao Brasil no período imediato à crise, ou seja, nos anos de 1930 a 1932. Para ele,

a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados (p. 272).

De acordo com ele, naquele momento, o mercado interno fora responsável por um maior equilíbrio econômico no país.

Assim como a segunda metade do século XIX se caracteriza pela transformação de uma economia escravista de grandes plantações em um sistema econômico baseado no trabalho assalariado, a primeira metade do século XX está marcada pela progressiva emergência de um sistema cujo principal centro dinâmico é o mercado interno (p. 323).

Ainda analisa Furtado (2007) que “o período compreendido entre 1920 e 1957 está assinalado por uma redução substancial da importância relativa da procura externa como fator determinante do nível de renda” (p. 326). Apesar de o Brasil

também começar a se destacar na exportação de outros gêneros, como foi o caso do algodão a partir de 1934, do minério de ferro etc., será o mercado interno que sustentará nossa fraca economia. Nessa perspectiva, ao final da primeira metade do século XX, a indústria começara assumir papel fundamental.

A era Vargas foi um período sem precedentes para a industrialização do país, acarretada por alguns acontecimentos e medidas governamentais importantes. Pode-se considerar que a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi o principal, pois a grande recessão externa com a consequente e drástica redução das importações, favoreceu a iniciativa privada local a investir na abertura de mais empresas. A implantação das “indústrias de base”, com a abertura das estatais Companhia Siderúrgica Nacional e mineradora Vale do Rio Doce contribuíram muito para a independência nacional no fornecimento da principal matéria-prima industrial, ou seja, o aço.

É significativo que, em meio às dificuldades da Segunda Grande Guerra, o Governo brasileiro haja conseguido dotar o país de um moderno complexo siderúrgico²⁶. No imediato pós-guerra foi lançado um primeiro plano de investimentos públicos infra-estruturais (Plano Salte). Em 1952, foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, graças ao qual importantes recursos foram encaminhados para as indústrias de base e para os setores infra-estruturais (FURTADO, 1976, p. 195).

Com relação à questão energética, visando reduzir o problema da eletrificação do país, foi criada a Eletrobrás, e na questão da redução das importações de petróleo e seus derivados, fora criada a Petrobrás. Outra importante decisão da era Vargas foi a abertura do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o SENAI, que visava contribuir na formação da tão escassa mão-de-obra qualificada para o setor industrial. Mas o final da Segunda Guerra, com a crescente industrialização brasileira, por outro, também marcam o fortalecimento da entrada do capital norte-americano no país. Para Leôncio Basbaum, citado por Ribeiro (1998),

é somente em 1945, com a derrota dos países do Eixo, que o Brasil se amarra definitivamente com os Estados-Unidos, único país capitalista que sobrou da segunda guerra em condições de sobrevivência. E é quando começa

²⁶ Descreve Furtado que “o plano siderúrgico do Governo brasileiro foi elaborado imediatamente antes da guerra. Nos anos de conflito, a usina de Volta Redonda foi construída mediante financiamento do Export-Import Bank e aquisição dos equipamentos nos Estados Unidos, o que somente se tornou possível graças a entendimentos políticos do Governo Vargas com o presidente Roosevelt. A usina começou a operar em 1946 (FURTADO, 1976, p. 195).

realmente a grande penetração capitalista norte-americana, que iria atingir o apogeu em 1955 (p. 131).

Furtado (1976, p. 196) também indica que logo após a Segunda Guerra Mundial, a atividade industrial no país cresceu. No entanto, não conseguiu manter tal crescimento a partir da década de 1960. Indica ele que entre os anos de 1956 e 1962 a média de crescimento atingiu a marca de 10,8 por cento, tendo declinado vertiginosamente para 4,8 por cento no período entre 1963 e 1968, sendo a redução da velocidade do desenvolvimento reduzida devido ao “aumento da pressão inflacionária” e ao “agravamento das tensões sociais” naquele momento pós-golpe.

Quando havíamos instalado os elementos básicos de um sistema produtivo moderno, criando as condições necessárias para completar a construção nacional no plano social, deu-se a reversão do processo histórico. O fechamento do processo político, ao destruir as bases da convivência democrática, deu à dilapidação do Estado. Este sofreu uma metamorfose, crescendo desordenadamente, escapando ao controle da sociedade civil (FURTADO, 1998, p. 79).

Apesar dos avanços na direção da industrialização, a economia do país ainda permanecia modesta se comparada aos maiores centros econômicos. Prado Júnior (2012) identifica esse como mais um dos entraves ao crescimento industrial, apontando que

o baixo nível econômico do país, e sobretudo deficiências estruturais, tornam o processo de capitalização lento e muito débil. Não se chegará a formar no Brasil nada que se parecesse com um mercado de capitais semelhante ao de todos os países industriais da atualidade (p. 263).

O autor também demonstra que esse grande crescimento industrial ocorrido nessas primeiras décadas do século XX passou a representar importantíssimo papel na economia nacional, colaborando com a equalização da balança comercial e com a normalidade financeira do país. Para ele a indústria “tornara-se um elemento indispensável ao funcionamento normal da economia brasileira que já não poderá mais dispensá-la sem um distúrbio profundo de todo seu equilíbrio” (p. 262). No entanto, todo esse ambiente protecionista, por vezes suportado pelas políticas econômicas internas, outras por conta das próprias recessões internacionais, causou profunda acomodação das indústrias locais.

Não terá havido para elas a luta pela conquista e alargamento de mercados que constitui o grande estímulo das empresas capitalistas, e o responsável principal pelo progresso vertiginoso da indústria moderna. Pode-se dizer que os mercados virão a elas, num apelo à produção interna de artigos que a situação financeira do país impedia que fossem comprados no exterior (p. 262).

É nessa conjuntura protecionista que “a maior parte da indústria brasileira continuará como dantes: largamente dispersa em unidades insignificantes, de rendimento reduzido e produzindo exclusivamente para estreitos mercados locais” (p. 263). Prado Júnior, então, indica que esse protecionismo, se, de um lado reservou às empresas o mercado interno, por outro acomodou os empresários, tornando pouco competitiva a indústria nacional, quando comparada com a dos países centrais.

Assim foi até o ano de 1990, quando o presidente Fernando Affonso Collor de Mello abre indiscriminadamente o mercado aos produtos estrangeiros. Então, quando produções das mais variadas procedências passaram a entrar no país, muitas indústrias nacionais faliram, inclusive desaparecendo setores inteiros, como foi o caso do quase total desaparecimento da indústria de calçados na cidade de Curitiba naquela mesma década.

Apesar de escrito antes dos eventos anteriormente citados, a percepção de Prado Junior (2012) a respeito do perfil do industrial brasileiro continua pertinente. Para ele, esse perfil não se alterou muito ao longo do século XX, pois

observa-se que boa parte deles se constitui de indivíduos de origem modesta que estabelecendo-se com empreendimentos a princípio insignificantes, conseguiram graças aos grandes lucros dos momentos de prosperidade e um padrão de vida recalcado para um mínimo essencial à subsistência, ir acumulando os fundos necessários para ampliarem suas empresas (p. 263).

Em Diagnóstico²⁷ realizado sobre o setor da confecção do vestuário paranaense, no ano de 1995, junto ao CITPAR (Centro de Integração de Tecnologia do Paraná), foi constatada essa mesma realidade e, ainda, que a maioria dos empreendedores desse segmento não possuísse qualquer experiência técnica antes de abrirem o seu negócio, sendo também que a maior parte deles possuía baixa escolaridade. O mesmo fenômeno foi observado em pesquisas e apontado em Diagnóstico²⁸ realizado pelo SEBRAE-PR no ano de 2000. A questão da baixa

²⁷ A pesquisa, os resultados e a elaboração desse documento foi um trabalho deste pesquisador.

²⁸ DIAGNÓSTICO SETORIAL indústria do vestuário do Estado do Paraná. Curitiba: SEBRAE-PR, 2000.

qualificação do industrial brasileiro, até o final do século passado, identificava ser mais um dos problemas para o crescimento desse setor da economia.

Entretanto, para Celso Furtado (2000) a industrialização de um país é uma das condições primordiais para a superação de seu subdesenvolvimento, e nesse contexto a participação do Estado se faz fundamental. Com foco nessa importância socioeconômica, entende-se que o estímulo estatal à boa formação profissional do brasileiro, seja ele empregado ou empregador, é questão *sine qua non* para o desenvolvimento industrial do país. Porém, desde meados da década de 1960, até os dias atuais, as políticas governamentais de estímulos às empresas internacionais superam as iniciativas com vistas a atender os anseios das indústrias domésticas. Tal prática subtrai o que os próprios governantes defendem ser o conceito de livre concorrência.

Eduardo Galeano (2013) já indicava que essas tradicionais vantagens dedicadas às empresas estrangeiras ocorrem desde a década de 1960, mostrando em seu trabalho que

dois ministros do governo que depuseram na comissão parlamentar²⁹ sobre a desnacionalização do Brasil reconheceram que as medidas adotadas no governo de Castelo Branco, permitindo o fluxo direto do crédito externo para as empresas, tinham deixado em inferioridade de condições as fábricas de capital nacional. Ambos se referiam à célebre instrução 289, de princípios de 1965: as empresas estrangeiras obtinham empréstimos no exterior a 7 ou 8 por cento, com um tipo especial de câmbio que o governo garantia no caso de desvalorização do cruzeiro, enquanto as empresas nacionais deviam pagar juros de 50 por cento pelos créditos que laboriosamente conseguiam dentro do país (p. 308-309).

Galeano também cita o discurso de Robertos Campos, Ministro do Planejamento no governo de Castelo Branco, proferido à mesma comissão de inquérito. Fato que reforça tese de Florestan Fernandes (2008a), quando indica a subserviência da elite nacional aos interesses do capital externo, com vistas a lograrem benefícios próprios. O trecho atribuído a Campos a que se refere Galeano é o que segue:

“Obviamente, o mundo é desigual. Há quem nasça inteligente e há quem nasça tolo. Há quem nasça atleta e há quem nasça aleijado. O mundo se compõe de pequenas e grandes empresas. Uns morrem cedo, na plenitude da vida; outros se arrastam, criminosamente, numa longa existência inútil. Há

²⁹ Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as transações efetuadas entre empresas nacionais e estrangeiras realizada em setembro de 1968.

uma desigualdade básica fundamental na natureza humana, na condição das coisas. Disto não escapa o mecanismo do crédito. Postular que as empresas nacionais devam ter o mesmo acesso que as empresas estrangeiras têm ao crédito estrangeiro é simplesmente desconhecer as realidades básicas da economia” (1960, apud GALEANO, 2013, p. 309).

Sobre esse depoimento, o seu autor, e sobre a ideologia da desigualdade nele presente, Galeano (2013) tece crítica mordaz:

De acordo com os termos deste breve e **suculento** *Manifesto Capitalista*³⁰, a lei da selva é o código que naturalmente rege a vida humana, e a injustiça não existe, pois aquilo que conhecemos por justiça não é senão a expressão da cruel harmonia do universo: os países pobres são pobres porque... são pobres; o destino está escrito nos astros e só nascemos para cumpri-lo: uns, condenados a obedecer, distinguidos para mandar. Uns, entretanto com o pescoço e outros com a corda. O autor foi artífice da política do Fundo Monetário Internacional no Brasil (p. 309-10, grifo no original).

A depressão industrial ocorrida na década de 1960 apontada por Celso Furtado (2007), também foi abordada nos estudos de Eduardo Galeano (2013), que apontou o truste das empresas de países de capital avançado sobre as indústrias nacionais, muitas vezes facilitado pelos governantes da época, nesse caso, em especial, o governo do Marechal Castelo Branco. Em forma de denúncia, o autor pondera que

entre 1964 e meados de 1968, quinze fábricas de automotores ou de peças para veículos foram deglutidas pela Ford, Chrysler, Willys, Simca, Volkswagem e Alfa Romeo; no setor elétrico e eletrônico, três importantes empresas brasileiras foram parar em mãos japonesas; Wyeth, Bristol, Mead Johnson e Lever devoraram uns quantos laboratórios, e a produção nacional de medicamentos se reduziu à quinta parte do mercado; a Anaconda se lançou sobre os metais não ferrosos e a Union Carbide sobre os plásticos, os produtos químicos e a petroquímica; a American Can e a American Machine and Foundry e outras colegas se apossaram de seis empresas nacionais de mecânica e metalurgia; a Companhia de Mineração Geral, uma das maiores fábricas metalúrgicas do Brasil, foi comprada a preço vil por um consórcio do qual participaram a Bethlehem Steel, o Chase Manhattan Bank e a Standard Oil. Foram sensacionais as conclusões de uma comissão parlamentar formada para investigar o assunto, mas o governo militar fechou as portas do Congresso, e o público brasileiro jamais conheceu esses dados (p. 305).

Pelos relatos de Celso Furtado (1992, 2007), de Eduardo Galeano (2013), e também de Florestan Fernandes (2008a, 2009), e a crença no consentimento da burguesia ao golpe militar, e apesar dela, depreende-se que o desenvolvimento das indústrias nacionais na década de 1960 foi totalmente comprometido pelas políticas governamentais.

³⁰ Grifo no original.

Observando essas empresas de capital nacional, verifica-se hoje que são poucas as de grande porte, e dentro desse grupo menos ainda são as que operam em setores de alto valor agregado, sendo em percentual menor aquelas que investem em pesquisas para aprimorarem tecnologias e produtos. Entende-se que esse quadro compromete, em muito, o desenvolvimento socioeconômico do país. O Quadro 1 demonstra que entre os anos de 1996 a 2002, ou seja, em apenas seis anos, o universo de grandes indústrias no país decresceu na ordem de seis por cento, na média anual de um ponto percentual, não sendo possível, entretanto, identificar quais dessas empresas são de origem estrangeira.

	Micro		Pequena		Média		Grande		Total	
	1996	2002	1996	2002	1996	2002	1996	2002	1996	2002
Indústria	332.049	439.013	27.011	37.227	6.375	6.548	1.521	1.430	366.956	484.218

Quadro 1: Brasil - Número de empresas industriais formais - 1996-2002

Fonte: IBGE – Estatísticas do Cadastro Central de Empresas / CEMPRE (apud SEBRAE, 2005, p. 12).

A ideia da economia baseada na prática do livre mercado, defendida pelo neoliberalismo, iniciada na história recente do país pelo presidente Collor de Mello, continuada pelo seu vice Itamar Franco e reforçada nas políticas de Fernando Henrique Cardoso, mostraram-se ineficazes para o fortalecimento do setor industrial e da proteção do emprego. Durante esses anos (1990 a 2002) as taxas do desemprego no país só aumentaram (Gráfico 1).

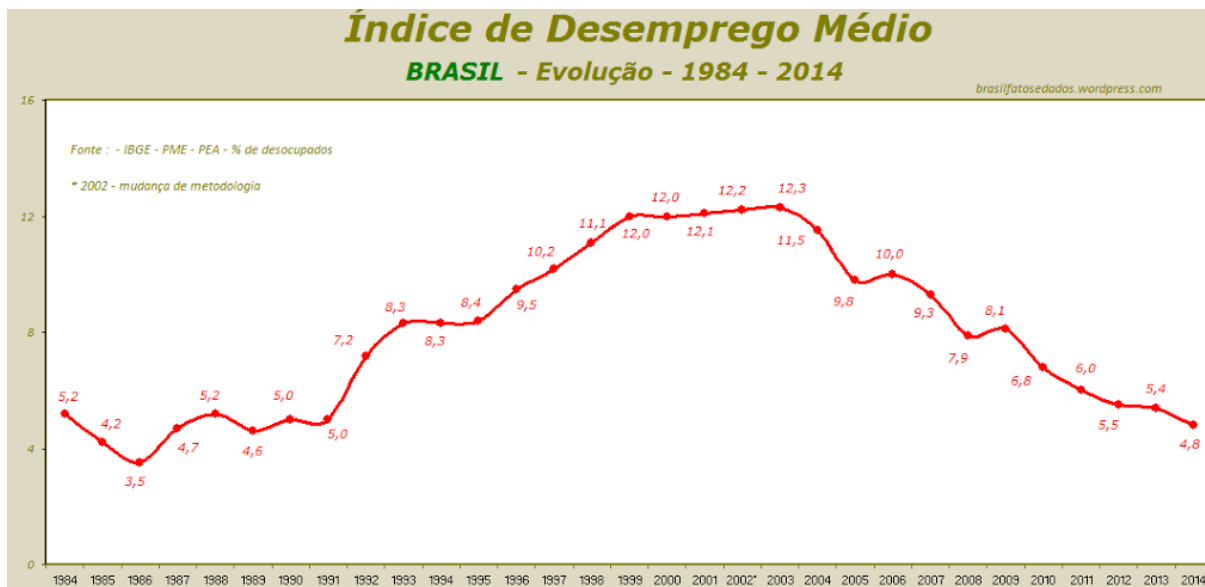


Gráfico 1 - Índice de Desemprego Médio / Brasil – Evolução 1984 – 2014

Fonte: IBGE apud Brasil Fatos e Dados³¹

No entanto, a fase de FHC foi avaliada como “competente, segundo os ditames do que foi conhecido como o *Consenso de Washington* ou a cartilha do ajuste dos países dependentes para se adequarem aos objetivos dos centros hegemônicos do sistema capitalista mundial” (FRIGOTTO, 2007, p.1137).

Se em alguns momentos históricos o mercado interno foi preservado às indústrias domésticas, nesse período de livre mercado o oposto aconteceu. Apesar da consciência sobre a estagnação da indústria nacional ampliada nas décadas de 1970 e 1980, ocorreu uma abrupta, e sem qualquer planejamento, abertura de mercado no início dos anos 1990. Isso não só revelou, num processo concorrencial direto, a inferioridade tecnológica, a obsolescência dos meios de produção, o despreparo do trabalhador, etc., tendo também causado a quebra de inúmeras empresas e graves problemas à economia interna. A comentada preferência, com a oferta de vantagens a instalação de empresas internacionais pelos governos, a escolha da população pelos importados, as altas taxas dos juros, e a difícil relação com o sistema bancário, foram fatores que dificultaram severamente o crescimento e a sobrevivência das indústrias brasileiras, principalmente as pequenas, e que agravaram a crise econômica e o desemprego.

³¹ Disponível em: <<https://brasilfatosdados.wordpress.com/2010/09/09/desemprego-evolucao1986-2010-2/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

A referida abertura desmedida às importações provocou o fechamento de inúmeras fábricas no país. Observa-se que, apesar do universo de micro e pequenos empreendimentos ter aumentado em números absolutos, isso não significa dizer que os anteriores se mantiveram abertos. O rodízio de empresas se manteve como antes, tendo aumentado o número de indústrias novas, mas não os postos de trabalho. Justamente por serem iniciantes, esses empreendimentos têm portes menores e não ampliam a oferta de empregos, aspecto comprovado pelos dados do IBGE. Na mesma direção, muitas indústrias de grande porte desapareceram, surgindo outras novas que ascenderam do status de médias, e as multinacionais que já nascem grandes. O fechamento de grandes indústrias, a também redução do número de postos de trabalho nessas empresas, e o rodízio das menores, são fenômenos que ajudam a justificar o crescimento do desemprego naquele período.

Este fenômeno foi, principalmente, observado entre os anos de 1995 e 2002. No “período subsequente” ao governo de FHC os empregos foram recuperados, tendo sido também reduzido o referido rodízio de empresas, e isso graças, também, a algumas barreiras alfandegárias que protegeram as pequenas indústrias nacionais, principalmente, do dumping proveniente de países orientais. A prática protecionista, mais uma vez, protegeu as indústrias já existentes. Esse fato pode ser comprovado pelos números emitidos pelo SEBRAE, que indicam o aumento da média de longevidade das pequenas empresas no mesmo período.

Após o ano de 2002, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o fortalecimento de setores industriais, como, por exemplo, o da construção civil e da indústria naval colaborou para uma drástica redução no desemprego estrutural (Gráfico 2).

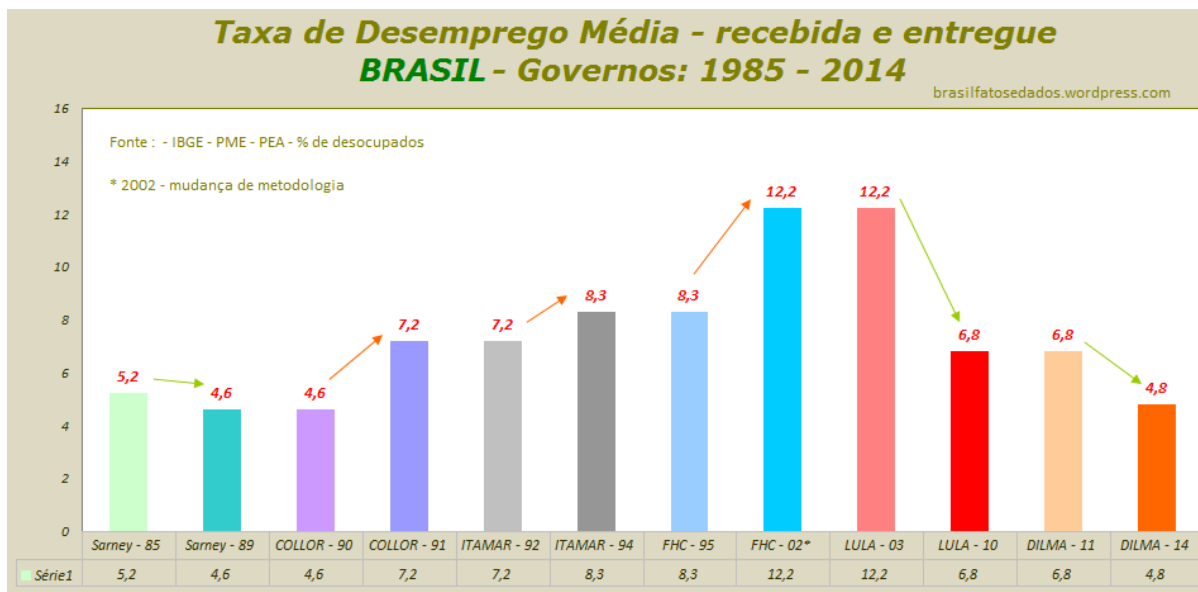


Gráfico 2 – Taxa Média do Desemprego (recebida e entregue) / Brasil Governos: 1985 - 2014

Fonte: IBGE apud Brasil Fatos e Dados³²

No entanto, e apesar de ser este um governo eleito como representante das classes trabalhadoras, muitas políticas neoliberais foram mantidas, como os privilégios fiscais às multinacionais e aos bancos, as privatizações e a continuidade do arrocho tributário às empresas nacionais e à própria classe trabalhadora.

Celso Furtado (1998) não acredita que a economia baseada no livre mercado possibilite o equilíbrio automático e a máxima eficiência empresarial, e que este não seja um caminho para superar o subdesenvolvimento.

Essa visão global do capitalismo industrial levou-me à conclusão de que a superação do subdesenvolvimento não se daria das simples forças do mercado, exigindo um projeto político voltado para a mobilização de recursos sociais que permitissem empreender um trabalho de reconstrução de certas estruturas (FURTADO, 1998 p. 62).

Para ele, é a presença do Estado que pode garantir o equilíbrio de interesses entre o capital e o trabalho, assim como entre os grandes e pequenos capitalistas. Ele defende que o livre mercado é ineficiente para reconhecer tal equilíbrio, ficando o próprio governo incapaz de promover as mudanças necessárias ao desenvolvimento. Acredita que os sistemas político-filosóficos do livre mercado, por final, sempre beneficiam o grande capital.

³² Disponível em: <<https://brasilfatosedados.wordpress.com/2010/09/09/desemprego-evolucao1986-2010-2/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

No Paraná, em meados da década de 1990, no período de inserção das políticas neoliberais, foi possível verificar a ocorrência da teoria furtadiana, pois enquanto benesses eram concedidas ao setor automotivo internacional, o já comentado setor calçadista curitibano composto por micro e pequenas indústrias desaparecia sem qualquer atendimento ou atenção política. Se, por um lado, era largamente propagada a geração de empregos na cadeia automotiva, por outro, muitos empregos eram perdidos nas fábricas de calçados e noutras pequenas indústrias, influenciando também no fechamento de grandes fábricas como a do Cortume Curitiba S.A, que chegou a ser o quinto maior do mundo e o maior da América Latina³³.

Nesse mesmo período, ou seja, no final da década de 1980 e na primeira metade da de 1990, as indústrias brasileiras passaram por um período de reestruturação produtiva, na expectativa de implementar alguns dos princípios e métodos do Modelo Japonês de Produção Industrial, o MJPI. Para tanto, as grandes ou médias indústrias contratavam ou treinavam seus engenheiros e administradores, ou ainda buscavam consultores. Essas empresas buscavam implantar, a maioria em vão, os métodos e as técnicas de gestão sugeridas por aquele modelo, e que fossem capazes de adotarem o sistema Just-in-Time (JIT) e suas correlatas ferramentas nos ambientes fabris. Nessa época, conforme Antunes (2011),

praticamente todos os países latino-americanos dotados de áreas industrializadas implementaram em suas empresas os processos de *downsizing*, por meio de uma enorme redução do número de trabalhadores e do aumento das formas de exploração da força de trabalho, o que significa que o processo tecnológico e informacional também passou por sérias mutações. A flexibilização, a desregulamentação e as novas formas de gestão produtiva foram introduzidas com grande intensidade, mesclando-se aos novos processos produtivos baseados na acumulação flexível, ou ainda no chamado toyotismo (ou “modelo japonês”), que expandiu para o capitalismo ocidental de modo muito vigoroso e ampliado desde os anos 1970 – para a América Latina, especialmente, a partir dos anos de 1980 (p. 39).

Há concordância com Ricardo Antunes (2011) na questão relativa à grande dispensa de trabalhadores que ocorreu no período, porém, em partes, há discordância quanto à adoção do MJPI no Brasil³⁴, justamente por se constatar que um número

³³ Complexo industrial do Cortume Curitiba vai a leilão: Processo falimentar iniciado em 1995 pode estar próximo a um desfecho. Bem Paraná On-line, Curitiba, 13 mar. 2007. Disponível em: <<http://www.bemparana.com.br/noticia/21991/complexo-industrial-do-cortume-curitiba-vai-a-leilao>>. Acesso em: 11 nov. 2014

³⁴ Para Sérgio Tumolo (2001, p.71) “é preciso reconhecer que a conformação do fenômeno de reestruturação

expressivo de indústrias nacionais não pôde acompanhar esse ritmo mundial de modificações em seu *modus operandi*, em especial as pequenas. Pois, se do “portão para dentro” algo nessa direção poderia ser feito, desse ponto para fora a logística causava transtornos, quase que intransponíveis.

As falhas infraestruturais do transporte no país inviabilizaram os planejamentos das entregas dos materiais, que não puderam ser cumpridos nas datas e horários previstos. O MJPI, principalmente no que diz respeito ao JIT, foi inacessível para um número expressivo de empresas.

A mesma tentativa foi buscada por pequenas indústrias, mas, para elas, as dificuldades aumentavam exponencialmente. Nesses ambientes fabris dificilmente se pode encontrar o MJPI em curso, e isso devido a decisivos fatores. O primeiro, diz respeito ao já comentado problema com a logística externa, pois as empresas fornecedoras de materiais, por diversos motivos internos e externos, não conseguem estabelecer prazos exatos para as suas entregas. Por esse motivo, as pequenas indústrias, por questões de segurança, elevam os níveis dos estoques de materiais, aumentando os seus custos financeiros.

O fluxo de caixa foi outro fator decisivo, pois, em função do atraso nos recebimentos, as compras são por muitas vezes adiadas, ou exageradamente antecipadas. Isso desequilibra o planejamento da produção, fundamental princípio dentro do MJPI. Tudo isso inviabiliza a redução dos estoques em processo, aumentando os desperdícios com a movimentação de materiais, e com os produtos acabados estocados que aguardam por suas vendas, ou seja, desperdícios financeiros com a imobilização do capital. A falta de recursos financeiros também dificulta a aquisição de equipamentos excedentes, mas necessários para a montagem das células de produção.

No Brasil o custo com salários e encargos costuma ser bem menor que o dos equipamentos, que costumam ter preços dolarizados e altos impostos de importação. Em curto prazo, e por essa mesma falta de capital de giro, o empresário prefere investir na contratação de mão de obra que na aquisição da maquinaria excedente. Em países centrais, ocorre justamente o contrário, viabilizando para a empresa a compra de máquinas. A partir daí, podem ser montadas células com diversos

produtiva ainda é insatisfatoriamente conhecida no Brasil”. Para ele não existem pesquisas consistentes que possam garantir a modificação dos paradigmas dos processos produtivos até então adotados no país.

equipamentos para o trabalho de apenas um operador “polifuncional”, ou como se costuma dizer: polivalente.

Constata-se, com base na vida profissional e nas atuais pesquisas, que à sua maneira a pequena indústria tenta racionalizar os seus processos produtivos, utilizando a experiência acumulada. Entre erros e acertos, toda a tecnologia do trabalho vai sendo adaptada. Os layouts fabris acabam tendo características híbridas, ou seja, em uma só planta fabril se pode, por muitas vezes, observar um pouco do sistema linear, do funcional e até mesmo do celular. E esse último, apenas quando existem máquinas disponíveis e trabalhadores “polifuncionais” na empresa. Contudo, pode-se dizer que na pequena indústria, os processos fabris “não apresentam uma característica final que os defina” como um desses modelos já consagrados pela administração da produção. Agrega-se a isso a má qualificação técnica do trabalhador, muitas vezes incapaz de colaborar frente à pouca tecnologia do trabalho que assimilou.

A baixa qualificação do operário fabril é um forte impedimento para alcançarem os padrões do MJPI, pois faltam aos trabalhadores conhecimentos técnico-operacionais para que possam atuar daquela forma. Constata-se nas plantas fabris de muitas empresas brasileiras de médio e pequeno porte, que ainda não foi ultrapassado, sequer, o paradigma fordista. De acordo com Francisco Oliveira (2013)³⁵,

as relações de poder e de classe que foram sendo construídas no Brasil permitiram apenas parcial e precariamente a vigência do modo de regulação fordista, tanto no plano tecnológico quanto no plano social. Da mesma forma, a atual mudança técnico-científica de natureza digital-molecular, que imprime uma grande velocidade à competição e à obsolescência dos conhecimentos, torna nossa tradição de dependência e cópia ainda mais inútil (OLIVEIRA apud FRIGOTTO, 2007, p. 1133).

Não se defende aqui as práticas do MJPI como soluções para as economias industriais no Brasil, mas se sabe que os níveis tecnológicos empregados nesse sistema superam as nossas capacidades para sua implantação. Não obstante, também se entende que a impossibilidade de alcançar ou superar o modelo fordista, seja também uma expressão da dominação tecnológica internacional. As grandes empresas industriais, e também as comerciais, dos países economicamente

³⁵ OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica da razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

desenvolvidos tiram proveito dessa precariedade. Isso advém desde o momento de uma negociação desfavorável das pequenas empresas locais, diante da superioridade das internacionais, seguindo até as dívidas que contraem junto às entidades financeiras. É nessa expropriação que gradativamente vão reduzindo suas viabilidades. Fato muito relevante é que assim, na medida em que essas indústrias se afastam de um modelo mais produtivo, mais elas se aproximam do endividamento e da falência. Para sobreviverem, muitas delas acabam por terceirizar a sua produção, prestando serviços às grandes indústrias e empresas comerciais do exterior.

A produção flexível é aquela que permite à indústria atender rapidamente a novas e constantes demandas do mercado³⁶ por produtos com designs e desempenhos diferenciados. A obtenção dessa flexibilidade da produção se dá com muito mais ênfase após a total assimilação do MJPI. Isso pode ser verificado na introdução das unidades de manufatura celulares, ou simplesmente células de produção, dentro do sistema de gestão da maximização da utilização do trabalhador, em sua polivalência técnico-operacional, assim como no máximo aproveitamento de sua capacidade intelectual, com vistas a manter a produção equilibrada. Isso permite, juntamente com outras ações preconizadas por esse modelo de produção, atender rapidamente o mercado em tais exigências.

Se mesmo para as grandes indústrias nacionais a adoção do JIT, pelos fatores já indicados, se faz mais difícil, o que dizer então sobre a flexibilização da produção em uma de pequeno porte, sabendo serem ampliadas para elas as mesmas dificuldades? Ao se acompanhar por vários anos as pequenas indústrias e ao se tentar, por muitas vezes inutilmente, implantar os sistemas de produção mais flexível, pode-se dizer que elas até conseguem flexibilizar um pouco mais as suas produções, baseando-se em duas formas básicas, mas contraditórias à filosofia do MJPI. Uma é produzirem à sua maneira, ou seja, sem formas convencionais da administração da produção, e a outra é aumentarem, isso com maiores riscos, os estoques de materiais. Pequenas indústrias vão, assim, acumulando paulatinamente prejuízos que, aos poucos, inviabilizam o próprio negócio.

Outra certeza é saber que na tentativa de tornar seus trabalhadores polifuncionais, papel que a escola profissional deveria tomar para si, as pequenas indústrias geram ainda maiores perdas, contrariando, inclusive, a principal premissa

³⁶ Pode-se entender que tais necessidades do mercado, por sua vez, são geradas por grandes corporações, de acordo com seus próprios interesses econômicos, através dos seus poderes midiáticos e nas estratégias de marketing.

do MJPI que é o combate ostensivo aos desperdícios de produção. Ao se tentar adaptar o trabalhador na execução simultânea de operações em diversas máquinas, mesmo ele sendo treinado e hábil para isso, ainda assim, encontrará dificuldades para manter o fluxo produtivo equilibrado. E isso por várias razões, como por exemplo, estando ele em treinamento dentro da produção, a fábrica geralmente não consegue modificar as suas ordens de serviço³⁷ de acordo com a proposta desse sistema. Então, ela simplesmente mantém o paradigma antigo. O trabalhador, por exemplo, tenta manter o mesmo equilíbrio operando em um sistema com estoques intermediários altos, quando na realidade ele deveria, como preconiza o JIT, operar com a redução, a quase zero, desses estoques. Isso acarreta os já citados desequilíbrios de fluxos, as perdas de tempo com a adaptação da maquinaria e de outros equipamentos à ergonomia correta para aquele trabalhador, antecipação das manutenções preventivas ou mesmo corretivas, desperdícios por erros de montagem de produtos, normais quando se treina um trabalhador em processos complexos, redução da qualidade da produção, etc.

Entende-se que só com a elevação dos níveis da qualificação profissional brasileira é que uma indústria de pequeno porte poderá operar de acordo com as premissas do MJPI. Verifica-se, assim, o que já havia sido preconizado por Marx (2012):

A indústria moderna nunca considera nem trata como definitiva a forma existente de um processo de produção. Sua base técnica é revolucionária, enquanto todos os modos anteriores de produção eram essencialmente conservadores. Por meio da maquinaria, dos processos químicos e de outros modos, a indústria moderna transforma continuamente, com base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de trabalho. Com isso, revoluciona constantemente a divisão do trabalho dentro da sociedade e lança ininterruptamente massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo de produção para outro. Exige, por sua natureza, variação do trabalho, isto é, fluidez das funções, mobilidade do trabalhador em todos os sentidos (p. 551-552).

Acredita-se que uma industrialização nacional consistente só pode ser efetivada através de uma formação profissional abrangente, na qual o trabalhador possa adquirir amplo conhecimento sobre os processos produtivos, suas tecnologias e as ciências naturais às quais essa mesma tecnologia absorve. Novamente Marx já havia ponderado a esse respeito:

³⁷ Ordens de serviço, ou de produção - OS ou OP na linguagem da fábrica - são emitidas após a chegada do pedido de entrega do produto acabado aos clientes ou mesmo para a reserva do estoque de produtos acabados.

Quem sabe se faça a argumentação de que as profissões, ao exigir competências específicas ou maior instrução, se tornaram de maneira geral mais remuneradoras, enquanto os salários pela atividade mecânica, constante, que qualquer um pode aprender rapidamente e com facilidade, baixaram e têm necessariamente de baixar como resultado da maior concorrência. E é exatamente este tipo de trabalho que, no atual estado de organização do trabalho, é o mais comum (MARX, 2011, p. 72).

Essa realidade do trabalhador fracionado, assim apontada por Marx, não foi ainda ultrapassada no país. Apesar da evolução tecnológica, muitas indústrias, em especial as menores, ainda contam com trabalhadores especialistas em duas ou três operações, que trabalham de forma mecânica, e com conhecimentos mais restritos a respeito dos processos de produção e suas tecnologias.

2.4 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Apesar do afastamento ideológico da perspectiva positivista, adota-se por princípio o conceito de Emile Durkheim (1975), que entende a educação como o processo de transmissão da cultura a cada geração, com vistas à socialização do indivíduo. Nessa direção, entende-se que a educação é um fenômeno cultural iniciado imediatamente ao nascimento de um homem, pois o conjunto de hábitos da sua cultura já começa a lhe ser transmitido desde esse momento, e, nesse sentido, são também transmitidos os valores sociais. Para Durkheim cada sociedade formula o seu “ideal de homem”, do ponto de vista físico, moral e intelectual, e é baseado nele que se constroem as bases educacionais.

Contudo, acredita-se que a educação necessita transcender ao seu papel utilitarista, obtendo vitória nessa “disputa hegemônica” onde, de acordo com Frigotto (1999), sobressai o ideário da classe dominante que determina para ela o papel de habilitar de forma técnica, social e ideológica para o trabalho. Na também concordância com o pensamento de Paulo Freire (2003), passa-se a entender que o processo educativo deve ser uma ferramenta para a emancipação do homem. Não como uma forma de simples contraposição à sociedade, mas de ser, sim, útil a ela, porém com a liberdade para a crítica aos valores que a sustentam, o justo

conhecimento sobre quais os interesses que constroem tais valores e o desenvolvimento da capacidade para julgá-los.

Toda vez que se suprime a liberdade, fica ele um ser meramente ajustado ou acomodado. E é por isso que, minimizado e cerceado, acomodado a ajustamentos que lhe sejam impostos, sem o direito de discuti-los, o homem sacrifica imediatamente a sua capacidade criadora (FREIRE, 2003, p. 50).

Portanto, entende-se ser esta a máxima educacional, o seu maior objetivo, e todos os esforços da sociedade deveriam seguir nessa direção. Cercear dos homens o direito aos conhecimentos, aos sentimentos de socialização, negar os estímulos às suas reflexões, torná-los mais individualistas, em função de um processo concorrencial que visa a sua própria sobrevivência, significa desumanizá-los. Permitir tudo isso, visando expropriar as suas próprias vidas para a geração de riquezas alheias, é, sim, uma barbárie, à qual a escola deve se contrapor.

A escola se destaca no papel complementar à educação iniciada no lar. Em seu ambiente ocorre a transmissão e a troca de conhecimentos. Ali o educando partilhará de importantes informações, além das experiências pessoais cambiadas com professores e pares. Dentro de uma visão “ideal” da escola, ali, desde cedo, também se constrói o respeito pelo outro com vista a uma convivência igualitária, desenvolve-se a fraternidade extrafamiliar, a autoconsciência, e a liberdade social, tudo isso com fins ao exercício da plena cidadania. O processo educativo deve por si dotar o cidadão para ocupar ou ascender a qualquer nível social. Para Paulo Freire "a tendência democrática da escola não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada cidadão possa se tornar governante" (1981, p. 137).

Istiván Mészáros (2008), no entanto, aponta que

a educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja em sua forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (p. 35, grifo no original).

Nesse mesmo “ideal” do ensino escolar, o cidadão somará à sua educação a aprendizagem das ciências naturais e das ciências humanas. Em função das atuais sociedades serem estratificadas, normalmente baseadas em economias liberais muito competitivas e altamente excludentes, é facultada à escola seu objetivo principal, que é a prática utilitarista de preparar o educando para tal competição, assim como o de evitar a sua “exclusão” social. Não fosse assim, os termos aprovação ou reprovação escolar não existiriam, e, certamente, os pais não matriculariam seus filhos. No entanto, para Mészáros (2008), esse modelo não passa de um processo que visa a adequação do educando à maquinaria do capitalismo, que por fim o desumaniza.

Quanto à exclusão e à evasão escolar, são fenômenos que se ampliam ainda mais em países periféricos como o Brasil. Nota-se que a luta contra essa situação está muito mais presente nas atitudes dos professores das escolas públicas do que nas ações dos governantes. Pois, apesar das últimas conquistas nessa direção, pouco tem se conseguido fazer no sentido de se evitar a evasão escolar, entendida como um dos principais elementos causadores dessa exclusão, fenômeno que atinge os mais pobres, inviabilizando, dentro da lógica liberal, suas ascensões sociais. Essa mesma evasão, conforme apontam Soares, Ferrão e Marques (2011), foi um fator decisivo para o fracasso de programas de qualificação profissional inicial voltados aos mais carentes, como o ProJovem Urbano, por exemplo.

Frente às muitas teorias contraditórias, notadamente se percebe que a escola está, de fato, a serviço do mundo do trabalho e da lógica materialista da sociedade. Nessa mesma linha, Pierre Bourdieu e Passeron (1975) defendem que, inserida em uma sociedade de classes, a escola se transforma em mais um meio para a manutenção da dominação, através da reprodução da cultura dos dominantes. Pierre Bourdieu (2010), inclusive, aponta para o engendramento de um sistema escolar que favorece a evasão dos mais pobres. Em sua percepção isso ajuda a manter o desnivelamento da estratificação social, o que inviabiliza a ascensão social dos mais carentes. Entende-se que esse processo mantém viva a reserva da mão-de-obra e a própria miséria, fenômenos transformados em problemas a serem equacionados nas constantes retóricas dos políticos brasileiros.

2.4.1 Breves aportes sobre o histórico do ensino profissional no Brasil

O processo de organização do currículo escolar no Brasil vem desde os primórdios do período colonial. Para a Coroa portuguesa o sucesso da “empresa colonizadora” dependia da educação do índio (RIBEIRO, 1998, p. 18). Aos jesuítas, sob o comando do Padre Manoel da Nóbrega, fora entregue a incumbência da educação escolar e catequética, mas ainda no modelo escolástico medieval. A Coroa entendia que só poderia, de fato, colonizar o Brasil através da educação dos nativos. Desde aquela época a educação escolar mantém no país a sua finalidade voltada ao utilitarismo econômico.

Nos primeiros anos do Brasil Império, apesar de alguns avanços, mas frente ao endividamento do país, os investimentos em educação acabam sendo colocados em segundo plano. Desta forma a independência brasileira, com sua nova Constituição, pouco fez pelo avanço da educação. Isso se manterá também na segunda fase imperial. Com o progresso da cultura cafeeira a educação “para os ricos” toma mais corpo, principalmente com o surgimento de escolas de nível médio e de outros novos cursos superiores, fixando no país os filhos da burguesia, que, até então, costumavam completar seus estudos na Europa. No entanto, a educação popular continua a padecer.

Com o crescimento das cidades, de suas populações, da tardia abolição da escravatura, e junto com a República, emergem novos problemas sociais, destacando-se o agravamento da pobreza e o surgimento da miséria. Nesse novo modelo político, os republicanos, influenciados pela filosofia positivista, “consideraram a educação como condição para emancipar a sociedade e para a constituição da nacionalidade e da cidadania” (MORAES; FERRETTI [Coords.], 1999, p. 15). Mas esse projeto republicano não repercutiu da mesma forma na prática, como se pode verificar na “Reforma Benjamin Constant”, que tinha como “uma das intenções tornar os diversos níveis de ensino ‘formadores’ e não apenas preparadores dos alunos; com vistas ao ensino superior”, conforme apontado por Ribeiro (1988, p. 73).

A mesma autora enfatiza a exclusão dos mais pobres do ensino secundário naquele período, se observada a disparidade entre crescimento populacional e a pequena ampliação da oferta de vagas nas escolas públicas.

Registra-se que no mesmo período o ensino profissional obteve significativo crescimento, pois se para os governantes o ensino secundário e superior eram destinados à elite, “o ensino profissional (elementar e médio) destinava-se às camadas menos favorecidas (...) um conjunto de escolas propiciava a formação das “elites” e, outro, a do ‘povo’” (RIBEIRO, 1988, p. 90). No caso do Paraná, que fora emancipado da Província de São Paulo no ano de 1858, os

trinta e poucos anos sob o governo monárquico, não lhe trouxeram nenhuma iniciativa no tocante ao ensino profissional. (...) Tudo que se fez, no período que antecedeu à República, ficou no domínio das sugestões, das palavras, das propostas ou das leis não realizadas (FONSECA, 1986, v.5, p. 197).

O Paraná já contava com significativo número de unidades fabris, e reconhecida relevância no cenário econômico nacional já no início do período republicano. Porém, foi apenas no final da primeira década do século XX, ainda na República Velha, que o governo federal inaugurou a Escola de Aprendizes Artífices, instalada na capital paranaense no ano de 1910 e que ocorreu no mencionado contexto onde a preocupação com a pobreza e com a miséria era crescente.

Para Moraes e Ferretti (Coords.), nas primeiras décadas do século XX

em momentos e circunstâncias diversas, a ‘educação do povo’ aparece como solução para erradicar os graves problemas sociais que afligiam o país e, nos anos 60, os modelos desenvolvimentistas, de diferentes aportes ideológicos, a tomaram como pressuposto do crescimento econômico e desenvolvimento social (MORAES; FERRETTI [Coords.], 1999, p. 15).

O período político compreendido entre a morte de Getúlio Vargas até o golpe militar de 31 de março de 1964 é marcado, então, pela continuidade do projeto nacional-desenvolvimentista, momento no qual se destacou o presidente Juscelino Kubistchek de Oliveira. Para imprimir esse mesmo projeto, frente às crises econômicas herdadas de períodos anteriores, e para manter a paz política no país, Kubistchek tenta conciliar seu programa de governo com o modelo de economia dependente. O que não permitirá o desenvolvimento o qual pretendia ele e seus apoiadores. Apesar da indústria nacional apresentar crescimento, é nesse momento que as grandes multinacionais começam a entrar maciçamente no país, o que fortalecerá os vínculos da dependência econômica brasileira, favorecendo o posterior, e já comentado, truste no governo de Castelo Branco. No plano educacional o país consegue avançar um pouco mais. De acordo com Ribeiro (1998), entre os anos de

1955 e 1965 são destinados mais quatro por cento das verbas públicas para investimentos com a educação, o índice de analfabetismo é reduzido, e as matrículas nas escolas públicas aumentam.

No entanto, logo no período a seguir, Otaíza Romanelli (2007, p. 205) aponta para uma crise na educação compreendida entre os anos de 1964 a 1968, que teve como uma das causas o próprio crescimento da demanda por pessoal escolarizado e profissionalizado, mas que, por outro lado, confrontava-se com a incapacidade do Estado em ampliar as vagas nas escolas. Segundo ela

esse crescimento resultou da conjugação de dois fatores: a) a implantação da indústria de base, acelerada sobretudo na segunda metade da década de 50, que criou uma quantidade e uma variedade de novos empregos; b) a deterioração dos mecanismos³⁸ tradicionais de ascensão da classe média. (...) A educação, portanto, passa a ser encarada como o único caminho disponível, para as classes médias, de conquistar postos e, para as empresas, de preencher seus quadros (p. 205).

Na tentativa de equacionar esses problemas da educação, nessa mesma década de 1960, o Governo Federal tomou algumas atitudes. Criou o salário-educação, uma contribuição compulsória das empresas, com vistas a socorrer financeiramente os poderes públicos estaduais e o federal para a expansão do ensino primário. Ajudou a ampliar as escolas privadas de ensino fundamental com o pagamento de bolsas de estudo e com investimentos diretos feitos aos seus caixas. Estimulou a criação de novos cursos técnicos e, ainda, o de cursos superiores mais curtos com vistas a aligeirar a formação em algumas áreas. Esse governo também buscou empréstimos externos, com vistas a aplicá-los junto à educação. Nesse processo o MEC firmou acordo com o USAID³⁹, permitindo a total interferência dos E.U.A. na filosofia, planejamento e estruturação de todos os níveis dos processos educacionais no Brasil, e, nesse caminho, exarando decretos-leis que tiravam a autonomia política e de pesquisa das universidades, assim como a liberdade de expressão e organização de docentes e discentes enfraquecendo suas atuações políticas.

O conjunto dessas diversas medidas e os decorrentes decretos, de caráter tecnicista, com alinhamento à Teoria do Capital Humano, culminará na edição da Lei

³⁸ Segundo Luiz Antonio Rodrigues Cunha, anteriormente o modelo de ascensão da classe média “passava pela constituição de capital através da poupança, investimento em pequenas empresas, reprodução do capital, nova poupança, etc.” (apud ROMANELLI, 2007, p. 205).

³⁹ USAID (United States Agency Internacional for Development).

5.692 de 11 de agosto de 1971, que transformou, da noite para o dia, o ensino regular de nível médio ofertado na rede pública em ensino médio compulsoriamente profissionalizante. Autores como Gaudêncio Frigotto, Acácia Kuenzer, dentre outros, escrevem sobre os problemas causados com a falta de pessoal especializado, as carências infraestruturais das escolas, e a decorrente baixa qualidade de formação profissional provocada por essa precarização.

A década de 1970 seguirá dentro da mesma égide, já que a ditadura militar de direita prosseguia no poder, mas os problemas educacionais aumentavam. Destaca-se que, a partir do apoio financeiro governamental, as escolas privadas passaram a crescer em quantidade e oferta de vagas, enquanto que a educação pública de ensino fundamental e médio se deteriorava. Dentro de um projeto governamental de caráter liberal, os estudantes de famílias de classe média iam gradativamente se deslocando para o ensino privado, que se sofisticava frente àquele oferecido pela rede pública, ao mesmo tempo, por contraditório que possa parecer, de acordo com Garcia (1995) também passaram a procurar as Escolas Técnicas da Rede Federal, estas por ofertarem um ensino de qualidade e serem gratuitas, descaracterizando, a partir desse momento, o seu público.

A década de 1980 marcará a redemocratização no país, culminando com o processo constituinte. Paralelamente, o mundo inicia uma travessia rumo à “nova” globalização dos mercados, que vai afetar a organização de nossa educação.

Entretanto, a preocupação com a “prestação de contas” junto às entidades internacionais credoras do país conduziu o governo a realizar ações mais centradas na solução dos problemas quantitativos, reflexo das disparidades existentes na relação entre matrículas versus população, do que nos avanços na qualidade da educação oferecida. O fracasso da 5.692/71 foi evidente, pois as escolas secundaristas em sua maioria, com algumas exceções, nelas incluídas as Escolas Técnicas e CEFETs, pela já comentada falta de especialização técnica do corpo docente e de infraestrutura inadequada, não deram conta da missão da profissionalização técnica.

Assim, já na década de 1990, de acordo com Frigotto (2007),

do ciclo de reformas educativas centrado na ideologia do capital humano, transitamos para um ciclo de reformas sob a ditadura do capital. A travessia efetivou-se, perversamente, pela profunda regressão das relações sociais e com um aprofundamento da mercantilização da educação no seu plano institucional e no seu plano pedagógico. No âmbito do pensamento

pedagógico, o discurso em defesa da educação é predominantemente retórico ou colocado de forma inversa tanto na ideologia do capital humano (conjuntura da década de 1960 a 1980), quanto nas teses, igualmente ideológicas, da sociedade do conhecimento, da pedagogia das competências e da empregabilidade (décadas de 1980 e 1990) (p. 1138).

Nos anos de governo de Fernando Henrique Cardoso, ou seja, compreendido entre os anos de 1995 a 2002, foi publicada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDBEN 9.394⁴⁰ de 20 de dezembro de 1996. A partir dela é exarado o Decreto 2.208/97⁴¹, que separou, no nível médio, o ensino propedêutico do ensino técnico, fato apontado por muitos intelectuais da educação como prejudicial à formação profissional do jovem brasileiro, em especial àqueles das camadas economicamente menos favorecidas.

Este governo também lançou em 1995 o Plano Nacional de Educação Profissional (PLANFOR)⁴², que foi implementado no ano seguinte nos termos da Resolução 126/96 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT). Em 1997 lançou o Programa de Melhoria e Expansão da Educação Profissional (PROEP)⁴³, planejado através de empréstimo obtido junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Decorrente da extinção dos cursos técnicos integrados, o Decreto 2.208/97 abriu maiores condições para a ampliação da rede particular de escolas profissionais e técnicas, fato verificado na maior incidência de escolas profissionais em Curitiba inauguradas nesse mesmo período.

Passamos da ditadura civil-militar à ditadura do mercado. Instaura-se um crescente processo de privatização institucional e do pensamento pedagógico. Não é por acaso que, no ano 2000, a OMC indica que um dos mercados prósperos de investimento privado é o "mercado educacional". As reformas educacionais do Chile, Argentina e Brasil, na década de 1990, são emblemáticas nesta direção. As análises feitas por Cêa (2003)⁴⁴ e Grabowski (2004)⁴⁵ mostram de forma inequívoca como a reforma da educação profissional no Brasil se efetivou nos marcos da privatização (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2009).

⁴⁰ A presente Lei e sua referência à educação profissional será assunto abordado no 1.5.1.

⁴¹ Idem.

⁴² Abordado no item 1.5.2.

⁴³ Abordado no item 1.5.3.

⁴⁴ CÊA, G. S. dos SANTOS. A qualificação profissional entre fios invisíveis. Uma análise crítica do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador- PLANFOR. São Paulo: PUC, 2003 (Tese de doutorado).

⁴⁵ GRABOWSKI, G. Outra educação profissional é (im)possível? Projetos e políticas em disputa. Porto Alegre: UFRGS, 2004 (dissertação de mestrado).

De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2009) esse é um momento histórico, ou seja, da “globalização”, da irradiação do neoliberalismo, e da “sociedade do conhecimento”, em que as decisões marcam, segundo eles, um processo de regressão das relações sociais do próprio capitalismo. “É extremamente irônico que o processo de “globalização”, tão tendenciosamente propagandeado, tenha assumido em toda parte a forma devastadora do desemprego crônico, mesmo no “Norte” mais desenvolvido e privilegiado” (MÉSZÁROS, 2012, p. 17).

É nesse mesmo período que se consolida ainda mais no país a ideologia da mercantilização da educação, surgindo também no discurso governamental a ideia da efetivação da privatização das universidades públicas federais.

O governo subsequente, do presidente Lula da Silva, que governou do ano de 2003 ao de 2010, conduziu diversas ações com vistas a melhorar a educação profissional nos três níveis. Dentre as medidas, destacou-se o Decreto 5.154⁴⁶, de 23 de julho de 2004, que revogou o Decreto 2.208/97 de FHC. Por ele, a educação básica e a profissional de nível técnico podem ser oferecidas concomitantemente, como já ocorria antes do decreto revogado.

Esse governo lançou também o Projeto Escola de Fábrica⁴⁷ em 2005, através da Lei 11.180, de 23 setembro de 2005, tendo “a finalidade de ampliar as possibilidades de formação profissional básica, favorecendo o ingresso de estudantes de baixa renda no mercado de trabalho”⁴⁸. Também pelo Decreto 5.840, de 13 de julho de 2006, criou o Programa Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)⁴⁹, e, através da Lei 11.129, de 30 de junho de 2005, instituiu o Programa de Inclusão de Jovens (ProJovem)⁵⁰, criando também o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e a Secretaria Nacional da Juventude. Através da Lei 11.892, de 11 de dezembro de 2008, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O atual governo federal, com o segundo mandato vigente até o dia 31 de dezembro de 2018, sob a presidência de Dilma Rousseff, além de dar continuidade a alguns programas do governo anterior, exarou no dia 26 de outubro de 2011 a Lei

⁴⁶ Abordado no item 1.5.5.

⁴⁷ Abordado no item 1.5.6.

⁴⁸ Ver a matéria do MEC intitulada: **Aprovada a Lei que cria o Escola de Fábrica**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3266&catid=211>, acesso em 03, mar. 2015.

⁴⁹ Abordado no item 1.5.7.

⁵⁰ Abordado no item 1.5.8.

12.513, que, dentre outras atribuições, em seu Artigo 1º institui “o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) ⁵¹, a ser executado pela União, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira”. De acordo com o próprio governo, esse é um programa que vem formando milhares de brasileiros nos últimos meses. Apesar da propaganda, observa-se a baixa oferta para vários segmentos da indústria na cidade de Curitiba.

Inegavelmente, na última década foram notados avanços na educação profissional no país, contudo, a efetividade e os resultados esperados por esses programas foram e são questionados por pensadores da educação.

Esse brevíssimo panorama histórico ajuda a fazer uma síntese sobre a filosofia da educação escolar profissional no Brasil, enfatizando o seu caráter utilitarista e sectário. Frente a todo esse contexto, somado à vivência obtida em escolas profissionais por mais de duas décadas, assim como aos resultados das pesquisas realizadas no passado, e junto a esta nova que aqui se apresenta, consolida-se a percepção de que a formação nos níveis iniciais da profissionalização foi ao longo do tempo direcionada aos pobres e raramente possibilita a ascensão social, uma ideologia constantemente observada nas ações e palavras dos responsáveis pela educação nos diversos níveis de governo.

2.4.2 Educação e Formação profissional

As constantes crises do modelo capitalista e as inovações tecnológicas, além de acarretarem grandes transformações sociais, alteraram drasticamente as relações no “mundo do trabalho”. A internacionalização da economia e a alta concorrência intercapitalista são as geradoras dessas modificações que, de forma irracional, transformam ainda para pior as relações entre capital e trabalho. Ricardo Antunes (2008) aponta para o desemprego estrutural, o subemprego e a “subproletarização”, para uma intensiva exploração do trabalho nos países periféricos, como é o caso do

⁵¹ Abordado no item 1.5.10.

Brasil, e para uma terceirização predatória de pequenas empresas nesses mesmos países, agravando o quadro de exclusão social.

Os vários paradigmas de organização do trabalho, desde a cooperação simples nas primeiras manufaturas, passando pelo taylorismo/fordismo, até a adoção do MJPI, modificaram as formas do aprendizado e também as interpretações sobre o que significam e envolvem os saberes de um profissional. Mudam as profissões e os trabalhadores frente às tecnologias do trabalho, que também se modificam na medida em que as tecnologias dos meios são inovadas. Isso não é uma novidade. O fordismo, paradigma produtivo da primeira metade do século XX utilizado até fins da década de 1970, estava baseado em grandes demandas no consumo, e por isso tinha como premissa a produção em massa. Por isso, este era “um modelo de gestão da mão de obra fundado na extrema divisão do trabalho e na fragmentação do saber, decorrentes do parcelamento das tarefas e da separação entre concepção e execução” (Deluiz, 2001, p. 7), e que, por isso, aceitava um trabalhador semiqualeificado, ou mesmo um não qualificado.

A crise econômica daquela mesma década, também causada pela supervalorização do petróleo, que alterou o padrão de consumo mundial, fez com que o Japão, ainda com problemas herdados do pós-guerra, iniciasse um processo contrário ao paradigma americano centrado na *mass production*. A escassez de recursos materiais, infraestruturais e econômicos, mas, por outro lado, contando com um plano de ajuda financeira estadunidense para o desenvolvimento, uma extensão do Plano Marshall⁵², levaram aquele país a uma readaptação do seu modelo produtivo. Diante da impossibilidade para continuar a produzir em larga escala, e orientado por pensadores administrativos oriundos dos E.U.A.⁵³, além de especialistas locais⁵⁴, como engenheiros, empresários e estrategistas da produção, o Japão modificou a forma da administração da produção em suas fábricas.

Apesar da guerra, o país ainda contava com empresas especializadas e pessoal capacitado, elementos básicos para manter a produção em curso. Frente à

⁵² Plano de ajuda econômico e técnico dos E.U.A. aos países europeus que tiveram suas economias e estruturas arrasadas na II G. M. O intento americano, por trás desse plano, era forçar a maioria dos países europeus a introdução de suas ideologias socioeconômicas, visando também que esses mesmos países europeus, nesse caso incluindo também o Japão, não adotassem os ideais socialistas.

⁵³ São exemplos Walter Andrew Shewhart (1891-1967), William Edward Deming (1900-1993) e Joseph Moses Juran (1904-2008).

⁵⁴ Exemplos como o de Taiichi Ohno (1912-1990), Shigeo Shingo (1909-1990), Masaaki Imai (1930), Kaoru Ishikawa (1915-1989), Akio Morita (1921-1999), e outros.

referida escassez de materiais, espaço físico e capital-de-giro, desenvolveu-se ali a nova filosofia do *just-in-time* (JIT), baseada na produção flexível, “enxuta” ou “fábrica mínima” – sem quaisquer desperdícios⁵⁵ – e com maior valor agregado (CORIAT, 1994, p. 36). Através dela, e de todas as premissas da Administração da Produção agregadas ao sistema, expandiu-se o modelo japonês de produção industrial (MJPI). Estava lançado o novo paradigma dos processos de produção que invadiria as grandes indústrias espalhadas pelo mundo e modificaria, sobremaneira, as relações entre o capital e o trabalho. Pois,

o trabalho não-qualificado, fragmentado, repetitivo, rotineiro e prescrito, característico do modelo taylorista/fordista, é substituído, nas empresas e instituições que adotaram as novas formas de organização do trabalho, por um trabalho polivalente, integrado, em equipe, com mais flexibilidade e autonomia. Um trabalho de “arbitragem”, onde é preciso diagnosticar, prevenir, antecipar, decidir e interferir em relação a uma dada situação concreta de trabalho. A natureza deste tipo de trabalho reveste-se da imprevisibilidade das situações, nas quais o trabalhador ou o coletivo de trabalhadores tem que fazer escolhas e opções todo o tempo, ampliando-se as operações mentais e cognitivas envolvidas nas atividades (DELUÍZ, 2001, p. 9).

E seriam, exatamente, essas mudanças que iriam provocar modificações nos processos de ensino escolar e muito mais no ensino profissional.

Para tanto, é preciso outro tipo de pedagogia, determinada pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho nessa etapa de desenvolvimento das forças produtivas, para atender às demandas da revolução na base técnica de produção, com seus profundos impactos sobre a vida social. O objetivo a ser atingido é a capacidade para lidar com a incerteza, substituindo a rigidez por flexibilidade e rapidez, a fim de atender a demandas dinâmicas, que se diversificam em qualidade e quantidade, não para ajustar-se, mas para participar como sujeito na construção de uma sociedade em que o resultado da produção material e cultural esteja disponível para todos, assegurando qualidade de vida e preservando a natureza (KUENZER, 2000, p. 20).

No entanto, no Brasil o conhecimento não é compartilhado socialmente. Ao contrário do que pregam os apologistas políticos da “era do conhecimento”, vivíamos, e ainda vivemos a “retenção do conhecimento”. O conhecimento é muito pouco compartilhado no persistente processo dual da educação. Ele, de fato, chega mais facilmente àqueles que podem acessar as melhores escolas, que, por sua vez,

⁵⁵ Observar a lista dos “sete grandes desperdícios” fabris a serem combatidos, de acordo com OHNO, Taiichi. **O Sistema Toyota de Produção**: além da produção em larga escala. São Paulo: Bookman, 1997.

seguem se adaptando ao novo mundo, enquanto que na escola do operário a pedagogia e as didáticas mais se assemelham ao antigo *modus operandi* de Manuel da Nóbrega.

Da mesma forma, e por outras vias o novo paradigma chega mais facilmente nas indústrias multinacionais, onde nem sempre é compartilhado com o trabalhador da produção, enquanto que nas menores indústrias, quando muito, só chega aos próprios donos. Como, então, pensar na absorção do novo paradigma produtivo por parte dos trabalhadores se eles não tomam qualquer conhecimento sobre tal modelo na escola propedêutica, ou mesmo na profissional? E, já dentro da pequena indústria, como compartilhar tais conhecimentos com aquele “operário” que muito pouco estudou?

Pelos vários motivos já descritos, e também por esse último, não se pode dizer que o paradigma produtivo nacional seja o MJPI, apesar de sua ocorrência em grandes plantas. Há indústrias que ainda recorrem ao sistema fordista, e outras tantas, nesse caso as de pequeno porte, que não alcançaram qualquer organização fabril que mereça uma classificação. Todo esse processo de transição inacabado, ou incompleto, entre os paradigmas da produção, também pode ser percebido nos processos de ensino profissional, o que pode acarretar distanciamento entre aquilo que se tenta ensinar e o que se verifica na prática.

No Brasil, essas modificações no mundo do trabalho, as incertezas econômicas, as disputas políticas, o despreparo dos políticos, os conflitos de interesses, os embates ideológicos e outros fatores que incidem e envolvem o aprendizado profissional acarretam problemas *sui generis*. Destacam-se alguns de natureza semântica nas notas dos conceitos apresentados, pelos próprios políticos e representantes de classes, em leis, decretos, projetos etc. Muitos textos ora tratam a educação por formação, ou a formação é representada como algo menor, ora a qualificação é tratada por formação em sentido estrito e assim por diante. Esse “desencontro conceitual” que reside nas apresentações voltadas aos campos da educação profissional, muitas vezes expressam ideologias para a manutenção dessa alargada estratificação socioeconômica.

Essa “instabilidade semântica encontrada para designar as ações nomeadas de formação profissional” já havia sido apontada por Moraes e Ferretti (Coords. 1999, p. 16) na introdução do documento Diagnóstico da Formação Profissional do Ramo Metalúrgico. Nela eles indicam que

até o Decreto 2.208/97, que reformulou o ensino de nível técnico, apesar das variações no entendimento e na definição dos níveis escolares e modalidades de ensino direcionadas ao mundo do trabalho, formação profissional **designava**, de maneira geral, o conjunto das **iniciativas não escolares, informais, não submetidas à normatização legal**, destinadas à transmissão de conhecimentos específicos ao exercício profissional e desenvolvidas por instituições de estatutos diversos – públicas, privadas, ONGs, empresas e associações empresariais, organizações sindicais etc, para trabalhadores empregados e desempregados, bem como aos jovens em busca do primeiro emprego (MORAES; FERRETTI [Coords.], 1999, p. 16, grifos meus).

Esse mesmo decreto descreve que “a educação profissional” compreenderia três níveis, a saber, o Nível 1, “básico”: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia”; o Nível 2, “técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio”; e o Nível 3, o “tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico”. Nele há uma divisão por status de escolaridade em diferentes níveis de aprendizado, todavia há uma generalização conceitual sobre “educação profissional”. Ainda sob as suas perspectivas

a utilização da noção de *educação profissional*, que se apresenta como “avanço conceitual” em relação à de formação, identifica à aprendizagem restrita a uma tarefa específica, em conformidade com o paradigma taylorista/fordista de organização do trabalho, não consegue, entretanto, ocultar os objetivos e consequências das medidas governamentais que, ao desescolarizar o ensino técnico, vêm reforçar a dualidade de sistemas – educação geral e educação profissional (MORAES; FERRETTI [Coords.], 1999, p. 16).

Existe a consonância com Moraes e Ferretti sobre as contradições que apontam nesse decreto, entre a proposta de “avanço conceitual” e o prejuízo ocorrido, de fato, pelo afastamento no nível técnico entre a “educação geral” e a profissional. Apesar da discordância com as propostas existentes nesse decreto, por acreditar ser utilitarista a criação do chamado nível tecnológico, por outro lado, acredita-se que existia clareza de interpretação sobre todo o percurso do processo formativo.

Semanticamente, o documento, ao utilizar “educação profissional” para todos os níveis de formação, considera a profissionalização como parte do processo educacional. Apesar disso, ainda é notado no texto do referido decreto a também utilização do termo “qualificação” para o nível básico e “habilitação profissional” para

o técnico, talvez uma herança da Lei 5.692/71. Perseguindo o mesmo raciocínio, entende-se que a educação é, em si, uma manifestação cultural, que aglutina todos os processos de aprendizagem humanos e que vai se modificando na mesma medida em que a própria cultura se transforma.

No entanto, não se pode negar que essa divisão dualista, também apontada por Moraes e Ferretti, revele a existência de um composto ideológico na redação do presente decreto, justamente pelo seu intento segregacionista social. Não só pelo dualismo de nível médio, quanto pelo seu prolongamento na oferta desse nível denominado “tecnológico”, que criou mais uma hierarquia na formação superior para pobres e ricos.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2009), em nota, também apontam para as ideologias nesse campo. Para eles,

no Brasil as variações semânticas de designação dos processos de formação do trabalhador não são neutras. A Lei 5.692/71, ao instituir a profissionalização compulsória no 2º grau introduziu o termo “ensino profissionalizante”, tentando superar aspectos negativos inspirados pelo termo “ensino profissional”, devido a sua destinação aos filhos dos trabalhadores. Os termos “formação profissional” ou “técnico-profissional”, definiam a formação relacionada imediatamente com o mercado de trabalho, cujos conteúdos e propósitos, entretanto, foram objetos de disputa entre os trabalhadores organizados e a classe empresarial. O Ministério do Trabalho e Emprego desenvolveu, a partir de 1995, o Plano Nacional de Educação Profissional (PLANFOR) passando a utilizar a expressão “educação profissional”, que foi consolidada pela Lei nº 9.394/96. Para além das variantes semânticas, importa saber em que nível o projeto de formação ou educação profissional brasileiro está comprometido com a realidade e as necessidades das classes trabalhadoras (p. 1317).

Com a preocupação de não se distanciarem das análises dos processos formativos profissionais no país, com atenção às necessidades das classes trabalhadoras, os autores ainda indicam que “sob este princípio utilizaremos neste texto o termo educação profissional não por uma adequação à formalidade da lei, mas compreendendo que ele, atualmente, reúne a multiplicidade de processos formativos para o trabalho de forma problemática e contraditória” (p. 1317).

É comum a generalização do termo “educação profissional” para os processos formais das aprendizagens profissionais e acredita-se que o termo “formação profissional” enquanto um percurso educativo seja mais adequado. Por outro lado, entende-se que a educação, enquanto catalizadora de todo aprendizado humano, também está presente nos ambientes das escolas profissionais e das empresas. Ela

ocorre tanto no aprendizado formal da profissão, quanto nos processos de assimilação dos saberes sociais que possam ocorrer nesses ambientes, sendo eles integrantes ou não de um currículo.

Por isso, ao se utilizar o termo “educação profissional”, sabe-se que engloba todos os processos relacionais também dentro desses ambientes. Para o que é distinto, ou pertinente aos currículos, entende-se que os termos formação, na amplitude de uma carreira, e qualificação, no sentido restrito à uma profissão sejam mais adequados. Dessa forma se pode entender que a formação escolar, assim como a formação profissional, ou a formação religiosa etc., são elementos pertencentes ao conjunto educacional, e todas elas se interseccionam ou se contrapõem em dados momentos.

Semanticamente os conceitos para a educação escolar e a formação do cidadão são percebidos em seu sentido mais amplo, sendo a educação profissional área menor e pertencente ao domínio da educação geral, mas que, por sua vez, contém em seu escopo a própria formação profissional. Porém, dentro dessas percepções a educação escolar e a educação profissional, necessariamente, se imbricam.

A educação escolar, em sentido amplo, preocupada com a formação plena do indivíduo, como pessoa e como cidadão, contribui para a formação profissional de maneira indireta, seja por propiciar-lhe o acesso aos conhecimentos disciplinares, seja por entender que é parte dessa formação a compreensão do contexto em que o exercício da atividade profissional se realiza ou se realizará. A educação profissional, como recorte específico da educação escolar, dirige-se, como sabido, à formação profissional em sentido estrito, completando a formação em sentido amplo (FERRETTI, 2004, p. 402).

É preocupação deste trabalho não utilizar o mesmo termo para níveis diferentes de acumulação dos saberes sobre as tecnologias que envolvem o fazer. Assim, seguem nos subitens notas conceituais sobre as abrangências dos processos de formação profissional.

- Formação profissional:

Palavra oriunda do latim *formare*, formar pode significar prover de “forma”, prover de características, formatar, a maneira como se constrói a forma, o conjunto das etapas para se obter a forma etc... A semântica da palavra é oriunda do campo

físico, ou seja, àquilo que é tangível sensitivamente. No entanto, podemos entender que a formação do humano, assim como a educação, é a forma em constante transformação, em desenvolvimento contínuo, portanto, intangíveis em suas conclusões. Isso posto, entende-se também que o significado de formação profissional está relacionado à dotação constante de capacidade para a execução de todos os fazeres relativos a uma profissão ou a várias profissões, pois o cidadão, no exercício de sua liberdade pode optar por mais de uma área profissional. Assim, faz-se jus a frase “um profissional está em constante formação”⁵⁶. Pois, por melhor que seja, “ele será sempre um ser inacabado”. Freire faz essa reflexão quando nos fala sobre o inacabamento quanto à profissão de ser professor, e relata que:

como professor crítico, sou um ‘aventureiro’ responsável, predisposto à mudança, à aceitação do diferente. Nada do que experimentei em minha atividade docente deve necessariamente repetir-se. Repito, porém, como inevitável, a *franquia* de mim mesmo, radical, diante dos outros e do mundo. Minha *franquia* ante os outros e mundo mesmo é a maneira radical como me experimento enquanto ser cultural, histórico, inacabado e consciente do inacabamento (FREIRE, 2000, p. 55).

Entende-se que uma formação profissional completa apenas se dá no momento da apreensão de todo o conhecimento tecnológico e humanístico relativo a uma profissão. Mas isso se torna intangível, não só pelo vasto conhecimento necessário a qualquer área do conhecimento, mas também às cotidianas transformações tecnológicas e humanas inerentes ao próprio desenvolvimento. Algo impossível de se aprender através da conclusão de um único curso, mesmo uma faculdade. A formação “tende” à sua completude com a práxis, existindo o mesmo porém, que é o conhecimento do ponto dessa completude, ou seja, quando alguém teria por completa, e de fato, sua formação profissional. Se a resposta para a questão fosse apresentada, incorreta estaria a noção sobre formação profissional aqui apresentada.

Assim como a educação está para a cultura, que se transforma e “evolui”, transformando continuamente a primeira, está também a formação profissional para a tecnologia e para o conhecimento dos processos das relações humanas. Ao se recorrer, novamente, ao conceito de tecnologia de Ruy Gama (1987), pode-se fazer a seguinte pergunta: É formado em sua profissão quem ainda não domina a tecnologia

⁵⁶ Autoria desconhecida.

dos materiais, ou a dos meios, ou a tecnologia do trabalho, ou ainda a praxiologia? Agregando a percepção das relações humanas ao conceito da tecnologia como “ciência do trabalho produtivo”, pergunta-se: está formado aquele que desconhece ou tem dificuldades para ver no outro a completude da tecnologia? A Figura 1 demonstra a dimensão do entendimento aqui apresentado sobre a educação e as formações.

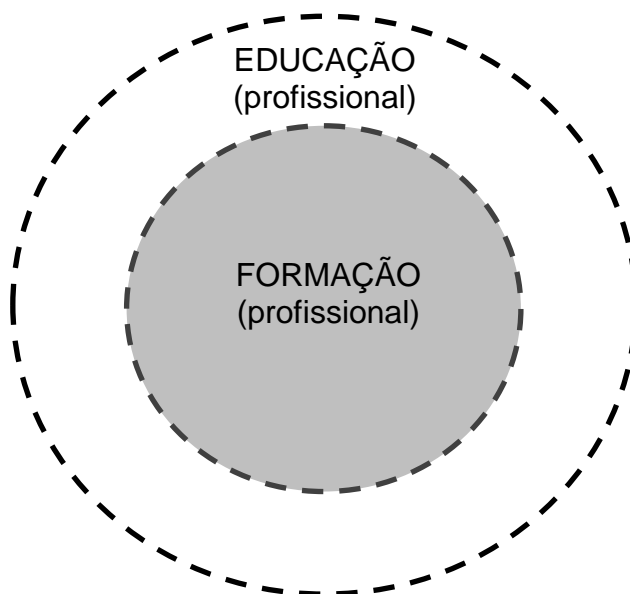


Figura 1: Campo de domínio da Educação

Fonte: Autor

- Qualificação profissional

O termo qualificação é relacionado à divisão social do trabalho, sendo correlato à profissionalização. Anteriormente à fase da produção manufatureira, eram os mestres artesãos os responsáveis por designar títulos aos seus companheiros de atelier, ou “laboratório”. Até ser considerado um mestre por seu líder ou pares, o aprendiz de artesão gradativamente assimilava “todas” as operações pertinentes àquela arte, aprendia também as sequências lógicas do processo de montagem, diferenças e características dos materiais e ferramentas empregados, e a melhor forma para o uso desses dois. Enfim todos os “segredos de sua arte”. O artesão mestre, o oficial artesão ou o aprendiz interagiam de forma colaborativa em torno de suas produções. No atelier eles dividiam os trabalhos racionalmente – divisão técnica – de acordo com níveis de dificuldade da tarefa, destreza e disponibilidades pessoais, mas, ainda assim, aprendiam a executar todas as operações de montagem

da peça. Enquanto mestres, ou mesmo oficiais mais graduados, sabiam elaborar sozinhos diferentes produtos. De acordo com Marx (2012),

a cooperação fundada na divisão do trabalho adquire forma clássica na manufatura. Predomina como forma característica do processo de produção capitalista durante o período manufatureiro propriamente dito, que, *grosso modo*, vai de meados do século XVI ao último terço do século XVIII. A manufatura se origina de dois modos. Nasce quando são concentrados numa oficina, sob o comando do mesmo capitalista, trabalhadores de ofícios diversos e independentes, por cujas mãos têm de passar um produto até seu acabamento final. Uma carruagem, por exemplo, era o produto global dos trabalhos de numerosos artífices independentes, tais como carpinteiros de seges, o estofador, o costureiro, o serralheiro, o correeiro, o torneiro, o passamaneiro, o vidraceiro, o pintor, o envernizador, o dourador etc.(...) Mas a manufatura pode ter origem oposta. O mesmo capital reúne, ao mesmo tempo, na mesma oficina, muitos trabalhadores que fazem a mesma coisa ou a mesma espécie de trabalho. Isto pode ocorrer, por exemplo, com trabalhadores especializados em papel ou em tipos de imprensa ou em agulhas. É a cooperação na forma mais simples. Cada um desses artífices, talvez com um ou dois aprendizes, produz a mercadoria por inteiro e leva a cabo, portanto, as diferentes operações exigidas para a fabricação, de acordo com a sequência delas (p. 391-392).

Os casos estudados, ou seja, a indústria de alimentos, as gráficas, as movelarias e as confecções do vestuário são, nesse caso, oriundas das manufaturas de cooperação simples. Apesar do desenvolvimento tecnológico, como no passado, o nível de qualificação de seus trabalhadores varia conforme o aprendizado em sua profissão. Apesar da introdução das máquinas, essas são indústrias que ainda reúnem alguns, ou ainda vários, trabalhos especializados. Nelas também está presente a notação de Marx (2012) que indicava a existência, em um único espaço, do trabalhador hábil (qualificado), ou seja, o oficial artífice, e o trabalhador inábil (não qualificado), ou seja, o auxiliar.

No caso das indústrias do vestuário pesquisadas há, por exemplo, os cortadores de tecidos e seus auxiliares. O “oficial” cortador é aquele que estuda geometricamente a disposição dos moldes do produto sobre a superfície plana dos tecidos, com a finalidade de melhor aproveitar esse material. Ele estabelece a quantidade de metros e a disposição desses tecidos em camadas para efetuar o corte simultâneo de vários produtos de acordo com a demanda. Depois disso, com auxílio de uma máquina cortadora, ele executará o referido corte dos tecidos, e após tal exercício, vai separar as partes das peças e encaminhá-las para os costureiros, baseado na lógica de suas montagens. O auxiliar fará o serviço mais pesado e que não requer qualquer qualificação, ou seja, vai carregar os rolos de tecidos, estende-

los sobre a mesa de corte, recolher e descartar retalhos, descartar talas de papel, guardar e limpar máquinas de corte etc. O aprendizado profissional desse auxiliar, a respeito das atividades “mais nobres” do processo de corte, dependerá do oficial que o comanda. No entanto, surge aqui uma questão relacionada com o nível de qualificação do cortador, pois, se o corte é apenas um dos processos que envolvem toda a alfaiataria, esse profissional pode ser considerado “semiqualeficado” e sem autonomia para sozinho construir uma roupa. Isso corrobora com a afirmação de Marx (2012) quando indica que o trabalhador que domina todo um trabalho pode se manter de forma independente, enquanto que o trabalhador da manufatura é apenas um acessório do processo, e dele depende para sobreviver.

Quando nessa mesma indústria é incorporado o sistema de corte automatizado com apoio de computador (CAM⁵⁷), esse profissional se transforma em operador de computador cadista. Atividade nova que desprezará boa parte de seus conhecimentos práticos. No entanto, isso não acontece com o alfaiate, pois essa sofisticação da maquinaria não lhe toma “a mão”, e mesmo sendo introduzidas máquinas de costura com específicas operações também automatizadas, ele ainda encontrará trabalho. Utilizando essa classificação, proposta nos estudos de Anita Kon (1995), o alfaiate é considerado um trabalhador “qualificado”, o cortador é “semiqualeficado” e o auxiliar é um “não qualificado”.

Assim, entende-se por qualificação a assimilação “básica” dos conteúdos e dos conhecimentos tecnológicos para o exercício de uma determinada profissão, em qualquer área ou nível de status profissional. A qualificação profissional está relacionada com a “divisão social do trabalho”⁵⁸, ou seja, é o conjunto de conhecimentos necessários ao exercício de uma profissão, sendo essa, de acordo com Ferretti (2004), uma “perspectiva técnica”. Perspectiva que, de acordo com as investigações realizadas, vem sendo adotada por parte daqueles que desenvolvem os currículos, ou conteúdos programáticos, atinentes aos cursos profissionais técnicos e tecnológicos ofertados por alguns cursos em Curitiba.

Nessa mesma linha se observou não existirem cursos de “qualificação” dentro do ensino profissional em níveis iniciais. Os cursos costumeiramente ofertados, quando muito, conseguem semiqualeficar o trabalhador. Além da carência

⁵⁷ *Computer Aided Manufacturing*. Manufatura auxiliada por computador.

⁵⁸ Termo utilizado por Adam Smith (2012), que defendia que o trabalho só atinge níveis satisfatórios de produtividade, quando é executado por trabalhadores especialistas, cada um em sua área.

programática observada naquilo a que se propõem, percebeu-se ainda que tais ofertas de profissionalização correspondem apenas a uma parcela do conjunto dos saberes de um profissional.

Se no nível de profissionalização inicial existem carências de natureza técnica, o que dizer da introdução, mesmo que mínima, de uma “perspectiva social” nos conteúdos? Algo que coloque no centro das questões que envolvem os processos produtivos a importância das relações sociais no ambiente fabril. Entende-se que para uma formação integral do ser humano é necessário que ele tenha, tanto no ambiente escolar quanto na fábrica, acesso a informações que lhe garantam o gozo pleno de sua cidadania.

Nessa linha de conceitos para a qualificação profissional, recorreu-se, mais uma vez, aos estudos do Professor Celso Ferretti, que trabalha tendo por base as interpretações dos pesquisadores Georges Friedmann, na década de 1940, com sua abordagem “essencialista” e com Pierre Naville, na década posterior, com a sua abordagem “relativista”, a qual o próprio Ferretti denomina conceito “mais refinado”. Assim ele, então, sugere que as relações entre trabalho e educação poderiam “ser refinadas com a utilização do conceito de qualificação profissional como relação social” (2004, p. 401), apesar de que, para ele, os referidos pensadores “privilegiaram” a abordagem essencialista, já que realizaram análises da qualificação no ambiente fordista.

Quando se observam alguns dos já referidos “conteúdos programáticos” desses cursos profissionais de níveis iniciais, ou básicos, nota-se uma matriz utilitarista, para agregar esse referido “valor de uso” ao trabalhador. Em nenhum momento, apesar de toda a discussão mantida pelos educadores, são notados quaisquer avanços postos em prática, a partir dos conceitos de qualificação profissional tão discutidos.

Na prática, e nessa direção, foram notadas falhas nos conteúdos, principalmente no que diz respeito à tecnologia do trabalho. Do outro lado, ao interagir na produção fabril, percebe-se que, sem um melhor aprendizado, o trabalhador da pequena indústria não reconhece a lógica operacional da produção. Ele não sabe diferenciar aquilo que “tende” ainda ao sistema artesanal, ou ao sistema fordista, ou mesmo às unidades de manufatura celulares. Sem uma base teórica sobre os fundamentos dessas tecnologias do trabalho, ele sente dificuldades para agir intelectualmente, ficando a cargo das ordens supervisionais.

- Treinamento

É o processo de aprendizado profissional que melhor preenche os padrões de exigência taylorista/fordista. Constitui-se no aprender, em curto prazo de tempo, e atendendo aos pressupostos da “divisão técnica do trabalho”, a executar uma operação parcelar, ou tarefa específica, que constitui o conjunto de uma determinada atividade profissional. No entanto, utilizando a perspectiva de Anita Kon (2005), esses treinandos serão futuros trabalhadores semiqualeificados ou não qualificados. Por exemplo, o servente de pedreiro, quando aprende a preparar a massa de cimento, ou treina para assentar tijolos etc., é um trabalhador semiqualeificado. No universo do pedreiro, essas são algumas operações das quais ele é responsável no exercício de sua profissão. A profissão de pedreiro é uma qualificação profissional, assim como a do mestre de obras, ou mesmo do engenheiro, todos são, em níveis diferentes, qualificados.

Todo profissional pode, em determinado ponto, necessitar de treinamento para se aprimorar, mas continuará indefinidamente no caminho da formação profissional. Pode-se dizer que um trabalhador, ao adentrar em um sistema de produção linear fordista, passa por um treinamento naquela tarefa que executará repetitiva e indefinidamente. Isso pode fazer com que esse trabalhador fique preso e dependente desse processo, se não houver políticas de profissionalização na empresa, já que ele está treinado, mas não possui uma qualificação profissional.

Muitas empresas apenas têm por objetivo a especialização parcelar do trabalhador, pois buscam o seu melhor rendimento para o aumento da produtividade; observação já contemplada e combatida, tanto por Adam Smith (2012) quanto por Karl Marx (2012) em suas críticas à “divisão técnica do trabalho”. Esse pode ser o prejuízo de se atribuir um título profissional a quem não conhece todo o universo da profissão em questão. Na realidade, e muitas vezes, prepara-se o trabalhador para atender demandas dessa “parcelização” do processo produtivo, sem qualquer compromisso com o humano, mas com as necessidades das produções mais eficientes. O treinamento parcial retira do trabalhador a visão sobre todo o processo produtivo, dando-lhe ciência apenas sobre parte dele, limitando a sua visão.

Segundo Tachizawa, Ferreira e Fortuna (2001), o treinamento tem como objetivo a preparação das pessoas para a execução “imediata” das diversas tarefas

peculiares da organização e para o contínuo desenvolvimento pessoal, não apenas no cargo atualmente ocupado, mas também em outros que o indivíduo possa vir a exercer. Por exemplo, quando alguém é treinado a costurar em uma máquina reta industrial⁵⁹, ele aprende a manusear aquele equipamento e a realizar algumas operações. Tão logo termine essa curta etapa do aprendizado profissional, ele entra na indústria e passa a operar a mesma máquina em um processo fabril. Esse profissional vai se qualificando como costureiro industrial, na medida em que passa a realizar múltiplas operações nesse e em outros equipamentos e aprende também sobre as características dos tecidos, sobre fios, linhas, agulhas, e outros saberes da profissão. Para isso, ele vai sendo treinado indefinidamente, e, geralmente, no interior da fábrica, e todo o conjunto desse aprendizado lhe conferirá o título de “oficial” em costura industrial, mesmo que não tenha tal certificado. Mesmo atingindo esse status, ele ainda não pode ser considerado qualificado, pois seus conhecimentos não atingiram todos os processos necessários à construção “total” de uma vestimenta.

É assim que acontece na maioria das confecções até hoje investigadas.

Por outro lado, as 200 horas de aprendizado preconizadas na CBO não são suficientes para qualificar um profissional e sequer garantir o referido título. Porém, na prática, algumas escolas profissionais conferem um título profissional após a conclusão de curso com essa mesma, ou mesmo menor duração. Esse “aligeiramento” tem em si algumas razões, que serão discutidas em outro momento neste estudo. No entanto, e nas palavras dos pequenos empresários, apesar de ser um tempo considerado insuficiente, não compensa aguardar por esse egresso, pois esses treinamentos, de certa forma, já ocorrem no interior da fábrica. Fato constatado com todas as costureiras entrevistadas, que continuam aprendendo suas profissões cotidianamente na própria empresa. O anseio do pequeno empresário seria receber um egresso, de fato, qualificado, capaz de assumir imediatamente qualquer posto de trabalho na indústria, após um rápido processo de adaptação. Assim, pensando-se em termos reais da produção, o que é “vendido” ao trabalhador como sendo qualificação profissional, ou mesmo “formação profissional” em níveis iniciais, podem ser considerados apenas treinamentos para uma semiqualificação.

⁵⁹ Máquina de costura com o ponto idêntico àquelas utilizadas domesticamente, o ponto denominado 301, mas com estrutura, apesar de semelhante às domésticas, mais robusta, tendo sua velocidade aumentada para satisfazer as necessidades de processos industriais.

Um treinamento pode ser considerado também como o aprendizado das tarefas relativas a um cargo, ou função, em uma empresa. Isso se dá em um processo de adaptação de um determinado profissional àquele cargo. Sua certificação, ou mesmo a aprovação dos profissionais em treinamentos não requer banca avaliadora, bastando apenas a concordância de um professor ou de um instrutor prático. Naquele mesmo caso do curso de costureiro industrial, é apenas um oficial instrutor quem confere a titulação ao trabalhador, a partir de avaliações de desempenhos técnicos diários e pela frequência mínima às aulas.

A Figura 2 demonstra a forma como é percebida a inclusão da qualificação e do treinamento no universo educacional.

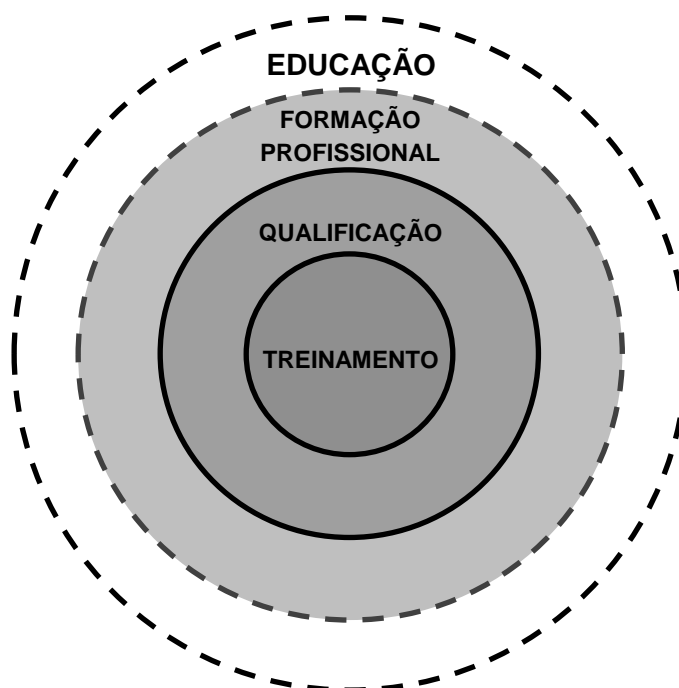


Figura 2: Campo de domínio da Educação (ampliado)

Fonte: Autor

2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Nos momentos das formulações das políticas públicas para a formação profissional se destacam muito mais as disputas ideológicas, que também se desenvolvem nesse entorno, do que os resultados em que deveriam estar focadas as ações com vistas a formar o cidadão brasileiro. Frigotto (2007, p.1129) aponta que

“uma educação básica de baixa qualidade redundando numa pífia educação profissional”, além de comprometer o futuro do educando em todas as dimensões da vida em sociedade. Mas, as referidas disputas pouco ajudam nessa direção, pois anualmente são realizados inúmeros encontros entre acadêmicos, intelectuais e políticos com objetivo de discutirem a educação. No entanto, frente aos resultados das pesquisas de natureza qualitativa, pode-se afirmar que não são verificados maiores avanços educacionais no país. Em suas experiências nas conferências estaduais e federais sobre a educação tecnológica, com vistas à revogação do Decreto n. 2.208/97, ainda no primeiro mandato do presidente Lula, Gaudêncio Frigotto (2007) ponderou que

o exame do conteúdo dos debates e o perfil dos participantes⁶⁰ mostram que, sobretudo na educação tecnológica e profissional, imbricam-se conflito e antagonismo de concepções e, portanto, de disputa política. (...) Por trás de cada conceito de conteúdo ou de organização e financiamento da educação profissional e tecnológica, aninha-se um longo embate histórico de caráter político-ideológico que expressa relações de poder que se reiteram em nosso processo histórico (p. 1130).

Essa falta de coesão em prol da educação parece ser um grave impedimento ao seu desenvolvimento. Não há nada mais perturbador que saber que dos debates não resultem relevantes melhorias à educação pública, aspecto criticado há muito por intelectuais da educação, sob cujos princípios também se apoiam este estudo. A surpresa está em perceber que um partido de bandeira socialista⁶¹, que, após tantas lutas travadas contra a opressão política e do capital, chegando ao poder e permanecendo nele por quatro mandatos, encontre dificuldades para transformar a educação brasileira em prol de uma escola pública de qualidade. Para Frigotto (2007)

os clássicos do pensamento social, político e econômico brasileiro nos permitem apreender as forças que disputaram os projetos societários e entender o que nos trouxe até aqui e suas determinações. Permitem-nos entender, por outro lado, por que o projeto da classe burguesa brasileira não necessita da universalização da escola básica e reproduz, por diferentes mecanismos, a escola dual e uma educação profissional e tecnológica restrita (que adentra as mãos e aguça os olhos) para formar o “cidadão produtivo” submisso e adaptado às necessidades do capital e do mercado. Por outro lado, permitem também entender por que combatem aqueles que postulam uma escola pública, unitária, universal, gratuita, laica e politécnica (p. 1131).

⁶⁰ Servidores do Ministério da Educação, do Ministério do Trabalho e Emprego e do Sistema S.

⁶¹ De acordo com o Art. 1º do Estatuto do Partido dos Trabalhadores, onde se lê “O Partido dos Trabalhadores (PT) é uma associação voluntária de cidadãos e cidadãs que se propõem a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com o objetivo de construir o socialismo democrático”. Disponível em <<http://www.pt-pr.org.br/docs/estatuto.pdf>>, acesso em 10, abr. 2015.

Frigotto ainda chama atenção para as políticas econômicas processadas pelo governo Lula da Silva, e na mesma linha seguem as de Dilma Rousseff, que dão continuidade à política monetarista e rentista, e de “alívio à pobreza”, mas que não oferecem as reformas estruturais, proteladas por séculos, e que possam

produzir uma inclusão efetivamente de distribuição de renda. Isso demandará um desenvolvimento que gere empregos de valor agregado e uma efetiva universalização da educação básica de qualidade social efetiva e, articulada a esta, a educação profissional e técnica que não se reduza ao adiestramento pragmático do mercado (FRIGOTTO, 2007, p. 1135).

São muitas as inquietações relacionadas com a educação e a sua relação com o mundo do trabalho, num país que não consegue superar um modelo econômico arcaico. No Brasil mesmo sendo eleitos governantes ditos socialistas, não se consegue alcançar resultados expressivos, ou seja, propiciar melhores e mais eficazes ofertas na educação básica e profissional. Sobre isso Frigotto (2007) ainda reflete e faz um profundo questionamento:

que tipo de projeto de educação escolar básica e de formação profissional e tecnológica se coloca como necessário para uma sociedade que **moderniza o arcaico** e onde o atraso de determinados setores, a hipertrofia do trabalho informal e a precarização do trabalho formal, o analfabetismo etc. não são obstáculos ou impeditivos ao tipo de desenvolvimento *que se ergueu pela desigualdade e se alimenta dela?* (p. 1135, grifo meu).

Para Acácia Kuenzer “a elaboração de uma nova proposta pedagógica que conduza a essa formação de novo tipo não é um problema pedagógico, mas um problema político.” (2000, p. 20).

Dada a importância dessas políticas na formação profissional dos trabalhadores das pequenas indústrias, sobre elas serão apresentadas algumas análises, na perspectiva de intelectuais que se dedicam aos fenômenos educacionais brasileiros.

2.5.1 A LDB 9.394/1996 e o Decreto 2.208/1997

Fruto do movimento pela redemocratização nacional, de uma nova constituição, e da necessidade de desenvolver a educação, foi exarada a Lei número 9.394, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 20 de dezembro de 1996, depois de um longo estudo, diversos substitutivos e uma ferrenha disputa de concepções. Resultado de um campo de disputa, para o pensamento neoliberal, ela representou avanços. Para grande parte dos intelectuais da educação preocupados com o desenvolvimento social do país e da sua educação, esse não foi, entretanto, o caso. Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005a), essa lei, além do seu contemporâneo Plano Nacional de Educação (PNE), não promoveu o esperado desenvolvimento, tendo “reforçado” os ideais conservadores e as dualidades entre as escolas de pobres e ricos, entre a educação técnica adestradora e a formação humanística.

Antes da sua aprovação, a referida lei tramitou no Congresso tendo diversas emendas que a afastaram do seu projeto inicial, e, apesar das lutas para que a mesma pudesse representar os anseios populares, nessa “queda-de-braço” venceu o governo de FHC e seus postulados neoliberais. Isso reforça o que Marx (2011) já preconizara sobre a formulação pelo Estado, enquanto representante da superestrutura capitalista, de uma educação comprometida com a manutenção do permanente afastamento social entre os dominantes e os dominados, sendo a escola um instrumento de reforço ideológico com vistas a essa mesma manutenção.

Seguindo nessa mesma direção dualista, a presente lei manteve o afastamento entre a educação propedêutica e a profissional. Seu

texto é minimalista e ambíguo, em particular no que se refere a essa relação – ensino médio e educação profissional. Assim, o ensino médio ficou no Capítulo II, destinado à educação básica, e a educação profissional foi disposta no Capítulo III, constituído por três pequenos artigos.

Como na LDB a educação brasileira se encontra estruturada em dois níveis – educação básica e educação superior –, por não localizar a educação profissional em nenhum deles, o texto explica e assume uma concepção dual em que a educação profissional é posta fora da estrutura da educação regular brasileira, considerada algo que vem em paralelo ou como um apêndice (PACHECO, 2012, p. 19).

De acordo com Frigotto (2007, p. 1138) a LDBEN 9.394/96 também não supera a influência da Teoria do Capital Humano⁶², presente nas concepções filosóficas da educação nacional da Lei 5.692/71. O autor ainda aponta existir nessa lei uma tentativa da introdução da noção de competências⁶³, apesar de que, para Ramos (2007, p. 2) “naquele momento (1996), para além de alguns poucos estudos acadêmicos e outros advindos de setores empresariais, o significado da noção de competências era permeado pelo senso comum”. A autora percebeu que, mesmo na referida LDBEN existia “uma forma um tanto quanto indefinida a este termo”. É importante ressaltar que os mesmos autores indicam não ter havido no escopo dessa lei a superação do ideário capitalista e neoliberal para a educação.

Sobre o Decreto 2.208/97, possibilitado pela última LDBEN, Frigotto (2007, p. 1139) indica que o mesmo restabeleceu “o dualismo entre educação geral e específica, humanista e técnica, destroçando, de forma autoritária, o pouco ensino médio integrado existente, mormente da rede CEFET”, sendo “uma espécie de símbolo da desastrada política da era Cardoso” (FRIGOTTO, 2007, p. 1141).

⁶² Frigotto (1986, p. 36) indica que o surgimento da chamada “Teoria do Capital Humano” tem por um dos princípios as ideias de Adam Smith, quando ele diz que *“um homem educado à custa de muito esforço e tempo para qualquer emprego que exige destreza e qualificações especiais pode ser comparado a uma daquelas máquinas caras”* (apud FRIGOTTO, p. 36). O autor ainda aponta para a perspectiva de A. Marshall que considera *“a educação o mais valioso capital que se investe nos seres humanos”* (Ibidem.), demonstrando que “o conceito de capital humano, que constitui o construtor básico da economia da educação, vai encontrar campo próprio para seu desenvolvimento no bojo das discussões sobre os fatores explicativos do crescimento econômico” (FRIGOTTO, 1986, p.39). E, concluindo, ele aponta ainda que “o conceito de capital humano – ou, mais extensivamente, de recursos humanos – busca traduzir o montante de investimento que uma nação faz ou os indivíduos fazem, na expectativa de retornos adicionais futuros. Do ponto de vista macroeconômico, o investimento no ‘fator humano’ passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista microeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social” (FRIGOTTO, 1986, p. 41).

⁶³ Essa segunda teoria, partindo da anterior, vem para superá-la tendo por base as novas ideologias contidas nas teses da “sociedade do conhecimento”, da “pedagogia das competências” e da “empregabilidade”. “No primeiro caso, a noção de capital humano mantém, no horizonte da classe dominante, a ideia da educação como forma de integração, ascensão e mobilidade social. No segundo caso, com a crescente incorporação de capital morto com a ciência e a tecnologia, como forças produtivas diretas, e a ampliação do desemprego estrutural e de um contingente de trabalhadores supérfluos, as noções de sociedade do conhecimento, qualidade total, cidadão produtivo, competências e empregabilidade indicam que não há lugar para todos e o direito social e coletivo se reduz ao direito individual” (FRIGOTTO, 2007, p.1138). Em resumo, pode-se dizer que a primeira teoria ainda estava no acúmulo e no conhecimento das técnicas contidas no “saber fazer” e, no segundo caso, é a teoria que indica ser o conhecimento capaz de fazer funcionar a tecnologia, expressa nos sistemas autônomos de e da produção. Dizem Frigotto, Ciavatta e Ramos (2009, p.1315) que “essa ideia de sociedade do conhecimento e da pedagogia das competências para a empregabilidade, como indica Beluzzo, *‘já nos foi apresentada nos anos 60 e 70 sob a forma de Teoria do Capital Humano. Reauchtada, ela volta para explicar, ou tentar explicar, o agravamento das desigualdades no capitalismo contemporâneo. Assim, fica mais fácil atribuir ao indivíduo a responsabilidade por suas desgraças e por sua derrota’*.”

A desvinculação entre ensino médio e o ensino técnico, ou seja, a formação geral e a formação profissional foi apresentada, pelo governo da época, como avanço democrático, pois permitiria a “qualificação e a reprofissionalização dos trabalhadores, independentemente da escolaridade prévia” (Decreto n. 2.208, artigo 3º), e a experiência profissional e/ou conhecimentos prévios poderiam ser “(...) objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos” (Portaria n. 646/97). (MORAES; LOPES NETO, 2005, p. 1438).

Um ano antes dessa observação de Gaudêncio Frigotto, a professora Kuenzer (2006) já indicava que

as políticas de Educação Nacional formuladas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, portanto a partir do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso e durante o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, embora pautadas no discurso da inclusão dos trabalhadores no mundo do trabalho por meio da qualificação profissional, não só não surtiram o efeito anunciado como ainda tornaram mais precarizadas as ofertas educativas (p. 878).

Constata-se tal afirmação, por exemplo, ao serem verificadas as reduções das ofertas de formação profissional “inicial” pelo SENAI de Curitiba para as quatro áreas industriais de interesse desse trabalho, durante esse mesmo período.

2.5.2 O PLANFOR

O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) foi um programa do governo FHC que deveria ser desenvolvido de forma articulada e integrada com outros projetos financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Instituído em 1995, e lançado no ano seguinte, nos termos da Resolução 126/96 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), foi desenvolvido pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Essa Secretaria tinha por objetivo formular, promover e coordenar as políticas públicas de educação profissional.

A Resolução Nº 194 do CODEFAT, de 23 de setembro de 1998, indicava como objetivo do PLANFOR a qualificação e a requalificação profissional de 20 por cento da população economicamente ativa (PEA), ou seja, algo em torno de 15 milhões de brasileiros “anualmente”. Está descrito no Artigo 2º dessa Resolução que:

O PLANFOR tem o objetivo de construir, gradativamente, oferta de educação profissional (EP) permanente, com foco na demanda do mercado de trabalho, de modo a qualificar ou requalificar, a cada ano, articulado à capacidade e competência existente nessa área, pelo menos 20% da PEA – População Economicamente Ativa, maior de 14 anos de idade (BRASIL, MTE, 1998).

Era uma meta bastante audaciosa, considerando a realidade econômica daquele período caracterizado por forte retração, pelo desemprego e pelas demissões em massa.

A ausência de uma verdadeira política econômica em prol dos trabalhadores e do emprego fazia desse programa uma deliberação contraditória. “Nesse sentido, quando segundo os dados econômicos, observa-se uma retração do emprego, a conclusão só pode ser que os pressupostos da empregabilidade disseminada pelo PLANFOR, e outras ações do governo, é a propagação da ilusão.” (BATISTA, 2009, p. 23).

Para Frigotto (2007) o PLANFOR,

cujo fundo é disputado pelo Sistema S, ONGs, sindicatos e escritórios de organização de cursos, cujo escopo é a condenação de milhares de jovens e adultos trabalhadores, com escolaridade média de quatro anos, a cursos profissionalizantes, na sua maioria, desprovidos de uma base científica, técnica e de cultura humana mais geral. Isso faz com que não estejam preparados nem para as exigências profissionais, nem para o exercício autônomo da cidadania (p. 1140).

Frente ao intento da empregabilidade dos “excluídos”, ou seja, os não qualificados e os defasados tecnicamente, o PLANFOR através de qualificações aligeiradas, injetou verbas em diversas entidades privadas. Verbas foram destinadas às ofertas de cursos, cujas carências eram justificadas de forma questionável, onde se destacava

a ausência de diagnóstico específico que determinasse necessidades e demandas por qualificação profissional no âmbito dos estados e dos municípios no momento da formulação da política no Ministério do Trabalho. Tal ausência tem como um dos resultados a arbitrariedade na decisão de se reservar determinado volume de recursos financeiros para ações a serem desenvolvidas em cada Estado. Um volume maior ou menor de recursos passa a ser uma decisão puramente política, sem conexão com um diagnóstico específico (JORGE, 2009, p. 107).

Batista (2009) ainda aponta que

no plano da subjetividade verifica-se a frustração das expectativas por parte dos egressos que continuam desempregados, já que a possibilidade de melhoria nas condições de vida não se concretizou, estes descobrem que foram iludidos ao acreditarem que eram desempregados em decorrência de serem desqualificados, ou seja, por não possuírem *empregabilidade* (p. 26).

Acácia Kuenzer (2006) também indicava que

as avaliações externas mostraram que o PLANFOR, além do mau uso dos recursos públicos, caracterizou-se pela baixa qualidade e baixa efetividade social, resultante da precária articulação com as políticas de geração de emprego e renda, desarticulação das políticas de educação, reduzidos mecanismos de controle social e de participação no planejamento e na gestão dos programas e ênfase em cursos de curta duração focados no desenvolvimento de habilidades específicas (p. 889).

Ainda sobre a injeção dessas verbas em organizações privadas, outra questão é relacionada com escolas profissionais do Sistema S, que cobravam matrículas para alguns cursos de “qualificação básica”. Uma clara herança da teoria do capital humano e da filosofia neoliberal que preconizam ser da responsabilidade do trabalhador a sua “empregabilidade”, cabendo-lhe os investimentos com a sua profissionalização.

Por outro lado, cursos para esse mesmo nível de qualificação profissional, e que eram do interesse de setores industriais politicamente privilegiados, a exemplo do setor automotivo, tinham gratuidade em suas ofertas. Paralelamente, em Curitiba, ocorria a carência por profissionais qualificados para os setores de alimentos, gráfico, moveleiro, do vestuário, etc., o que reforça todos os questionamentos feitos em relação ao PLANFOR, assim como às políticas neoliberais naquele momento.

2.5.3 O PROEP

Lançado pelo governo de FHC em novembro de 1997, segundo a Subsecretaria de Desenvolvimento Tecnológico do Estado do Rio de Janeiro (1997, p. 2),

o Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP é uma iniciativa do Ministério da Educação - MEC em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTb que visa, de acordo com a nova legislação sobre a Educação, à expansão, modernização, melhoria de qualidade e permanente

atualização da Educação Profissional no país, através, da ampliação e diversificação da oferta de vagas; da adequação de currículos e cursos às necessidades do mundo do trabalho; da qualificação, reciclagem e reprofissionalização de trabalhadores(as), independente do nível de escolaridade, e da formação e habilitação de jovens e adultos nos níveis médio (técnico) e superior (tecnológico). (...)

Os recursos do PROEP são originários de dotações orçamentárias do Governo Federal, sendo 25% recursos do MEC, 25% recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, do Ministério do Trabalho e Emprego, e os 50% restantes advêm de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (RIO DE JANEIRO, SECT, 1997, p. 2).

Ancorado nessas propostas de reforma da educação profissional, o governo FHC destinou recursos ao PROEP através do Acordo de Empréstimo e o Contrato nº 1052 – OC/BR com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de 250 milhões de dólares, acrescidos de 125 milhões originários do orçamento do MEC e 125 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), perfazendo um total de 500 milhões de dólares.

O PROEP foi mais uma forma encontrada para o financiamento das entidades privadas com dinheiro e aumento da dívida pública, além de possibilitar a interferência do BID também nos processos de formação dos trabalhadores. Seguindo a “cartilha neoliberal” a educação profissional também assumiu condição de mercadoria negociada entre governos e entidades da sociedade civil em torno dos recursos públicos, segundo Acácia Kuenzer (2006, p. 900) formando um “verdadeiro balcão de negócios em que se transformaram as instituições públicas e privadas de Educação Profissional, a partir do Decreto n. 2.208/97”.

Em muitos casos, essa “mercadoria” era ofertada diretamente aos trabalhadores sem quaisquer subsídios, conforme os exemplos já citados.

2.5.4 O PNQ

O Plano Nacional de Qualificação (PNQ) é integrado ao Sistema Público de Emprego⁶⁴, e que apesar das diferentes diretrizes em suas abordagens e ideologias,

⁶⁴ De acordo com Lessa (2011, p. 295), o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda é uma estrutura do Ministério do Trabalho que agrega ações diversas: seguro-desemprego, recolocação no mercado de trabalho, qualificação profissional e combate ao trabalho escravo são algumas destas. Sua estruturação no Brasil é bastante recente (data da ditadura).

seus resultados mostraram que esse plano nada mais foi do que uma “nova roupagem” do anterior PLANFOR.

Assim descreveu o Ministro do Trabalho Jacques Wagner, do primeiro mandato da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, no documento original do Plano Nacional de Qualificação (PNQ):

o Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional – 2003-2007, parte integrante do PPA⁶⁵, enseja mais uma ação política do Governo em conceber a qualificação profissional, como direito, como política pública, como espaço de negociação coletiva e como elemento constitutivo do desenvolvimento sustentável. Como parte desse Programa, o Plano Nacional de Qualificação – PNQ articula diretrizes, procedimentos e ações de qualificação social e profissional como uma estratégia de integração das políticas de emprego, trabalho, renda, educação e desenvolvimento. (BRASIL, MTE, 2003, p. 6).

Não obstante, no escopo do seu documento há críticas diretas ao PLANFOR. Já em seu prefácio se lê:

muitas pessoas, ao ouvir falar de qualificação profissional com recursos federais, lembram do PLANFOR. Apesar de certos avanços, este plano se esgotou em diversas dimensões, fazendo com que fossem necessárias profundas mudanças para que a política pública de qualificação saísse da situação em que se encontrava (BRASIL, MTE, 2003, p. 10).

Outra crítica ao PLANFOR diz respeito à utilização de recursos financeiros, relacionando os mesmos com a “baixa qualidade” dos cursos de qualificação ofertados. Descreve o documento que:

ao final dos dois quadriênios de vigência do PLANFOR, 1995-1998 e 1999-2002, tornou-se evidente a necessidade de mudanças profundas, após intenso desgaste institucional. Um conjunto de denúncias, veiculado amplamente pela mídia levou o Tribunal de Contas da União – TCU e a Secretaria Federal de Controle da Corregedoria-Geral da União – SFC/CGU a proporem mecanismos visando garantir maior controle público e operacional. Uma flagrante baixa qualidade dos cursos, em geral, e uma baixa efetividade social das ações do PLANFOR reforçaram tal desgaste e levaram o MTE, já sob o novo Governo, a instituir o Plano Nacional de Qualificação – PNQ, extinguindo o PLANFOR, reorientando as diretrizes da Política Pública de Qualificação (BRASIL, MTE, 2003, p. 18-19).

Dentre as várias críticas àquele programa, e as propostas apresentadas, uma que se destaca, diz respeito à mudança na “dimensão pedagógica” das qualificações profissionais. Sobre isso assim está descrito no documento:

⁶⁵ Plano Plurianual.

outra significativa mudança é na dimensão pedagógica: a baixa qualidade da maioria dos cursos deve ser modificada. A questão metodológica, da ligação com a elevação da escolaridade, com metodologias que ao mesmo tempo elevem a escolaridade e qualifiquem, a questão da elevação da carga horária média. É um absurdo que se tenha, no antigo PLANFOR, 60 horas de carga horária média nos últimos dois anos. Em sua época de melhor atuação eram 150 horas, e o PNQ apresenta o objetivo de elevar o patamar para 200 horas **médias** (BRASIL, MTE, 2003, p. 12, grifo meu).

Essa é uma crítica relevante ao que se pode dizer ser um problema capital das propostas para a qualificação profissional em níveis iniciais no país. No entanto, entende-se que a progressão de 60 ou mesmo de 150 para 200 horas “em média” para uma qualificação profissional é sair do “ruim” para o “menos pior”. Em termos de maiores avanços desse plano, sobre essas mesmas 200 horas, onde se lê no texto “médias”, poderia ser lido “mínimas”, algo que representaria maior ganho para o trabalhador. Essa proposta de carga horária foi posteriormente apresentada como uma norma constante na nova CBO de 2010. O PNQ propõe, além do aumento na carga horária das qualificações, a “uniformização da nomenclatura dos cursos” e a “articulação prioritária com a educação básica (ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos)”. Modificações também observadas posteriormente no Decreto 5.154/2004.

Face às políticas neoliberais implementadas por FHC, eventos como as grandes privatizações, os planos de demissões voluntárias, as terceirizações, que também abriram espaço para as “quarteirizações” – uma das faces da precarização do trabalho –, as quebras de empresas nacionais, dentre outros, elevaram substancialmente as taxas do desemprego no país.

O fenômeno do desemprego em massa no Brasil é uma realidade incontestável dos anos de 1990. Em 2002, por exemplo, o país registrou a quarta posição no *ranking* mundial do desemprego. No total de desempregados, o país perdeu apenas para a Índia, Indonésia e Rússia (Pochmann, 2006, p. 60).

Tudo isso acelerou o crescimento da informalidade de muitos empreendimentos e de trabalhadores desempregados no Brasil. Ricardo Antunes (2009, p. 205) aponta que a modernização industrial promoveu, em especial nos países de capital avançado, uma “*desproletarização* do trabalho industrial”, ou seja,

uma diminuição da classe operária industrial tradicional, paralelamente, efetivou-se uma significativa subproletarização do trabalho, decorrência das formas diversificadas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços etc. (p. 205).

No caso do Brasil, por ser um país de “industrialização intermediária”, o fato é que, se comparado aos países centrais, foram muito menos os trabalhadores que se enquadram no primeiro grupo. Parte significativa desses trabalhadores, inclusive os das grandes indústrias multinacionais, mas, principalmente, os das pequenas organizações conheceram o desemprego.

São as causas e os efeitos que acarretaram profundas modificações no mundo do trabalho. Márcio Pochman (2006, p. 59-73) faz importante análise sobre o aumento das taxas de desemprego no país entre os anos de 1992 a 2002, atingindo, em especial, as classes de renda baixa, os negros e as mulheres. Segundo o mesmo autor, esse “movimento de desestruturação do mercado de trabalho revela, de certa forma, a natureza e a dimensão” da apontada crise (p. 60). Para ele, três são os componentes dessa desestruturação.

O primeiro está associado à presença, em larga escala, do desemprego em praticamente todos os segmentos sociais. O segundo componente que caracteriza a desestruturação do mercado de trabalho diz respeito à regressão dos postos de trabalho formais, o que contribui para a perda de participação do emprego assalariado no total das ocupações, também conhecido como **desassalariamento**. Por fim, o terceiro componente refere-se ao processo de destruição de postos de trabalho de melhor qualidade, sem a mesma contrapartida nos empregos criados (p. 60, grifo meu).

Esse agravamento do desemprego estrutural e da informalidade do trabalho, foram os motes para que o governo Lula, através do seu PPA, promovesse ações, não só no campo da qualificação profissional, mas em diversas outras linhas, no sentido da abertura de novos empregos, obtendo, de fato, e nesse caso, sucesso em seus objetivos. Diferente do PLANFOR, que tinha o mercado formal como foco, e os “treinamentos” como ofertas, o PNQ lançara uma proposta, relevando a precarização do trabalho e outros “frutos” desse período recessivo, considerando as novas “formas solidárias de participação social”. O que pode ser entendido como as pequenas organizações produtivas de trabalhadores terceirizados, as pequenas cooperativas e outras organizações solidárias.

No entanto, para Theodoro (2002),

(...) todas as partes envolvidas no desenho da política, de certa maneira, criam uma rede de cumplicidade de interesses cujos acordos recíprocos permitem manter a política dentro daquele formato, e muitas vezes essa política deixa de servir ao que seria um interesse público mais amplo, passando a estar ajustada aos interesses que ali se consolidaram e se associaram em torno do desenho e do encaminhamento daquela política pública – como se fosse apropriação da política pública pelos grupos envolvidos (...) (apud PEIXOTO, 2008, p. 104).

O PNQ traz em seu escopo a proposta de modificações em quatro diretrizes básicas, com relação ao “desenvolvimento político-conceitual”, à “articulação institucional”, à “efetividade social e política”; e para a “qualidade pedagógica”.

No primeiro,

pressupõe o amadurecimento social e político, nos termos de um novo contrato social, dos segmentos mais diretamente relacionados com o trabalho e a qualificação profissional. Baseia-se na consolidação da Política Pública de Qualificação como construção social e, ao mesmo tempo, no reconhecimento público dos conflitos de interesses. Expressa-se, sobretudo, nas seguintes referências comuns:

- concepção da qualificação profissional como construção social, expressão dos conflitos próprios das relações de trabalho e, portanto, como objeto passível de negociação privada (no âmbito da relação capital-trabalho) e pública (por meio dos espaços de gestão multipartite, com destaque para o CODEFAT, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES e o Fórum Nacional do Trabalho – FNT);
- concepção da qualificação profissional como direito de cidadania, em bases contínuas, permanentes e de maneira articulada com a educação básica (fundamental e média);
- concepção da qualificação profissional como uma Política Pública e, portanto, orientada por objetivos sociais;
- planejamento das Políticas de Qualificação orientadas pelas estratégias de desenvolvimento local, estadual, regional e nacional, na perspectiva da sustentabilidade social e ambiental;
- políticas voltadas para a educação integral dos trabalhadores, incluindo conteúdos de formação geral e específica, por meio de dimensões como: técnico-científica, sociopolítica, ético-cultural e político-pedagógico. Isso, sempre levando em conta as desigualdades e diferenças de classe, etnia, gênero, geração, região, etc.;
- atenção à diversidade social, econômica e regional da PEA, promovendo o acesso justo aos planos de qualificação e, no que depender das Políticas Públicas de Qualificação, às oportunidades de trabalho e renda (BRASIL, MTE, 2003, p. 27-28).

Na segunda diretriz, que é a “articulação institucional”,

pressupõe a compreensão social da Política Pública de Qualificação como parte de um arranjo institucional que envolve:

- a ampliação e consolidação da integração da Política Pública de Qualificação em relação às demais Políticas de Trabalho e Renda, visando à construção de um Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda;

- a integração do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda e, em particular, da Política Pública de Qualificação em relação às Políticas de Desenvolvimento nos âmbitos nacional, regional/estadual e local;
- a integração, em uma única rede nacional de educação profissional, das Políticas Públicas de Qualificação e de Educação, para apontar para a superação em particular da separação entre a educação profissional (básica, técnica e tecnológica) e a educação básica (fundamental e média, educação de jovens e adultos, educação do campo) e contribuir para uma efetiva elevação da escolaridade da PEA;
- articulação e fortalecimento institucional de atores sociais relevantes para uma Política Pública de Trabalho e Renda, para a consolidação de uma rede nacional de educação profissional (constituída por entidades públicas e privadas), para atuar na qualificação permanente da PEA, como uma política conduzida em bases participativas, realizada de maneira descentralizada e articulada sob um prisma efetivamente público;
- construir um novo contrato social, na perspectiva da cidadania ativa e do aprofundamento do processo democrático como movimento cultural e ético;
- a constituição de Centros Públicos de Trabalho e Renda e/ou de Qualificação, como espaços públicos que articulam Políticas Públicas de Trabalho, Educação, Qualificação e Desenvolvimento, no âmbito do poder local;
- articulação institucional internacional de Políticas Públicas Nacionais de Qualificação, para responder às necessidades decorrentes da integração por meio do MERCOSUL, África e em ambientes multilaterais, como a OIT (BRASIL, MTE, 2003, p. 28-29).

Na terceira, quanto à “efetividade social e política”,

pressupõe que, para além dos critérios da eficiência (basicamente reportado ao grau de cumprimento de metas) e da eficácia (relacionado ao grau de cumprimento de metas financeiras), deve-se dar relevância aos benefícios econômicos, sociais e culturais efetivamente trazidos pelas Políticas Públicas e Qualificação para os/as educandos/as, a ação de qualificação profissional precisa ser avaliada também pela capacidade de:

- consolidar-se como uma política permanente e apta a lidar com as transformações intensas e contínuas que vêm marcando a dinâmica do mundo do trabalho, seja para inovações técnicas e gerenciais, seja para diversificação das formas de trabalho;
- propiciar o empoderamento, como sujeitos individuais e coletivos, dos públicos envolvidos, seja como trabalhadores assalariados sejam como trabalhadores autônomos, assim como cooperados;
- garantir uma efetiva participação e controle social na elaboração, condução e avaliação da Política Pública de Qualificação (em particular, por meio do fortalecimento do papel do CODEFAT e das CETs e CMTs);
- fomentar a introdução de cláusulas relacionadas com a qualificação profissional nas pautas das negociações coletivas, estabelecidas entre entidades empresariais e sindicais, tendo como horizonte a construção de processos mais amplos de contratação coletiva;
- garantir procedimentos eticamente recomendáveis quanto ao uso dos recursos públicos, por todos os segmentos envolvidos na execução do PNQ em seus diversos níveis (BRASIL, MTE, 2003, p. 29-30).

E, por fim, na quarta diretriz que diz respeito à “qualidade pedagógica”,

pressupõe uma educação mais integral do/a trabalhador/a para superar as práticas de qualificação profissional estritamente como treinamento operacional, imediatista, segmentado e pragmático. Requer:

- uma orientação pedagógico-metodológica que valorize os/as educandos/as como sujeitos dotados de saberes e identidades socialmente construídas, assim como reconheça e valorize a diversidade cultural, étnica, social, regional, de gênero, que os perpassa;
- um projeto pedagógico que tenha como eixos gerais articuladores os temas do trabalho e da cidadania, para propiciar para os/as educandos/as uma articulação virtuosa entre sua inserção no mundo do trabalho e sua participação social e política;
- uma construção curricular que envolva as dimensões técnico-científica, sociopolítica, metodológica e ético-cultural;
- planos de formação de formadores que possibilitem a capacitação de agentes multiplicadores, na perspectiva das novas diretrizes do PNQ;
- ações de qualificação profissional que atuem com prioridade para articulação entre qualificação profissional e o aumento da escolaridade da PEA e para superar a tradicional e renovada segmentação entre trabalhadores/as qualificados/as e não-qualificados/as;
- produção e disseminação de informação sobre demanda e oferta de qualificação profissional;
- constituição de um sistema de certificação, no âmbito da Política Pública de Educação, que valorize os saberes adquiridos na vivência social e no trabalho, articulada às classificações de ocupações profissionais, e estabeleça um efetivo controle público dos mecanismos de reconhecimento das trajetórias formais e informais de formação escolar e profissional;
- construir procedimentos eficazes de orientação dos/as educandos/as sobre os planos de formação profissional e as oportunidades propiciadas pelas demais Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda (com destaque para a orientação profissional para a juventude brasileira, de modo a permitir escolhas consistentes) (BRASIL, MTE, 2003, p. 29-30).

Para operacionalizar, de forma articulada, essas diretrizes e seus objetivos institucionais, a Resolução nº 333/2003 do CODEFAT determina para os Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs) as ações de educação profissional, e para os Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs) as ações de estudos, pesquisas e desenvolvimento de materiais técnico-didáticos, metodologias e tecnologias de qualificação. As definições dos conteúdos técnicos deverão estar referenciadas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), com a indicação da respectiva ocupação utilizada. A coordenação geral é feita pelo próprio MTE em parcerias com as secretarias estaduais para as demandas setoriais, sendo essas secretarias também responsáveis pelas elaborações desses materiais. Além disso, também se incumbem da seleção e contratação das entidades executoras, num esforço, de acordo com Lessa (2011, p. 296), “voltado diretamente para a força de trabalho em exercício ou em busca de emprego, ou seja, para a PEA⁶⁶”.

⁶⁶ População Economicamente Ativa.

(...) O Plano está, de fato, voltado para trabalhadores que desenvolverão as atividades mais simples, o que pode ser comprovado pelas áreas dos aprendizados oferecidos, assim como pelo perfil dos usuários que chegam aos cursos, como se pode verificar nos Anuários de Trabalhadores de 2005 a 2008 (LESSA, 2011, p. 296).

Nas visões de Silva e Bezerra (2006, p. 10),

a operacionalização do PNQ se dá de forma nacionalmente articulada, sob diretrizes e procedimentos institucionais comuns, mas sua condução ocorre de forma descentralizada, por meio de dois programas distintos e complementares: os Planos territoriais de Qualificação- (PlanteQ's) e os Projetos Especiais de Qualificação- (ProEsQs). A coordenação geral é feita pelo Ministério do Trabalho, em parcerias com as secretarias estaduais. Estas secretarias são responsáveis pela elaboração dos PlanteQ's, seleção e contratação das entidades executoras (SILVA; BEZERRA, 2006, p. 10)

Esse plano trouxe propostas progressistas de mudanças com relação às do governo anterior contidas no PLANFOR. Nas quatro diretrizes que apresenta há importantes pontos para o avanço da qualificação profissional, no sentido de permitirem maior cidadania e participação do trabalhador, quando, por exemplo, propõe “uma construção curricular que envolva as dimensões técnico-científica, sociopolítica, metodológica e ético-cultural”. No entanto, em alguns outros pontos, apresenta imediatismo e sinais de submissão ao próprio mercado, e possibilidades de adaptação às suas regras. Algo que pode ser notado no item em que alia a “produção e disseminação de informação sobre demanda e oferta de qualificação profissional”. Essa última, quando associada às decisões políticas não pautadas em estudos socioeconômicos, ou a projetos de interesse social, subsume as iniciativas educacionais aos interesses privados, numa filosofia utilitarista que também pautava as iniciativas do PLANFOR, o que aproxima ideologicamente ambos os programas.

Nessa mesma linha, e após estudos das situações práticas por outros pesquisadores, o PNQ é responsabilizado por manter em curso a mesma política neoliberal para a qualificação profissional que, segundo Silva e Bezerra (2006, p. 7), “tem sido orientada por uma lógica reprodutivista, mercantil e subordinada”. Para os autores

esse mesmo Estado, que no atual contexto é neoliberal, a fim de apaziguar o conflito capital e trabalho via políticas de formação profissional, assume o papel de mediador e administrador das crises no seio da sociedade capitalista contemporânea. (...) Para responder a necessidade de mediação dos conflitos e aumentar a capacidade de acumulação capitalista, o Estado capitalista moderno implementa políticas de qualificação e formação do

trabalhador. No atual contexto a política nacional do PNQ é esta expressão (SILVA; BEZERRA, 2006, p. 8).

Frente à proposta tida como “inovadora” do PNQ, algumas críticas sobre a sua ineficácia sobressaem. Os mesmos autores apontam em seu estudo, ainda

referente à efetividade social e ao impacto social da política, o DIEESE divulgou resultados parciais da implementação do PNQ. No ano de 2003 um total de 141.169 trabalhadores concluíram os cursos de qualificação profissional; deste total, 101.553 estão sem ocupação (71, 9%) (ANUÁRIO, 2005). Estes dados parecem revelar a ineficácia ou mesmo o baixo impacto social no tocante à inserção profissional (p. 1).

Em resumo, as maiores críticas dizem respeito à aproximação das ações do governo Lula ao ideário neoliberal, assim como o distanciamento das diretrizes contidas no próprio PNQ. Também dizem respeito à desarticulação federal junto às secretarias e a incompetência desses parceiros estaduais para realização de programas de qualificação dentro das diretrizes do próprio plano. Além dessas, são feitas críticas quanto ao atendimento de situações emergenciais de oferta de vagas por empresas que não encontram profissionais qualificados junto ao Sistema Nacional de Emprego (SINE). Situação que aponta para o exclusivo interesse das empresas, colocando os trabalhadores como objetos, o que reforça o senso utilitarista da educação e da qualificação profissional e a paralela “coisificação” do ser humano.

Verifica Lessa (2011) que

esses são trabalhadores desempregados ou autônomos, encaminhados pelo Sine para a qualificação e suposta reintegração ao mercado de trabalho. São também (a partir de junho de 2008), usuários do Bolsa Família — por meio do PlanSeQ/BF, agora denominado de Programa Próximo Passo — convocados para integrar formações do campo da construção civil (especialmente) (p. 296).

Lessa (2011), ao analisar esse mesmo documento que instituiu o PNQ, depurou que esse é

(...) um material gerado em condições históricas de novo tipo, e é essa a primeira consideração sobre o Plano que pretendemos fazer. “Nunca na história deste país” é uma das célebres frases de Lula da Silva que traduzirá muito bem o que pretendemos dizer. Nunca na história deste país foi tão complexo analisar as ações governamentais. Isto porque a combinação, em condição de proposição e de mando, de atores políticos com trajetórias de ação distintas — grupos oriundos do PT, partido que apesar de ter passado por processo de transformação de sua visão de sociedade e de poder ao longo de sua existência, possuía ainda propostas progressistas no campo das

políticas sociais, combinados aos grupos mais conservadores, que se perpetuam nos espaços públicos ao longo de décadas —, tem gerado como fruto ações governamentais dotadas de continuísmo, sob o argumento da inovação (p. 296).

As constatações realizadas no campo das pesquisas junto às práticas revela um governo que, de um lado levanta a bandeira de um socialismo popular, e de outro dá continuidade aos processos neoliberais anteriores, desperdiçando o oportuno momento histórico e os talentos necessários para as modificações na educação, que tantos progressistas apoiaram e aguardavam. O “novo pensamento” contido no PNQ é fruto do trabalho desses progressistas, que também são pensadores e intelectuais da educação nacional. No entanto, a prática continuou a ser de carácter conservador e sectário.

2.5.5 O Decreto 5.154/2004

Tomando por base o muito discutido Decreto 5.154/04, exarado pelo Presidente Lula em 23 de julho de 2004, percebe-se ainda existirem coesões com o decreto anterior. Nesse último, o ensino médio volta a ser como era antes do 2.208/97, ou seja, no ensino técnico médio a formação escolar poderá ser oferecida de forma integrada à profissional, o que, em tese, pode restabelecer o interesse popular por esse nível de qualificação profissional, viabilizando maior participação dos mais carentes, pois

o ensino médio integrado é aquele possível e necessário em uma realidade conjunturalmente desfavorável – em que os filhos dos trabalhadores precisam obter uma profissão ainda no nível médio, não podendo adiar este projeto para o nível superior de ensino – mas que potencialize mudanças para, superando-se essa conjuntura, constituir-se em uma educação que contenha elementos de uma sociedade justa (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005b, p. 44).

No entanto, mantendo ainda o terceiro nível de qualificação profissional proposto do decreto anterior, persistirá a separação entre pobres e ricos quanto à chegada aos cursos superiores. O tecnólogo, profissional proveniente de cursos ‘superiores’ aligeirados, que por muitas vezes são desenvolvidos oportunamente, do ponto de vista quanto ao mercado de trabalho e às escolas privadas, acaba sendo

considerado pelo próprio mercado como um profissional de graduação inferior aos bacharéis. Esses profissionais, quando são aceitos pelas indústrias, são tratados como “graduados inferiores”, o que confirma a comentada manutenção da separação no *status quo*. Com currículos mais pobres, e sem a análise profunda dessas “novas profissões”, os profissionais têm menor proteção das entidades de classes dos conselhos profissionais.

Ainda quanto a isso, a acomodação desse nível profissional na sociedade, tira da pauta a discussão sobre os currículos dos bacharelados das áreas tecnológicas, principalmente quanto às suas formas de ofertas à população. Historicamente, os modelos de apresentação curricular e os horários de aulas em tempo integral sempre inviabilizaram a permanência dos mais carentes nesses bacharelados “ditos de elite”, seja por suas durações, seja pela forma de ocupação irracional das aulas dentro do horário tradicional de trabalho. Anteriormente, esse nível de qualificação era denominado “educação profissional de nível tecnológico”, agora com o Decreto 5.154/04 passou a ser chamado “educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação⁶⁷”. Talvez uma tentativa de amenizar o já notado preconceito na sociedade.

No caso da denominação dos outros dois níveis inferiores, há também modificações, pois o que era chamado no decreto anterior de “educação profissional de nível básico” passa agora a ser chamada de “formação inicial e continuada de trabalhadores”, a “de nível técnico” pelo novo decreto agora é “educação profissional de nível médio”. Além de se perceber uma disjunção semântica do primeiro nível em relação aos demais, pela diferenciação denominativa, também se nota uma intenção acentuada na separação hierárquica, pois no primeiro nível se utiliza o termo “formação” e nos outros dois, o termo “educação”.

Concordando com Ferretti (2004), entende-se haver uma hierarquia, onde o termo educação encampa o termo formação profissional. Ideológica e historicamente, o segundo termo sempre esteve ligado aos níveis ditos “mais básicos” do aprendizado profissional, e continua inferiorizado pelo novo decreto. O próprio Governo admite que no currículo das qualificações médias, e além delas, possam existir atenções a outros aprendizados que extrapolam o *savoir faire*, identificadas na amplitude do termo “educação”. Assim, entende-se que novas análises e propostas de avanços

⁶⁷ As descrições “graduação e pós-graduação” foram as novidades frente ao Decreto 2.208/97.

curriculares para esse nível de qualificação podem ficar mais restritas, retirando das pautas de discussões a possibilidade da ampliação dos saberes que possibilitariam maior exercício de cidadania desse aprendiz.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005c) indicam que o Governo de Lula, contrapondo-se ao de FHC, assumiu compromissos com as forças progressistas para vetar o Decreto 2.208/97 e reintegrar a educação propedêutica com a técnica em nível médio, comprometendo-se também a dar tratamento à educação profissional reconstruindo-a como política pública, além de

corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores (Brasil, MEC, 2005, p. 2 apud FRIGOTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005c, p. 2005c, p. 1089).

Essa reintegração no nível médio ocorre na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), nos Institutos Federais de Tecnologia (IFT's), assim como em escolas privadas. Porém, quanto à profissionalização em níveis iniciais, no decorrer dos anos se observa a mesma fragmentação, o mesmo tratamento aligeirado e com o cunho de treinamento superficial. Prova disso foi a posterior reedição da CBO (2010), sem propostas de alterações curriculares de grande impacto, exceto pelo pequeno aumento de suas cargas horárias. Verifica-se, então, que esses mesmos compromissos do governo

favoráveis à integração, a política de educação profissional processa-se mediante programas focais e contingentes, a exemplo dos seguintes: Escola de Fábrica, Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e do Inclusão de Jovens (ProJovem) (FRIGOTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005c, p. 2005c, p. 1090).

Programas modelados e remodelados que, ao final, mostraram-se ineficazes, e que ainda mantêm as mesmas características de uma educação profissional oportunista em relação ao “mercado” de trabalho. E, como fora nos governos anteriores, dispendem verbas públicas para entidades privadas, mantendo, ainda, o cunho assistencialista do ponto de vista socioeconômico, apesar das propostas

teóricas em seus projetos negarem tal fato. São cursos que se mantêm muito distantes de uma profissionalização libertária, integral e de cunho politécnico.

E onde esses fatos se revelam de forma mais dramática? Além daqueles que não têm reais oportunidades de formação, e que vivem à margem do mundo do trabalho, o presente estudo indica que os trabalhadores das pequenas indústrias carecem de melhores oportunidades de qualificações profissionais.

2.5.6 Projeto Escola de Fábrica

Criado através da Lei 11.180 em 23 setembro de 2005 tendo “a finalidade de ampliar as possibilidades de formação profissional básica, favorecendo o ingresso de estudantes de baixa renda no mercado de trabalho” o Projeto Escola de Fábrica foi mais uma tentativa do governo Lula de profissionalizar jovens carentes, oportunizando lhes, além do aprendizado profissional, o acesso ao primeiro emprego. Brasil (2005b),

De acordo com o Portal do MEC,

Nesta primeira fase do projeto, serão abertas 558 escolas em fábricas de diferentes segmentos da economia que irão beneficiar 11.500 jovens de 16 a 24 anos em 17 estados do país. (...) Os cursos terão duração de **600 horas** e serão compostos por **três módulos**: um módulo de **120 horas para reforço escolar** do ensino básico, que serve como estímulo à frequência; um módulo com **120 horas**, onde serão abordados **temas transversais para a formação do cidadão**, como noções sobre direito do trabalho; o terceiro módulo terá duração de **360 horas e será destinado à formação profissional, das quais 60 horas são de aulas práticas** (MEC, 2005⁶⁸, grifos meus).

Partindo de uma comparação curricular simples, nota-se nessa modalidade de proposta programática uma formação mais abrangente do que aquelas normalmente ofertadas por escolas privadas, entidades e pelo próprio Sistema S. Inclusive, muitos dos cursos de qualificação profissional ofertados por essas escolas e entidades, em média, não chegam a ter as cargas horárias recomendadas pela CBO para a formação nesse nível de aprendizagem profissional. Igualmente, essa proposta “tenderia” a uma “educação integradora”, se houvesse inter-relação entre essas

⁶⁸ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3266&catid=211>, acesso em 3, mar. 2015.

ofertas de disciplinas nas três vertentes formativas, ou seja, a base científica, a humanística e a tecnológica⁶⁹. Outra dúvida reside em saber quais disciplinas e ideologias se inserem nos conteúdos e argumentos, no que diz respeito a essa formação cidadã proposta no projeto.

Importante salientar que o próprio governo, e nesse caso conjuntamente com empresários, reconhece a carência do ensino público ao reservar uma carga horária para reforço do aprendizado escolar, ou base, daquilo que é percebido como um pré-requisito científico para o aprendizado industrial.

Apesar de um currículo melhor adequado ao ensino profissional básico, esse foi mais um projeto que recebeu críticas. As mesmas apontam ter este um intento voltado às necessidades das indústrias; fazendo parte de um conjunto de ações governamentais que não buscaram a melhor articulação entre as diversas esferas dos poderes executivos, assim como, por não estarem comprometidas, na prática, com o ensino politécnico. Ações essas, que foram diferentes das expectativas de parte das forças progressistas que apoiaram a chegada de Lula, e do seu partido, à presidência da república.

Na percepção de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005c) o Escola de Fábrica, assim como o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e o Programa de Inclusão de Jovens (ProJovem) são vistos como projetos que ocorreram sem a mencionada articulação entre as esferas governamentais, e sem a existência de uma verdadeira integração entre a educação básica e a educação profissional rumo à politecnia.

Nas palavras dos autores,

o ideário da politecnia buscava e busca romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade; em termos epistemológicos e pedagógicos, esse ideário defendia um ensino que integrasse ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas. Por essa perspectiva, o objetivo profissionalizante não teria fim em si mesmo nem se pautaria pelos interesses do mercado, mas constituir-se-ia numa possibilidade a mais para os estudantes na construção de seus projetos de vida, socialmente determinados, possibilitados por uma formação ampla e integral. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005b, p. 35-36).

⁶⁹ Do ponto de vista do aprendizado das tecnologias dos materiais, dos meios, do trabalho e da praxiologia, conforme a teoria de Ruy Gama, além do aprendizado humanístico que dá maior sentido ao trabalho.

Ainda de acordo com eles, essas eram “expectativas populares” referentes às políticas educacionais a serem adotadas após a posse daquele presidente.

Sobre a transitoriedade do Decreto 5.154/2004, e as discussões nesse e noutros campos educacionais,

acreditava-se que a mobilização da sociedade pela defesa do ensino médio unitário e politécnico, a qual conquanto admitisse a profissionalização, integraria em si os princípios da ciência, do trabalho e da cultura, promoveria um fortalecimento das forças progressistas para a disputa por uma transformação mais estrutural da educação brasileira. Isso, certamente, levaria a uma revisão profunda e orgânica da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e não a uma lei específica para a educação profissional. O fato é que, após um ano de vigência do Decreto n. 5.154/2004, a mobilização esperada não ocorreu. O que se viu, logo a seguir, foi o inverso. De uma política consistente de integração entre educação básica e profissional, articulando-se os sistemas de ensino federal e estaduais, passou-se à fragmentação iniciada internamente, no próprio Ministério da Educação (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005c, p. 1090-1091).

No caminho da crítica, a professora Sonia Maria Rummert entende que o Escola de Fábrica faz parte de “um conjunto de propostas educativas que visam atender, prioritariamente, às necessidades imediatas e mediatas do sistema e do capital, e que o mesmo reúne outros interesses de natureza privada”.

A intrincada teia de relações estabelecidas entre o governo federal/ MEC e o empresariado, para a execução do *Escola de Fábrica*, pode ser depreendida de fatos que devem ser assinalados. Quando do lançamento do *Projeto*, ainda com o nome Escola na Fábrica, em 26 de outubro de 2004, os *Projetos Formare* e *Pescar* já estavam presentes, acompanhados, na exposição de suas propostas, pelo Instituto *Ethos*, pelo *Projeto Integrar* e pelo Instituto Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino. Outro destaque diz respeito ao fato de que, segundo o cronograma divulgado pelo MEC na Chamada Pública, o dia 16 de janeiro de 2005 era a data final para o encaminhamento da documentação para o cadastramento das instituições que pretendiam ser gestoras do Projeto. Entretanto, notícia veiculada no Portal SETEC, em 14 de janeiro, informava ter o secretário adjunto do MEC, Jairo Jorge, declarado que “A experiência da Fundação Pescar tem universalidade para ser aplicada, razão pela qual queremos transformá-la em política pública”. As duas fundações, selecionadas na Fase I, além de constituírem a fonte inspiradora do Projeto, também foram chamadas a participar ativamente do Curso de Capacitação às Instituições Gestoras Credenciadas. (RUMMERT, 2005 p. 308-309).

Outra questão envolve também os recursos dispendidos pelo Programa. No *site* do MEC pode-se ler o seguinte:

o MEC e seus parceiros têm atribuições diferentes na execução do projeto. O ministério vai investir R\$ 25 milhões, divididos em bolsa-auxílio mensal de

R\$ 150,00 por aluno, durante todo o curso, e de R\$ 30 mil, às gestoras, para a elaboração da proposta pedagógica do curso e formação de professores. Cabe ao ministério dar orientação pedagógica e supervisionar os cursos. A empresa vai selecionar os alunos, montar e mobiliar a sala de aula, fornecer orientadores da área técnica que serão responsáveis pelas aulas práticas, oferecer alimentação, transporte, uniforme e seguro aos alunos.

A leitura do parágrafo remete para as seguintes perguntas: quem são os gestores que receberam esses recursos? Quais os critérios para o pagamento a esses mesmos gestores, ou seja, foram pagos por cada turma de professores multiplicadores que formaram; por conjunto determinado de turmas; ou por todo o projeto? Isto não é especificado nesse texto. Inclusive, o mesmo deixa explícito a possibilidade do sistema de “parcerias” apontado por Rummert (2005).

É também importante o relatado de Kuenzer (2006) que diz respeito a essa bolsa recebida por esses jovens advindos de situações econômicas precárias. A autora, em sua pesquisa, observou que “a resistência manifestada por jovens a ingressarem nos projetos, em face do valor considerado baixo, o que os leva a preferir ou a continuar na contravenção, ou no trabalho explorado, fazendo *enfiadinhos*⁷⁰” (p. 898).

Por fim, depreende-se que, apresentado e executado da forma como foi, esse é mais um programa governamental de natureza assistencialista, que não envolve “diretamente” as escolas profissionalizantes públicas, e que direciona recursos financeiros para indústrias e empresas privadas. De acordo com Rummert (2005, p. 316), “deslocar mesmo que pequena parte de tais recursos para favorecer a criação de espaços de formação sistematizada, dentro das próprias empresas segundo os interesses destas, é, no mínimo, um procedimento equivocado”.

⁷⁰ “Enfiadinho” é um nome coloquial utilizado para designar uma atividade manual da indústria calçadista. Segundo a mesma autora são os “trançados de couro, costuras manuais com tiras de couro, aplicação ou colagem de miçangas, fivelas ou outros adereços, pequenos bordados com pedrarias”.

2.5.7 O PROEJA

Segundo o MEC⁷¹, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA

pretende contribuir para a superação do quadro da educação brasileira explicitado pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD divulgados, em 2003, que 68 milhões de Jovens e Adultos trabalhadores brasileiros com 15 anos e mais não concluíram o ensino fundamental e, apenas, 6 milhões (8,8%) estão matriculados em EJA⁷². A partir desses dados e tendo em vista a urgência de ações para ampliação das vagas no sistema público de ensino ao sujeito jovem e adulto, o Governo Federal instituiu, em 2005, no âmbito federal o primeiro Decreto do PROEJA nº 5.478, de 24 de junho de 2005, em seguida substituído pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que introduz novas diretrizes que ampliam a abrangência do primeiro com a inclusão da oferta de cursos PROEJA para o público do ensino fundamental da EJA.

Nesse mesmo portal na Internet, o MEC indica que os cursos do Proeja podem ser oferecidos da seguinte forma:

- 1- Educação profissional técnica integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos.
- 2- Educação profissional técnica concomitante ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos.
- 3- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos.
- 4- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos.
- 5- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos.
- 6- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos.

Uma das finalidades deste estudo era saber se as propostas governamentais, da qual esse programa também faz parte, em especial às que tangem à formação inicial e continuada, respondiam as necessidades de jovens e adultos carentes que atuam nas pequenas indústrias ou que junto a elas pleiteiam trabalho. Saber se a participação nesse programa contribuiu para a melhoria de suas vidas, e se, de alguma forma, repercutiram no cotidiano das pequenas indústrias e de todos os seus

⁷¹ Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>, acesso em 04, mar, 2014.

⁷² Educação de Jovens e Adultos.

demais atores. Por outra via, saber de que forma o programa processou a integração entre a qualificação profissional e o ensino fundamental, proporcionando uma “inclusão social emancipatória” (BRASIL, MEC, 2007a, p. 7), verificando, também, se as “políticas voltadas para a educação integral dos trabalhadores, incluindo conteúdos de formação geral e específica, por meio de dimensões como: técnico-científica, sociopolítica, ético-cultural e político-pedagógico” (BRASIL, MTE, 2003), contidas no PNQ, aconteceram nas práticas pedagógicas do PROEJA.

Ao se realizar pesquisas documentais sobre o programa, observa-se maior foco de atenção quanto às propostas de integração da educação profissional técnica de nível médio ao ensino médio. Foi verificado que as ações do PROEJA foram sensivelmente maiores nesse nível. Decorrente disso, verifica-se também a maior quantidade de trabalhos acadêmicos com vistas a pesquisa-las.

Quanto à integração das educações, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005b) apontam para uma série de problemas radicais nos processos públicos de gestões dos programas, e não só do PROEJA. De acordo com eles, logo após ser exarado o Decreto 5.154/04, observaram que “de uma política consistente de integração entre educação básica e profissional, articulando-se os sistemas de ensino federal e estaduais, passou-se à fragmentação iniciada internamente, no próprio Ministério da Educação”. Apontam que no ano de 2004 o MEC “colocou a política do ensino médio na Secretaria de Educação Básica, separando-a da política de educação profissional” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005b, p. 1091). Quanto à formação profissional inicial, há uma antiga divisão, pois as suas regulações sempre ficaram “exclusivamente” à cargo do MTE.

Em relação à integração no ensino médio, os mesmos autores também apontam para dificuldades de natureza financeira, face aos diferentes aportes oriundos de programas distintos, que têm objetivos e prioridades diferentes. A partir dessa leitura, depreende-se que os mesmos poderiam ser unificados em suas proposições. Com relação à integração nos níveis iniciais da educação, depreende-se também que esses mesmos problemas sejam aumentados. Pois, nesse caso, há a gestão de dois ministérios, ou seja, para a educação fundamental o MEC, e para a qualificação profissional o MTE. Obviamente, esse é mais um problema que amplia a burocracia e os acessos às verbas, tanto por parte das secretarias estaduais, quanto das próprias entidades executoras. Frente à realidade constatada, ou seja, da maior oferta do PROEJA para o nível médio e menor no nível fundamental, uma hipótese

surge aqui: não seria, também, essa mesma divisão de atribuições ministeriais o que dificulta a integração entre o ensino fundamental e a qualificação profissional?

Nas empresas pesquisadas, num universo de 111 trabalhadores, pode-se observar que nenhum dos profissionais tinha participado de qualquer formação auspiciada pelo PROEJA. Considerando que, nessas seis indústrias, existem operários com o nível fundamental incompleto, e sendo Curitiba uma importante capital para a economia brasileira, conclui-se que a extensão desse programa, mesmo em uma capital, ainda não alcança muitos dentre aqueles que querem, e também precisam da escolarização e de uma melhor formação profissional.

2.5.8 O ProJovem e o ProJovem Trabalhador

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) foi lançado no dia 30 de junho de 2005, através da Lei 11.129, e regulamentado pelo Decreto 5.557 de 5 outubro de 2005. No segundo mandato de Lula, foi modificado através da Lei 11.692 de 10 de junho de 2008, passando a ser chamado ProJovem Trabalhador.

2.5.8.1 ProJovem

É uma ação de responsabilidade da Secretaria Geral da Presidência da República, e de acordo com a mesma, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem – foi criado como uma “ação integrante da Política Nacional de Juventude” (BRASIL, 2008, p. 24). Segundo o próprio governo, era um programa

voltado especificamente para o segmento juvenil mais vulnerável e menos contemplado por políticas públicas então vigentes: jovens de 18 a 24 anos, que haviam terminado a quarta série mas não concluído a oitava série do ensino fundamental e não tinham vínculos formais de trabalho (BRASIL, 2008, p. 21).

Com uma proposta ideologicamente semelhante à do Presidente Nilo Peçanha que enfatizou, no ano de 1909, ser “(...) necessário, não só habilitar os filhos

dos desfavorecidos da sorte com o indispensável preparo técnico e intelectual” (apud QUELUZ, 2000, p. 29), o governo Lula também apontou ter sido o ProJovem uma ação que visava o atendimento do “segmento juvenil mais vulnerável”. Sua proposta era o atendimento de quem havia terminado a quarta série, mas não concluído a oitava série do ensino fundamental, não tendo vínculos formais de trabalho. Aquele governo anunciara, ainda, que

a meta inicial do ProJovem foi atender a cerca de 200.000 jovens, no período de 2005 a 2008, atuando em todas as capitais brasileiras e no Distrito Federal. Em 2006 ampliou o atendimento aos municípios das regiões metropolitanas que possuíam 200.000 habitantes ou mais, tendo recebido a adesão de 29 cidades. A formação integral no ProJovem compreende atividades de Formação Básica (800 horas), Qualificação Profissional (350 horas) e Ação Comunitária (50 horas), somando 1.200 horas presenciais, além de 400 horas de atividades não-presenciais, totalizando 1.600 horas (BRASIL, 2008, p. 23).

As cidades que colocaram o programa em prática direcionavam o aprendizado profissional para os segmentos onde existia demanda por trabalhadores. Depreende-se que este foi um programa com proposta assistencial, voltado ao atendimento de segmentos carentes de mão de obra, e, por isso, menos preocupado com a vocação do aprendiz. Desta forma, com a proposta do oferecimento de uma “ocupação” ao jovem carente, o programa segue os preceitos da acomodação social, pela formação profissional dos subalternos.

Diferente do jovem de classes dominantes que têm o direito à escolha da profissão, esse jovem subalterno é “colocado” naquilo que lhe sobra, e, apesar de o programa em sua proposta curricular se dirigir à politecnia, ao mesmo tempo se afasta do ideário socialista, ao manter jovens submissos ao sistema da profissionalização excludente e de opções restritas.

Quanto às atividades voltadas à ação comunitária, se por um lado atuam na formação cidadã do aluno, por outro um conjunto ideológico pode ser parte do processo dessa “formação”. O aluno passa a perceber “melhor” as carências de sua comunidade e a emergência das ações necessárias, mas pode acomodar sentimentos sobre as responsabilidades do Estado, além de atribuir responsabilidades a própria comunidade por essa mesma situação desigual, coadunando com o ideário socioeconômico liberal.

De novo aqui, nada contra a mobilização coletiva para a melhoria das próprias condições materiais ou imateriais de existência. No entanto, o risco trazido

pela transformação desta mobilização “solidária” em uma suposta alternativa à ação do poder público (esta sim dotada, por excelência, de uma natureza equalizadora, na medida em que universal) que deve ser generalizada e tornar-se regra é o de cristalizar a concepção liberal clássica da escolha racional dos indivíduos como base para a explicação da desigualdade social (ANDRADE, 2010, p. 8).

Apesar de ser grande a participação de jovens trabalhadores nas indústrias visitadas, principalmente na de alimentos e na do vestuário, não foram observados quaisquer trabalhadores que tenham participado desse Programa, mesmo fora do município de Curitiba.

2.5.8.2 ProJovem Trabalhador

Esse é mais um programa do governo de Lula, em realidade, uma continuação do ProJovem oferecido agora com uma “nova roupagem”. Também é um programa da responsabilidade da Secretaria Geral da Presidência da República, que visa à inclusão social dos jovens com idade entre 18 e 29 anos, que saibam ler e escrever e que ainda não tenham concluído o Ensino Fundamental. O MTE (2015), a respeito do ProJovem Trabalhador, anuncia em seu site⁷³ que

preparar o jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda são os principais objetivos do ProJovem Trabalhador. Podem participar do Programa os jovens desempregados com idades entre 18 e 29 anos, e que sejam membros de famílias com renda per capita de até um salário mínimo.

O ProJovem Trabalhador unificou as ações: Consórcio Social da Juventude, Empreendedorismo Juvenil, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. Os participantes receberão bolsa auxílio no valor de R\$ 100,00, e em até seis parcelas, mediante comprovação de 75% de frequência às aulas. Os cursos de qualificação serão de 350 horas/aula, sendo 100 horas/aula de qualificação social e 250 horas/aula de qualificação profissional.

O Programa será desenvolvido em parceria com Municípios e Governos de Estados, no caso do ProJovem Trabalhador – Juventude Cidadã, e Sociedade Civil e Iniciativa Privada, no caso dos Consórcios Sociais da Juventude. O objetivo da ação de qualificação é estimular e fomentar a geração de oportunidades de trabalho, negócios, inserção social, bem como promover a visão empreendedora, com posterior inserção no mercado de trabalho de 30% dos jovens qualificados.

⁷³ Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/projovem-trabalhador-1.htm>. Acesso em 20 abr. de 2015.

Porém enfatiza, ainda, que

atualmente está vigente somente a ação Juventude Cidadã que visa à parceria com Prefeituras Municipais (acima de 20 mil habitantes), Governos Estaduais e Distrito Federal.

Destaca-se a questão assim descrita no site do MTE (2015) sobre a descontinuidade de modalidades de ações oferecidas pelo programa. Fato que direciona para a questão em saber o porquê desta “descontinuidade”. Não obstante, saber qual a efetividade desse programa para a juventude carente, para a quem foi destinado. Nesse momento, é necessário relevar também a constatação de KUENZER (2006, p. 898) que indicou ser o valor da referida “bolsa auxílio” pouco atrativo para muitos jovens. Entende-se que esse valor seja irrisório, tanto para aquele que faz “bicos” em trabalhos precarizados, quanto àqueles que já vivem na marginalidade, e que necessitam se auto sustentar, e, às vezes, até toda uma família. Outras questões são relevadas a seguir.

De acordo com o documento oficial (BRASIL, 2008, p. 14) o programa compreendia as quatro modalidades assim dispostas:

- ProJovem Adolescente, que objetiva complementar a proteção social básica à família, oferecendo mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. Consiste na reestruturação do programa Agente Jovem e destina-se a jovens de 15 a 17 anos.
- ProJovem Urbano, que tem como finalidade elevar o grau de escolaridade visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental, de qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã. Constitui uma reformulação do ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens.
- ProJovem Campo, que busca fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional, promovendo elevação da escolaridade - com a conclusão do ensino fundamental - qualificação e formação profissional, como via para o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania. Valendo-se do regime de alternância dos ciclos agrícolas, reorganiza o programa Saberes da Terra.
- ProJovem Trabalhador, que unifica os programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, visando à preparação dos jovens para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda. Atenderá a jovens de 18 a 29 anos, em situação de desemprego que sejam membros de famílias com renda mensal per capita de meio salário mínimo.

Ao ser observada a segunda diretriz, por exemplo, tem-se a impressão de que o programa, de fato, era inovador e trazia uma proposta progressista de formação profissional. No entanto,

sob a denominação “qualificação profissional”, o que o ProJovem Urbano efetivamente oferece é a incorporação de um “ethos do trabalho bem feito”, ou seja, trata-se de incorporar uma determinada concepção do que é o fazer do trabalho contemporaneamente: um trabalho cooperado, com qualidade, em que bons patrões e bons empregados produzem com eficiência para o bem de todos. A divisão social do trabalho é tomada em um sentido durkheimiano, como processo natural e inevitável no interior do qual todos, independente de sua função particular, têm a mesma importância na medida em que contribuem igualmente para o bem comum (ANDRADE, 2010, p. 11-12).

Depura-se também que o programa trazia em seu currículo vínculos com o empreendedorismo. Para Andrade (2010, p. 15), esse programa “tem como diretriz central a disseminação de uma ‘cultura empreendedora’ entre seus alunos, isto é, a disseminação dos valores, atitudes e comportamentos característicos dos empresários inovadores”. Essa é uma “cultura liberal” disseminada nos meios educacionais brasileiros, em função das altas taxas do desemprego, e outros graves problemas sociais concernentes ao mundo do trabalho contemporâneo (ANTUNES, 2008; MÉSZÁROS, 2011; POCHMANN, 2006).

As classes dominantes acreditam que dessa forma, ou seja, na atitude empreendedora, o desemprego no país poderá ser minimizado. Essa é uma realidade constatada, pois a acentuada abertura de empresas no país, já vem ocorrendo desde a ampliação das crises econômicas das fases de Collor e FHC. O SEBRAE (2005, p. 11) apontava que “o número de microempresas no Brasil, entre 1996 e 2002, evoluiu de 2.956.749 para 4.605.607, com crescimento acumulado de 55,8%, passando a participação percentual no total de empresas de 93,2%, em 1996, para 93,6%, em 2002”. No ano de 2012, de acordo com a mesma entidade (SEBRAE, 2014, p. 9), já eram cerca de 5,15 milhões de microempresas. Nesses estudos a entidade também aponta que, “no tocante às Empresas de Pequeno Porte, em 2009, somavam 660 mil. Em 2012, totalizaram 945 mil, com elevação de 43,1%, superando a taxa de crescimento das Médias e Grandes Empresas (MGE), de 31,2%”.

O que já foi apontado por Antunes ([org.], 2006) é que as grandes empresas vêm cotidianamente reduzindo os seus quadros funcionais. Esse desemprego, por sua vez, acarreta na abertura de pequenos empreendimentos, muitos deles prestadores de serviços às grandes, nesse caso o fenômeno chamado de “terceirização”.

Mas, como um jovem com recursos econômicos mínimos pode “empreender” algo? Que tipos de empreendimentos ensejam esse programa? Plantar esses sonhos capitalistas na mente de quem não conseguiria reunir o capital inicial mínimo para qualquer empreendimento, é no mínimo, uma crueldade com o aluno. Não seria esse, então, mais um motivo para a evasão e o “desprezo” ao programa por parte de seu público? Poderia também tal proposta de conteúdo de caráter liberal colaborar para que o estudante tivesse um sentimento de fracasso?

Além dessa filosofia educacional liberal que está presente nos programas, existem outras críticas comuns, como as dificuldades de articulação entre federação e estados, e a desarticulação entre o aprendizado científico e o técnico. Se na proposição curricular existia uma suposta articulação rumo à politecnia, a prática mostra o contrário.

O currículo proposto nos cursos do Projovem Trabalhador implementado em 2008 se pautou num modelo tradicional de currículo de educação profissional, que separa os momentos da formação: o destinado à formação básica ou geral e o voltado à formação específica, vinculada à área de atuação profissional. Essa fragmentação marca diferentes níveis de aprendizagem e desloca a dimensão da prática profissional para o segundo momento da formação. (...) É necessário que o currículo propicie a articulação entre as práticas e as discussões teóricas a elas referidas, em tempos e espaços contínuos, rompendo com a tradicional separação entre o tempo e o espaço de aprender teoricamente e o tempo e espaço para atuar praticamente (DELUIZ, 2010, p. 26).

Nessa mesma linha, queixas são feitas também quanto ao conteúdo de ensino, ao material didático e à “falta de infraestrutura”⁷⁴ para o aprendizado tanto teórico quanto o técnico prático. Esse é um problema já bastante conhecido desde a Lei 5.692/71, que tentou transformar escolas propedêuticas em técnicas da noite para o dia.

No que diz respeito especificamente à seleção dos conteúdos de ensino, cada uma das instituições, âncora e executoras, seguiu o critério estabelecido pelo seu próprio corpo docente. No que se refere às metodologias de ensino, também não houve uma diretriz norteadora da ação das instituições. (...) O material didático da parte de formação básica está dividido em cadernos: Língua Portuguesa, Matemática, Inclusão Digital e Temas Transversais. Os

⁷⁴ Observar matéria de DAVILIRA, Débora Alves – O Estado de São Paulo (jornal), onde a jornalista escreve que “segundo um relatório do Fundo de População das Nações Unidas (ONU), autorizado pelo governo brasileiro, há “grande precariedade” na infraestrutura das unidades de ensino. O trabalho chama de “erro estratégico” delegar aos municípios a responsabilidade de definir os locais onde serão realizadas as aulas de qualificação e participação cidadã. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,projovem-urbano-e-carro-e-ineficiente-imp-809182>>. Acesso em 22 abr. 2015.

dois primeiros abordam de forma superficial conteúdos tradicionalmente trabalhados no ensino fundamental, sem integração entre os conhecimentos (DELUIZ, 2010, p. 26).

Um grande conjunto de fatos apurados marcam o já apontado desinteresse dos jovens pelo programa, assim como, a evasão dos matriculados. Sobre o ProJovem Urbano, Soares, Ferrão e Marques (2011 p. 850) depuraram que a partir do “número de participantes no Programa, 47.142 indivíduos, o número de alunos que evadiram é bastante elevado (19.199, cerca de 41%). Os reprovados representam 26% e, portanto, apenas 33% (15.424) dos alunos foram aprovados”.

Esse é o conjunto dos maiores problemas que refletem na incapacidade desses dois programas em atingir os seus objetivos. Fato observado na pesquisa para este trabalho é que nenhum profissional das seis pequenas empresas foi egresso desses programas.

2.5.9 A nova CBO

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), que teve sua primeira edição no ano de 1982, segundo o MTE⁷⁵, “é um documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro”. Ainda segundo esse ministério, sua “nova versão contém as ocupações do mercado brasileiro, organizadas e descritas por famílias. Cada família constitui um conjunto de ocupações similares correspondente a um domínio de trabalho mais amplo que aquele da ocupação”.

Estão no conjunto de volumes da CBO as informações consideradas mais importantes sobre cada profissão. Os avanços de sua última versão – 2010 – são reconhecidas e inseridas novas profissões, tendo também a flexibilização das cargas horárias propostas aos cursos de qualificação, a partir de um número mínimo de horas, e que em alguns casos foi ampliado.

Porém, nas profissões que exigem a qualificação profissional em nível inicial, ou básico, nota-se a persistência do modelo – taylorista – de treinamento isolado em

⁷⁵ Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/saibaMais.jsf>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

postos de trabalho, pois se pode considerar a “média de duzentas horas”, muito pouco tempo para uma qualificação profissional. Tomando por base o conceito de tecnologia de Ruy Gama (1987) e o conjunto das tecnologias que envolvem o fazer produtivo, depreende-se que num aprendizado profissional tão curto não seja possível o trânsito nas quatro esferas da tecnologia. Outro fato é não existir uma orientação sobre as teorias científicas necessárias para a execução dos trabalhos. Há, então, uma pressuposição de que na escola se produz o conhecimento de forma a ser revisto pelo trabalhador na prática profissional sem qualquer orientação. De acordo com Gaudencio Frigotto (2014)⁷⁶,

uma pessoa que não teve ensino médio, que não teve ensino fundamental, não vai conseguir se inserir no mercado com um curso de 160 horas. Em qualquer área, você não aprende se não tem base, se não tem os fundamentos. (...) Continuamos mudando os nomes das coisas, enquanto milhares de jovens de jovens e adultos não têm escolaridade. Gastamos dinheiro e não resolvemos o problema. Estamos inserindo onde e de que forma essas pessoas [no mercado de trabalho]?

Garcia (2000), em seu estudo relata que o trabalhador se queixa do distanciamento daquilo que aprendeu em sala de aula com a realização prática do seu trabalho diário. Sobre os depoimentos dos trabalhadores de uma grande indústria da “linha branca”, o autor aponta que

a esse respeito, pareceu-nos ser quase unânime a opinião, confirmada pelas falas, de que a Física na escola deveria ser mais prática, que deveria haver mais atividades de laboratório, que os assuntos deveriam ser desenvolvidos tendo em mente suas aplicações principalmente as industriais e que o ensino de Física deveria privilegiar as relações com as atividades do dia a dia, opiniões essas, até certo ponto, concordantes com as expressas por pesquisadores da área de Ensino da Física, principalmente no tocante às atividades práticas e às relações com o cotidiano. A discordância, entretanto, se estabelece no tocante às aplicações industriais, reflexo de suas atividades profissionais e dos interesses imediatos em vincular de maneira direta um conhecimento escolar à uma aplicação estrita (p. 125).

Há duas ponderações importantes a serem feitas nesse caso. A primeira é que, na grande indústria, os processos de seleção e contratação de trabalhadores são mais técnicos, e que as ofertas de treinamentos internos e requalificação dos profissionais que atuam nas áreas de fabricação, além de frequentes, também costumam ser intensivos e assistidos por especialistas. São os profissionais de

⁷⁶ Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2014/06/30/pronatec-e-um-caca-niquel-para-redes-privadas-diz-especialistas.htm>>. Acesso em 31 mai. 2015.

comando, tanto da área de recursos humanos, quanto os da engenharia, que trabalham nas gerências fabris, ou na direção industrial dessas empresas, que assistem e orientam os programas. Assistência essa que provoca uma série de inter-relações dos conhecimentos científicos às práticas. Na pequena indústria, além do contratante não poder escolher os melhores profissionais, não há essa assistência junto ao trabalhador, ou quando há, ela é muito limitada, o que pode dificultar os processos de aplicação dos conhecimentos escolares à prática produtiva.

A segunda é perceber que não cabe à escola colocar qualquer ciência a serviço da fábrica, mas sim aplicada à qualidade técnica do trabalhador, e isso serve para qualquer um dos planos da formação profissional. Portanto, entende-se que caberia na CBO, além de uma ampliação das cargas horárias para as qualificações, uma proposta de conexão entre as ciências e o saber fazer do trabalhador.

A CBO apresenta, por áreas de atividades, cada grupo de profissões com os seus respectivos títulos, seus códigos numéricos, descrição sumária do que cabe à atividade, formação e experiência necessária ao profissional, e as condições gerais de exercício da profissão. Previamente também está descrito o código internacional da profissão e os recursos materiais mínimos necessários ao seu exercício. Segue exemplo extraído para o setor industrial de alimentos (BRASIL, MTE, CBO, v.2, 2010, p. 471-472):

- **Grupo:** Trabalhadores na fabricação e conservação de alimentos.
- **Título:** 8414-08⁷⁷ Cozinheiro (conservação de alimentos) - Assistente de cozinheiro; Cozinheiro de alimentos; Cozinheiro de conservas; Cozinheiro de molhos e condimentos; Cozinheiro salgador; Preparador de guarnições; Preparador de ingredientes(conservação de alimentos).
- **Descrição sumária:** preparam alimentos e cozem produtos alimentícios utilizando processos diversos. Operam câmara fria para armazenar e conservar produtos, insumos e matérias-primas. prensam frutas e grãos, extraem óleos e farelos vegetais, refinam óleos e gorduras e preparam rações. Fabricam manteiga e margarina. Trabalham em conformidade com as normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde preservação ambiental.
- **Formação e experiência:** para o exercício dessas ocupações requer-se ensino fundamental concluído e **curso básico de qualificação profissional em torno de duzentas horas/aula**⁷⁸. O pleno desempenho das atividades ocorre entre um e dois anos de experiência profissional. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional demanda formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos nos termos do artigo 429 da consolidação das leis do trabalho - CLT, excetos casos previstos no art. 10 do decreto 5.598/2005.

⁷⁷ Código nacional referente à profissão.

⁷⁸ Grifo meu.

- **Condições gerais de exercício:** atuam no setor primário da economia (agricultura, pecuária, pesca) e na fabricação de produtos alimentares e bebidas como empregados com carteira assinada. Organizam-se em equipe, sob supervisão permanente, em ambiente fechado e no sistema de rodízio de turnos (diurno/noturno). Trabalham sob pressão, o que pode levá-los à situação de estresse, e em posições desconfortáveis durante longos períodos. No desenvolvimento de algumas atividades podem permanecer expostos à ação de materiais tóxicos, ruído intenso, altas temperaturas, pó, odores e câmaras frias.
- **Código Internacional CIUO 88:**
8271 - Operadores de máquinas para elaborar carne, pescado y mariscos.
8275 - Operadores de máquinas para elaborar frutos húmedos y secos y hortalizas.
- **Recursos de trabalho:** Balança; Bombas de recalque e sucção; Caldeira (autoclave); Câmara fria; Peneira de limpeza; Prensadora; Reguladores de pressão; Reguladores de vazão; Tanque de lavagem de grãos; Tanque misturador.

O texto foi grifado no que tange ao tempo que o MTE indica para essa qualificação profissional, orientando também que este profissional completará o seu aprendizado no próprio exercício da profissão. A pergunta que persiste é: pode ter uma boa base de qualificação profissional alguém que passa por um curso que tem “em torno” de duzentas hora/aula? E, ainda, pergunta-se, o que, além de cozinhar, preparar e manusear ‘basicamente’ algumas poucas máquinas, esse profissional aprende? Em uma grande indústria, o complemento de seu aprendizado profissional costuma ocorrer em separado do processo industrial. Mas, em uma pequena indústria, qual poderá ser o custo desse aprendizado? Poderá o profissional produzir a contento nas poucas e vitais máquinas disponíveis? Qual será o custo da provável lentidão e dos erros de quem inicia? Pode então uma pequena indústria receber um profissional “semiacabado”, e ainda concorrer com as grandes e multinacionais? O que pode aprender, minimamente, sobre a tecnologia do trabalho⁷⁹, por exemplo, sobre a lógica de uma sequência produtiva? Por fim, que respostas esse profissional dará ao processo produtivo?

Pelo lado da humanização do profissional, ainda se pergunta: o que ele pode aprender minimamente sobre relacionamento interpessoal, que é algo fundamental aos processos? E o que sobre custos de produção, e por consequência economia pessoal? E sobre projeto de formação profissional continuada, crescimento esse preconizado pelo próprio governo? Por isso, não se pode acreditar em qualquer preocupação que vá ao encontro da emancipação do trabalhador a partir de um curso

⁷⁹ Referência ao conceito de Ruy Gama.

profissional de curtíssima duração, já que a escola propedêutica de ensino fundamental muito pouco trabalha na direção da (des)alienação social.

2.5.10 O PRONATEC

O Pronatec oferecerá, até 2018, 12 milhões de vagas para que nossos jovens, trabalhadores e trabalhadoras tenham mais oportunidades de conquistar melhores empregos e possam contribuir ainda mais para o aumento da competitividade da economia brasileira. Darei especial atenção ao Pronatec Jovem Aprendiz, que permitirá às micro e pequenas empresas contratarem um jovem para atuar em seu estabelecimento⁸⁰.

Dilma Rousseff

Criado no governo de Dilma Rousseff através da Lei 12.513 de 26 de outubro de 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) tem como objetivo “ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica”⁸¹. Desde esse ano, o Governo Federal propaga na mídia, em especial na “A Voz do Brasil”, que o programa é eficaz, atendendo a centenas de cidadãos mensalmente.

No entanto, para Gaudêncio Frigotto (2014) tal proposta apresenta dois problemas. Em entrevista concedida, declara que

o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) reedita propostas do passado e virou caça-níquel para faculdades privadas que não têm nenhuma tradição em cursos técnicos, mas que percebem uma forma de ganhar dinheiro⁸² (FRIGOTTO, 2014).

Indo além, ele diz que “oferecer cursos técnicos rápidos a pessoas que não completaram a educação básica não resolve o problema de falta de mão de obra capacitada no país” (FRIGOTTO, 2014). Confirmam-se, na prática, as palavras do Professor Frigotto, quando, mesmo observado o despreparo do trabalhador que chega diariamente às pequenas indústrias, ele acaba por ser contratado, pois caso isso não

⁸⁰ Palavras da Excelentíssima Presidente da República Dilma Rousseff proferidas no dia 01 de janeiro de 2015 em seu discurso de posse ao segundo mandato. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/480013-INTEGRA-DO-DISCURSO-DE-POSSE-DA-PRESIDENTE-DILMA-ROUSSEFF-NO-CONGRESSO.html>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

⁸¹ Vide em <<http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec>>. Acesso em 04 mar. 2014.

⁸² Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2014/06/30/pronatec-e-um-caca-niquel-para-redes-privadas-diz-especialistas.htm>>. Acesso em 31 mai. 2015.

aconteça, a pequena indústria corre o risco de paralisação de suas atividades. Um processo que prejudica tanto essa empresa quanto ao próprio trabalhador, temática que será aprofundada adiante nesse documento.

3 METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DA INVESTIGAÇÃO

O interesse na temática e a pergunta que motivou este estudo decorrem do percurso de vida e da curiosidade do pesquisador com os problemas que envolvem a qualificação do trabalhador brasileiro, principalmente aquele que atua nas pequenas indústrias. Os objetivos da pesquisa foi aprofundar os conhecimentos sobre os fenômenos que envolvem a formação profissional inicial e suas implicações no dia a dia da classe trabalhadora. As inquietações sobre o presente tema geraram perguntas e hipóteses que tiveram como base o cotidiano das pequenas indústrias e a vida de seus trabalhadores, onde se apresentam fatos que estão diretamente relacionados com o desenvolvimento socioeconômico do país.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa desenvolveu-se buscando respostas para questões de natureza interpretativa, não estando os mesmos questionamentos centrados apenas em números, mas, principalmente, no âmbito das interpretações das subjetividades dos sujeitos envolvidos. Apesar da utilização de dados quantitativos, que visam sustentar parte dessas respostas e auxiliar no encaminhamento de algumas afirmações, o presente estudo está inserido no “paradigma interpretativo”. A pura obtenção de dados numéricos e suas análises, por maior que seja o universo pesquisado, não são capazes de dar conta da explicação dos fenômenos sociais, resultados das ações humanas, que, conforme Max Weber (1994), advêm da individualidade dos sujeitos e que, de acordo com Moreira e Caleffe (2008) requerem para sua análise um “enfoque das ciências sociais, incluindo subjetividade, interesses, emoções e valores” (p. 60)

Dentro deste raciocínio, acredita-se que análises mais consistentes sobre o problema em questão, apesar do número expressivo de atores envolvidos, não possam estar baseadas apenas em dados de natureza quantitativa. Da mesma forma, deve-se admitir que existe grande dificuldade para realizar individualmente uma pesquisa mais abrangente. Esse é um fator que impede a transposição do limite

numérico mínimo para uma pesquisa que deseja obter maior relevância quantitativa, pois esses setores industriais somam juntos cerca de 3.200 unidades fabris⁸³.

Principalmente por esses motivos, o presente estudo foi realizado a partir de análises de dados centrados em procedimentos qualitativos. De acordo com Silva e Menezes (2001), esse tipo de pesquisa

considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (SILVA; MENEZES, 2001, p. 20).

No entanto, no sentido de justificar a relevância socioeconômica dos segmentos industriais pesquisados para o município de Curitiba, assim como apoiar algumas deduções sobre os processos de qualificação nesta cidade, e ainda indicar possíveis transformações sociais geradas pelas políticas voltadas a esse campo da formação profissional, alguns dados quantitativos se tornaram necessários.

Nessa direção, foram quantificadas as indústrias existentes na cidade e as escolas que oferecem cursos em níveis iniciais de formação profissional, mas, principalmente, as que atendam às exigências do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), descritas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), e suas identificações.

Visando documentar e avaliar a importância socioeconômica das pequenas indústrias dos setores analisados: alimentos, gráfico, moveleiro e vestuário, a proposta da pesquisa se voltou para a obtenção de informações sobre a dinâmica da qualificação profissional para cada um deles, com vistas ao suprimento de suas necessidades operacionais. Porém, face à extensão dessa problemática, assim como à falta de maior número de estudos sobre os níveis iniciais dos processos de formação profissional, a pesquisa assumiu objetivo exploratório. De acordo com Gil (2002), as pesquisas exploratórias

⁸³ De acordo com os estudos da Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A.

têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que essas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (p. 41).

Enquanto seu objetivo exploratório, no tocante ao levantamento de fontes primárias, o processo de pesquisa envolveu levantamentos bibliográficos, pesquisas históricas, documentais, e também de campo, com entrevistas realizadas junto aos principais atores, ou seja, trabalhadores e proprietários de pequenas indústrias.

No que diz respeito ao levantamento das fontes secundárias, foram analisados estudos e pesquisas elaborados pelas entidades de classe, instituições educacionais e também pelo próprio governo. Assim foram constatados outros fatos extrínsecos e intrínsecos do setor industrial, mas que, de alguma forma, interferiram no processo de desenvolvimento da educação profissional local. Também foram relevados alguns fatos que envolveram a implantação do segmento automotivo em Curitiba, já que o mesmo alterou significativamente o cotidiano de todos os demais segmentos industriais da cidade.

3.2 O UNIVERSO DA INVESTIGAÇÃO

Com a finalidade de apresentar “casos típicos” que representassem bem o universo de indústrias curitibanas, e dentro das características já apontadas, as empresas foram selecionadas ainda de acordo com dois critérios considerados relevantes ao estudo. O primeiro diz respeito às suas experiências. Para isso, essas empresas, preferencialmente, deveriam ter 20 anos de existência, devido ao fato de suas fundações antecederem ao ano de 1996, ano da promulgação da LDB 9.394, e por já possuírem experiência para analisarem a qualidade de seus trabalhadores e de outros profissionais do mesmo segmento. Dentre as empresas selecionadas, apenas uma dentre elas tem 15 anos de existência, no entanto, seu empresário, acumula experiência anterior já como um pequeno empresário. Todas as demais empresas contam com tempo de existência maior que os 20 anos assim propostos.

A longevidade da empresa amplia a probabilidade de já terem tido algum relacionamento com escolas profissionais, tendo também permitido o convívio com as diversas transformações da educação profissional propostas nas leis e decretos após a LDB 9.394/96. O segundo critério é relativo ao porte, já que a pesquisa se destina às micro e pequenas empresas. Assim, as escolhidas não poderiam ter mais que 99 funcionários, pois esse é um critério estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e adotado pelo SEBRAE. Conforme afirmação anterior, essa mesma entidade indica que são as pequenas empresas as maiores responsáveis pelas ofertas de empregos no país, além de somarem cerca de 95% de todo o conjunto empresarial brasileiro, o que atribui maior relevância para a escolha de empreendimentos desse porte.

Conforme mencionado, os quatro setores foram também escolhidos por seu pioneirismo e sua importância histórica, e por terem também grande importância no processo de desenvolvimento econômico local, já que juntas somam 3.200 unidades fabris, estimando-se empregarem mais de 16 mil trabalhadores diretos⁸⁴. Historicamente o setor de alimentos tem sua importância no pioneirismo da industrialização da erva-mate (*Ilex Paraguariensis*) e posteriormente na produção de massas e biscoitos, com a chegada das famílias italianas à cidade. Hoje esse setor conta com cerca de 750 empresas, empregando mais de 3.750 trabalhadores. O setor gráfico, que, além de dar suporte aos meios de comunicação com a impressão dos jornais, produzia localmente as embalagens dos produtos processados da erva-mate. Curitiba tem hoje cerca de 870 indústrias gráficas que chegam a empregar 4.350 trabalhadores. O setor moveleiro, por sua vez, foi significativo frente à intensiva ação extrativista madeireira no Estado, que ocorreu nos processos de seu povoamento. Essa abundância de matéria-prima propiciou a implantação de indústrias desse segmento em Curitiba, e, apesar do fechamento de muitas delas, o município ainda conta com aproximadamente 460 unidades, estimando-se empregarem 2.300

⁸⁴ De acordo com as estatísticas apresentadas pelo Governo Federal (vide em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/09/numero-de-trabalhadores-na-industria-brasileira-cresce-1-7-entre-2011-e-2012>). Acesso em: 15 mar. 2015) as indústrias empregavam em 2012 cerca de 27 trabalhadores, em média, por unidade fabril. Apesar desse dado, para o cálculo apresentado foi considerada a grande população de micro indústrias existentes na cidade de Curitiba, que de acordo com a Prefeitura é de noventa e três por cento, além das médias obtidas pelos diagnósticos e outros estudos anteriores, sendo assim estabelecido um número mínimo de ocupação de cinco trabalhadores para cada unidade fabril.

trabalhadores. Por fim o setor do vestuário, que não requer muito capital ou tecnologias complexas para a sua instalação e que nasceu com os alfaiates que vestiam a aristocracia e a classe média e também com as costureiras domésticas que passaram a utilizar as pequenas máquinas para costurar. É um setor que apresenta grande relevância por agrupar o maior número de indústrias no município, cerca de 1120 unidades fabris, que chegam a empregar mais de 5.500 trabalhadores. O setor ainda apresenta grande importância social por ser um dos que, como a indústria alimentícia, mais emprega o trabalho feminino⁸⁵.

Curitiba tem significativo número de indústrias de bolsas, pastas e similares, sendo algumas dessas indústrias ligadas ao setor do vestuário na produção de acessórios, e outras, ao próprio setor dos artefatos do couro. Não importando qual a classificação do segmento, ambos utilizam as máquinas de costura em seus processos de montagem, absorvendo grande número de profissionais. Fato comum nesse município é a terceirização da atividade fim nesse setor, ou seja, essas mesmas indústrias, apesar de terem seus próprios parques fabris, também utilizam a prestação de serviços de montagem e costura, o que nesse meio industrial recebe o nome de “facção”, ou mesmo oficina de montagem. Curitiba conta também com significativo número dessas indústrias prestadoras de serviços de montagem, ou seja, as facções, justamente por concentrar empresas de relevância no chamado “mercado da moda”, e por ser um importante polo consumidor desses mesmos produtos, também atrai o interesse de empresas contratantes desses serviços oriundas de outros estados da federação, assim como, de outros países⁸⁶.

Essas escolhas foram baseadas em dados oficiais da Secretaria Estadual da Fazenda (SEFA), da Agência de Curitiba, que é um órgão da prefeitura local, e do IBGE, que destacam esses mesmos setores em seus estudos.

Integra-se, em anexo tabelas compostas com dados fornecidos pela Agência Curitiba (Anexo 2 e Anexo 3) e pela SEFA (Secretaria Estadual da Fazenda) / (Anexo 4), a partir deles se podem depreender as mencionadas importâncias, e nessa última tabela a importância dos segmentos para todo o Estado do Paraná.

⁸⁵ De acordo com Keller (2005, p. 3).

⁸⁶ Esse é um fenômeno socioeconômico que requer maiores pesquisas, apesar de não ser objeto do presente estudo, ainda assim, algumas poucas particularidades relativas a ele serão aqui relevadas.

3.3 CRITÉRIOS E ESCOLHA DAS EMPRESAS

De forma intencional, para as pesquisas de campo, foram selecionadas seis pequenas empresas⁸⁷ dos referidos segmentos industriais pioneiros no município, que por sua vez foram também escolhidos por suas relevâncias socioeconômicas⁸⁸. As escolhas dos respondentes também tiveram por critério indicações dos sindicatos e de pessoas do SENAI, sendo que o grupo dessas indicadas foi composto por doze empresas, escolhidas apenas por disponibilidade dos empresários para o agendamento das entrevistas.

Apesar de não existir um critério técnico para essa escolha, contatos com representantes dos sindicatos e com prestadores de serviços, concluiu-se que esse grupo, por suas características, bem representa a realidade do universo de micro e pequenas indústrias com vinte anos ou mais existentes no município, ser ter qualquer particularidade que as diferencie das demais. Partindo do pressuposto que a amostra retrata a realidade e situação do universo de empresas curitubanas, justifica-se a escolha entendendo-se que “o poder da amostra intencional está na seleção de casos ricos em informações para o estudo em profundidade. Os casos ricos em informações são aqueles com os quais o pesquisador pode aprender muito para os propósitos da pesquisa” (MOREIRA; CALEFFE, 2008, p. 174).

Assim, foram seis as indústrias visitadas, sendo metade composta por micro e metade por pequenas:

⁸⁷ De acordo com o SEBRAE, as pequenas empresas, ou seja, aqueles que têm de 20 até 99 funcionários, são as mais numerosas no universo empresarial do país, sendo também as maiores responsáveis pelas ofertas de empregos. Sendo assim, entende-se que o estudo dos problemas relativos aos empregos e a renda no país também devem tomar por base as análises realizadas junto desse segmento.

⁸⁸ Os setores industriais elencados em 2010, de acordo com a Agência de Curitiba, somam juntos 3.186 empresas neste município.

A pequena indústria de alimentos	
Especializada no fabrico de assados salgados, com 21 trabalhadores assim divididos por setores da produção:	
Etapas do processo	Pessoal envolvido
Produção das massas	- três homens com o ensino médio e sem cursos profissionais; - sete mulheres com o ensino médio e sem cursos profissionais.
Fornos	- dois homens com o ensino médio e sem cursos profissionais.
Empacotamento	- um homem com o ensino médio e sem curso profissional - sete mulheres com o ensino médio e sem cursos profissionais
Expedição	- uma mulher com o ensino médio e sem cursos profissionais
Total de trabalhadores	- seis homens / 28,6% do total de trabalhadores fabris - 15 mulheres / 71,4% do total de trabalhadores fabris

QUADRO 2: A PEQUENA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS E SEUS TRABALHADORES FABRIS

Fonte: Autor

A micro indústria gráfica	
Especializada em pequenas impressões como <i>flayers</i> , cartazes, papelaria empresarial (cartões, envelopes, papéis timbrados, etc.), e outros.	
Etapas do processo	Pessoal envolvido
Preparação	- um homem (trabalhador polifuncional) com o ensino fundamental completo e um curso profissional do Senai em impressão offset - um homem (trabalhador polifuncional) com o ensino superior completo e um curso profissional do Senai em impressão offset
Impressão	
Acabamento	
Embalagem	
Total de trabalhadores	- dois homens / 100% do total de trabalhadores fabris

QUADRO 3: A MICRO INDÚSTRIA GRÁFICA E SEUS TRABALHADORES FABRIS

Fonte: Autor

A pequena indústria gráfica	
Especializada em diversos impressos, inclusive rótulos adesivos para embalagens de vidro, plástico e outros. A empresa tem 21 trabalhadores, sendo 12 exclusivos da produção operando em dois turnos.	
Etapas do processo	Pessoal envolvido
Preparação	- seis homens com o ensino médio (a maioria, não todos) e sem cursos profissionais operando nos processos de preparação e impressão.
Impressão	
Acabamento	- seis mulheres, com o ensino médio (a maioria, não todos) e sem cursos profissionais operando nos processos de acabamento e embalagem.
Embalagem	
Total de trabalhadores	- seis homens / 50% - seis mulheres / 50%

QUADRO 4: A PEQUENA INDÚSTRIA GRÁFICA E SEUS TRABALHADORES FABRIS

Fonte: Autor

A micro indústria moveleira	
Essa empresa conta com 10 trabalhadores fabris que operam em apenas um turno	
Etapas do processo	Pessoal envolvido
Usinagem	- dois homens com o ensino médio e sem cursos profissionais. - três mulheres com o ensino médio e sem cursos profissionais.
Montagem	- um homem com o ensino médio e sem curso profissional.
Acabamento	- um homem com o ensino fundamental e sem curso profissional.
Finalização e Embalagem	- três mulheres com o ensino fundamental e sem cursos profissionais.
Total de trabalhadores	- quatro homens / 40% do total de trabalhadores fabris - seis mulheres / 60% do total de trabalhadores fabris

QUADRO 5: A MICRO INDÚSTRIA MOVELEIRA E SEUS TRABALHADORES FABRIS

Fonte: Autor

A pequena indústria do vestuário	
Com 59 trabalhadores fabris, é especializada na produção de bolsas e outros acessórios.	
Etapas do processo	Pessoal envolvido
Corte	- cinco homens com o ensino fundamental e um tem curso profissional. - três mulheres com o ensino fundamental e sem cursos profissionais.
Costura / Montagem	- um homem com o ensino fundamental e sem curso profissional. - 30 mulheres a maioria com ens. fund. e cinco têm curso profissional.
Distribuição	- um homem com o ensino fundamental e sem curso profissional. - 12 mulheres com o ensino fundamental e sem cursos profissionais.
Estoque / Almojarifado	- dois homens com o ensino fundamental e sem cursos profissionais. - três mulheres com ensino médio e sem cursos profissionais.
Expedição	- um homem com o ensino médio e sem curso profissional. - uma mulher com o ensino fundamental e sem curso profissional.
Total de trabalhadores	- 10 homens / 17 % do total de trabalhadores fabris - 49 mulheres / 83 % do total de trabalhadores fabris

QUADRO 6: A PEQUENA INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO E SEUS TRABALHADORES FABRIS

Fonte: Autor

A micro indústria do vestuário	
Produz roupas femininas e também uniformes profissionais. São ao todo sete trabalhadores fabris.	
Etapas do processo	Pessoal envolvido
Corte	- dois homens, sendo um com o ensino fundamental e o outro com o médio e ambos sem cursos profissionais.
Costura / Montagem	- quatro mulheres, sendo duas com ensino fundamental e duas com ensino médio, todas sem cursos profissionais.
Expedição	- um homem com o ensino médio e sem curso profissional
Total de trabalhadores	- três homens / 43 % do total de trabalhadores fabris - quatro mulheres / 57 % do total de trabalhadores fabris

QUADRO 7: A MICRO INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO E SEUS TRABALHADORES FABRIS

Fonte: Autor

A partir destes dados, observa-se que dentre os 111 trabalhadores fabris, 31 são homens, perfazendo um total de 28 por cento, e que 80 são mulheres trabalhando nos processos industriais, num total de 78 por cento. Observa-se também que nessas empresas a média de ocupação é de 18,5 trabalhadores fabris por indústria.

3.4 OS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

As seguintes fontes foram utilizadas para a coleta de dados:

3.4.1 Informações documentais

Tanto as empresas quanto as escolas forneceram informações documentais relevantes ao trabalho. Segundo Yin (2001, p. 109), “o uso mais importante de documentos é corroborar e valorizar as evidências oriundas de outras fontes”. Para tanto, documentos relativos aos governos, seus ministérios e secretarias, dos quatro sindicatos patronais e de trabalhadores que representam cada um dos segmentos elencados, além do próprio SENAI, foram analisados. A maior parte deles, assim como outras relevantes informações foram acessadas em *web sites* dessas mesmas entidades.

3.4.2 Entrevistas

O processo de entrevistas é sempre destacado pelos autores que escrevem sobre a metodologia da pesquisa científica. Yin (2001, p. 114) ressalta que “respondentes bem informados podem dar interpretações importantes para uma determinada situação, (...) ajudando outras fontes relevantes de evidências”.

Portanto, as entrevistas são baseadas em questionários semi-estruturados, com perguntas abertas que além de possibilitar a intervenção do pesquisador quando necessário, possibilitam maior amplitude das respostas, colaborando também para a obtenção de outras informações relevantes e que não estavam explicitamente contempladas no questionário. São três diferentes questionários aplicados na pesquisa. O primeiro (Anexo 5a) é dirigido aos seus diretores, o segundo (Anexo 5b) é voltado para os profissionais egressos de escolas profissionais, e o terceiro (Anexo 5c) aplicado junto aos trabalhadores sem qualificação profissional formal.

Todo o processo das entrevistas, somado à observação de outras documentações e referências bibliográficas, permite melhores análises dos dados e informações obtidas para a elaboração do presente trabalho.

3.5 VALIDAÇÃO E DETALHES DA APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS

Visando verificar a eficácia do questionário de pesquisa, foram realizadas entrevistas experimentais em duas delas, ou seja, em uma micro indústria gráfica e numa pequena indústria do vestuário. As entrevistas ocorreram junto a cinco trabalhadores e aos respectivos proprietários. Após a aplicação dos questionários foi detectada a necessidade da inclusão de mais quatro questões dirigidas aos trabalhadores e mais seis outras para os proprietários, não havendo exclusões ou mesmo correções de qualquer natureza ao texto desses instrumentos. Buscando oferecer maior amplitude à pesquisa, foi detectada a necessidade de se acrescentar mais um trabalhador a ser entrevistado em cada indústria. Assim, na segunda etapa do processo de investigação foram entrevistados 12 trabalhadores e quatro empresários. Isso também exigiu o retorno às duas primeiras empresas onde ocorreram as entrevistas experimentais, quando só foi possível entrevistar mais um trabalhador na indústria do vestuário, já que na micro indústria gráfica, o quadro funcional havia sido reduzido drasticamente, não mais existindo outras pessoas na produção, além dos dois anteriormente entrevistados.

Além das empresas onde foram aplicados os questionários, foi realizada uma visita no Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado do Paraná (SIGEP), sendo também visitada uma indústria moveleira tradicional de Curitiba. Nessa mesma

empresa, apesar de não serem realizadas as entrevistas, foram fornecidas importantes informações sobre o setor pelo seu proprietário, pessoa que também faz parte da diretoria do sindicato patronal.

Entende-se que dirigentes e trabalhadores das pequenas indústrias dos segmentos escolhidos são os sujeitos que representam o centro para o estudo do problema em questão. Por isso, foram eles os escolhidos para a obtenção de dados confiáveis para a realização das análises. Objetivou-se, inicialmente, que pelo menos um dentre os trabalhadores de cada indústria tivesse sido, necessariamente, egresso de escola profissional, o que não foi possível, pois, apenas aquelas duas primeiras visitadas contavam com profissionais egressos de cursos de qualificação profissional. Verificou-se, então, que num total de 17 trabalhadores entrevistados, apenas quatro eram egressos de cursos profissionais em níveis iniciais. Também não foram estabelecidos critérios sobre o gênero e idade dos trabalhadores entrevistados, já que suas escolhas, fora a condição da qualificação formal, ficaram a critério das empresas que, conforme suas disponibilidades, os indicaram.

Apesar dos critérios, o fato verificado sobre a existência de profissionais egressos de cursos profissionais em apenas duas das empresas elencadas, consistiu em fator intransponível, e que, de antemão, chamou atenção sobre a indicada carência pela formação em níveis iniciais para esses segmentos industriais.

A decisão de entrevistar trabalhadores que necessariamente passaram por escolas profissionalizantes de níveis iniciais, e outros que não tiveram quaisquer formações profissionais em escolas, foi tomada para estabelecer comparações entre as visões desses trabalhadores. Ao final foram quatro trabalhadores entrevistados egressos dos referidos cursos de qualificação, sendo dois homens e duas mulheres, representando 24 por cento do total dos trabalhadores entrevistados, o que permitiu as referidas comparações e análises propostas anteriormente nesse estudo.

Para a realização dessas entrevistas foram aplicados três questionários distintos, sendo um para cada sujeito (vide os Anexos 5a, 5b, e 5c). Esses novos questionários foram aplicados junto aos referidos sujeitos numa indústria de alimentos, numa moveleira, numa outra gráfica e noutra indústria de confecção do vestuário. Importante salientar que as duas indústrias escolhidas do setor do vestuário operam com linhas de produtos diferentes. Isso ocorre devido à vasta segmentação do setor confeccionista, sendo a primeira entrevistada uma fabricante de bolsas e

demais acessórios similares e a outra é uma detentora de marca de moda feminina e que também produz uniformes profissionais.

3.6 OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Com o propósito de identificar as empresas e seus respondentes, preservando suas identidades, os mesmos foram codificados por símbolos alfanuméricos. As letras identificam as empresas, e os números os respondentes. O número “1” identifica os diretores, e os números subsequentes, nesse caso o “2”, “3” e “4” os trabalhadores. A combinação de letras e números identifica a pessoa e a sua empresa, conforme estabelecido no quadro a seguir:

Indústria	Proprietário	Trabalhador	Trabalhador	Trabalhador
Alimentos A	A-1	A-2	A-3	A-4
1ª Gráfica Ga	Ga-1	Ga-2*	Ga-3*	- x -
2ª Gráfica Gb	Gb-1	Gb-2	Gb-3	Gb-4
Moveleira M	M-1	M-2	M-3	M-4
1ª Vestuário Va	Va-1	Va-2*	Va-3	Va-4*
2ª Vestuário Vb	Vb-1	Vb-2	Vb-3	Vb-4

* Trabalhadores que possuem curso profissional.

QUADRO 8 – IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONDENTES

Também estão descritos no Quadro 9, a seguir, alguns traços pessoais que compõem os perfis dos respondentes. Nele foram registradas as características pessoais como gênero, idade e estado civil e alguns aspectos básicos de suas trajetórias profissionais, escolaridade, e as suas relações com as empresas. Foram também destacadas as datas de cada entrevista, além de indicar os profissionais egressos de cursos profissionais com um asterisco em seu código de identificação.

Identificação e data da entrevista	Características pessoais	Escolaridade e trajetória	Relação com a empresa
<p>A-1 31/03/2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Homem - 52 anos - Casado 	<ul style="list-style-type: none"> - Superior de medicina incompleto; - Antes de abrir a empresa atual, foi proprietário de pequenos restaurantes, inclusive fora do país; - Abriu a empresa por vislumbrar melhores oportunidades e por acumular alguma experiência no preparo e manuseio de alimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Seu fundador. - 15 anos na empresa. - Mais de 20 anos de experiência no segmento da alimentação. - Toda sua experiência foi prática, aprendendo preparos de forma autodidata. - Iniciou a empresa na informalidade com a fabricação de “alfajores”. - Não cursou qualquer curso na área alimentar. - As assessorias que recebe, normalmente são dos próprios fabricantes de equipamentos.
<p>A-2 31/03/2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Mulher - 34 anos - Casada - Uma filha 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissão: Auxiliar de panificação; - Ensino fundamental completo; - Escola pública. - Babá por seis anos – primeira ocupação; - 13 anos de experiência na área, única experiência industrial; - Três anos em panificadora, antes de ingressar na empresa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Auxiliar de panificação; - 10 anos de experiência no cargo; - Salário em 03/2015 R\$ 1.031,00; - Aprendeu seu trabalho na prática – fazendo; - Aprendeu a fazer executando operações manualmente; - A maior parte do trabalho que aprendeu foi ensinado pelos proprietários; - Não teve interesse por cursos profissionais; - É polivalente e declara conhecer todos os processos internos.
<p>A-3 31/03/2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Mulher - 37 anos - Casada - Uma filha 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissão: Auxiliar de panificação; - Ensino médio completo; - Toda educação em escolas públicas; - Cinco anos como balconista comerciária; - Quatro anos de experiência profissional na indústria de alimentos, sendo a única nessa área. 	<ul style="list-style-type: none"> - Auxiliar de panificação; - Quatro anos no cargo e na empresa; - Salário em 03/2015 R\$ 1.031,00; - Aprendeu seu trabalho na prática com ajuda de colegas profissionais; - Declara saber as operações de sua área na empresa; - Declara ter aprendido a manusear as máquinas da sua área: o empacotamento.
<p>A-4 31/03/2105</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Mulher - 19 anos - Solteira 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissão: Sem profissão - Cursando o ensino médio; - Escola pública; - Oriunda do Estado de Mato Grosso; - Sem experiência profissional anterior. 	<ul style="list-style-type: none"> - Auxiliar de produção; - Um ano e três meses no cargo e na empresa; - Salário em 03/2015: R\$ 1.031,00; - Declara ter aprendido e ainda estar aprendendo com a proprietária e com demais colegas;

Identificação e data da entrevista	Características pessoais	Escolaridade e trajetória	Relação com a empresa
<p>Ga-1 09/07/2014</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Homem - 40 anos - Casado 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenhista industrial; - Filho do fundador; - Atual diretor geral da empresa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diretor; - 28 anos na empresa; - Iniciou na empresa ajudando o pai, que foi o fundador; - Trabalha com o design, projetando ou redesenhando os produtos encomendados; - Realiza as vendas e compras; - Administra a pequena equipe; - Organiza o espaço fabril; - Realiza todas as demais funções administrativas.
<p>Ga-2* 09/07/2014</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Homem - 39 anos - União estável - Um filho 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissão: Impressor; - Ensino fundamental; - Escola pública; - Curso de impressor offset no SENAI – 2010; - 13 anos de experiência como impressor; - Tem experiências como auxiliar; - Aprendeu a profissão com o seu pai; - Sempre atuou no setor gráfico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Impressor; - Cinco anos e meio na empresa; - Salário em 07/2014 R\$ 2.130,00; - Entrou na empresa com vasta experiência anterior; - Realiza “todas” as operações na produção; - Realiza as manutenções básicas nas impressoras e noutras máquinas;
<p>Ga-3* 09/07/2014</p>	<ul style="list-style-type: none"> - homem - 28 anos - Solteiro 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissão: Impressor; - Ensino superior em administração de empresas; - Educação fundamental e média na escola pública; - 10 anos de experiência como gráfico; - Aprendeu a profissão com a família no interior; - Oriundo do interior do Estado do Paraná. 	<ul style="list-style-type: none"> - Impressor; - Cinco anos na empresa; - Salário em 07/2014 R\$ 2.130,00; - Entrou na empresa com vasta experiência anterior; - Realiza “todas” as operações na produção; - Realiza as manutenções básicas nas impressoras e noutras máquinas;
<p>Gb-1 16/04/2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Homem - 44 anos - Casado 	<ul style="list-style-type: none"> - Engenheiro Civil pós-graduado; - Sócio (50%) não fundador; - Experiência no setor da C. Civil e no Petrolífero; - Diretor industrial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diretor Industrial; - Empresa tem 25 anos; - Herdeiro de cotas; - Ingressou na empresa para colaborar com o irmão que passara a administrar a mesma; - Atua, basicamente, na gestão da produção.
<p>Gb-2 09/04/2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Homem - 39 anos - Casado - Um filho 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissão: Operador gráfico – Computação gráfica; - Ensino médio; - Escolas públicas; - A experiência em gráfica foi adquirida na empresa; - 10 anos de experiência. 	<ul style="list-style-type: none"> - Operador gráfico de birô CTP; - Experiência: 7 anos; - Anterior: Arte finalista; - Experiência total: 10 anos; - Salário em 03/2015: R\$ 2.300,00; - Realiza operações de design e composição gráfica computadorizada.

Identificação e data da entrevista	Características pessoais	Escolaridade e trajetória	Relação com a empresa
Gb-3 10/04/2015	<ul style="list-style-type: none"> - Mulher - 54 anos - Divorciada - Sem filhos 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissão: Aux. Gráfico - Ensino fundamental; - Escola pública; - A experiência em gráfica é de 39 anos; - Oriunda do interior do Estado do Paraná 	<ul style="list-style-type: none"> - Auxiliar de Produção; - Experiência na função: nove anos; - Salário em 03/2015: R\$ 1.100,00; - Faz e auxilia em trabalhos do acabamento gráfico.
Gb-4 10/04/2015	<ul style="list-style-type: none"> - Homem - 33 anos - Casado - Dois filhos 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissão: Impressor; - Ensino fundamental – EJA supletivo; - Escola pública; - A experiência em gráfica é de 14 anos – Única profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Impressor; - Experiência: 12 anos; - Anterior: Aux. de Acabamento; - Experiência: 2 anos - Salário em 03/2015: R\$ 1.920,00 (líquido); - Desenvolve diversos serviços no setor de impressão, e preparo.
M-1 26/03/2015	<ul style="list-style-type: none"> - Homem - 50 anos - Casado 	<ul style="list-style-type: none"> - Arquiteto pós-graduado; - Fundador; - Montou a empresa inspirado no segmento de decoração; - Cursos rápidos de inovação, design, gestão etc... - Diretor geral. 	<ul style="list-style-type: none"> - A empresa tem 23 anos; - Não obteve qualquer formação técnica na marcenaria - Administra o negócio com auxílio direto de sua esposa - Aprendeu na prática e com ajuda de funcionários já experientes a respeito de processos produtivos específicos.
M-2 26/03/2015	<ul style="list-style-type: none"> - Mulher - 27 anos - União estável - Dois filhos 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissão: Operador de máquina; - Ensino médio; - Escola pública; - A experiência é de quatro anos – sua única experiência profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Operadora de máquina nível II; - Anterior: Aux. de serv. gerais / Aux. de produção / Meia-oficial; - Experiência total: quatro anos; - Salário: R\$ 1.285,00 em 03/2015; - Aprendeu com o grupo a lixar, a montagem das cadeiras, operar em máquinas; - Não aprendeu todo o processo ainda.
M-3 26/03/2015	<ul style="list-style-type: none"> - Homem - 44 anos - Divorciado 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissão: “Marceneiro”; - Ensino médio; - Escola pública; - Trabalhou em outras marcenarias; - Experiência de 20 anos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Marceneiro; - Experiência: 13 anos; - Salário: 1.285,00 em 03/2015; - Novos aprendizados nessa empresa, mesmo na marcenaria... Recebeu ajuda e foi autodidata também; - Realiza funções específicas do seu setor de montagem.
M-4 26/03/2015	<ul style="list-style-type: none"> - Mulher - 25 anos - Casada - Um filho 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissão: Operador de máquina; - Ensino médio; - Escola pública; - Segundo emprego, primeiro em indústria; - Dois anos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Líder de equipe / supervisora; - Experiência no cargo: três meses; - Foi Aux. de produção; - Na empresa: dois anos; - Salário de R\$1.100,00; - Aprendeu com os companheiros e recorrendo a manuais; - Saber lixar, e dar acabamentos.

Identificação e data da entrevista	Características pessoais	Escolaridade e trajetória	Relação com a empresa
<p>Va-1 25/06/2014</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Homem - 64 anos - Casado - Dois filhos 	<ul style="list-style-type: none"> - Administrador de empresas pós-graduado; - Fundador; - Diretor; 	<ul style="list-style-type: none"> - Fundou a empresa com sócio; - Adquiriu todas as cotas; - Realizou diversos treinamentos empresariais; - Realizou alguns treinamentos específicos da área; - Vem, dentro do possível, dotando a empresa de maquinaria moderna; - Adquiriu sistema CAD/CAM para o desenho e o corte de materiais; - Atua como um articulador comercial e como “conselheiro” dos filhos na administração da empresa.
<p>Va-2 27/06/2014</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Mulher - 20 anos - Solteira 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissão: Costureira; - Ensino médio incompleto; - Escola pública; - Primeiro emprego – dois anos e meio; 	<ul style="list-style-type: none"> - Costureira; - Experiência: Um ano; - Foi auxiliar de costureira; - Experiência total: Dois anos e meio; - Salário: R\$ 994,00 em 06/2014 - Opera em quatro tipos de máquinas de costura; - Aprendeu com ajuda de colegas e boa parte autodidaticamente.
<p>Va-3* 27/06/2014</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Mulher - 21 anos; - Separada - Um filho 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissão: Costureira; - Ensino médio; - Escola pública; - Primeiro emprego – quatro anos; - Fez um curso profissionalizante de costura no SENAI; - Cursos de informática e Aux. Administrativo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Costureira; - Experiência: três anos; - Foi auxiliar de costureira; - Experiência total: Quatro anos; - Salário: R\$ 994,0 em 06/2014; - Opera quatro tipos de máquinas. - Aprendeu com ajuda de supervisora, colegas e uma parte no SENAI.
<p>Va-4* 27/06/2014</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Mulher - 22 anos - Solteira 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissão: Costureira; - Ensino médio; - Escola pública; - Segundo emprego; - Fez um curso profissionalizante de costura no SENAI; - Foi auxiliar de produção em outra indústria. 	<ul style="list-style-type: none"> - Costureira; - Experiência: dois anos; - Foi auxiliar de costureira por um ano; - Experiência total: três anos; - Salário: R\$ 994,00 em 06/2014; - Opera quatro tipos de máquinas; - Aprendeu com ajuda da supervisora e uma parte no SENAI.
<p>Vb-1 15/04/2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Homem - 37 Anos - Casado 	<ul style="list-style-type: none"> - Engenheiro Civil pós-graduado; - Herdeiro do fundador; - 15 anos na empresa; - Sócio Diretor. 	<ul style="list-style-type: none"> - Empresa com 35 anos; - Iniciou na empresa por uma necessidade familiar sem experiência específica vindo da construção civil; - Realizou cursos de gestão empresarial e da indústria do vestuário; - Resolveu atuar em dois segmentos da moda para proteger a empresa das variâncias do mercado; - Administra com a esposa todos os processos.

Identificação e data da entrevista	Características pessoais	Escolaridade e trajetória	Relação com a empresa
<p>Vb-2 15/04/2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Mulher - 49 anos - Casada - Dois filhos 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissão: Costureira; - Ensino fundamental incompleto; - Escola pública; - 24 anos de experiência; - 11 na empresa; - Oriunda do interior do Estado do Paraná; - Aprendeu a costurar em casa com ajuda de vizinha e ambas faziam “costuras para fora” e também prestavam outros serviços em cidade do interior; 	<ul style="list-style-type: none"> - Costureira; - Experiência: 11 anos; - Salário: R\$ 1.100,00 em 04/2015; - É polivalente e opera em todas as máquinas, no caso são cinco tipos diferentes; - Profissional com outras experiências além de costurar. É uma “costureira pilotista”. Ou seja, corta, costura, passa e faz acabamentos.
<p>Vb-3 15/04/2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Mulher - 42 anos - Casada - Dois filhos 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissão: Costureira; - Ensino médio; - Concluído no CBEJA; - 20 anos de experiência como costureira; - Trabalhou sete anos em indústria do ramo na cidade de Maringá-PR; - Aprendeu a costurar um pouco em casa, e na empresa com ajuda de supervisores e colegas - Tem experiências em outras atividades profissionais; - Oriunda do interior do Paraná. 	<ul style="list-style-type: none"> - Costureira encarregada do acabamento; - 13 anos de experiência na empresa no cargo de costureira; - Salário: R\$ 1.300,00 em 04/2015; - É polivalente e chegou à empresa com conhecimentos prévios; - Aprendeu operações específicas da empresa de forma autodidata; - Costureira pilotista.
<p>Vb-4 15/04/2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Homem - 28 anos - Casado - Uma filha 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissão: Cortador; - Ensino médio; - Escola pública; - Experiência de sete anos e meio; - Aprendeu com a profissão com familiares; - Trabalhou também como vendedor balconista. 	<ul style="list-style-type: none"> - Oficial de corte; - Experiência: três semanas e meia; - Salário: R\$ 1.870,00 em 04/2015; - Planeja e executa as tarefas do corte, e comanda seu auxiliar.

(*) Profissional egresso de escola profissionalizante de nível básico.

QUADRO 9 – PERFIL DOS RESPONDENTES

3.7 PROTOCOLO

Para a coleta dos dados realizada nas diferentes indústrias escolhidas para a pesquisa, foi utilizado um protocolo de entrevistas considerado como importante estratégia para a orientação deste estudo. Yin (2001, p. 89) destaca que o protocolo

deve conter “as questões específicas que o pesquisador do estudo de caso deve manter em mente ao coletar os dados”.

Os instrumentos para as coletas de dados estão disponíveis no conjunto do Anexo “5” e foram organizados tomando como base o referencial teórico e os objetivos de pesquisa.

Visando demonstrar e garantir sigilo às indústrias e seus profissionais, foi utilizada uma carta-compromisso de sigilo também disponível no conjunto Anexo “6”, sendo uma destinada para o empresário, nesse caso Anexo 6a, e uma para os trabalhadores, o Anexo 6b.

3.8 TRATAMENTO DOS DADOS

O tratamento dos dados foi realizado da seguinte forma:

- Transcrição das entrevistas gravadas.
- Cruzamento das respostas similares oferecidas por todos os respondentes enquadrados nos 3 (três) perfis, ou seja:
 - 1º) Diretor de indústria;
 - 2º) Operário egresso de escola profissional;
 - 3º) Operário sem formação profissional escolar;
- Análise de todas as respostas oferecidas. Comentários às respostas pertinentes foram incluídos no Capítulo 4 do presente trabalho.

3.9 CATEGORIAS E SEUS ITENS DE ANÁLISE

Foram três as categorias relevadas para a análise da problemática em questão. A primeira se refere à **história** de cada um desses segmentos industriais no município, incluindo a trajetória de cada uma das indústrias pesquisadas. A segunda categoria diz respeito à **profissionalização**, e a terceira, relaciona-se com o **cotidiano dos trabalhadores**, já que os referidos impactos se revelam, principalmente, nos aspectos socioeconômicos que envolvem a vida desses sujeitos.

Os itens de análise em cada questionário foram divididos em cinco grandes blocos que objetivaram proporcionar as respostas relativas a cada categoria presente neste estudo. A seguir é apresentado o Quadro 10 que relaciona as temáticas, os blocos e as referidas questões:

Anexo	Temática abordada	N.º do Bloco	Sequência das questões	Total de questões
5a	Caracterização da empresa	1	1.1 a 1.8	8
	Dados do respondente	2	2.1 a 2.5	5
	Sobre o desenvolvimento da empresa	3	3.1 a 3.8	8
	Processos de contratação, avaliação e formação profissional.	4	4.1 a 4.14	14
	Relação com as escolas profissionais	5	5.1 a 5.9	9
5b	Dados pessoais básicos do respondente	1	1.1 a 1.16	16
	Sobre a sua profissionalização	2	2.1 a 2.12	12
	Relação com a empresa onde trabalha	3	3.1 a 3.9	9
	Vida econômica e social	4	4.1 a 4.7	7
	Perspectivas quanto ao próprio futuro	5	5.1 a 5.5	5
5c	Dados pessoais básicos do respondente	1	1.1 a 1.14	14
	Sobre a sua profissionalização	2	2.1 a 2.9	9
	Relação com a empresa onde trabalha	3	3.1 a 3.9	9
	Vida econômica e social	4	4.1 a 4.7	7
	Perspectivas quanto ao próprio futuro	5	5.1 a 5.5	5

QUADRO 10 – BLOCOS TEMÁTICOS ABORDADOS COM AS RESPECTIVAS QUESTÕES

4 AÇÕES GOVERNAMENTAIS E AS ESCOLAS PROFISSIONAIS

De acordo com historiadores da educação, desde a Antiguidade, o ensino das artes ou profissões era atividade de responsabilidade dos artesãos. Manacorda (2004) descreve que eram os oficiais artífices quem instruíam os aprendizes profissionais, num processo totalmente prático. Observar, repetir e aprender a fazer era o cotidiano de um futuro artesão.

No Paraná, até a inauguração da Escola de Aprendizes Artífices em 1910, ainda na Velha República, no governo de Nilo Peçanha, “os conhecimentos de ofício eram transmitidos no próprio local de trabalho, sem método, nem orientação pedagógica, pelo sistema imitativo em que o aprendiz devia repetir as operações que o mestre, ou o oficial, iam executando” (FONSECA, 1986, p.197).

De acordo com Queluz (2000), mesmo após a inauguração da Escola de Aprendizes Artífices, depreende-se que essa forma de aprendizado continuou ocorrendo ainda por muito tempo, muitas vezes até os dias de hoje. Como pode ser verificado por diversos estudos e mesmo por esta pesquisa, a grande maioria dos profissionais da pequena indústria, assim como no passado, profissionaliza-se na prática, apesar dos diversos programas governamentais de formação profissional disponibilizados.

Tendo em vista os interesses dessa pesquisa, relativos à formação profissional em nível inicial, serão apresentados os programas governamentais ofertados no Estado do Paraná visando atender a esse público.

4.1 PROGRAMAS E OFERTAS GOVERNAMENTAIS

As maiores ofertas dos programas federais de educação profissional, articulados ou não com os governos estadual e municipal, ocorreram, no Paraná, no âmbito do PROEJA. Cursos técnicos foram ofertados em Curitiba em parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Paraná, ou, ainda, oferecidos apenas pela rede federal, nesse caso o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

(IFPR), e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). São muitas as ofertas de cursos técnicos em diversas áreas profissionais.

No entanto, quando se trata da qualificação profissional inicial, e também oferecida para aqueles que não têm concluída a oitava série do ensino fundamental, as ofertas ficam demasiadamente restritas como se poderá verificar a seguir.

4.1.1 O Escola de Fábrica em Curitiba

No Portal da Transparência do Governo Federal constam duas ações voltadas à implementação do Escola de Fábrica no Município de Curitiba, tendo os mesmos ocorridos nos anos de 2006 e 2007. Os realizadores do programa foram o Instituto Sodetec de Desenvolvimento Social⁸⁹ (SODETEC) registrado como uma entidade privada sem fins lucrativos, que recebeu a verba de R\$ 120.861,65 (cento e vinte mil, oitocentos e sessenta e um reais e centavos), e a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura⁹⁰ (FUNPAR) uma instituição, sem fins lucrativos, de apoio a Universidade Federal do Paraná, que atua em diversas áreas do conhecimento, que recebeu a quantia de R\$ 336.160,00 (trezentos e trinta e seis mil, cento e sessenta reais). Em seu portal a Universidade Federal do Paraná⁹¹ (UFPR) declara que as ações realizadas em Curitiba e sua Região Metropolitana foram:

- Em Almirante Tamandaré foram oferecidos os cursos de “Iniciação Profissional de Agente Ambiental” e “Iniciação Profissional em Serviços Públicos e Privados”;
- Em Araucária, os cursos foram o de “Iniciação Profissional de Operador de Máquinas de Retífica e Fresa” e “Iniciação Profissional em Serviços Administrativos e Comerciais”;

⁸⁹ Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/convenios/DetalhaConvenio.asp?CodConvenio=577235&TipoConsulta=1&UF=pr&CodMunicipio=&CodOrgao=26000&Pagina=1&Periodo=>>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

⁹⁰ Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/convenios/DetalhaConvenio.asp?CodConvenio=577235&TipoConsulta=1&UF=pr&CodMunicipio=&CodOrgao=26000&Pagina=1&Periodo=>>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

⁹¹ Disponível em: <<http://www.ufpr.br/portalfpr/blog/noticias/et-abre-inscricoes-para-o-projeto-escola-de-fabrica/>>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

- Em Piraquara o curso de “Iniciação Profissional em Informática”;
- Em Adrianópolis, os cursos de “Iniciação Profissional em Artes Musicais em Viola e Violão” e “Iniciação Profissional em Gestão de Entidades Sociais”;
- Em Campo Magro – “Iniciação Profissional em Produção de Flores”; e
- Em Curitiba – “Iniciação Profissional de Marmorista” e “Iniciação Profissional de Operadores de CAD com Foco em Cartografia e Projetos Viários” – os dois na Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná.

4.1.2 O ProJovem Trabalhador e ProJovem Urbano em Curitiba

Segundo o site oficial do Município de Curitiba, através da sua agência de notícias⁹², no ano de 2010 foi informado que a Prefeitura, em parceria com o Governo Federal, e através do o ProJovem Trabalhador, atendeu a cerca de sete mil jovens, ofertando cursos na área de informática em escolas da Rede Municipal. Ainda segundo essa agência

duas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) foram escolhidas por licitação para ministrarem os cursos em Curitiba: a Sociesc - Sociedade Educacional Santa Catarina e a Associação de Defesa do Meio Ambiente Reimer. A Sociesc é responsável pelos cursos de administração, construção e reparos, e transporte. A Reimer dá os cursos de telemática, beleza e estética, turismo e hospitalidade, e esporte e lazer. Os cursos têm duração de 6 meses, sendo que 7 semanas são de qualificação social (100 horas/aula), e 17 semanas de qualificação profissional (250 horas/aula) (CURITIBA, 2010).

Chama a atenção nos dados relativos a esse Programa o grande número de alunos com formações concentradas em oito áreas profissionais, sem que, no entanto, houvesse quaisquer cursos mais específicos voltados aos ofícios dos segmentos industriais de transformação, apesar dos estudos oficiais indicarem que essas áreas escolhidas apresentam maior receptividade ao trabalhador jovem.

No ano de 2013 a mesma Prefeitura estabeleceu novos convênios com o MTE/MEC, passando a ofertar mais 400 vagas do ProJovem Urbano. Segundo a

⁹² Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/projovem-curitiba-inicia-fase-de-qualificacao-profissional/20699>>. Acesso em 20 mai. 2015.

agência de notícias municipal (CURITIBA, 2013)⁹³, “o programa dá uma oportunidade para conclusão dos estudos e qualificação profissional”, tendo sido ofertadas vagas nas escolas municipais “Rachel Mader, Ruth Cardoso, Dona Pompília, Professora Augusta Gluck Ribas, Senador Enéas Faria e Professor Brandão”. A notícia indicou que “em um ano e meio o aluno poderá, por meio do Projovem e Pronatec, obter o certificado de conclusão do ensino fundamental e o de qualificação profissional e participação cidadã” (CURITIBA, 2013).

A mesma agência de notícias (2014)⁹⁴, no ano seguinte ainda noticiou que

jovens de 18 a 29 anos que participam do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, o Projovem Urbano, vão participar de cursos de massagista, operador de computador e fotógrafo oferecidos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), realizado pelo governo federal em parceria com a Prefeitura de Curitiba (CURITIBA, 2014).

Da mesma forma que no Programa anterior, também não foram contemplados cursos industriais. Isso se deve ao fato de as escolas municipais não terem infraestrutura adequada para aulas práticas para essa qualificação. Isso restringe dramaticamente o alcance desses programas nessa esfera de governo. Sugere pensar que por trás de tais iniciativas reside a mesma filosofia que estabeleceu a Lei 5.692 em 1971, ou seja, transformar escolas de aprendizado teórico em ambientes de ensino profissional sem que para isso seja oferecida infraestrutura e também para garantir metas quantitativas, aspecto utilizado como retórica nas campanhas políticas e nas propagandas governamentais, mas que pouco contribuem com os jovens e com a classe trabalhadora.

Aquela agência, enfatizando o “valor” desses Programas, também noticiou que:

de acordo com a coordenadora do Projovem Urbano Curitiba, Sheila Minatti, a preocupação com a formação do estudante jovem e adulto vai muito além do ensino formal e inclui a preparação para o mercado de trabalho. “Precisamos dar a esses estudantes subsídios para que aumentem as possibilidades de inserção no mundo do trabalho, oferecendo cursos que atendam suas áreas de interesse”, diz Sheila (CURITIBA, 2014).

⁹³ Vide em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/projovem-urbano-oferece-escolarizacao-com-bolsa-de-r-1800/30521>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

⁹⁴ Vide em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/alunos-do-projovem-urbano-fazem-cursos-de-qualificacao-profissional/33532>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

A partir desse depoimento e dos cursos profissionais ofertados, depreende-se que o mercado de trabalho carece de operadores de computadores, massagistas e fotógrafos. Afirmções governamentais que encaminham para indagações como: “essas são, de fato, profissões necessárias?”; “qual pesquisa aponta serem essas necessidades reais?” Estudos específicos, realizados pela própria Prefeitura, indicaram que os principais segmentos carentes do trabalho de jovens são o comércio varejista, os serviços de alojamento, alimentação, reparação e manutenção, o comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e seus serviços técnicos (Tabela 1). Estudos, ainda mais recentes sobre o mercado de trabalho, realizados mensalmente pelo DIEESE, e incorporados por essa Prefeitura, apontavam existirem setores e grupos de profissões mais dinâmicas no município (Tabela 2).

Subsetores de atividade	Admitidos	Desligados	Saldo	Sal. médio admissão (R\$)
Comércio varejista	59.023	53.820	5.203	559,00
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção	37.427	32.781	4.646	587,38
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. Técnico	43.839	39.299	4.540	644,05
Construção civil	13.491	11.676	1.815	693,61
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	7.697	5.975	1.722	773,85
Transportes e comunicações	8.303	6.595	1.708	725,44
Ensino	5.369	3.932	1.437	1.112,51
Comércio atacadista	7.183	6.011	1.172	695,58
Instituições de crédito, seguros e capitalização	1.866	1.136	730	1.168,08
Indústria do material elétrico e de comunicações	2.310	1.591	719	815,13
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	6.569	5.961	608	653,71
Indústria metalúrgica	2.696	2.164	532	777,17
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	4.123	3.734	389	737,76
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	2.368	2.075	293	637,34
Serviços industriais de utilidade pública	1.466	1.177	289	768,23
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. Diversas	1.268	1.101	167	758,83
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	1.086	963	123	531,04
Administração pública direta e autárquica	496	378	118	756,62
Indústria de calçados	123	75	48	550,64
Extrativa mineral	23	11	12	758,87
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal	431	426	5	583,87
Indústria de produtos minerais não metálicos	688	687	1	674,19
Indústria do material de transporte	2.515	2.541	-26	1.025,25
Indústria da madeira e do mobiliário	1.393	1.467	-74	643,24
Total	216.103	188.726	27.377	658,23

Tabela 1: Saldo do emprego formal dos jovens em Curitiba – 2008

Fonte: MTE/CAGED (In: Observatório do Trabalho, 2009, p. 10-11) / Elaboração: Observatório do Trabalho

2011	2012	Família ocupacional	2º trimestre 2011			2º trimestre 2012		
			Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo
▲ 2	1	Ajudantes de obras civis	5.380	4.297	1.083	6.477	5.200	1.277
▼ 1	2	Agentes, assistentes e auxiliares administrativos	10.248	8.627	1.621	10.089	9.139	950
▲ 507	3	Operadores de telemarketing	3.006	3.034	-28	3.520	2.828	692
▲ 7	4	Técnicos de vendas especializadas	1.602	1.244	358	1.984	1.345	639
■ 5	5	Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	4.392	3.989	403	4.744	4.359	385
▲ 8	6	Trabalhadores de traçagem e mont. de estrut. Metal. e compósitos	706	352	354	955	601	354
▲ 525	7	Trabalhadores nos serv. de manut. e conserv. de edif. e logradouro:	2.636	3.440	-804	2.933	2.595	338
▼ 3	8	Trabalhadores nos serviços de manut. de edificações	3.924	3.325	599	4.263	3.945	318
▼ 4	9	Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	12.987	12.486	501	12.545	12.233	312
▲ 57	10	Porteiros, guardas e vigias	1.920	1.885	35	2.098	1.822	276
▲ 12	11	Almoxarifes e armazenistas	2.346	2.060	286	2.326	2.052	274
▲ 524	12	Montadores de equip. eletro-eletrônicos	497	895	-398	625	371	254
▲ 39	13	Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem	609	552	57	800	592	208
▲ 76	14	Fiscais e cobradores dos transportes públicos	372	350	22	484	288	196
▲ 17	15	Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	1.659	1.469	190	1.503	1.322	181
▼ 6	16	Receptionistas	2.458	2.063	395	2.267	2.088	179
▼ 10	17	Cobradores e afins	1.033	741	292	1.253	1.083	170
▲ 71	18	Trabalhadores de instalações elétricas	373	348	25	559	405	154
▼ 14	19	Motoristas de veículos de carga em geral	1.846	1.577	269	1.790	1.644	146
▲ 30	20	Encanadores e instaladores de tubulações	589	497	92	738	597	141
Total 20 maiores			58.583	53.231	5.352	61.953	54.509	7.444
Total de Curitiba			114.001	104.604	9.397	115.869	109.121	6.748

Tabela 2: Admitidos, desligados e Saldo mensal das famílias ocupacionais com maior saldo positivo Curitiba, 2º trimestre de 2011 e 2012

Fonte: Caged/MTE (*In*: Observatório do Trabalho, 2012, p. 12) / Elaboração: DIEESE

As ofertas das mencionadas 400 vagas do ProJovem Urbano, na cidade de Curitiba, em 2013, todas voltadas para apenas três ofícios causa estranheza e induz a alguns questionamentos. O primeiro sobre as aptidões desses jovens não serem todas compatíveis com qualquer um deles. Fato que, provavelmente, provocou o desinteresse do público, o que pôde ser verificado nas várias chamadas publicitárias e adiamentos do início desse mesmo Programa. Outra questão diz respeito à própria estatística apresentada sobre a receptividade do mercado, já que qualquer uma dentre essas três profissões sequer aparece nesses mesmos estudos realizados.

De acordo com sua página na Internet⁹⁵, o IFPR também ofertou curso de operadores de computadores em Curitiba, e ao que se pode entender, em convênio com a rede municipal de ensino. Assim está descrito nesse site:

IFPR oferece curso do Pronatec para estudantes ligados ao Projovem Urbano em Curitiba

Nos próximos meses, 200 jovens ligados ao programa Projovem Urbano de Curitiba passam a frequentar o curso de Formação Inicial e Continuada de Operador de Computador. O curso será ofertado pelo IFPR por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

O Projovem destina-se a promover a inclusão social de jovens brasileiros entre 18 e 29 anos que, apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental. A iniciativa busca a reinserção desses estudantes na escola e no mundo do trabalho, dando a eles oportunidades de desenvolvimento humano e exercício da cidadania. Além de promover a elevação da

⁹⁵ Vide em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/ifpr-oferece-curso-do-pronatec-para-estudantes-ligados-ao-projovem-urbano-em-curitiba>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

escolaridade por meio da formação básica, busca estimular a qualificação profissional. “É no atendimento a essa demanda que entra o Instituto Federal”, explica o Coordenador Geral do Pronatec no IFPR, professor Marcos Barros.

Inicialmente, o curso de Operador de Computador, com duração de 160 horas, será oferecido em escolas municipais dos bairros Tatuquara, Uberaba, Sítio Cercado, Prado Velho e no Centro de Curitiba. Além da bolsa de R\$ 100,00 do ProJovem, os participantes do curso de Operador de Computador receberão um auxílio de R\$ 2,50 por hora/aula frequentada (IFPR, 2013).

De acordo com essa entidade, seriam mais 200 jovens aprendendo a profissão de Operadores de Computador. Tendo em vista o vasto campo da ciência computacional, pergunta-se, enquanto sua denominação, qual seria a abrangência de atuação profissional de um “operador de computador”? Na CBO (BRASIL, TEM, CBO, 2010, p. 699), esta profissão estaria classificada junto ao “grupo” de número 4121, que são os “Operadores de equipamentos de entrada e transmissão de dados”. Nele estão incluídas as seguintes ocupações: com o número 4121-05 o Datilógrafo, que é o “operador de máquina de escrever”; com o número 4121-10 o Digitador, que são os “Digitadores de terminais”; os “Operadores de equipamentos de entrada de dados”; e os “Operadores de microcomputador”. Essa última seria a profissão com denominação correlata àquela ofertada pelo ProJovem no IFPR. Mas, ainda assim, existe uma dúvida quanto à dimensão entre o que é entendido como “computadores” e utilização de *softwares* pelos próprios administradores desse programa em questão, pois pela CBO o ofício diz respeito aos “microcomputadores”, que, certamente, são os equipamentos disponíveis para os alunos e, certamente, com limitações relativas a *softwares*.

Naquele grupo ainda consta a classificação de número 4121-15 o Operador de mensagens de telecomunicações (Correios), que são os “Operadores de telecomunicações de correios; e Operadores de telex” e a de número 4121-20, o Supervisor de digitação e operação, que são os “Chefes de digitação; os Coordenadores de digitação; os Encarregados de digitação e operação; os Encarregados de serviço de digitação; e os Supervisores de digitação”.

Uma questão intrínseca nesse tipo de oferta de cursos com menores probabilidades de resultar num emprego efetivo pode ser interpretada como um desrespeito para com a pessoa humana, sem recursos, e que, de fato, necessita com urgência de uma “profissão”. Ao também se analisar os dados estatísticos e as carências do mercado local se notam inúmeras oportunidades para profissionais qualificados. Uma análise comparativa pode aproximar esse mesmo programa

àquelas planejadas pelos governos militares refletida na Lei 5.692/71. Um programa que se pode dizer antiquado, que mantém a exclusão social dentro do sistema de ensino, e que muito pouco pode transformar a vida do jovem trabalhador.

Num processo de “leitura da atualidade” do mundo do trabalho, e de empatia mais apurado, perguntar-se-ia, quando esse jovem tiver posse deste “certificado”, onde ele irá procurar trabalho, e o que ele dirá a um possível empregador: que sua “qualificação profissional” é saber “operar” um microcomputador? Algo naturalmente aprendido pela maioria dos jovens, principalmente aqueles que podem ter em casa um equipamento desses, e que, já sabido, é de sua competência natural. Além disso, o microcomputador é uma ferramenta presente em todas as escolas públicas municipais em Curitiba. A utilização básica da computação hoje é uma dentre as várias disciplinas necessárias à maioria das profissionalizações, mas, em si e há tempos, não é mais uma profissão.

4.1.3 O PRONATEC em Curitiba

O próprio nome indica que seu foco é a qualificação profissional em nível técnico. Porém, o programa também apresenta a vertente para a qualificação profissional em níveis iniciais. No que diz respeito aos cursos para esse nível de qualificação, e frente a tantas necessidades e possibilidades, há carências nas ofertas do PRONATEC em Curitiba, inclusive quanto aos quatro setores pesquisados nesse trabalho.

No mês de outubro do ano de 2013, ao observar o site oficial do programa, que tem espaço reservado à consulta de ofertas de cursos com as respectivas vagas para cada município brasileiro (Figura 3), confirma-se que não foram ofertados, naquele período em Curitiba, quaisquer cursos para esses segmentos industriais investigados.

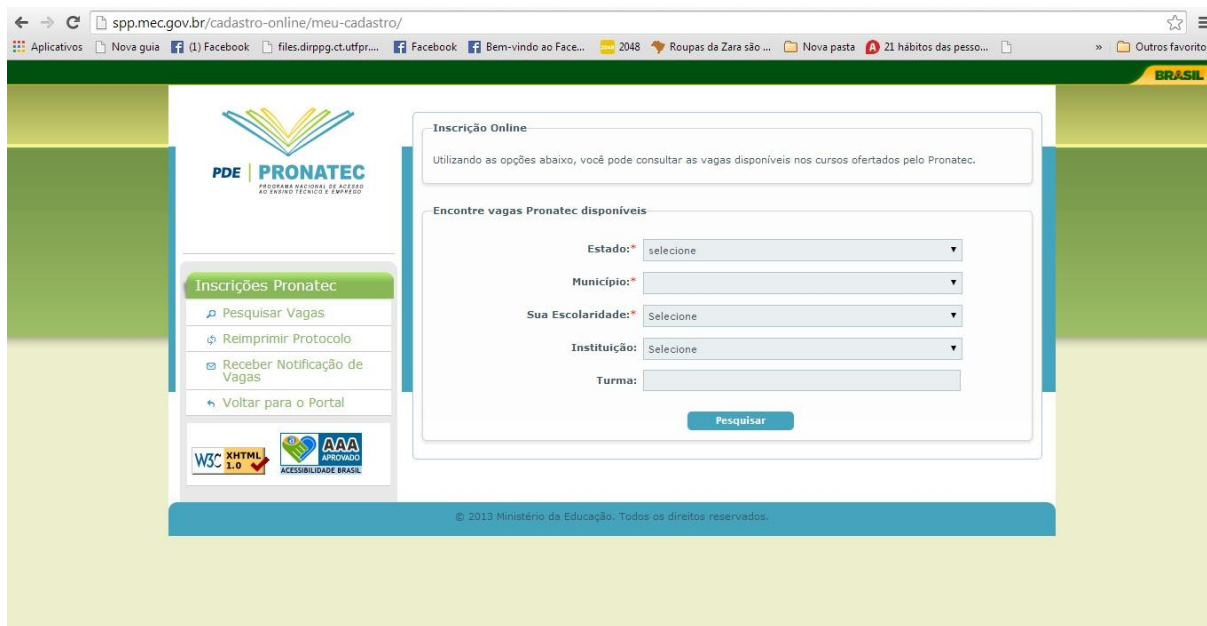


Figura 3 – PRONATEC Cadastro

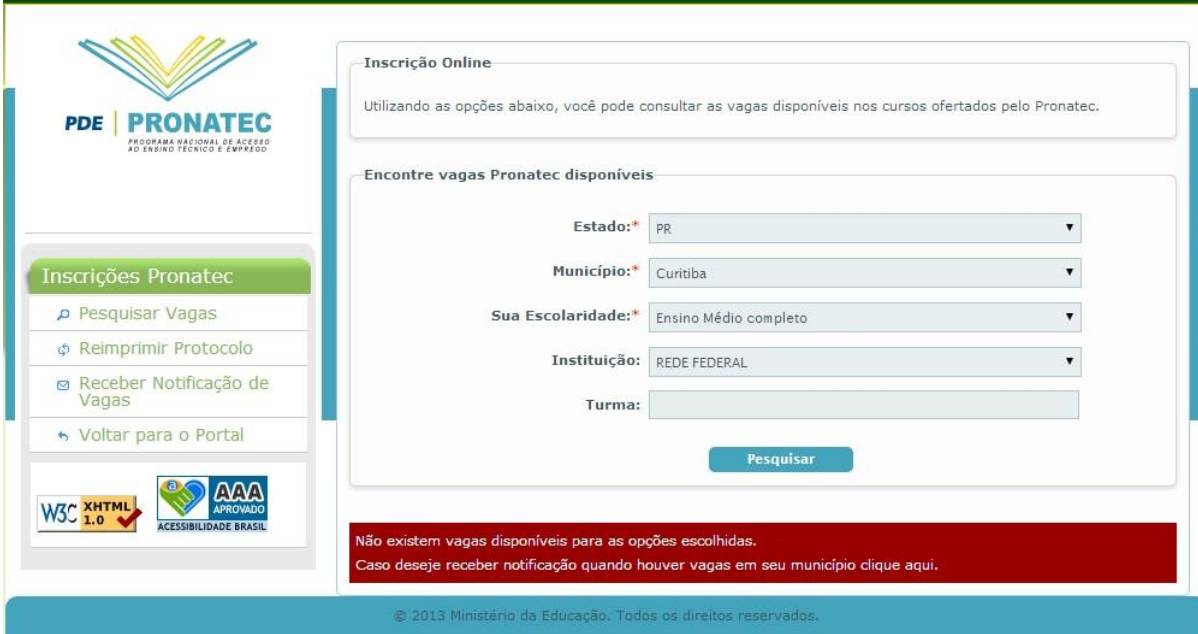
Fonte: Sistema de Pré-matrículas do PRONATEC⁹⁶

A análise indicou que foram dois os cursos ofertados para trabalhadores que não completaram a 4ª série do ensino fundamental, dois outros para os que já concluíram esse nível escolar, e apenas um para quem possui a oitava série do ensino fundamental, perfazendo um total de apenas cinco cursos de qualificação.

Em mais uma pesquisa junto ao mesmo portal, essa realizada no dia 30 de julho de 2014, foi observado que apenas o SENAI estava oferecendo cursos nesse nível de qualificação, e que nenhuma escola federal (Figura 4), ou estadual (Figura 5) disponibilizavam quaisquer vagas. Os cursos oferecidos por aquela entidade eram:

- 1) **Auxiliar de manutenção predial:** para quem possui a 4ª série do ensino fundamental concluída ou incompleta – ou acima disso;
- 2) **Montador de sistemas de construção a seco:** com as mesmas exigências de nível escolar;
- 3) **Bombeiro civil:** para quem está cursando entre a 5ª e a 8ª série do fundamental;
- 4) **Mecânico de automóveis leves:** idem ao anterior;
- 5) **Almoxarife:** para quem já concluiu a 8ª série do fundamental.

⁹⁶ Disponível em: <<http://spp.mec.gov.br/cadastro-online/meu-cadastro/>>. Acesso em: 23 out. 2013.



Inscrição Online

Utilizando as opções abaixo, você pode consultar as vagas disponíveis nos cursos ofertados pelo Pronatec.

Encontre vagas Pronatec disponíveis

Estado: PR

Município: Curitiba

Sua Escolaridade: Ensino Médio completo

Instituição: REDE FEDERAL

Turma:

Pesquisar

Não existem vagas disponíveis para as opções escolhidas.
Caso deseje receber notificação quando houver vagas em seu município clique aqui.

© 2013 Ministério da Educação. Todos os direitos reservados.

Figura 4 – PRONATEC vagas Rede Federal

Fonte: Sistema de Pré-matrículas do PRONATEC⁹⁷

Percebe-se aqui que os poucos cursos estavam direcionados apenas para dois segmentos industriais: construção civil e setor automotivo. Nenhum dos segmentos analisados foi contemplado com cursos, mesmo sendo a confecção do vestuário aquele que mais conta com unidades fabris no município. Pode-se depreender, nesse caso, que não é a lei do mercado que prepondera, mas a lei dos segmentos mais fortes e privilegiados.

Verifica-se na mesma pesquisa no site, que os cursos ofertados para trabalhadores com o ensino médio incompleto eram também ofertados para todos os demais níveis do ensino fundamental e nenhuma oferta de vagas pelo PRONATEC ofertado pela Rede Estadual (Figura 5).

⁹⁷ Disponível em: <<http://spp.mec.gov.br/cadastro-online/meu-cadastro/>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

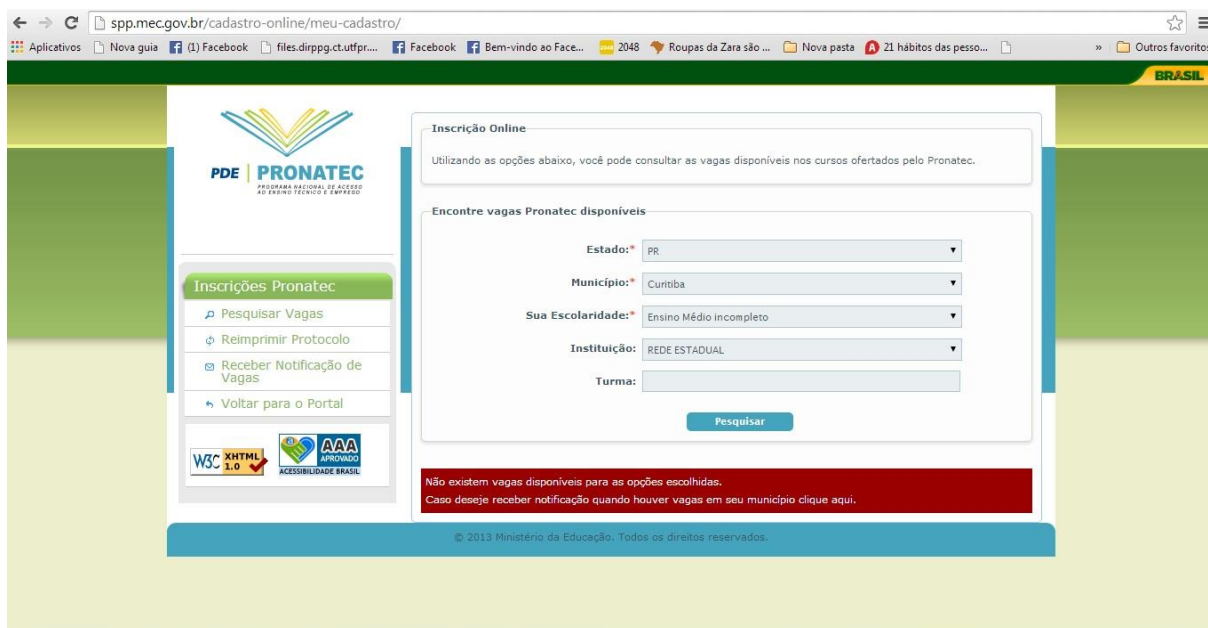


Figura 5 – PRONATEC vagas Rede Estadual

Fonte: Sistema de Pré-matrículas do PRONATEC⁹⁸

Depreende-se, então, a partir dos resultados de pesquisa realizada junto ao site do PRONATEC, que este programa ainda não conseguiu atender às necessidades, tanto dos quatro segmentos objeto de nosso estudo quanto de outros voltados para a pequena indústria, deixando de propiciar uma gama maior de opções para os potenciais trabalhadores. Dessa forma, ao menos em teoria, os futuros trabalhadores aprenderão atividades profissionais dos segmentos que o mercado lhes impõe, e não uma profissão dentro das suas livres escolhas ou dentro de suas vocações.

Em pesquisa ainda mais recente, ou seja, realizada no primeiro semestre de 2015 para reserva de vagas no segundo semestre desse mesmo ano, verificam-se, no site do PRONATEC NA INDÚSTRIA – SENAI (Figura 6), só existirem cursos em nível técnico e somente para alunos que já estão matriculados em escolas de nível médio da rede pública de ensino. Apesar de no site existir uma janela para escolha de opções para outros públicos e com níveis de escolaridade inferiores (Figura 7), não foram encontradas opções disponíveis.

⁹⁸ Disponível em: <<http://spp.mec.gov.br/cadastro-online/meu-cadastro/>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

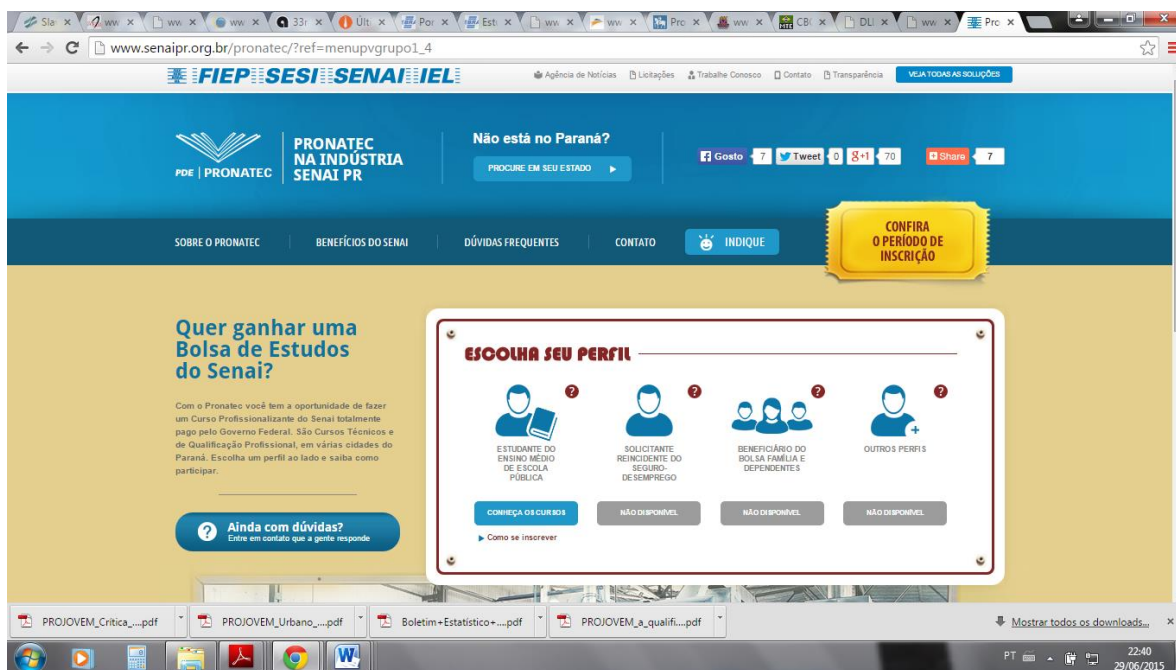


Figura 6 - Ofertas em Curitiba para o segundo semestre de 2015

Fonte: SENAI Paraná / PRONATEC⁹⁹



Figura 7 – Opções de escolha dos públicos do PRONATEC

Fonte: SENAI Paraná / PRONATEC

Ainda assim, mesmo para os cursos técnicos, não existiam quaisquer vagas em Curitiba (Figura 8), mas apenas em três municípios de sua Região Metropolitana, sendo:

⁹⁹ Disponível em: <http://www.senaipr.org.br/pronatec/?ref=menuvgrupo1_4>. Acesso em: 29 jun. 2015.

1. No município de Pinhais o Curso técnico em logística;
2. No município de Quatro Barras o Curso técnico em informática;
3. No município de Rio Branco do Sul o Curso técnico em segurança do trabalho e o Curso técnico em eletromecânica.

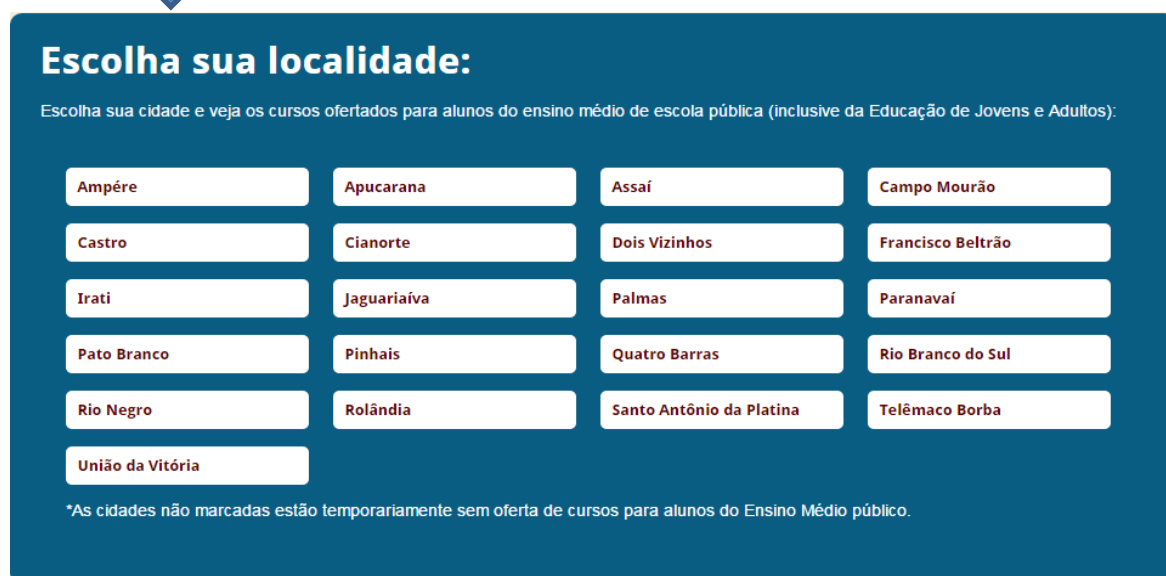
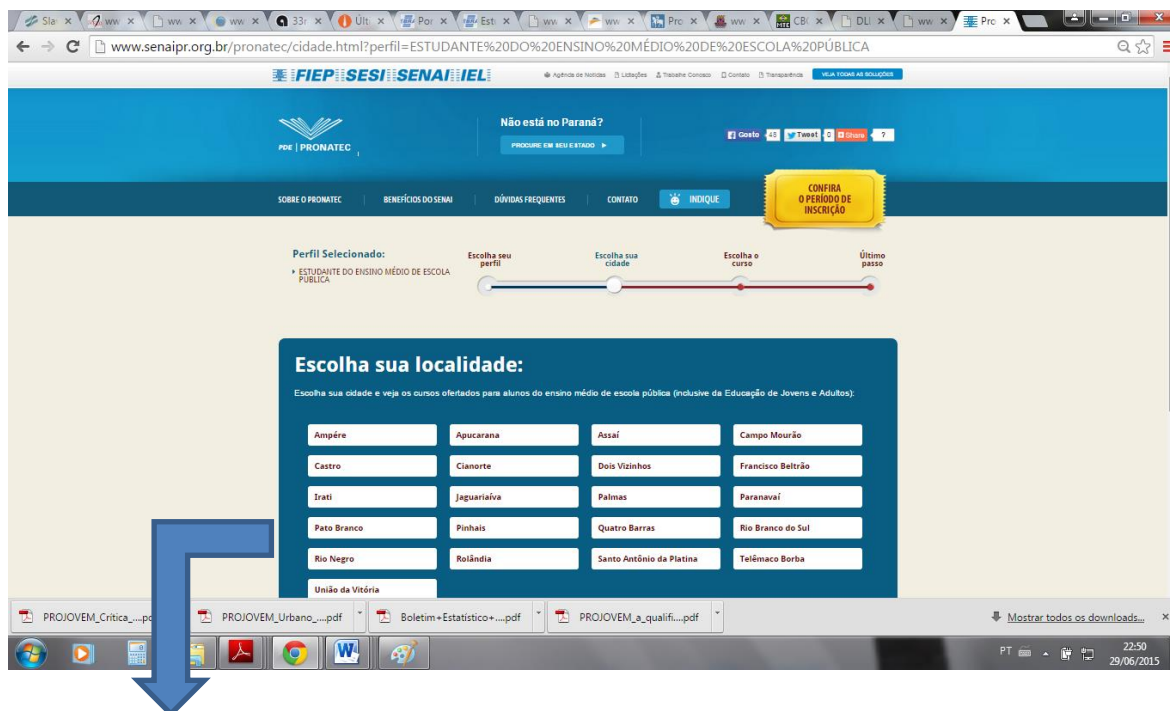


Figura 8 – Municípios contemplados por cursos técnicos PRONATEC - SENAI¹⁰⁰

Fonte: SENAI-PR.

Verifica-se assim, em 2015, a mesma realidade de 2013, ou seja, que a gama de atendimento do PRONATEC é restrita, e na atualidade não oferta opções de

¹⁰⁰ Disponível em: <<http://www.senai.org.br/pronatec>>. Acesso em 29 jun. 2015.

qualificação a candidatos com menor escolaridade, assim como faltam cursos iniciais de qualificação profissional.

4.1.4 Contradições do Governo para ofertas de formação profissional inicial

Além da constatação da pouca oferta para a formação inicial e continuada do ProJovem, fato exposto no item anterior, algumas outras contradições foram identificadas na oferta, ou falta dela, de cursos de formação inicial para os trabalhadores.

A primeira delas se estabelece quando, apesar de haver um sistema de qualificação de mão de obra instituído, em muitos casos essa qualificação acontece no âmbito da empresa, que prefere realizar o ensino profissional de seus funcionários no âmbito da própria produção, oferecendo alguém para treinar o aprendiz. Em sua pesquisa em indústria de grande porte, Garcia (2000) evidenciou que o treinamento do trabalhador para o aprendizado da utilização de máquinas e da lógica dos processos produtivos pode ficar ao cargo de um tutor, ou aquilo que denominaram naquela empresa como um “padrinho” do aprendiz.

O padrinho é em geral um funcionário que tem bastante tempo de fábrica e muita prática na operação de máquinas, tendo a oportunidade de conhecer e operar diversas delas, desde as mais simples às mais complexas, acompanhando a sua evolução industrial na empresa. Dele é requerido muito mais experiência e conhecimento do processo industrial do que escolaridade. Sua atuação como instrutor pode ser comparada àquela dos mestres artesãos, que assumiam para si a responsabilidade de repassar um determinado tipo de conhecimento para os aprendizes, convivendo com eles longos períodos, até que os mesmos pudessem ser considerados artesãos. Devido a essa característica, foi possível observar a convivência, no mesmo ambiente, de máquinas com dispositivos tecnológicos da terceira revolução industrial com uma forma de aprendizado característico do artesanato (GARCIA, 2000, p. 119).

Esse mesmo fenômeno foi verificado em todas as indústrias visitadas nesse atual processo de pesquisa, assim como, em outras pesquisas e momentos vividos pelo pesquisador em sua vida profissional. Tomando como exemplo uma das indústrias gráficas visitadas, observou-se que os profissionais entrevistados aprenderam suas profissões com os funcionários mais antigos. Dois dentre os

entrevistados, coincidentemente, tiveram como tutores os seus pais, um deles prosseguiu aprendendo com outras pessoas, enquanto que o outro continuou o seu aprendizado junto à família.

A maior confecção visitada, pela carência no mercado de profissionais qualificados, adotou a contratação de pessoas sem qualquer experiência. Nela, o profissional entra, trabalha como auxiliar de produção e, lentamente, vai se aproximando da primeira máquina. Nessa empresa, na inexistência de qualquer padrão ou método específico de ensino e aprendizagem técnicos, a profissional “vai se virando, vai aprendendo a fazer e a mexer na máquina” (Trabalhadora Va-3). A empresa e o novo profissional contam apenas com a boa vontade de um outro mais experiente e que tem o interesse para ensinar, já que não recebe qualquer gratificação para tal desempenho. Verifica-se que, normalmente, assim são “qualificados” os profissionais das micro e pequenas indústrias, ou seja, conforme aponta Garcia (2000), num aprendizado característico do artesanato.

Essa contradição gera uma outra, relacionada ao aproveitamento e certificação de conhecimentos práticos.

O Governo Federal através da Portaria 646/97 propõe o aproveitamento dos conhecimentos adquiridos para a composição curricular do aluno, sendo os mesmos avaliados sobre a sua práxis enquanto trabalhador, e em quaisquer níveis de qualificação. Ou seja, estando matriculado em um curso regular, o aluno pode solicitar que seus conhecimentos adquiridos em suas atividades profissionais anteriores possam ser considerados no curso em questão.

Isso exige do profissional da educação aptidão para julgar se são válidos, ou não, tais conhecimentos. Processo de análise que, necessariamente, adotará também caráter subjetivo, além de se acreditar ser necessário um mapeamento prévio, com análise, de todos os possíveis conhecimentos aprendidos de forma tácita, mas que, e de alguma forma, podem ser demonstrados pelo trabalhador e analisados e comparados pelos avaliadores. A contradição se estabelece porque, apesar dessa possibilidade, ainda não existem mecanismos para a sua execução, o que pode ser visto como mais um problema a ser vencido pelo processo educacional das profissões no país.

E ela continua quando faltam os critérios de análise de cada uma das áreas. Se o próprio professor não possuir anterior experiência fabril, o que muitas vezes acontece com professores da Educação Profissional, principalmente da Rede Federal,

na qual essa modalidade de ensino é mais desenvolvida, mais difícil se tornará a sua análise, pois, muitas vezes, o trabalhador equaciona seus problemas técnicos dos processos fabris tacitamente e por caminhos diferentes e muitas vezes não convencionais.

Outra contradição, relativa a essa mesma situação, diz respeito à ocupação dos laboratórios de práticas industriais de muitas das instituições que tem como missão a formação profissional, como por exemplo a Universidade Tecnológica Federal do Paraná que pouco ou nunca são utilizados para qualificação ou requalificação inicial de profissionais, ficando, muitas vezes ociosos.

Nesse sentido, se pergunta por que não se pode avançar na direção dessa formação inicial do trabalhador? Por que não estabelecer convênios no sentido de aproveitar os equipamentos para a qualificação profissional do cidadão, o que poderia, inclusive, redundar em benefício da formação dos próprios docentes dessa universidade?

Ao mesmo tempo em que isso ocorre, ocorre também nessa Universidade o movimento no sentido de dar andamento a uma política interna de deixar de oferecer, cursos técnicos de nível médio, modalidade no qual essa Universidade, oriunda do CEFET-PR, se tornou nacionalmente conhecida. Tal decisão, frente à realidade constatada de carências de profissionais em níveis básico e técnico, entende-se ser de grave prejuízo socioeconômico para a região.

Essa mesma tendência também está sendo aplicada pelo Sistema SENAI do Paraná, e principalmente em Curitiba, que, seguindo na mesma linha, reforça a oferta das graduações e pós-graduações em faculdades próprias, reduzindo a dos cursos básicos e técnicos em muitas áreas, mesmo tendo sido essa a maior vocação em 70 anos de história dessa entidade.

Esse quadro, de certa forma, explica a dificuldade, por parte das pequenas indústrias, em contratar pessoal melhor qualificado.

4.2 AS ESCOLAS PRIVADAS E O SISTEMA “S” EM CURITIBA

Após ser exarado o Decreto n.º 2.208/07, surgiram escolas profissionais de nível técnico no município de Curitiba. Além desse estímulo ao ensino privado, as

próprias ações neoliberais em favor da instalação das montadoras de veículos significaram grande impulso às mesmas iniciativas. Nessa direção escolas e cursos de qualificação profissional também foram criados, mas a maioria dos cursos oferecidos muito pouco atendem aos quatro segmentos industriais objeto dessa investigação.

Para o segmento industrial são oferecidos muitos cursos na área metalomecânica, em eletricidade, refrigeração, e na construção-civil; nos serviços e comércio destacam-se aqueles cursos voltados para a formação de atendentes ou recepcionistas, securitários, seguranças patrimoniais, esteticistas corporais, enfermeiros técnicos e auxiliares; na área de informática, informática básica e montagem de computadores, além de cursos para fotógrafos, artistas cênicos, músicos e dançarinos.

No sentido de verificar essa oferta em Curitiba, foi feito um levantamento das escolas e cursos profissionais na cidade.

4.2.1 UNISOCIESC / Escola Técnica Tupy

A Sociedade Educacional de Santa Catarina (SOCIESC) é a entidade mantenedora dessa escola e dentre as ofertas para Curitiba, foram observados diversos treinamentos para especificidades profissionais. Boa parte deles das áreas administrativas, econômicas e comportamentais. Foram verificados alguns cursos de formação profissional inicial, no entanto, cursos de formação mais genérica, ou seja, não específica a qualquer segmento industrial, exceto para a indústria de plásticos, qual mantém um curso específico. São eles:

- Mecânica básica industrial;
- Metrologia;
- Operador de injetora (nesse caso um pouco mais específico).

4.2.2 Escola Técnica Profissional

Situada na Rua Engenheiro Rebouças, 2213, região central de Curitiba, essa escola oferta os seguintes cursos com as seguintes propostas¹⁰¹:

- Curso de Mecânico de refrigeração e ar condicionado, com carga horária de 110 horas/aula, o curso propõe ensinar “sobre equipamentos de refrigeração e ar condicionado, instalação, manutenção e todos seus componentes”¹⁰². A entidade cobra quatro parcelas de R\$ 340,00 (trezentos e quarenta reais).
- Curso de Eletricidade básica industrial (acionamento de motores), com duração de duas semanas, e ao que se entende 88 horas/aula no total. A entidade cobra R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) à vista ou 2x de R\$ 200,00.
- Curso de Instalador de split (ar-condicionado), com carga horária de 12 horas/aula. De acordo com a entidade “trata-se de um curso para fomentar o conhecimento ao Profissional da Refrigeração, de modo a prepará-lo para a instalação do aparelho que mais cresce em vendas no mercado”¹⁰³. A entidade cobra o valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).
- Curso de Projetista. De acordo com a entidade, o “objetivo deste curso é trazer conhecimento em três importante áreas no ramo da Climatização”¹⁰⁴. O curso tem a duração de 20 horas/aula, sendo cobrado o valor de R\$ 590,00 (quinhentos e noventa reais).

4.2.3 Sociedade Educacional Curitiba (SEDUC)

A entidade possui duas unidades em Curitiba, oferecendo cursos técnicos e profissionais para o setor industrial, com os cursos apresentados a seguir, para o automotivo, para o setor da saúde e de logística. De acordo com eles, “a Sociedade Educacional Curitiba foi criada em 1998 para atender especificamente às indústrias

¹⁰¹ Dados fornecidos pela entidade, e disponíveis em: <<http://www.escolaprofissional.com.br/etp2014/>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ Idem.

com cursos de qualificação industrial e treinamentos nas áreas técnicas, qualidade e manufatura”¹⁰⁵. Assim eles ofertam um curso técnico em mecânica, e para a formação profissional inicial, ofertam diversos cursos na mesma área, denominando-os de “Cursos Livres”. São os seguintes:

- Curso de AutoCAD 2014;
- Curso de *Solidworks* 2014;
- Eletricidade Básica Industrial;
- Eletricidade Básica Predial;
- Fresagem;
- Leitura e Interpretação de Desenho;
- Matemática Básica;
- Mecânica Básica Industrial – de acordo com essa entidade “O Mecânico Industrial é o profissional apto a executar medições em peças, por meio de instrumentos específicos e dentro das normas técnicas, fazer a leitura e interpretação de desenhos mecânicos, reconhecer materiais, ferramentas e processos da indústria metalomecânica”¹⁰⁶. Indica que o presente curso “é voltado para profissionais que pretendam atuar ou já atuem na área da indústria metalmeccânica. É com este certificado que o interessado terá a oportunidade de se candidatar a ingressar na área de produção industrial”¹⁰⁷. Pedem como pré-requisito ao interessado na formação o Ensino Fundamental completo (antiga 8ª Série do 1º Grau) ou em curso. Indicam uma carga horária de 120 horas/aula (aulas de 50 minutos) em, aproximadamente, quatro meses e meio, sendo as aulas são ministradas nas segundas e quartas-feiras, ou nas terças e quintas feiras, das 19h às 21h50min, ou conforme a disponibilidade das turmas. Oferecem, ainda, a modalidade Intensiva também com 120 horas/aula (aulas de 50 minutos) em, aproximadamente, dois meses;
- Metrologia Básica;
- NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade¹⁰⁸
- Operador de Empilhadeira;

¹⁰⁵ De acordo com: <<http://www.seduc.com.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ Norma Regulamentadora 10, do Ministério do Trabalho, que diz respeito à segurança em instalações e serviços em eletricidade.

- Operador de Processos de Produção;
- Pneumática Avançada;
- Pneumática Básica;
- Processos de Soldagem;
- Programação de CNC;
- Tecnologia Mecânica;
- Tornearia – também de acordo com essa entidade “o objetivo deste curso é preparar profissionais que atendam às necessidades das indústrias e empresas de contratar, na função de Torneiro Mecânico, pessoas que executem operações de usinagem convencional (manual), de acordo com o desenho projetado”¹⁰⁹. Para tanto, pedem aos interessados, como pré-requisitos, o Ensino Fundamental completo (antiga 8ª série do 1º Grau) e o curso de Mecânica Básica Industrial. Oferecendo uma carga horária de “45 horas-aula (50 minutos) em, aproximadamente, dois meses e meio. As aulas são ministradas aos sábados, das 8h às 12h25min, ou das 13h às 17h25min, ou conforme a disponibilidade das turmas”.

4.2.4 Faculdade CETEP¹¹⁰ de Tecnologia

É uma entidade privada que oferece cursos profissionalizantes, técnicos pós-médio, “graduações tecnológicas” e pós-graduações. Fica situado no Centro de Curitiba. A instituição declara, em seu site¹¹¹, ter sido inaugurada no ano de 1986, já tendo emitido “mais de 21.000 certificados”. Sobre as áreas industriais de interesse desse estudo, essa entidade ofereceu apenas cursos para a profissionalização inicial voltada ao setor do vestuário, não tendo nenhum outro mais específico para os três demais segmentos. Em seu site indica já ter oferecido os seguintes cursos profissionalizantes para a referida área:

- Bordado a máquina;
- Confecção de bermudas promocionais;

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ CETEP – Cursos Técnicos e Profissionalizantes.

¹¹¹ Vide em: <<http://cetepensino.com.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

- Confecção de esporte e praia;
- Confecção de fuseau e moleton;
- Confecção de pastas escolares;
- Confecção de roupas de bebê e infantil;
- Confecção de roupas íntimas e lingerie;
- Confecção de saia, blusa e vestido;
- Confecção de bolsas;
- Confecção de bolsas e sacolas de couro;
- Confecção de luvas e roupas EPI;
- Corte e costura;
- Costura industrial;
- Desenhista de figurinos;
- Manutenção de máquinas de costura;
- Modelagem feminina;
- Modelagem masculina;
- Serigrafia e estampagem;

Atualmente, em sua carteira de ofertas, oferece à população cursos profissionais de níveis iniciais na área automotiva, e os que se destacam por suas cargas horárias maiores são os cursos de Mecânica básica, com 162 horas/aula, Mecânica automotiva com injeção eletrônica, com 360 horas/aula, e o de Eletricista de autos, com 204 horas/aula. Na área da mecânica de motocicletas ofertam o curso de Mecânica e elétrica de motos com injeção eletrônica, com 204 horas, e outros cursos correlatos de menor duração. Existem outros complementares nessas áreas, porém com cargas horárias menores.

Essa escola tem ofertas na área de elétrica, entre as quais se destacam o Eletricista instalador predial e residencial com NR10, com 174 horas, e o Eletricista de manutenção industrial com NR10, esse com 237 horas, além de outros cursos correlatos, mas também de curtas durações. Além desses, oferta outros nas áreas de mecânica industrial, de normas regulamentadoras, nesse caso treinamentos sobre as NR's. Ainda nas áreas de equipamentos da "linha branca", informática, soldagem industrial, automação industrial e eletrônica, construção civil, nessa última área o

curso de Pedreiro de obras, com 120 horas/aula, sendo esse o de maior duração, e os demais não ultrapassam a carga de 100 horas/aula.

Também oferecem outros nas áreas de desenho e projeto, administrativa, de logística e qualidade industrial, onde se destacam o curso para Inspetor da qualidade industrial, com uma carga horária de 204 horas/aula, e o Qualidade aplicada & Produtividade industrial, tendo 360 horas/aula. Os demais com a duração entre 15 e 36 horas, têm a característica de treinamentos.

4.2.5 CIE-Curitiba (Centro de Educação Profissional Integrado)

A escola além de oferecer cursos técnicos de nível médio em Enfermagem, Química industrial, Radiologia e Segurança no Trabalho, também oferece os cursos profissionais de Recepcionista, Balconista de farmácia, Auxiliar de secretaria escolar e Auxiliar de serviços judiciários, mas nenhum para a área industrial. A escola fica situada à Av. Sete de Setembro, 3457, nesta cidade¹¹².

4.2.6 Escola Profissional Maria Ruth Junqueira

Pertencente a Federação Espírita do Paraná, essa escola oferece cursos de qualificação profissional nas áreas de Idiomas, Informática, Alimentação, Moda e Beleza e Construção Civil. No que concerne ao interesse desse estudo, são esses os cursos que podem ser considerados¹¹³:

- Panificação (na área de alimentos), cujo conteúdo programático envolve: noções de relações humanas e ética profissional; tipos de mercados de trabalho em que poderá exercer a profissão; noções pertinentes à segurança no trabalho;

¹¹² Vide em: <<https://www.cintegrado.com.br/curitiba/site/cursos.php>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

¹¹³ Todas as informações sobre conteúdos dos cursos, disponibilidade de horários, e suas durações estão disponíveis em: <<http://www.ruthjunqueira.org.br/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

panificação; higiene e postura; identificação e preparo de equipamento e material; e prática das diversas receitas.

- Pizzaiolo (alimentos): noções de relações humanas e ética profissional; tipos de mercados de trabalho em que poderá exercer a profissão; noções pertinentes à segurança no trabalho; pizzaiolo; higiene e postura; identificação e preparo de equipamento e material; e reproduzir técnicas adequadas à função de pizzaiolo no preparo das receitas.
- Confeiteiro I e II (alimentos): noções de relações humanas e ética profissional; tipos de mercados de trabalho em que poderá exercer a profissão; noções pertinentes à segurança no trabalho; identificação e preparo de equipamento e material; massa para bolos confeitados; recheios; cobertura; confeitar bolos simples, massas e modelagem para biscoitos variados; tortas; massa frola; recheios diversos; doces para festas; massa folhada; salgados, etc (no nível I); massa para bolos confeitados elaborados; recheios diversos; coberturas; confeitar bolos simples com massas elaboradas; biscoitos finos; variedades de doces especiais; salgados diversos; tortas doces e salgados, etc. (para o nível II).
- Confeiteiro Especialização (alimentos): somado aos conhecimentos básicos está o aprendizado do confeiteiro de chocolates e confeiteiro fechamento de mesa.
- Modista I e II, camisaria (vestuário): conhecendo as máquinas; exercícios de costuras retas e curvas; confecção de bolsos (chapa, esporte e embutidos); como fazer pences; caseados; colocação de zíper invisível e comum; barra à mão (espinha de peixe e invisível); aprendendo a tirar medidas; confecção e moldes de saias retas e godê; confecção e molde da blusa; confecção e molde do vestido (para o Modista I); confecção de molde de blazer com manga de duas folhas; confecção e molde de calças; confecção e molde do casaco curto forrado; confecção de um blazer ou casaco forrado (conteúdos complementares para o Modista II); higiene e postura; moldes e confecções de vários modelos de camisas; bolsos básicos, pespontados, com pregas, com aba; punho simples, chanfrado, arredondado, abotoaduras; gola colarinho, vaticano, rigor, italiano e americano; costuras para fechamentos simples, francesa, inglesa; confeccionar os moldes e as peças; alinhar; provar; dar os ajustamentos necessários para os acabamentos (complementares para o Modista Camisaria).
- Costura industrial (vestuário): noções de relações humanas e ética profissional; tipos de mercados de trabalho em que poderá exercer a profissão; noções

pertinentes à segurança no trabalho; higiene e postura; utilização das máquinas de costura e corte; tesouras; moldes; ferro de passar roupas; treinamento nas máquinas; utilização dos moldes industriais; corte das peças; domínio no manuseio dos equipamentos; montagem e prova das peças; correção de possíveis defeitos; revisão das etapas realizadas dando acabamento aprimorado.

- Costura industrial jeans (vestuário): noções de relações humanas e ética profissional; tipos de mercados de trabalho em que poderá exercer a profissão; noções pertinentes à segurança no trabalho; higiene e postura; manutenção preventiva; conceito de qualidade com noções básicas; operações e aparelhos específicos; colocação de linha e troca de agulhas; viés de acabamento de gola pólo e esportivo; padronização de qualidade: gabaritos, medidas, piques, regulagem de ponto com abordagem sobre fichas técnicas e peça-piloto e/ou amostras; sequência operacional da calça básica jeans; camisa e jaqueta básica jeans; montagem completa de calça, camisa e jaqueta básica jeans.

Ao serem observadas essas ofertas de cursos, identifica-se que eles são idealizados para os futuros trabalhadores no comércio. No caso dos cursos de costura industrial, assim como o próprio nome anuncia, o projeto é para o aprendizado dos trabalhos nas confecções industriais do vestuário. São cursos que propõem aprendizado de conteúdos mais abrangentes, com a também inclusão de conhecimentos nas áreas das relações humanas, ética e segurança. No entanto, os mesmos foram concebidos com curta duração, ou seja, têm cada um a duração de 96 horas, sendo cobrado valor de R\$ 260,00 pela taxa de matrícula em 2015. A soma dos módulos com foco na indústria propiciará ao aprendiz uma qualificação que totaliza 192 horas a um custo de R\$ 520,00. Esse aprendiz poderá somar ao seu currículo, através dessa mesma escola, o módulo Modista Costureiro de Camisaria, ampliando seus conhecimentos, e atingindo um total de 288 horas de aprendizado sobre confecção do vestuário, no entanto o custo dessa abrangência passaria a R\$ 780,00, o que alunos de menor renda têm dificuldades para financiar.

3.2.7 O SENAC

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) também compõe o Sistema “S”. Segundo a própria entidade “o SENAC é, desde sua criação, em 1946, o principal agente da educação profissional voltado para o Setor do Comércio de Bens, Serviços e Turismo”.

No Paraná são ofertados cursos de qualificação profissional em níveis de pós-graduação, técnico e iniciais nas áreas de Artes, Beleza, Comércio, Conservação e zeladoria, Design, Educacional, Gestão, Hospitalidade, Idiomas, Informática, Lazer, Meio ambiente, Moda, Produção de alimentos, Saúde, Segurança, Telecomunicações e Turismo.

É importante salientar que tanto os cursos na área da moda quanto os da produção de alimentos atingem diretamente algumas necessidades dos setores industriais do vestuário e de alimentos. No caso mais específico da formação inicial existem os seguintes cursos:

- **Costureiro**, com 180 horas, propõe “capacitar o participante para atuar no mercado de trabalho cortando, costurando e montando peças completas do vestuário, aplicando as técnicas de costura para tecidos planos, observando o sentido do fio do tecido e a sequência operacional”¹¹⁴, sendo ofertado gratuitamente na cidade de Pinhais;
- **Desenhista de moda**, com 180 horas, propõe ao aluno, que está cursando ou já concluiu o primeiro ano do ensino médio, “aprender a desenvolver desenhos de moda conforme perfil do segmento/público utilizando as técnicas e os materiais adequados”¹¹⁵. O valor do curso é de R\$ 1.653,00 (mil cento e cinquenta e três reais) divididos em onze parcelas, mais a compra de materiais didáticos. No momento não existia oferta para Curitiba e região.
- **Confeiteiro**, com 300 horas, sendo ofertado para maiores de idade e com o ensino fundamental concluído, propõe “capacitar o aluno para organizar, preparar e montar produtos de confeitaria, observando e aplicando as técnicas

¹¹⁴ De acordo com: <http://www.pr.senac.br/cursos/info_turma.asp?un=33&na=1&tc=201500071>. Acesso em: 15 jul. 2015.

¹¹⁵ Idem.

de culinária de acordo com as boas práticas, de forma a assegurar os padrões de qualidade dos alimentos, levando-o a relacionar-se eticamente com a equipe, e desenvolvendo uma atitude criativa diante dos desafios do trabalho”¹¹⁶. O valor do curso é de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) divididos em sete parcelas. Apesar de fazer parte do PSG (Programa Senac Gratuidade), no momento da pesquisa, existiam ofertas de cinco cursos, sendo quatro deles em Curitiba e o outro para o Município de Colombo, Região Metropolitana desta capital. Num conjunto de 45 vagas, 33 são ofertadas gratuitamente, ou seja, um total de 73%, sendo que o do município de Colombo, são todas as 13 vagas ofertadas de forma gratuita. Para pleitear uma vaga gratuita o aluno precisa confirmar carência econômica. No caso das demais vagas a entidade cobra o valor de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) parcelados em sete vezes.

- **Padeiro**, com duração de 300 horas, também ofertado para maiores de idade e com o ensino fundamental concluído, propõe “capacitar o aluno para preparar produtos de padaria, observando e aplicando as técnicas de culinária de acordo com as boas práticas, através de conhecimento teórico e prático, levando-o a relacionar-se eticamente com a equipe, e desenvolvendo uma atitude criativa diante dos desafios do trabalho”¹¹⁷. O SENAC oferta frequentemente esse curso em Curitiba, mas no momento da pesquisa estava sendo oferecido apenas para o município litorâneo de Matinhos, com um total de 16 vagas, mas sem gratuidade. Para o mesmo o valor também é de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) divididos em oito parcelas iguais.

Os cursos do SENAC têm por foco os segmentos do comércio e dos serviços, portanto, suas ofertas não são voltadas às necessidades dos processos industriais. No entanto, um aluno egresso de qualquer um desses cursos tem melhor preparo para ingressar na indústria do vestuário, e, especialmente, no setor de alimentos, já que os dois cursos ofertados nessa segunda área têm maior duração e abrangência de

¹¹⁶ De acordo com: < http://www.pr.senac.br/cursos/info_curso.asp?curcod=7392&curfancod=1>. Acesso em: 15 jul. 2015.

¹¹⁷ De acordo com: <http://www.pr.senac.br/cursos/info_curso.asp?curcod=7568&curfancod=1>. Acesso em: 15 jul. 2015

conteúdos. Apesar disso, tanto na indústria de alimentos visitada, quanto nas duas do vestuário, nenhum trabalhador frequentou aulas nessa entidade.

O SENAC ainda oferta o curso de “Boas práticas na manipulação de alimentos” do Programa de Alimentos Seguros – PAS¹¹⁸. Esse é um treinamento voltado a todos que comercializam e manuseiam produtos alimentares. No tocante aos cursos de formação inicial para o setor de alimentos o SENAC vem se destacando na oferta de cursos gratuitos. Estes cursos apesar de servirem ao comércio de alimentos preparados, também suprem a necessidade de pequenas indústrias desse segmento.

Na área da industrialização do mobiliário, como obviamente não é o caso de seus objetivos institucionais, o SENAC não tem ofertas, no entanto para o setor gráfico, e especificamente na área do design, existem algumas que a mesma entidade denomina de “cursos de capacitação”, ou seja, são complementares no processo de formação profissional nessa área. São eles¹¹⁹:

- **Editor de projeto visual gráfico**, com duração de 180 horas, e voltado para público com idade mínima de 16 anos, e que já tenha concluído o nível médio, esse curso tem por objetivo “formar editores de projeto visual gráfico aptos a desenvolver competências pessoais e profissionais, visando qualificar e habilitar o aluno a elaborar, aplicar e finalizar projetos gráficos de publicações editoriais e corporativas”¹²⁰.
- **Design editorial e publicitário**, com duração de 42 horas, e voltado para público com idade mínima de 16 anos, que já concluiu o ensino fundamental, o curso tem o objetivo de “possibilitar aos participantes o aperfeiçoamento de seus conhecimentos teóricos sobre os princípios do design editorial e publicitário para a elaboração de *briefings* e composições”¹²¹
- **Produtor gráfico**, com duração de 198 horas, também voltado para o público com idade mínima de 16 anos, com o Ensino Fundamental completo, e com conhecimentos básicos em informática – de acordo com a entidade Windows®

¹¹⁸ O Programa Alimentos Seguros (PAS) foi criado por entidades do Sistema S (Senac, Sesc, Senai, Sesi, Sebrae, Senar, Senat) com o objetivo de prevenir a contaminação dos alimentos. Possui metodologia específica e formatada para que as empresas obtenham o máximo de aproveitamento.

¹¹⁹ Esses eram os cursos disponíveis no momento da pesquisa. É provável que existam outros, já que o título das ofertas só aparecem no site quando há sua oferta para o público.

¹²⁰ Vide em: <<http://www.pr.senac.br/cursos>>. Acesso em: 15, jul. 2015.

¹²¹ Idem.

e Internet – o curso tem por objetivo “formar produtores gráficos aptos a desenvolver competências pessoais e profissionais, visando qualificar e habilitar o aluno a gerenciar processos de impressão desde a arte-finalização de arquivos à entrega dos materiais ao cliente”¹²². Assim se apresenta a sua grade curricular:

- Fundamentos para atuação profissional;
- Impressão no Século XX;
- Técnicas de finalização e fechamento de arquivos;
- Pré-impressão e impressão de provas;
- Processos de impressão;
- Papel e tinta;
- Acabamento;
- Trabalhando com a gráfica.

Desse cardápio, esse último, ou seja, o Produtor gráfico é aquele que melhor se apresenta enquanto um curso de qualificação profissional para a área industrial gráfica. Depreende-se que o seu objetivo e proposta de grade curricular têm por meta os trabalhos desenvolvidos em pequenas gráficas ou lojas de varejo para impressão e plotagem. As antigas copiadoras, que hoje sofisticaram a prestação de seus serviços, provavelmente, são um dos clientes alvos do SENAC. Como a moderna indústria gráfica também utiliza processos e profissionais com essas características, pode-se, então, entender que o curso também satisfaz demandas profissionais dessa indústria.

4.2.8 O SENAI¹²³

Nesse estudo é dado um papel de destaque ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o SENAI, por ser a entidade de maior reconhecimento e

¹²² Idem.

¹²³ Parte do texto extraído de KELLER, R. Ranna. **A Qualificação de quem nos veste:** um estudo sobre a contribuição de indústrias e escolas para a formação profissional do setor da confecção do vestuário no Paraná. Dissertação, Curitiba : CEFET-PR, 2005.

representatividade no segmento da indústria. Tal reconhecimento se manifestou pela troca espontânea do termo “escola profissional” por “SENAI” pela maioria dos entrevistados, proprietários e, principalmente, por parte dos trabalhadores nos momentos de darem suas respostas nas entrevistas.

O SENAI, criado em 1942, ao longo de sua história, sofreu uma série de reformulações e remodelagens, mas continua sendo gerenciada de forma tripartite pelas federações das indústrias, governo e sindicatos dos trabalhadores, com as indústrias representando o “braço mais forte” nessa gestão.

É indiscutível que o SENAI, desde a sua criação, vem contribuindo de forma decisiva na criação e manutenção de postos de trabalho e no avanço tecnológico das indústrias nacionais, seja através da formação profissional, da pesquisa tecnológica ou pela assessoria técnica que presta a essas indústrias. Na medida em que as empresas brasileiras, ou de capital multinacional instalada no Brasil, requeriam profissionais com mais largas qualificações, essa entidade desenvolvia seus novos currículos e propostas.

Inicialmente foram os cursos de qualificação, ou de aperfeiçoamentos básicos, seguidos pelos cursos técnicos de nível médio. Desde então a entidade vem oferecendo os mais variados cursos profissionalizantes, em todos os níveis de qualificação, hoje, inclusive ofertando cursos de nível superior e de pós-graduação.

No Paraná existe atualmente as Faculdades da Indústria, uma escola do Sistema FIEP que oferece cursos de graduação e de pós-graduação. Mas, a exemplo do que está acontecendo em algumas instituições da Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica, atualmente, o SENAI do Paraná não consegue atender as carências e demandas das pequenas indústrias por profissionais melhor qualificados nos níveis iniciais de formação.

Na direção desse mesmo atendimento às indústrias, naquilo que diz respeito à formação inicial do trabalhador, e apesar de não conseguir atender satisfatoriamente alguns setores industriais – em Curitiba empresários gráficos se queixaram – outros setores como o metal mecânico, por exemplo, sempre foram melhor atendidos pela entidade. Muitos aprendizes, seguidas vezes, arrebatarem medalhas de ouro, prata e bronze em competições estudantis latino-americanas e mundiais relativas ao aprendizado das artes metalomecânicas.

Confrontando dados, também foi notada uma grande redução nas ofertas do SENAI local nas últimas duas décadas. Após as instalações das montadoras de

veículos na cidade, iniciadas no ano de 1995, ocorreram significativas reduções, principalmente, para as áreas industriais gráficas e de alimentos. Na lista de ofertas do SENAI para o ano de 2010 também foi observada a mesma carência para outros setores importantes da indústria (vide Anexo 1).

Observa-se nesse quadro que, mesmo tendo relevância econômica e social para o município, não houve naquele ano sequer uma única oferta de curso para o setor do vestuário. Em contrapartida, a entidade ampliou significativamente o grupo para a qualificação dentro do segmento metalúrgico e automotivo.

Não se questiona a criação e oferta de tais cursos, mas é interessante saber os motivadores da decisão em reduzir a oferta de qualificação nessas áreas tradicionais da indústria curitibana. Mais um exemplo, citado por empresário do setor moveleiro, foi a transferência do CETMAM (Centro de Tecnologia da Madeira e do Mobiliário) do SENAI para a cidade de Arapongas no ano de 2004, fato que corroborou negativamente para a formação de trabalhadores locais.

Mais recentemente a atual direção do SENAI do Paraná vem recuperando alguns cursos, mas, de acordo com empresários e trabalhadores, ainda não foram em quantidade suficiente para suprir as necessidades das indústrias. Fato que corrobora essa tendência foi a reinauguração da escola de artes gráficas do SENAI de Curitiba no dia 23 de abril de 2015.

4.2.9 A Fundação de Ação Social de Curitiba (FAS)

A FAS é um órgão da Prefeitura “responsável pela gestão da assistência social em Curitiba, atuando de forma integrada a órgãos governamentais e instituições não governamentais, que compõem a rede socioassistencial do município”¹²⁴. O mesmo tem por objetivo o resgate do cidadão, também através do seu emprego, tendo por preocupação, e tanto quanto possível, a sua imediata colocação no mercado de trabalho. A partir daí são ofertadas profissionalizações que visam um aprendizado de caráter prático, seguindo a linha da qualificação ofertada no SENAI-PR. Portanto, não são cursos voltados à formação integral do profissional, pois não se inter-relacionam

¹²⁴ De acordo com: <<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

nem com a escola propedêutica e nem com os saberes científicos e tecnológicos que envolveriam tal formação.

As ofertas para qualificação profissional da FAS (Fundação de Ação Social de Curitiba), no momento de uma primeira pesquisa¹²⁵, estavam concentradas nas áreas de Informática, Moda e Beleza, Turismo e Hotelaria, Desenvolvimento de habilidades e competências e Mobiliárias (*). Quanto ao setor moveleiro, eram apenas duas as ofertas de cursos. Para os três demais setores não existiam ofertas. Eram os seguintes cursos ofertados pela entidade:

- Estofador de automóveis – curso com 84 horas;
- Estofador de móveis* – com 146 horas;
- Pátina e Decapê* – com 56 horas;
- Pintura e texturização de paredes – com 32 horas;
- Restauro de móveis (módulo básico)* – com 80 horas;
- Restauro de móveis (módulo avançado)* – com 100 horas.

Exceto os de pintura e acabamento, que exigem idade mínima de 16 anos, os demais pedem a maioria do aluno e também a conclusão da quarta série do Ensino Fundamental. É bom salientar que, apesar dos cursos grifados (*) serem da área do mobiliário, eles complementam os conhecimentos da marcenaria, podendo ser considerados como treinamentos para aperfeiçoamento profissional dentro daquele campo profissional.

No momento dessa pesquisa, no site, não estavam disponibilizadas quaisquer informações sobre locais e horários da realização, e os conteúdos programáticos desses cursos.

Em uma nova pesquisa realizada no site¹²⁶, já se encontravam ofertas para o segmento da costura industrial. Sendo essas as ofertas:

- Costura Industrial, curso gratuito com 160 horas, sendo ofertado com quatro horas diárias das segundas às sextas-feiras.
- Costura Industrial Especializações, curso de extensão do primeiro, sendo ofertado também com 160 horas, divididas da mesma forma.

¹²⁵ Vide em: <<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

¹²⁶ Vide em: <<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

- Costura Industrial – Especializações (Agasalho/Jaqueta), também gratuito com 160 horas na mesma modalidade;
- Costura Industrial – Especializações (Malhas de verão/praias), oferecido da mesma forma.

Em parceria com o SENAI-PR, a FAS oferta o curso:

- Costureiro Sob Medida, também oferecido gratuitamente em módulo único de 160 horas.

Essas iniciativas de qualificação voltadas ao vestuário subsidiam de forma mais abrangente, também indicando serem as melhores propostas oferecidas na cidade para um aprendizado prático mais completo, o que poderá facilitar a entrada do aprendiz em uma indústria. No entanto, observando as ofertas entre a realização da primeira pesquisa e a outra mais atual, com a diferença de um ano entre elas, depreende-se que não haveria tempo para a chegada dos costureiros oriundos desses cursos agora ofertados ao mercado de trabalho e às empresas pesquisadas, até os momentos em que foram realizadas as entrevistas.

5 AS PEQUENAS INDÚSTRIAS, SUAS HISTÓRIAS, E SEUS PROFISSIONAIS

“(...) sabemos que, se o pequeno negócio não cresce, o país também não cresce. Nos dedicaremos, ainda, a ampliar a competitividade do nosso país e de nossas empresas”¹²⁷.

Dilma Rousseff

De acordo com o SEBRAE¹²⁸, o setor de serviços é o que concentra a maior atividade econômica do país. A indústria vem em segundo, com cerca de 28% do PIB e 37% das exportações nacionais, e em terceiro lugar aparece o agronegócio.

No universo industrial, as grandes empresas são responsáveis pelos melhores resultados econômicos, no entanto, e ainda de acordo com aquela entidade, as pequenas respondem pela maior oferta de empregos do setor, assumindo importante papel socioeconômico. Apesar disso, são muitas as dificuldades que essas empresas têm de superar para se manterem ativas no mercado. Estudos e diagnósticos anteriores indicam serem as contratações e a qualidade dos profissionais empregados uma dessas barreiras, onde a ausência de melhores métodos de trabalho e os desperdícios dos recursos inviabiliza o progresso de muitas delas.

As últimas quatro décadas foram marcadas pela sequência de diversas crises econômicas de alcances mundiais. Para István Mészáros (2011b), o mesmo período não se caracteriza por uma sucessão de momentos de expansão e crises. O pensador indica ser, este, um processo de depressão ininterrupto, que ele denomina “*depressed continuum*”, ou seja, uma crise continuada na qual entramos, mas sem uma perspectiva de saída. Também demonstra que o capitalismo, no afã de superar as calamidades geradas pela cultura da ambição por lucros cada vez maiores, acaba por desenvolver remédios paliativos que têm efeitos colaterais piores que a própria doença. Assim ele prevê, alertando que

¹²⁷ Palavras da Excelentíssima Presidente da República Dilma Rousseff proferidas no dia 01 de janeiro de 2015 em seu discurso de posse ao segundo mandato. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/480013-INTEGRA-DO-DISCURSO-DE-POSSE-DA-PRESIDENTE-DILMA-ROUSSEFF-NO-CONGRESSO.html>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

¹²⁸ Disponível em <<http://arquivopdf.sebrae.com.br/atender/customizado/sebrae/institucional/grandes-setores-de-atuacao/os-tres-pilares-da-economia-brasileira>>. Acesso em: 09 mai. 2014.

recentemente, vocês¹²⁹ tiveram um prenúncio do que eu tinha em mente. Mas apenas um *prenúncio*, porque a crise estrutural do sistema do capital como um todo – a qual estamos experimentando nos dias de hoje em uma escala de época – está destinada a piorar consideravelmente. Vai se tornar à certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural (MÉSZAROS, 2011b, p. 17).

Ricardo Antunes também aponta para os diversos reflexos dessa crise no âmbito das relações entre o capital e o trabalho, indicando que

hoje, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), quase um terço da força humana mundial disponível para o ato laborativo está exercendo trabalhos parciais, precários, temporários ou já vivencia as agruras do não trabalho, do desemprego estrutural. Perambulam pelo mundo, como prometeus modernos, à cata de algo para sobreviver. (...) Nos países do Sul, que nunca conheceram o Estado de bem-estar social, os homens e mulheres disponíveis para o trabalho oscilam entre a busca quase inglória do emprego ou o aceite de qualquer labor. (ANTUNES, 2005, p. 12-13).

Ainda sobre os reflexos dessa crise, a reestruturação produtiva das empresas, com a introdução da automação eletrônica, do MJPI, da produção flexível, de outras reengenharias, etc., provocaram o *downsizing*, com as terceirizações, os estímulos às demissões voluntárias, assim como as não voluntárias, provocadas pelos simples enxugamentos dos quadros funcionais, fenômenos apontados como responsáveis pelo maciço desemprego de escala mundial.

São “desgraças da atual globalização” já prenunciadas por David Harvey, Milton Santos e outros tantos analistas dessa “geografia do caos”.

A novidade que assume é a da “mundialização do capital”, especialmente pela hegemonia do capital financeiro especulativo, que dilapida os fundos públicos e torna as moedas nacionais aparentemente fortes, como o Real, uma ficção que pode ser desmantelada em poucas semanas. Explicita-se, também, que um número cada vez menor de grupos econômicos, dos centros hegemônicos do capital, concentra e monopoliza o conhecimento, a ciência, as novas tecnologias microeletrônicas, genéticas e a informação. A economia pode aumentar a sua produtividade mediante incremento tecnológico, e diminuir, em termos absolutos, o número de trabalhadores. Tem-se como resultado uma nova (des)ordem mundial que configura a geografia humana entre incluídos e excluídos da satisfação de direitos elementares à vida, desertos econômicos e regiões do planeta jogadas ao seu destino, aniquiladas pela fome e doenças endêmicas. O desemprego estrutural é sem precedentes – 1 bilhão de desempregados no mundo. Somente na cidade de São Paulo, neste momento, 1,5 milhão de trabalhadores estão desempregados. Concomitantemente amplia-se o número de trabalhadores

¹²⁹ Dirigindo-se ao público em uma conferência realizada no Conway Hall, em Londres, no dia 21 de outubro de 2008.

precarizados – tempo parcial ou com contrato temporário de trabalho. Chama-se isso, cingicamente, flexibilização do trabalho (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2014, p. 17).

No Brasil isso provocou, e ainda provoca, um novo fenômeno, que é a corrida para a abertura de pequenas empresas, denominado cingicamente de “empreendedorismo” pelos pensadores neoliberais, o qual também se pode entender como uma busca por caminhos pela sobrevivência.

Há pelo menos duas décadas, no país, o percentual de pequenas empresas vem aumentando significativamente, e no sentido contrário diminui o número de grandes empresas. Isso ocorre em quase todos os segmentos da indústria de transformação brasileira. Utilizando como exemplo o setor gráfico, observa-se que no ano de 2004¹³⁰ existiam no Brasil 14.076 micro indústrias, 1.289 pequenas, 226 médias e, apenas, 25 eram de grande porte, o que representa 0,16% de um total de 15.616 unidades fabris (in SESI, 2006, p. 23). A indústria do vestuário, à mercê da mesma tendência, apresenta números admiráveis, pois a existência de 1.115 unidades fabris¹³¹ em 2010, apenas no município de Curitiba, também chama atenção. Estudos realizados no Estado de Santa Catarina também revelaram um crescimento na ordem de 100 por cento no número dessas empresas, e um decréscimo de 60 por cento entre as grandes indústrias em função da crise econômica.

À primeira vista, o crescimento do número de empresas de 2.841, no início da década, para 5740, em 2001, pode parecer paradoxal quando se fala tão exaustivamente da crise sofrida pelo setor estudado. Contudo, uma observação mais detalhada revela que esse crescimento ocorreu entre micro e pequenas empresas: que eram 2692 em 1990 e passam a ser 5577 em 2001. As grandes e médias empresas do setor fecharam suas portas ou enxugaram drasticamente seus quadros de força de trabalho (as empresas com mil, ou mais trabalhadores eram 22 em 1990 e passaram a ser 9 em 2001) (JINKINGS; AMORIM, 2006, p. 342).

Este pode ser um caminho que, acidentalmente, os brasileiros estão trilhando na tentativa de resistirem a essa crise econômica sem precedentes, e que segundo Mézáros (2011b) é infundável, sem uma completa reversão política de ordem mundial.

Mas qual é a repercussão desse fato nos processos e políticas para a formação profissional de níveis iniciais voltados à pequena indústria? Ao que se pôde

¹³⁰ De acordo com a RAIS / MTE, 2004.

¹³¹ De acordo com os estudos da Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A.

ver, e por enquanto, nenhuma, pois além da falta de profissionalização para atender a essa nova e emergencial demanda por qualificação, nada foi feito no sentido de se redesenhar os currículos dos cursos profissionais com vistas a se adequarem à presente realidade. As entidades insistem na manutenção de modelos de qualificação arcaicos e ainda dentro do paradigma taylorista/fordista de produção. Elas continuam a treinar trabalhadores em processos específicos, dentro da perspectiva do trabalho parcelar, e que atendiam as antigas necessidades das grandes indústrias. Hoje, frente às mudanças daquele paradigma produtivo, e diante da necessidade por trabalhadores polifuncionais, esses cursos não conseguem mais atender às empresas e, conforme os depoimentos registrados, também aos anseios do trabalhador.

Serão apresentadas neste item algumas particularidades das pequenas indústrias e os processos que elas e os seus trabalhadores utilizam para se qualificarem profissionalmente. Concentram-se, também, os resultados obtidos com as pesquisas de campo realizadas junto às seis empresas e seus trabalhadores.

5.1 BREVE HISTÓRIA DOS SETORES E DAS SUAS PROFISSIONALIZAÇÕES

A industrialização do Estado do Paraná tem por marco inicial o processamento da erva-mate, infusão cujo hábito de consumo foi adotado pelos europeus colonizadores. Essa foi uma herança dos povos indígenas guaranis nativos do Sul. O consumo da erva, seja na forma do chimarrão, do “tereré” ou na de chá, passou a ocorrer em todos os países do Cone Sul, estimulando a sua produção e comercialização. Isso possibilitou o desenvolvimento econômico de Curitiba, pois foram ali criadas dezenas de empresas responsáveis pela produção, beneficiamento, transporte e comercialização da erva. Por sua vez, a indústria mateira estimulou o surgimento de outros segmentos industriais, como, por exemplo, o setor gráfico.

De acordo com Santos (1995), os primeiros engenhos datam do Séc. XIX. Neles ocorriam a moagem da erva¹³² em moinhos impulsionados por rodas d'água,

¹³² De acordo com Costa (1995, p. 26-27) “a poda das ervaíras é feito manualmente com facão (...) os feixes, ‘de galhos’ serão levados para a operação de sapeco. O sapeco é feito sobre fogo, a ação rápida das labaredas faz com que as folhas percam parte de sua humidade, evitando que escureçam e adquiram um sabor desagradável. Após isso a erva é submetida a uma secagem que dura de dez a doze horas, em instalações de calor intenso, como um forno e sem contato com a fumaça. Terminada a secagem, a erva é triturada e fragmentada, depois peneirada (...)

ou pela força dos animais ou mesmo pela mão-de-obra humana, menos escrava e mais assalariada. Porém, conforme Queluz (2000), “claramente, a opção pela mão de obra livre não foi uma opção de fundo ideológico da burguesia do mate, mas movida pela própria acumulação incipiente de capital, que impedia a imobilização deste capital na compra de escravos” (p. 33). Isso permitiria aos industriais da época, segundo Roberto de Mello Pereira Magnus (apud QUELUZ, 2000, p. 33), “a possibilidade de reinversão dos seus lucros na tecnificação da produção”.

No Paraná em 1875, o consumo do mate, feito na base do chimarrão, era altamente significativo. Segundo o Dr. Macedo Soares, na obra sobre O Mate no Paraná, para “*uma população de 127 mil habitantes havia um consumo diário de 750 arrobas de erva, equivalendo a três cuias por pessoa ao dia (...)*”. No final da década de 1870, o mate penetra em sua fase de expansão, constituindo o 5º produto em volume e valor na exportação nacional (SANTOS, 1995, p. 149).

A primeira indústria do Paraná a instalar maquinaria a vapor para o beneficiamento da erva-mate foi a de Caetano José Munhoz. Nas palavras de Domingos van Erven (2012),

verifica-se assim o pioneirismo de Caetano José Munhoz em implantar engenho a vapor em Curitiba, ao contrário do que afirma Ermelino de Leão, que em seu “Dicionário Histórico e Geográfico” dá anterioridade nessa questão à Fábrica Tibagy do Barão do Serro Azul, a qual só será instalada em 1878. Romário Martins percebeu em tempo o equívoco e na Comenda que incluiu na última página de seu livro “*Ilex Mate*”, reconhece a anterioridade de CJM, com relação ao Barão do Serro Azul, quanto à “*aplicação do vapor aos engenhos de mate*”. David Carneiro afirma textualmente: “O primeiro industrial a usar energia térmica em substituição às rodas d’água, precárias, foi o coronel Caetano José Munhoz”¹³³

Ainda assim, Costa (1995, p. 66) aponta que no ano de 1878, com a construção da Fábrica Tibagy, cujo proprietário era Ildfonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, e com a contratação do engenheiro Francisco Camargo Pinto, são “pioneiramente”, e com tecnologia própria, instaladas as primeiras máquinas para o beneficiamento da erva-mate. A partir dos projetos desse engenheiro, foram construídas as máquinas movidas a vapor, capazes de processarem a erva. Essas novas máquinas, segundo Magnus Pereira (apud QUELUZ, 200, p. 33), “se inscreviam

assim se constitui na matéria-prima para os engenhos de beneficiamento”.

¹³³ Caetano José Munhoz: um representante da elite paranaense no século XIX. Disponível em: <<http://caetanojosemunhoz.blogspot.com.br/2012/08/4.html>>. Acesso em: 10 jun 2015.

no objetivo dos industriais de um maior controle do processo produtivo, deixando de depender só da habilidade de cada operário”.

Mais do que a preocupação ideológica com a eficiência, o que se procurava era uma maior margem de lucro na atividade. Assim, o controle do processo produtivo significava a melhoria do produto final, aspecto central na valorização do mate beneficiado para exportação, mercado que passou a ter forte concorrência da Argentina a partir da década de 1890 (QUELUZ, 2000, p. 33).

Por outro lado, de acordo com Wachowicz (2010), essa automatização da produção também exige um trabalhador alfabetizado e melhor preparado para a sua operacionalização, e essa industrialização promoveria, como já ocorrera cem anos antes na Europa, uma transformação na sociedade e no ensino também em Curitiba.

É a partir desse momento que a indústria paranaense começará a dar os seus primeiros passos.

A insipiente industrialização paranaense foi subsidiária da indústria do mate. Por exemplo, a fábrica de fundição Marumby, de propriedade dos irmãos Müller, especializou-se na fabricação de máquinas utilizadas no beneficiamento do mate; a fábrica de Isaias Alberti que possuía oficinas para a fabricação de moinhos, elevadores e serras circulares; a indústria de impressão que fornecia rótulos para as barricas de mate, como a Companhia Impressora Paranaense; as barricarias também subsidiárias do mate como a de Ernesto Bergtsson. Além dessas indústrias, alcançou destaque também a indústria madeireira, especialmente a partir de 1913, dentro do contexto da I Guerra Mundial, com o afastamento da concorrência europeia e a consequente possibilidade de ocupação do mercado platino e interno, com o pinho do Paraná (...) transformando a madeira no segundo produto de exportação paranaense (QUELUZ, 2000, p. 34).

Obviamente, a abundante produção de madeira também provocaria o aprendizado das artes da marcenaria, que desponta inicialmente na construção de casas, e posteriormente nas produções de seus mobiliários.

Queluz (2000, p. 34) aponta ainda que até nesse período surgiram nesse Estado fábricas de cerveja, de produtos alimentícios como a Todeschini e a Lucinda, fábricas de fósforos, produto que também têm a madeira como matéria-prima fundamental, fábricas de instrumentos musicais, muitos dos quais também têm a madeira como base, fábricas de sapatos, louças, colas, curtumes e beneficiamentos de couro, olarias e pequenas indústrias químicas. Agregue-se ao grupo a própria indústria têxtil, representada pela também pioneira indústria de fitas Venske, fundada, em 1907, pelo imigrante suíço Gustavo Venske.

Cronologicamente a FIEP (2007) aponta para a seguinte cronologia das instalações dessas e de outras indústrias:

- 1834 – Engenho da Glória (Moinhos Unidos Brasil – Mate S/A);
- 1853 – Impressora Paranaense – gráfica;
- 1869 – Emílio Romani – Alimentos;
- 1878 – Müller Irmãos & CIA – Metalurgia;
- 1885 – Indústria Todeschini S/A – Alimentos;
- 1889 – Pianos Essenfelder – Instrumentos musicais;
- 1895 – Fábrica Paranaense de Phosphoros de Segurança;
- 1896 – Indústrias João Bettega – Laminadora de madeiras;
- 1901 – Leão Júnior S/A – Mateira;
- 1903 – João Senaglia & Cia. Ltda. – Metalurgia;
- 1904 – Empresa de Águas Ouro Fino – Mineradora e envasadora de água;
- 1905 – Fábrica de Móveis Ritzmann – Moveleira;
- 1907 – Fábrica de Fitas Venske – Têxtil de passamanaria;
- 1912 – Fábrica Lucinda – Alimentos;
- 1916 – Indústrias Langer Ltda. – Madeireira e marcenaria de esquadrias.

5.1.1 A indústria de alimentos

A indústria de alimentos tem origem no próprio beneficiamento da erva-mate. Segundo FIEP (2007), a “Moinhos Unidos Brasil – Mate S/A, indústria ervateira originária da mais antiga empresa do Paraná conforme registro na Junta Comercial do Paraná, o Engenho da Glória, foi criado em 27 de julho de 1834 por Caetano José Munhoz”.



Figura 9: Rótulo da erva mate produzida pelos Moinhos Unidos Brasil – Mate S.A.

Fonte: acervo do Museu Paranaense in Gazeta do Povo¹³⁴

A indústria mateira, conforme aponta Queluz (2000), promoverá o surgimento de outras tantas fábricas em diferentes segmentos. Além desse motivo, a também chegada dos europeus, desde o final do século XIX, propiciaria o início da produção artesanal de alguns alimentos para a comercialização, principalmente aqueles que têm a farinha do trigo como base, como é o caso das massas alimentícias, biscoitos e as diferentes formas da panificação. A agricultura, que aos poucos tomou espaço no Estado do Paraná, também favorecia o surgimento de inúmeras outras empresas agroindustriais.

Queluz (2000, p. 34) indica ser pioneira a fábrica de massas Todeschini, situada inicialmente na Avenida Sete de Setembro, no bairro do Água Verde. Uma empresa fundada pelo imigrante Giuseppe Todeschini, um

carpinteiro na localidade Arcole, província de Verona, no Norte da Itália, onde nasceu, chegou em Curitiba em 1878, e nos sete anos seguintes construiu casas para imigrantes das colônias Muricy e Imbituva. Mas foi o empreendimento que iniciou em 1885, o que marcaria, definitivamente, a presença da família na sociedade paranaense: em sua modesta casa de

¹³⁴ Disponível em: <<http://garfadasonline.blogspot.com.br/2013/08/objecto-misterio-n-37-resposta-mate-de.html>>. Acesso em: 10 jun 2015.

madeira fundou a primeira fábrica de macarrão do Sul do Brasil. Mais tarde construiu ao lado da casa um pequeno chalé de tijolos de dois andares e contratou seis funcionários. Eram os anos inaugurais da Fabbrica di paste alimenticie di Giuseppe Todeschini (MANFREDINI, 2011 p. 36).

A empresa alcançaria o status de grande fábrica especializada no fabrico de massas e biscoitos, tornou-se uma referência na cidade, e desde seu início, empregava significativo número de trabalhadoras. No ano de 2013 teve as suas atividades encerradas, com a demissão de 336 trabalhadores¹³⁵.



Figura 10: Antiga publicidade das Indústrias Todeschini

Fonte: Curitiba Antigamente¹³⁶



Figura 11: Marca e primeira instalação predial das Indústrias Todeschini.

Fonte: FIEP (2007).

Queluz (2000) também aponta para o pioneirismo da Fábrica Lucinda, da família Groetzner, também especializada no fabrico de massas e biscoitos, que, segundo Roseli T. Boschilia (1996), contava com um efetivo feminino de 77 por cento.

Fundada em 1912 por Paulo Groetzner, imigrante suíço, a fábrica Lucinda dedicou-se inicialmente à fabricação de biscoitos e bolachas. Em 1916, aumentou sua linha de produção com a fabricação de balas, caramelos, chocolates e confeitos e com a instalação de uma torrefação de café. Três anos depois, montou uma destilaria, iniciando a produção de bebidas. Em 1925, instalou máquinas para a fabricação de macarrão e talharim. Nos mesmos moldes de outras indústrias autossuficientes, como a Matarazzo, a

¹³⁵ Conforme aponta o jornal Gazeta do Povo: < <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/todeschini-fecha-e-demite-336-pessoas-9hw3sbqqidapnazolkp20z9la>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

¹³⁶ Disponível em: < <http://curitibaantigamente.com/a-origem-das-massas-todeschini-ate-o-fechamento-da-fabrica-em-2013/>>. Acesso em: 10 jul, 2015.

Lucinda mantinha, além da linha de produtos, outras indústrias auxiliares, cuja produção era absorvida pela principal. Contava com funilaria, carpintaria, marcenaria, fábrica de caixas e uma oficina mecânica completa, para a assistência ao maquinário. Assim, as caixas de madeira e latas de folha consumidas para o acondicionamento dos produtos eram de fabricação própria (BOSCHILIA, 1996, p. 56-57).

Essa empresa ficava situada na Avenida Anita Garibaldi, entre os bairros do Juvevê e Cabral, e foi incorporada pela indústria Tip-Top de Alimentos Ltda, no ano de 1980, segundo informações dessa mesma empresa¹³⁷. A indústria Tip-Top Ltda. também encerraria suas atividades ainda no final do século passado.



Figura 12: Fachada da Fábrica Lucinda.

Fonte: Fotorama¹³⁸

¹³⁷ Ver em: <<http://www.dsconto.com/tip-top-saiba-mais-sobre-a-tip-top-alimentos/>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

¹³⁸ Disponível em: <<http://antigoparana.blogspot.com.br/2013/01/fabrica-lucinda-1904.html>>. Acesso em: 10 jun. 2015

Nesse mesmo bairro do Juvevê, na Rua João Gualberto, 1308, também funcionava a fábrica de bolachas e biscoitos Glória, da família Vendrametto. Imigrantes italianos que no ano de 1907 iniciaram artesanalmente a sua produção de biscoitos. Na Figura 13 uma antiga publicidade da empresa.



Figura 13: Linha de biscoitos ofertados na época
Fonte: site oficial da empresa¹³⁹.

A empresa atuava de forma manufatureira, ocupando no seu quadro funcional quase que integralmente a mão de obra feminina (Figura 14). Na foto são apenas dois homens atuando num grupo com mais sete trabalhadoras. O trabalho era também ensinado na própria indústria, onde a mulher preponderava. O trabalho feminino na industrialização de alimentos é uma antiga realidade, também verificada no presente.

¹³⁹ Disponível em: <<http://villaanna.com.br/empresa.php>>. Acesso em: 15 abr. 2015.



Figura 14: Produção no início da empresa Glória

Fonte: site oficial da empresa¹⁴⁰.

Essa empresa, hoje, com mais de 100 anos de vida, continua operando em Curitiba. Sob outra denominação, ainda fabrica na mesma região da cidade seus biscoitos, mantendo o status de micro empresa, e produzindo da mesma forma semi-artesanal uma linha de biscoitos “mais refinados”.

5.1.2 A indústria gráfica

No país a instalação dos processos de impressão gráfica foi tardia, tendo em vista que Portugal “proibiu o surgimento de tipografias no Brasil, sob a justificativa de que a colônia poderia ganhar um certo conhecimento que não lhe era pertinente” (PRESAS, G. F.; PRESAS, J. F. [Orgs.], 2007, p. 26). Mas, apesar disso, alguns tipógrafos operavam na clandestinidade. Porém, quando descobertos sofriam

¹⁴⁰ Disponível em: <<http://villaanna.com.br/empresa.php>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

pesadas sansões da Coroa, e suas prensas, quando não destruídas, eram enviadas à Metrópole. De acordo com os mesmos autores, foi apenas com a chegada da Família Real que se estabeleceu a Imprensa Régia no dia 13 de maio de 1808, sendo logo posteriormente autorizada a primeira publicação periódica, de natureza privada, a denominada Gazeta do Rio de Janeiro. Ainda de acordo com eles, a primeira edição do Diário Oficial fora impressa apenas no ano de 1892, já no período republicano.

No Paraná a introdução da indústria gráfica ocorreu junto com a sua emancipação política, com a criação da província no ano de 1853, decretada por D. Pedro II.

Um fator decisivo, dentro do contexto da chegada das artes gráficas no Paraná é, sem dúvida, o caráter econômico. A diversificação gerada pelos imigrantes colaborou, mas foram o ciclo da erva-mate e da extração da madeira que marcaram a história econômica do estado (PRESAS, G. F.; PRESAS, J. F. [Orgs.], 2007, p. 31).

A rotulagem das embalagens da erva-mate, tanto para sua exportação, quanto para a venda local, além de encomendas de rótulos por parte de outros produtores sul-americanos, contribuíram para impulsionar a indústria gráfica Curitibana. A primeira, da então província, foi a Typographia Paranaense, posteriormente denominada Impressora Paranaense (Figura 15), quando o Barão do Serro Azul, então empresário da indústria do mate, dela se tornou sócio em 1888. Essa empresa, além de publicar o primeiro periódico, o “Dezenove de Dezembro”, passou a produzir também os diversos rótulos para aquele produto, inclusive os da indústria Tibagy, de propriedade do mesmo barão. O desenvolvimento da Impressora Paranaense permitiu a produção de rótulos “cada vez mais rebuscados para agradar a exigente clientela do exterior” (PRESAS, G. F.; PRESAS, J. F. [Orgs.], 2007, p. 33), e a ampliação dessas encomendas, por sua vez, colaborou com o desenvolvimento do setor gráfico paranaense.



Figura 15: Fachada da Imprensa Paranaense no Centro de Curitiba

Fonte: Conhecendo Curitiba¹⁴¹

A partir da Imprensa Paranaense e do crescimento da demanda, tanto por parte das indústrias da erva-mate, quanto de outros segmentos do atacado e também do varejo, o setor gráfico curitibano se expandiu. “No final do século XIX e início do XX, Curitiba registrou o nascimento de várias casas especializadas no setor gráfico, com serviços de tipografia, litografia, papelaria, editoração, livraria, encadernação e carimbo” (NEWTON CORDEIRO apud PRESAS, G. F.; PRESAS, J. F. [Orgs.], 2007, p. 68).

Outros relatos registrados por Presas, G. F. e Presas, J. F. [Orgs.], (2007) indicam que o próprio segmento formava, na prática, seus trabalhadores, e que muitos dentre eles abriram os seus próprios negócios, devido ao crescimento da demanda. Afirma Etevaldo da Silva (apud PRESAS, G. F.; PRESAS, J. F. [orgs.], 2007, p. 99) que “a Imprensa Paranaense foi uma escola de empresários gráficos que contribuiu de forma decisiva e formou grandes profissionais que hoje são empresários. Eu,

¹⁴¹ Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conhecendocuritiba/ruariachuelo>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

inclusive, que sou pequeno empresário gráfico”. Por sua vez, esses novos patrões se tornavam instrutores de seus empregados, e esse fenômeno tem se repetido até o presente, mesmo após a data de implantação do SENAI no Paraná, que, por força de criação, é uma das instituições responsáveis pela aprendizagem industrial dos trabalhadores. De acordo com depoimento de Cristovam Linero Sobrinho¹⁴²,

por volta da década de 60, a mão-de-obra era artística, manual e demorada. A formação no Paraná não acompanhou a evolução tecnológica. Havia apenas um curso para o primeiro grau (ensino fundamental), cuja formação não era nem técnica. Na indústria gráfica não há formação. O Senai sempre teve escola, mas não acompanhou as mudanças. A empresa teve sempre que investir no treinamento: ou ela própria treinava os funcionários ou eles eram enviados para treinar em São Paulo. Agora vamos ter a reabertura da Escola Gráfica¹⁴³. Será uma boa chance para todos, os equipamentos são modernos e as parcerias sérias (apud PRESAS, G. F.; PRESAS, J. F. [orgs.], 2007, p. 122).

Outros empresários também indicam a dificuldade para a contratação de trabalhadores bem qualificados nesse período e mesmo após ele. Dessa forma, e apesar dos esforços do governo, pode-se entender mais facilmente o quanto são falhas as iniciativas para profissionalizar o trabalhador. Perguntado pelos autores da pesquisa, se “esse atraso na formação de mão-de-obra afetou o desenvolvimento do setor?” (PRESAS, G. F.; PRESAS, J. F. [Orgs.], 2007, p. 122), Linero Sobrinho: assim respondeu:

exatamente. Grandes empresas conseguiram porque investiram maciçamente na formação e correram riscos. Para formar um tecnólogo é preciso, em média, dois anos e depois você não tem garantia de que ele fique na empresa. Por isso, muitas vezes os trabalhadores criticam o empresário que investe nos seus filhos, mas pelo menos assim ele tem garantia de permanência (LINERO SOBRINHO apud PRESAS, G. F.; PRESAS, J. F. [Orgs.], 2007, p. 122).

É sabido que, para as empresas se tornarem grandes, é necessário investir também na qualificação do seu pessoal. Ainda assim, mesmo tendo investido nessa área, algumas dessas grandes gráficas brasileiras, como foi o caso da Imprensa Paranaense, foram incorporadas por outras maiores dos países centrais. O que

¹⁴² Cristovam Linero Sobrinho é empresário gráfico, nascido em Ponta-Grossa/PR, é considerado pelos seus pares empresários como um militante pela sobrevivência do setor, sendo também um conhecedor “como poucos” da história da indústria gráfica no Paraná, pois acompanhou muitas fases e transições dessa trajetória.

¹⁴³ Linero Sobrinho sinaliza para o já comentado encerramento da escola gráfica do Senai de Curitiba, indicando a sua reabertura para o ano de 2008, final da década passada.

também reforça a teoria, de que, por muitas vezes, falta o apoio governamental aos empreendimentos domésticos, conforme aponta Eduardo Galeano (2013).

Ainda sobre a sua contribuição e o inexplicável encerramento da escola gráfica do SENAI de Curitiba, os pesquisadores PRESAS, G. F. e PRESAS, J. F. ([orgs.] 2007) também observaram que

alguns registros mostram sua contribuição para a formação profissional do segmento, **mas não desvendam as razões para o seu fechamento na metade da década de 90**. Acredita-se que a defasagem dos equipamentos tenha sido um dos motivos, já que parte do maquinário foi transferida para a Imprensa Oficial do Estado do Paraná (p. 142, grifo meu).

Os empresários do setor gráfico participantes da pesquisa revelam parte significativa das diversas motivações deste fato, alegando inclusive razões de caráter político. Apesar da existência de máquinas antigas na Escola de Gráfica do SENAI, onde funcionava o Curso Técnico da Indústria Gráfica, é sabido que lá existia também significativo número de equipamentos modernos como offsets e outras impressoras de comando computadorizado e plotagem – por serem modernos e estarem em condições de uso, foram transferidos para a Imprensa Oficial do Estado – que permitiam um aprendizado suficientemente atualizado.

Em suas falas, entretanto, reconhecem que o encerramento dessa unidade foi uma atitude que desestabilizou parte das empresas do próprio setor, dificultando-as no preenchimento das vagas que ofertavam, favorecendo assim, a preservação do “capitalismo dependente”.

5.1.3 A indústria moveleira

Algumas das primeiras técnicas construtivas desenvolvidas pelos seres humanos ocorreram na fabricação de utensílios de madeira. A fabricação desde os pequenos utensílios até os maiores, como a própria roda, barcos, pontes, casas, etc., confundem-se com a própria história da espécie.

Por volta de 40 mil anos antes de Cristo, o homem começa um novo capítulo de sua evolução, domina o fogo, caça as feras que o aterrorizam e começa a habitar cavernas. A madeira torna-se um elemento importante para a sua

sobrevivência e para seus registros artísticos, surgindo assim as primeiras esculturas (SESI-SP, 2004, p. 23).

A produção do mobiliário também é uma arte milenar. As civilizações da Antiguidade dominavam o entalhe e a modelagem na madeira, assim como, nesse período da história, já fabricavam seus móveis.

No antigo Egito, surgem as primeiras lâminas de madeira como as usadas no revestimento do trono de Tutancâmon. Intensifica-se o uso da madeira em móveis, nas estruturas para transporte dos blocos para a construção das pirâmides e das primeiras embarcações para navegar o rio Nilo, determinando uma nova fase na evolução humana (p. 23).

Mais recentemente, com quase dois séculos, surge a indústria moveleira, que

caracteriza-se pela união de diversos processos de produção, envolvendo diferentes matérias-primas e uma diversidade de produtos finais, e pode ser segmentada, principalmente, em função dos materiais com que os móveis são confeccionados (madeira, metal e outros), assim como de acordo com os usos a que são destinados (em especial, móveis para residência e para escritório). Além disso, devido a aspectos técnicos e mercadológicos, as empresas, em geral, são especializadas em um ou dois tipos de móveis, como, por exemplo, de cozinha e banheiro, estofados, entre outros (GORINI, 2000, p. 14).

O nascimento da arte da construção do mobiliário no Brasil, ou seja, o surgimento da marcenaria é mais um legado que seguiu a influência de Portugal.

Desde os primórdios da colonização, o mobiliário dos primeiros colonos portugueses era um prolongamento da cultura da Metrôpole. Os móveis eram importados de Portugal pelos donatários, por alguns funcionários que possuíam altos cargos e por fidalgos enriquecidos, ou, então, eram executados aqui por artesãos portugueses e seus aprendizes. Desse modo, chegaram tardiamente, por meio de Portugal, as influências europeias e orientais que serviriam de modelo para o mobiliário produzido no Brasil; essas influências, por sua vez, se adaptaram às possibilidades regionais com relação ao material e à mão de obra, bem como os aspectos culturais dos nativos e escravos africanos (SANTI, 2013, p. 38-39).

De acordo com a mesma autora a “influência portuguesa predominou por mais três séculos” (p. 39), quando só receberá a influência de Inglaterra e França a partir de meados do século XIX.

Ao se analisar as obras da marcenaria brasileira, depreende-se que as peças, pelo menos aquelas construídas para a aristocracia local, eram ricas em detalhes artísticos, além de possuírem complexidade nas soluções construtivas e estruturais.

A mesma autora aponta que esse conhecimento tecnológico favorecerá o aparecimento das primeiras indústrias no país.

No início do período colonial, “aqueles artesãos portugueses, incumbidos da execução dos móveis, foram também responsáveis pela formação do ofício de marceneiros” (p. 42). A mão de obra escrava era um elemento facilitador, pois,

era mais apta a esse trabalho artesanal do que os índios. Contavam com a qualidade e abundância das madeiras brasileiras e, ainda, com uma dimensão de tempo mais elástica e pautada pelo ciclo da natureza e pela ausência de interesses econômicos; esses fatores permitiam a elaboração de peças requintadas e com acabamento esmerado (p. 42).

Era grande a distinção entre os móveis da fidalguia e dos populares, passando de obras artisticamente requintadas, para os outros, que eram elaborados visando apenas, e essencialmente, a utilidade e o uso cotidiano. “A simplicidade e a rusticidade nos interiores das moradias, que resultavam sóbrias, simples e com poucos adornos” (p. 43).

A industrialização do setor tem por base a cidade de São Paulo, sendo o início dessa industrialização datado do “último quarto do século XIX” (p. 126). Segundo essa autora, “o passado é referência, delineando o feitio do produto e, em decorrência, os processos de produção”. Ela também indica ter sido o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, “a primeira escola profissional de caráter industrial do Brasil, fundada em 1889”, que era segundo ela, um local de aprendizado, mas também de produção para vendas, ou seja, uma “empresa-escola” (vide Figura 16), “que possuía uma estrutura com capacidade produtiva para atender o mercado emergente” (p. 129).



Figura 16: Escola de Marcenaria do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo¹⁴⁴

A autora identifica que as primeiras empresas do segmento mobiliário foram a “Companhia Tapeçaria e Móveis Santa Maria, fundada em 1885, em São Paulo; a Fábrica de Móveis Antônio de Mosso, fundada em 1888, em São Paulo, que produzia móveis para as instalações comerciais e bancárias” (p. 132), entre outras.

No Paraná existiram a indústria de barricas de Ernesto Bergtsson, pioneira na marcenaria e a fábrica de pianos Essenfelder, de 1889. A primeira indústria moveleira, de fato, será a Fábrica de Móveis Ritzmann, fundada em 1905 por Francisco Ritzmann. Essa era uma empresa que, conforme FIEP (2007) “fabricava móveis em série para residências e escritórios, caixas para aparelhos sonoros e gabinetes para máquinas de costura”. No entanto, deve-se registrar que as pequenas marcenarias eram em número suficiente para influenciarem a abertura de um curso específico em marcenaria na Escola de Aprendizes Artífices em Curitiba em 1910.

Anos mais tarde, empresas de porte como a Móveis Cimo (1944)¹⁴⁵, formada na cidade com a associação a já existente Maida Irmãos Ltda., e a Móveis Guelmann

¹⁴⁴ Disponível em: <<http://carlosfatorelli27013.blogspot.com.br/2012/12/o-pedestal-marco-zero-de-santo-amaro-e.html>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

¹⁴⁵ Ver em Gorini (2013, p. 269).

Ltda., de Salomão Guelmann, inaugurada na década de 1920, tornaram-se referências no país.



Figura 17: Fachada da fábrica de móveis de Salomão Guelmann

Fonte: Curitiba Antigamente e Região em Fotos.¹⁴⁶

Hoje, conforme Gorini (2000), “a indústria nacional de móveis localiza-se, principalmente, nas regiões Sul e Sudeste, com cerca de 88% da produção doméstica proveniente dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais” (p. 44), sendo a cidade de Arapongas a principal produtora no Paraná. No entanto, de acordo com dados da Prefeitura, Curitiba chega a contar com 457 indústrias cadastradas.

A produção mobiliária, segundo Coutinho e Ferraz ([Coords.], 1993, citado por SANTI, 2013, p. 23) “é subdividido nas categorias: móveis retilíneos, móveis torneados seriados e móveis sob medida. Os móveis de escritório dividem-se em dois setores: móveis para escritório sob encomenda e móveis para escritório seriados”.

No âmbito dessa pesquisa, a pequena indústria investigada não se enquadra exatamente nessas subdivisões, pois opera com fabricados retilíneos e fabricados torneados, oferecendo esses produtos para linha profissional, ou seja, para outras empresas, mas não exatamente escritórios. Imbricam-se em seu processo produtivo, os processos especializados e os não especializados.

¹⁴⁶ Disponível em: < <http://curitibaantigamenteeregiaoemfotos.blogspot.com.br/2013/11/curitiba-pr-fabrica-de-moveis-e.html>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

Foi também visitada uma movelaria, cujo proprietário é integrante da diretoria do sindicato em Curitiba, mas que, apesar de não responder ao questionário, ofereceu algumas importantes informações sobre o setor. Essa mesma empresa se enquadra no segundo caso apresentado por Santi (2013), mas que, além dos seriados, também possui fabricação artesanal. É uma indústria que está instalada no bairro denominado Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Nela, a presença de dois oficiais marceneiros mais gabaritados garante não só a referida produção mais artística, quanto são esses profissionais que tentam perpetuar a arte do entalhe e dos métodos construtivos mais artesanais, ensinando a outros aprendizes no próprio local de trabalho.

O repertório tradicional na fabricação do mobiliário brasileiro ainda é utilizado por artesãos que carregam consigo a tradição do ofício de marceneiro e por marcenarias e fábricas que ainda dependem de uma tecnologia tradicional na fabricação de móveis mais conservadores que seguem estilos do passado (SANTI, 2013, p. 83).

Frente às características dos mobiliários atuais, ou mais modernizados, a maioria deles, hoje, é construída em MDF¹⁴⁷. São móveis produzidos, geralmente, com superfícies retangulares, propiciando maior aproveitamento, simplicidade e agilidade, tanto em seus projetos, quanto nos processos de fabricação e montagem. Pode-se dizer que o MDF democratizou um pouco mais o mobiliário, já que suas infinitas formas de acabamentos e espessuras permitem a construção de móveis mais baratos e mais acessíveis às classes mais populares. Também permite o processo de bricolagem, ou seja, muitos curiosos não especializados podem sozinhos construir móveis dentro de suas próprias dependências domiciliares. Isso está reduzindo a ação das indústrias e marcenarias em Curitiba, já que existem na cidade lojas especializadas em bricolagem. Essas empresas, inclusive, repassam aos clientes algumas técnicas construtivas básicas, e que, de acordo com os depoimentos dos dois empresários visitados, vão entusiasmando aqueles “hobbistas”, ao ponto deles também frequentarem mais intensivamente os poucos cursos de qualificação ofertados pelo SENAI em São José dos Pinhais.

¹⁴⁷ *Medium density fiberboard*, que é o painel de fibra de madeira reflorestada e de densidade média. Sua produção no Brasil vem da segunda metade da década de 1990.

5.1.4 A indústria do vestuário

A história das indústrias do vestuário brasileiras tem início nas atividades artesanais da alfaiataria e da costura doméstica do período colonial. Naquele momento, de acordo com Bardi (1881), a formação profissional dos alfaiates ocorria de forma semelhante às corporações de ofícios europeias, que dividia a classe dos profissionais em três níveis, mestres, oficiais e aprendizes. Os primeiros mestres e oficiais alfaiates foram oriundos de Portugal e tinham por aqui certas regalias, assim como tinham na Europa. O mesmo autor aponta que os oficiais alfaiates oriundos de Portugal, ou por estes aqui formados, constituíam uma classe, se não com privilégios, pelo menos com alguma consideração (BARDI, 1981, p. 18). Mas para obterem esse grau e o reconhecimento profissional, ou seja, a habilitação para exercerem sua profissão, era necessário o licenciamento para o trabalho, que era emitido pelas autoridades coloniais.

Os oficiais eram aqueles matriculados pelas autoridades, os que para tanto recebiam autorização, excluindo-se os escravos. (...) Para obter matrícula o aspirante antes devia submeter-se a um exame de seleção, os 'ossos' e demonstrar 'ter dedo' e, forte na prova carimbada pela Câmara, prestar juramento invocando os Santos Evangelhos, comprometendo-se por outro lado a trabalhar 'bem e diretamente', a serviço de Deus e de sua Majestade (p. 20).

A caminhada para o aperfeiçoamento não parava por aí. Para que o então oficial pudesse transmitir a sua profissão para outros, e pudesse ter a sua própria oficina, era necessário trilhar um caminho mais longo. "Assim, o oficial industriava-se com sagacidade no progredir, aspirando chegar a quase mestre para depois passar a mestre, autorizado a ter uma tenda" (p. 20). O mesmo autor aponta que no Brasil Imperial, na província de São Paulo, no ano de 1827, existiam cadastrados 159 mestres alfaiates, 195 oficiais, e 182 aprendizes, perfazendo um total de 536 profissionais (p. 23). Número razoável para as necessidades de vestimenta da sociedade da época, já que os mais pobres consumiam pouco, utilizavam roupas usadas, além de confeccionar rudimentarmente parte de seu vestuário. O mesmo autor indica que a elegância do popular ainda não tinha despontado, "vestiam-se eles de algodão, de pano de serviço, burel e pelotis pardos e azuis. Raramente eram vistos jibões de cetim e roupetas de gorgorão" (p. 126).

Dados (Textília, 2004) indicam que a indústria têxtil brasileira iniciada no século XIX, tomará maior força no início do século XX, pelos motivos indicados por Prado Júnior (2012), ou seja, a proteção do mercado interno às importações, o plantio nacional do algodão, o crescimento das cidades e da população, que estimularam os alfaiates, e também aos empresários das tecelagens, a organizarem as primeiras produções seriadas. Essa fase de intensificação da industrialização do vestuário ocorrerá com maior ênfase a partir do século XX, pois no final do século XIX as alfaiatarias artesanais, e as muitas que já utilizavam a maquinaria, dedicavam-se à produção de peças do vestuário sob encomenda.

Dentro dessa realidade, no Paraná, a primeira escola voltada ao ensino das artes da alfaiataria foi a Escola de Aprendizes Artífices, escola inaugurada em 1910, que iniciou suas atividades com 45 alunos divididos entre as oficinas de alfaiataria, marcenaria e sapataria. A de alfaiataria era a que contava com o maior espaço físico, nesse caso 65 m², e, de acordo com Queluz (2000, p. 50), desde a sua inauguração, até o ano de 1930, foram matriculados 1.176 alunos nessa oficina de aprendizado. Estes pertenciam à camada mais pobre da população, situação prevista e estabelecida no Decreto 7.566 como critério de ingresso de alunos à escola. Diversas dificuldades, oriundas na maioria das vezes das condições financeiras dos alunos, resultaram em um grande número de desistências, justificadas, em parte, pela procura e absorção dos aprendizes pelo mercado nos primeiros anos de curso. Com o objetivo de treinar mão de obra “barata e razoavelmente qualificada”, dados de 1910 a 1920 retratam que no total de 3.529 alunos matriculados nas diferentes oficinas, apenas 25 (0,7%) concluíram os cursos (aulas e oficina) (QUELUZ, 2000, p. 55).

Após a sua criação no ano de 1942, será o SENAI que, quase duas décadas depois de inaugurado, passará a ofertar o curso de alfaiate em Curitiba. Nas décadas de 1970 e 1980 sua unidade local ofertava os cursos de calceiro e alfaiate, em sua Divisão de Assistência às Empresas (DAE). Esses cursos perduraram até a década de 1990, quando por diversos motivos, mas principalmente por fatores correlatos ao mercado e ao baixo interesse da população, deixaram de ser ofertados. Nessas três décadas o SENAI do Paraná contava com as chamadas Unidades Móveis de Formação Profissional, ou simplesmente “Unidades Móveis”, que eram oficinas de aprendizado industrial montadas sobre caminhões. Eram três as unidades especializadas para a confecção do vestuário que percorriam todo o Estado, e,

conforme a demanda, ofertavam os cursos de costureiro industrial. De acordo com Antônio Theolindo Trevizan (1995),

além de atender a procura geral, as Unidades têm-se localizado no pátio de empresas interessadas em qualificar, aperfeiçoar ou treinar seus próprios empregados.

Quando se trata de interesse da Comunidade, o atendimento é feito com os equipamentos instalados nas próprias “carretas” ou em espaços físicos cedidos quase sempre pelas prefeituras municipais. Quer se trate de empresas ou das prefeituras, o transporte das “carretas oficinas” é feito pelos interessados, que também instalam, por sua conta, “pontos” de água e energia elétrica, bem como arcam com as despesas de consumo de ambas (p.91)

Também de acordo com informações recebidas de ex-servidor do SENAI-PR, que trabalhava na coordenação dessas escolas, cada unidade comportava turmas com até 15 alunos, sendo ofertados até quatro cursos por semestre, mas com base nas demandas de cada município. A realização da chamada Série Metódica para o aprendizado profissional era modulada dentro das 100 horas/aula propostas pela CBO, versão que vigorava naquela época.

Com a inauguração, no ano de 1998, do Centro Integrado de Empresários e Trabalhadores da Indústria do Paraná (CIETEP) em Curitiba, o curso de costureiro industrial passou a ser oferecido de forma permanente nessa capital, contudo, observam-se as carências anteriormente relatadas. A baixa oferta de vagas, foi verificada desde o ano da inauguração de sua unidade de moda em 1999, sendo apenas ampliada a partir do ano de 2010.

5.2 REALIDADES DAS PEQUENAS INDÚSTRIAS CURITIBANAS DOS SEGMENTOS INVESTIGADOS

As realidades vividas atualmente pelas pequenas indústrias do país se distinguem em muitos aspectos, e se igualam em outros tantos. Segundo economistas e outros especialistas, o que tornam essas empresas iguais são, justamente, às dificuldades que cotidianamente convivem. Alta carga tributária, que muitas vezes

ocorre “em cascata”¹⁴⁸, fenômeno também apontado como o de maior gravidade pelos próprios empresários. As instabilidades econômicas, as dificuldades para a aquisição de maquinaria, face aos altos preços e aos impostos de importação, e nessa mesma linha os custos de materiais e transportes, a elevada “concorrência da informalidade, carência de fornecedores”¹⁴⁹, baixos níveis de conhecimentos tecnológicos e administrativos, além de outras dificuldades com relação ao fornecimento, concorrência dos importados asiáticos, incipiente normatização técnica, etc., são aquelas mais indicadas pelos empresários, economistas e estudiosos desses segmentos. Verifica-se nesse estudo que os processos de qualificação profissional dos trabalhadores é um outro aspecto comum entre essas indústrias.

No caso das diferenças, além dos processos de fabricação em si, pode-se oferecer como exemplo a modernização da maquinaria fabril. Nesse caso, dentre os quatro setores, o industrial gráfico é o que mais se destaca nesse quesito. Enquanto o mesmo entra por completo na era digital, o setor de produção de alimentos vive uma realidade diferente, onde as máquinas, ainda de natureza eletromecânica, intercalam-se com o trabalho manual, numa forma de processo que se verifica há décadas. Essa “tolerância” aos equipamentos menos sofisticados ocorre em função dos diversos nichos, clientes e, portanto, de uma concorrência um pouco menos acirrada nesse setor.

Diferente do setor gráfico e de alimentos, e de forma intermediária quanto à implantação de maquinaria de últimas gerações está o setor do mobiliário e o do vestuário. Apesar de sofrerem com a concorrência internacional, mas por utilizarem nos processos algumas especialidades manuais, o mercado aceita os produtos oriundos dessas indústrias locais, que operam intercalando maquinaria moderna, com as mais antigas e, principalmente, o trabalho manual mais especializado.

Não obstante, na pequena gráfica, apesar dessa sofisticação, os saberes de um oficial impressor ainda são muito necessários. Então, essa diferenciação nos níveis de absorção do aparato tecnológico nos meios de produção, além do conjunto de conhecimentos necessários ao impressor gráfico, faz com que ele, dentre os trabalhadores dos demais setores, seja aquele que recebe melhores salários.

O impressor gráfico é hoje um profissional que, além de necessitar conhecer os processos técnicos da impressão, necessita também ter um conhecimento básico

¹⁴⁸ De acordo com Gorini (2000, p. 11), por conta da verticalização da produção.

¹⁴⁹ Também de acordo com a mesma autora.

de informática e dos controles numéricos computadorizados (CNC) para operar suas máquinas. Do outro lado, nesse caso dos padeiros, masseiros, cozinheiros e seus pares, tais conhecimentos não são absolutamente necessários aos seus trabalhos cotidianos na indústria, pois a automação assistida por computador é bem menor.

No caso da indústria moveleira e também a do vestuário, os equipamentos de última geração acabam entrando um pouco mais lentamente face aos preços da maquinaria automatizada para grandes produções. Geralmente, são mais presentes os equipamentos CAM¹⁵⁰. Nas marcenarias eles são mais presentes nos processos de usinagem das peças, nas operações para cortar, fresar, furar e outros acabamentos na madeira. Nas do vestuário, eles são mais encontrados nas operações para enfiar¹⁵¹ e cortar tecidos, normalmente realizados com pouca ou nenhuma interferência humana. Na indústria do vestuário uma significativa parcela das máquinas de costuras já têm comandos numéricos computadorizados. Sendo assim, pode-se dizer que o vestuário está absorvendo, quantitativamente, um pouco mais de maquinaria modernizada que na do mobiliário, mas não tanto como acontece no setor gráfico.

A seguir serão tratadas especificidades de cada segmento, de acordo com levantamentos bibliográficos, além do que foi relatado por empresários e trabalhadores de cada um desses setores.

5.2.1 A pequena indústria de alimentos

A indústria de alimentos, como a de qualquer outro segmento no Brasil, também sofre o ataque dos produtos importados. A indústria de massas e biscoitos, segmentos tradicionais em Curitiba, são aqueles que mais concorrem com os importados, face à durabilidade desses produtos depois de embalados. Sendo assim, os mesmos podem viajar por maiores distâncias. De acordo com o sindicato dos produtores locais (SINCABIMA), as massas italianas e os biscoitos argentinos, por exemplo, são os importados mais escolhidos pelos consumidores brasileiros. Essa realidade faz com que as pequenas fábricas busquem nichos de mercado menos

¹⁵⁰ *Computer-Aided Manufacturing.*

¹⁵¹ Dispor tecidos em várias camadas para o corte simultâneo das partes que compõem os produtos.

explorados. Uma estratégia que colabora para a resistência a esses “ataques” dos produtos externos.

Em Curitiba, a indústria de panificação¹⁵², que por sua vez está inserida na indústria de alimentos, ocupa importante espaço na economia interna.

Atualmente o segmento de panificação e confeitaria no Brasil, segundo o Sindicato e a Associação da Indústria da Panificação (Sindipan/Aipan 2004), é composto por aproximadamente 52 mil empresas, com cerca de 100 mil pequenos empresários e emprega 550 mil trabalhadores, representando um faturamento anual em torno de R\$ 25 bilhões. Estas empresas se distribuem no Brasil em: Região Sudeste 41%, Nordeste 26%, Sul 21%, Centro-Oeste 7% e Norte 5% (SESI-SP, 2005, p. 22).

Sobre o atual momento, o Empresário A-1 indica que:

O panorama é bom, é excelente. É aquilo que eu te falei, se eu tivesse uma estrutura muito maior hoje, estaria melhor ainda. (...) Tem um panorama aí, né? É a tecnologia mesmo. Porque hoje nesse mesmo produto que eu tenho como carro chefe, tem máquinas e sistemas de produção automatizadas na Europa, onde você coloca a massa, os ingredientes e tudo mais, e já faz, e já corta, e já coloca tudo dentro da forma, é só pegar pronto, tem uma produção violenta, trabalha à noite toda, o dia todo, 24 horas. É uma linha, um sistema de produção de grande quantidade, isso já existe, e se tivesse isso hoje aqui, tinha mercado para tudo isso (EMPRESÁRIO A-1, 2015).

Segundo esse mesmo empresário, há mais espaço no mercado para o seu produto e conseguinte crescimento de sua empresa. Mas, segundo ele próprio, é necessário superar as adversidades já mencionadas. Esse empresário vem constantemente ampliando o espaço fabril e adquirindo maquinaria, mas enfrentando dificuldades relativas aos juros praticados no país, algo que impede o maior crescimento dessa empresa. Não fosse isso, segundo ele, estaria empregando mais trabalhadores.

Foi por esse mesmo motivo que a Indústria Todeschini encerrou suas atividades. Segundo seu proprietário, a empresa investiu pesadamente na modernização do parque fabril, mas foram negados, por um banco público, os recursos para recomposição do capital de giro. Declara ele que

¹⁵²Segundo o SESI-SP (2005, p. 21), no Brasil, os primeiros pães surgiram em tempos coloniais, por volta do século XIX, substituindo o beiju de tapioca ou o pirão escaldado. A atividade panificadora deve sua expansão aos imigrantes italianos, desde a produção caseira até a industrialização, proliferando-se em todo o território nacional, fazendo do pão um dos alimentos da dieta básica do brasileiro.

o banco liberou recursos para a compra de equipamentos, mas na última hora bloqueou os destinados ao capital de giro. “Ficamos com o pincel na mão, sem poder movimentar os equipamentos adquiridos”, conta Roberto. “Nessa fase, passou-se a operar com financiamento bancário, onde os juros dificultaram a rentabilidade do negócio, sendo necessário buscar novas alternativas”, completa (ROBERTO ELOY TODESCHINI apud MANFREDINI, 2011 p. 39).

Além das dificuldades financeiras, a empresa Todeschini também relatou sobre a falta de formação de mão de obra capacitada frente à modernização do parque fabril, e que “depois de algumas tentativas de profissionalização, que não deram certo” (MANFREDINI, 2011 p. 39), tiveram de buscar alternativa diferente para sanar o problema. A empresa solicitou ajuda para isso junto de uma empresa importadora de máquinas para o segmento de massas e biscoitos.

Essas são dificuldades que muitas das grandes indústrias transnacionais não encontram quando por aqui resolvem instalar suas fábricas. Observam-se benesses para elas e dificuldades para empresas nacionais e centenárias, como é o caso dessa última. Nessa direção, assim como a escola gráfica que foi “transferida” do SENAI de Curitiba para a Imprensa Oficial do Estado, foi marcante, no mesmo período, a instalação de uma outra unidade do SENAI-PR, para o aprendizado profissional voltado ao setor de alimentos, dentro de uma indústria transnacional instalada na CIC (Cidade Industrial de Curitiba), mas com a paralela desativação das atividades de ensino nessa área dentro das próprias dependências daquela entidade.

5.2.2 A pequena indústria gráfica

De acordo com dados da Prefeitura de Curitiba¹⁵³, a indústria gráfica é responsável pela oferta de, aproximadamente, 870 empregos na cidade, mas ano a ano vem fechando postos face ao avanço tecnológico da maquinaria, os quais muitas pequenas indústrias gráficas não conseguem acompanhar. Em face a essa realidade, o setor vem desempregando mais trabalhadores do que criando novos postos de trabalho.

De acordo com o SESI-SP (2006),

¹⁵³ Agência Curitiba. Estabelecimentos do setor industrial em Curitiba – 2010. Disponível em <<http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/multimidia/PDF/00000361.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2013.

a Indústria Gráfica brasileira possui um parque muito diversificado e atende a todos os setores da economia, incluindo serviços públicos, financeiros, publicitários, editoriais, prestação de serviços e indústria de manufatura como um todo. Para atender a demandas tão diversificadas, aplica diferentes tecnologias nos processos de produção e presta serviços para os mais diversos campos. Este setor representa cerca de 1,0% do PIB nacional e 3,3% do PIB industrial, é responsável pela geração de mais de duzentos mil postos de trabalho diretos e, nos últimos quinze anos, investiu perto de US\$ 6 bilhões em máquinas, equipamentos e novas tecnologias (ABIGRAF, 2006). No Brasil, este segmento emprega 247.264 trabalhadores (RAIS Trabalhadores, 2004), em 15.616 empresas (RAIS Estabelecimentos, 2004) (SESI-SP, 2006, p. 23).

O comentado avanço tecnológico que ocorre na produção gráfica não é apenas expresso na tecnologia dos meios de produção via automação; ele também é notado em outras inovações dos materiais, dos acabamentos, etc. Nas palavras de ambos empresários entrevistados (Ga-1 e Gb-1), o setor gráfico se transforma cotidianamente e quem não consegue acompanhar tais evoluções fica, praticamente, fora do mercado.

Não que os demais setores tenham ficado para trás, mas na direção desses avanços, existe a necessidade da rápida adaptação ao mercado, já que para alguns tipos de serviços gráficos simples bastam um pequeno computador e uma pequena impressora a laser. Com esses recursos disponíveis, o provável cliente faz sozinho os seus impressos. Portanto, segundo os mesmos empresários, é necessário produzir material de maior qualidade por preço menor. Ainda em suas palavras, e nessa mesma direção, é um setor onde “qualquer curioso pode prestar serviços”, e, portanto, “é preciso oferecer mais por menos”.

Além da grande queda nos preços dos impressos, a indústria gráfica, e nesse caso especialmente as pequenas, foram obrigadas a modernizar a sua maquinaria e os processos de trabalho. Por isso, o setor necessita de forma acelerada melhorar seus produtos e reduzir os prazos de entregas, através da redução dos tempos de produção. Conseqüentemente, esse é um fenômeno que está eliminando as antigas profissões das “artes” gráficas, pois hoje muitos daqueles antigos trabalhos podem ser elaborados com ajuda de um simples computador, e a cada dia menos com as “mãos” e a “sensibilidade” do artista gráfico, apesar dessas habilidades ainda serem um diferencial para muitas pequenas indústrias extraírem melhores produtos de seus equipamentos. Também de acordo com os depoimentos dos empresários, assim como nas palavras de outros membros do sindicato patronal, o fenômeno da

introdução de maquinarias de últimas gerações está fazendo desaparecerem, e de forma acelerada, diversas e tradicionais indústrias curitubanas do setor.

O processo de produção gráfico, basicamente, está dividido nas etapas de preparação, impressão e acabamento, e em todas elas maquinarias digitais e automáticas estão passando a ser utilizadas, dispensando, gradativamente, o conhecimento artístico do impressor. Isso também permite a presença desses “curiosos” no mercado, já que os equipamentos digitais, por mais simples que sejam, incorporaram quase todas as técnicas e a arte dos profissionais impressores.

Como Marx (2012) já preconizara, mesmo estando ele baseado na observação de maquinarias de gerações anteriores, “o instrumento de trabalho, ao tomar a forma de máquina, logo se torna concorrente do próprio trabalhador. A auto-expansão do capital através da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói” (p. 491).

Contando com um universo diferenciado de, pelo menos, cinco tipos de máquinas, que vão do corte do papel, impressões, dobragem e acabamentos, a pequena indústria gráfica, com um número reduzido de pessoal pode fornecer razoáveis quantidades de produtos acabados. Apesar da demanda ter aumentado sensivelmente na região estudada, a automação ampliou mais ainda a capacidade instalada das empresas, acirrando a competitividade no segmento. Sobre isso relata o empresário entrevistado Ga-1 que sofreu “uma perda bem grande em 2012, e em 2013”, declarando ainda que o faturamento nos seis últimos meses foi pior que o mesmo período no ano anterior, ou seja, a empresa está atravessando um difícil momento econômico.

O Empresário Ga-1 também indica que os processos de impressão digitais permitem a entrada de pessoas com menor experiência prática. Fato determinante no panorama concorrencial, já que os tais “curiosos” entram de maneira informal no segmento, sem encontrarem muitas dificuldades. Esse empresário sugeriu ser este fato um dos principais a tornar a sua empresa menos viável, já que demonstra estreita visão para o futuro e uma forte tendência a desativar a empresa, pois o retorno financeiro, declara, é menor a cada mês.

Estou bastante preocupado, inclusive com a possibilidade de não dar continuidade na empresa, porque o mercado mudou bastante, está tendo muita gente, não está havendo um retorno financeiro pro investimento que a

gente fez. Estão tendo algumas regras que têm que serem seguidas¹⁵⁴; vai se tornar inviável, se por acaso vierem fazer essas regras¹⁵⁵ aqui comigo, vai se tornar inviável dar continuidade à empresa (EMPRESÁRIO Ga-1).

Apesar de atravessar o atual momento com melhor solidez econômica, o representante da segunda empresa, ou seja, o Empresário Gb-1, também identifica o período como ruim. Sobre isso declara assim:

eu acho que ainda estamos num momento ruim. Eu não vi momento bom pra gráfica ainda, eu não conheci, e os mais velhos dizem que o momento bom pra gráfica já se foi. Todos que a gente conhece das gráficas mais antigas dizem a mesma coisa. (...) O mercado qual trabalhamos hoje, offset, está em declínio, isso líquido e certo, né? Há vários anos nos Estados Unidos e na Europa se fecham milhares de gráficas. Eu percebi daqui que nos Estados Unidos, no ano passado, fecharam 400 gráficas. Até diminuiu a redução, mas deve ser por causa da melhora da economia americana, isso reduziu um pouco a queda né? Fechamentos de estabelecimentos, e no Brasil, vai acontecer a mesma coisa eu não tenho a menor dúvida, já começou. Em Curitiba no ano passado, em 2013, já fecharam duas gráficas grandes (EMPRESÁRIO Gb-1).

Esse é o ambiente no qual estão inseridas as indústrias gráficas de Curitiba, e do país, sendo ponto crucial as tomadas de decisões estratégicas que possam preservar os empregos. Isentar de alguns impostos e financiar máquinas com juros menores poderia ser uma, num conjunto de medidas a serem tomadas. Percebe-se com as conversas e entrevistas junto dessa classe que existe grande demanda de serviços para pequenas gráficas. No entanto, os custos fixos fabris, na presença dessas “novas” obrigações, elevam-se a patamares que inviabilizam a manutenção de uma indústria desse porte. Por outro lado, a grande gráfica não fará serviços menores, e para isso será a empresa informal quem absorverá tais encomendas. Esse é o caminho inverso para as pretensões governamentais. Junto com a informalidade, também, ficam desprotegidos os trabalhadores. Se por um lado as normas do MTE protegem a saúde e a vida, por outro lado, o próprio governo dificulta a subsistência

¹⁵⁴ O empresário, por força legal no campo da saúde e segurança do trabalho, está sendo obrigado a implantar uma máquina de acabamento, qual tem o preço muito alto, e o momento econômico ruim está dificultando essa aquisição.

¹⁵⁵ Refere-se esse micro empresário à NR-12. A Norma Regulamentadora número 12, do MTE, diz respeito à segurança em máquinas e equipamentos. A exigência ao seu cumprimento faz com que muitas máquinas, por questões de segurança, sejam retiradas dos parques fabris. Como, ainda, muitas gráficas não têm o capital necessário para substituições imediatas, assim como, em alguns casos específicos, serem esses novos equipamentos de origem do exterior, seus preços sobem consideravelmente, o que inviabiliza uma troca imediata por empresas de micro e até de pequeno porte. Nessa empresa visitada não há registros de acidentes graves, ou que tenham causado qualquer mutilação, provocados por máquinas em toda a sua história, o que também leva o empresário a questionar o, segundo ele, “extremo” nível de exigências dessa mesma norma.

dessas empresas e dos seus empregos. Nessa direção, o Trabalhador Ga-2 declara estar preocupado com o seu próprio futuro, e fala sobre isso:

eu fico um pouco preocupado porque eu acho que esse mercado está caindo bastante, tenho acompanhado outras empresas, e eu me informo sobre o assunto, e sei que o mercado gráfico não está numa boa fase não, ele está bem em decadência, está digitalizando muito o serviço, então essa parte assim está barateando o serviço, está barateando a mão de obra. Então eu acho que é um mercado que não tem futuro, eu tenho medo que venha a extinguir esse mercado, então eu acho que essa minha geração ainda pode conseguir se aposentar como gráfico, mas as próximas gerações eu acho que vai ser um que vai mudar totalmente, não vai ser o que é hoje em dia não (TRABALHADOR Ga-2).

Na outra empresa, os depoimentos do Trabalhador Gb-2 também apontam para a necessidade do seu aprendizado sobre o manuseio de equipamento de última geração adquirido pela empresa. Ele percebe a necessidade de tal aprendizado para a manutenção da sua empregabilidade. Apesar dele mesmo declarar também desconhecer sobre tal oferta na cidade.

Nós, recentemente adquirimos uma impressora flexográfica, e eu sei que há algumas outras por aí. Assim imagino, né? Eu sei que há, deduzo que haja algumas diferenças em relação ao processo offset. Pra saber é fechamento de arquivo pra clichê, a clicheria mesmo é uma coisa que eu sei que é comparativa ao CTP¹⁵⁶, mas são outras tecnologias. Então isso é uma coisa assim que quando eu fiquei sabendo que depois vinha essa máquina, eu pensei: poxa, tá aí um negócio que eu gostaria de ver, porque eu também já vislumbrei financeiramente um crescimento em relação a isso, eu sei que é uma coisa que tá, não é nova, mas é uma coisa que tá mais popular, então essa popularização acaba abrindo vagas no mercado que você pode, desde que tenha a devida qualificação, suprir essa lacuna, né? (...) Esse curso ele existe, eu sei que ele existe em São Paulo, em Santa Catarina, mas aqui olha... Mas, no fundo, eu acredito que deva ter algum em Curitiba, sim. Mas assim, são coisas que enquanto não houver uma necessidade urgente, tipo: “puxa, preciso de alguém pra fazer isso, e não tem outra pessoa, e vai ter que ser. Cara vai ali fazer o curso, ou Zé, vai ali fazer você”. Então assim, a hora que a água tiver “batendo na agulha”, eu acho que a gente vai, se for, assim, disponibilizado esse curso pra gente (TRABALHADOR Gb-2).

O Trabalhador Gb-3 assim declara sobre o aprendizado para a operacionalização dessa maquinaria mais moderna:

¹⁵⁶ *Computer to plate*. De acordo com a Prima Stampa, “CTP é um processo computadorizado de gravação das chapas usadas na impressão offset. A chapa é gravada através de laser, que é controlado por um computador, de forma similar às impressoras laser. Isto permite que a chapa seja gerada diretamente de um arquivo digital, sem a necessidade da produção de um fotolito intermediário”. Disponível em: <<http://www.primastampa.com.br/artigo/o-que-e-ctp>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

Tem muita coisa pra aprender. A indústria gráfica vai evoluindo cada vez mais, que nem agora já tá bem aí a “flexo”, que é onde estamos nos interessando lá em baixo. A “flexo” faz os rótulos aqui, e já não é mais a offset, né? É um outro tipo de impressão, um outro processo, e eu já tô aprendendo lá também, pra ver como é que funciona e tal (TRABALHADOR Gb-3).

O fenômeno concorrencial e o desenvolvimento tecnológico são fatores que alteram cotidianamente a vida das indústrias gráficas, e como se pôde observar a de seus colaboradores. Isso pode estar diretamente vinculado à própria sobrevivência da atividade. Inicialmente, percebe-se que as dificuldades de acesso ao crédito para a aquisição de maquinaria, por parte das pequenas, é um fator determinante em suas sobrevivências.

Mas ainda nessa direção, outras perguntas surgem, como: quanto estaria interessado um jovem em aprender as profissões das “artes gráficas” no atual momento? O quanto o desinteresse em formar novos profissionais pode ser uma realidade, frente às constatações desses empresários e seus colaboradores sobre o futuro do setor? O que pode levar a uma questão derradeira, ou seja, “qual será o futuro do setor industrial gráfico”? Isso tudo altera o panorama e o ângulo das análises sobre as questões relativas à qualificação profissional e ao desenvolvimento dessas indústrias. Passando, então, a se acreditar que as ações que poderiam ter sido realizadas para fortalecer tecnologicamente as pequenas empresas, no que tange essas qualificações, objetivando que elas atravessassem o atual momento com maiores forças competitivas, não se pode mais fazer. O futuro, que agora é presente, já delineou a realidade do setor.

Fato é que essa constante entrada de maquinaria autônoma, ao mesmo tempo que vai liberando o trabalhador, obriga-o a operar em diversas máquinas simultaneamente. O caso da primeira gráfica investigada é exatamente esse, pois num universo de cinco processos distintos, e com cerca de seis máquinas, os operadores desenvolvem todas as tarefas da produção, se revezando dentro de uma racionalidade projetada por eles próprios. Os trabalhadores Ga-2 e Ga-3 declararam ser capazes de executarem “todas” as operações pertinentes ao processo produtivo; ou seja, desde a separação e seleção dos materiais até à embalagem dos mesmos, um único operador é capaz de realizar tudo. Essas afirmações tiveram o endosso nas declarações do próprio Empresário Ga-1 que diz “aqui, excluindo o design, nos três fazemos tudo”. Fato curioso é que esse empresário (Ga-1) sabe operar em todas as máquinas e sabe realizar também todas as operações do processo, inclusive algumas

manutenções básicas. Isso também foi verificado com o empresário do setor de alimentos (A-1). É ele quem faz as receitas dos alimentos, opera, ensina os trabalhos e operações nas máquinas, além de fazer a maioria das suas manutenções. Normalmente, esse fenômeno ocorre quando a parada de um equipamento pode ser vital à empresa.

5.2.3 A pequena indústria moveleira

Segundo Santi (2013, p. 22), "a fabricação do mobiliário hoje, em todas as regiões do Brasil, oscila entre métodos artesanais e industriais de produção", predominando a pequena indústria. Segundo ela "um número reduzido de empresas possui tecnologia de ponta, propiciada por máquinas automatizadas, o que permitiria um alto índice de produtividade". É também um ambiente em que se confirma o caso comum, que é a forma de funcionamento das micro e pequenas empresas, geralmente caracterizadas "por um funcionamento empírico, sem método organizacional de produção e utilização da mão de obra, o que leva a um desperdício de matéria-prima, encarecendo o produto sem beneficiar a qualidade" (p. 23).

Não diferente a tudo isso, as pequenas indústrias de móveis visitadas são empresas que, de certa forma, têm seus nichos de mercado, e sofrem muito mais com os problemas da economia interna do país do que com os ataques dos importados. O Empresário M-1 assim se expressa sobre esse ataque dos importados:

Eu acho que o mercado brasileiro é um mercado não maduro, consumidores não maduros, com uma sensibilidade muito grande aos importados. Os importados deram um impacto na vida dos moveleiros que é uma coisa impressionante, mesmo daqueles que não concorrem com os importados. Isso é uma coisa muito importante para ser dita, por exemplo, o Walmart, sendo a maior rede de lojas do planeta, todos os móveis que eles vendem são chineses, ou vietnamitas ou feitos em Bangladesh, enfim, dessa região (EMPRESÁRIO M-1).

Essa mesma empresa onde foram tomadas as entrevistas conta com parque de máquinas com as mesmas características apontadas por Santi (2013, p. 25), ou seja, enquadra-se na característica das "médias e pequenas empresas que possuem algum grau de modernização".

Seu empresário, frente à realidade da falta de profissionais, indica que é muito necessária a aquisição de máquinas de última geração para a própria sobrevivência das indústrias do segmento. Diz ele que

nesse momento é muito importante sanear as empresas e limpar o processo, estabelecer um clima que para nós, e eu estou muito distante disso, é um sonho, e automatizar profundamente a empresa, precisa automatizar principalmente o processo de fabricação, mas pensando em produção (EMPRESÁRIO M-1).

Não só na indústria de móveis, implementar maquinaria de última geração favorece o processo produtivo quanto à economia de tempo e à redução de desperdícios. Mas, apesar desses argumentos, a pequena indústria ainda encontra dificuldades para tal, não sendo, muitas vezes, viável essa implementação. E “como o processo não é contínuo, a modernização, muitas vezes, pode ocorrer apenas em determinadas etapas da produção. Em algumas fábricas, portanto, é possível que máquinas modernas coexistam com máquinas obsoletas” (GORINI, 2000, p. 14).

A pequena indústria não consegue entrar na guerra de preços das produções altamente estandardizadas, necessitando manter elementos exclusivos no design, e às vezes artesanais, que possam criar valores, no sentido de se diferenciarem das grandes empresas. Gorini (2000) aponta que

a introdução de novos equipamentos automatizados com base na microeletrônica e de novas técnicas de gestão empresariais concorrem para o incremento da produtividade na indústria de móveis e para a flexibilização dos processos de produção, ou seja, obtenção de muitos tipos de produtos de uma mesma linha de produção, os quais passaram a ser produzidos em maiores escalas, perdendo o seu caráter artesanal (p. 16).

No entanto, é preciso perceber que essa é uma “mobilidade” relativa, já que a produção em maior escala retira da produção os detalhes que podem agregar valor por seu diferencial à maioria produzida em larga escala. Nesse processo o marceneiro experiente é peça fundamental na pequena indústria de móveis.

Porém, dentro dessa realidade desenhada por empresários e especialistas, ou seja, da premente necessidade de modernização da maquinaria e dos perigos da concorrência internacional, o trabalhador sente ter seu emprego em risco, além de enxergar como perigosa a importação do mobiliário oriundo da Ásia. Sobre isso o Trabalhador M-3 assim declara:

com esse negócio dos chineses que sempre está pegando mais serviço, e o daqui não se valoriza. E eu não sei não o que vai dar isso. Eu acho que tem que acreditar que a turma vai crescer, vai deixar o serviço de lá e pegar o serviço da gente e valorizar, porque senão, não vai! É, que nem aqui tem, digamos, você vai ali na outra cidade e daí compra lá aquele contêiner cheio e baratinho, então vai competir de que jeito, né? Então, tem que dobrar muito para poder vender, é complicado o negócio (TRABALHADOR M-3).

Além de todas as dificuldades, pequenas empresas e trabalhadores vivem sob o estresse das incertezas, diante de um mercado incerto para as indústrias locais. Um dos fatos que também marcaram o momento de elaboração desse trabalho foi o encerramento das atividades, no mês de junho de 2015, da Flexiv Móveis para Escritórios. Esta era uma das mais importantes movelarias de Curitiba, famosa empresa especializada na linha de móveis para escritórios, um dos segmentos mais atacados pela concorrência oriental, conforme já apontara o Empresário M-1. Em matéria publicada¹⁵⁷, lê-se o seguinte:

A paranaense Flexiv, uma das principais marcas de mobiliário para escritórios do país, acaba de encerrar, sem alarde, suas atividades. A empresa, fundada há 30 anos pelo arquiteto e designer Ronaldo Duschenes, mantinha uma fábrica e um estúdio de design em Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, e dois showrooms, um no bairro Bom Retiro e outro em São Paulo, na Alameda Gabriel Monteiro da Silva. Tinha 110 funcionários.

Durante a elaboração desse documento, enquanto o Governo Federal oferecia isenções de impostos às montadoras de veículos e às empresas da chamada “linha branca”, importantes indústrias curitibanas desses quatro segmentos foram fechadas. A indústria Todeschini de alimentos, em 2013, e a Flexiv de móveis, em 2015, foram os casos mais emblemáticos.

5.2.4 A pequena indústria do vestuário

De acordo com os Diagnósticos (1995 e 2000) e Análise (2000), a pequena indústria do vestuário se caracteriza por unidades de produção com maquinaria especializada¹⁵⁸, mas que, apesar disso, acabam por ter grande diversidade na linha

¹⁵⁷ Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/reinaldo-bessa/flexiv-fecha-as-portas-1-2fo69vj4mn4vi0bs567sm57k5>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

¹⁵⁸ Por exemplo, especialização na costura de tecidos de brim e similares, como o jeans, o canvas, e outros. Com

de seus produtos. Essa diversificação pode ser acarretada pela concorrência e pela necessidade da busca por maior liquidez, através de vendas mais imediatas. “A constante busca por uma adaptação incessante ao mercado faz com que essas empresas, originárias comumente de estrutura familiar, deparem-se com situações de competição para qual não foram preparadas” (ANÁLISE, 2000, p. 303).

Ainda segundo os mesmos estudos, essas pequenas indústrias têm, em média, 22 trabalhadores na área produtiva, e mais alguns outros nas diversas áreas não fabris.

De acordo com documento do SESI-SP (2003),

a indústria do vestuário constitui-se principalmente de micro, pequenas e médias empresas com diversidade de escalas produtivas e grande heterogeneidade das unidades fabris. Localizam-se em galpões estruturados ou instaladas em prédios comerciais e/ou residenciais. As máquinas e equipamentos utilizados variam desde modelos mais simples até tecnologias mais avançadas, que permitem economia de tecido e maior rapidez nas etapas de criação, especificação técnica das peças e modelagem. As principais matérias-primas utilizadas são tecidos e linhas com fibras vegetais, animais e sintéticas. Também são utilizados acessórios como botões, zíperes e apliques de plástico, madeira e metal. As indústrias estão organizadas em setores como modelagem, corte, costura, acabamento, passadoria e expedição. Em menor escala encontram-se empresas com o setor de lavanderia e estampa (*silk-screen*). É comum a terceirização de algumas partes dos processos produtivos, dependendo da sazonalidade e das tendências da moda. A principal mão de obra é composta pelo sexo feminino devido principalmente a necessidade da precisão e delicadeza nas atividades. Entre as várias funções existentes pode ocorrer rotatividade nas tarefas devido ao ritmo de produção e sazonalidade, havendo a necessidade de treinamento adequado (p. 18).

Os mesmos Diagnósticos (1995 e 2000) e Análise (2000) também apontam que essas pequenas empresas costumam ter dificuldades para a aquisição de equipamentos de últimas gerações, geralmente possuindo algumas máquinas de costura reta (ponto classe 301) com o controle numérico computadorizado, sem, no entanto, extraírem o máximo desses equipamentos. Atualmente, e por uma necessidade de aumento da produtividade, algumas adquiriram máquinas CAD para auxiliarem no design, e outras, quando têm maior poder financeiro, já possuem o CAM para o corte dos tecidos. No entanto, são empresas com diversas outras dificuldades, vivendo muito à mercê da economia interna, e de uma possível reabertura mais ampla do mercado aos importados da Ásia, o que seria fatal para a maioria.

esses tecidos elaboram calças, bermudas, jaquetas, e afins. Outro exemplo podem ser os produtores de peças em tecidos de malha, como camisetas, agasalhos, blusas, etc.

Sob as proteções alfandegárias, algumas seguem sem maiores tensões quanto a essa concorrência. O segmento da fabricação de bolsas e afins, por exemplo, com um mercado mais comprador, não se incomoda tanto com a concorrência interna, já que existem compradores suficientes, apesar da entrada dos produtos asiáticos, que sofrem as restrições alfandegárias. Essas “proteções”, por hora, estão salvaguardando o setor como um todo. Sem o *dumping*, e os impostos “ajustados” à nossa realidade produtiva, os nacionais podem concorrer mais igualmente com os da Ásia. Além dessa preocupação, os empresários, de, um modo geral, mostram-se atentos com a questão de um sempre possível retorno do processo inflacionário. O empresário do setor de bolsas (Va-1) também declara ter existido uma retração nas vendas nos quatro últimos anos, fato que o deixa mais preocupado, apesar de, conforme afirma, já ter atravessado momentos muito piores.

Quanto com a modernização do parque fabril, e frente à menor concorrência, situação diferente do setor gráfico, verifica-se não existir a mesma pressa nessa direção. Ainda assim, nessa empresa de bolsas são notados equipamentos de controle computadorizado, dentre os quais se destaca o sistema de corte automatizado (CAM¹⁵⁹), e um razoável número de máquinas de costura controladas com ajuda do controle numérico computadorizado (CNC). Não foram notadas máquinas de costura que desenvolvem trabalhos cem por cento autônomos, apesar da presença dessas máquinas CNC, todas elas ainda requerem o trabalho e a destreza do costureiro em maior ou menor grau. São as chamadas máquinas de penúltima geração.

A indústria da moda caminha em sentido totalmente oposto à estandardização, com a produção de muitos produtos diferentes e de pequenos volumes de cada um desses modelos. Também por isso, as máquinas de última geração (Figura 18), ou seja, aquelas que não dependem da destreza manual do operador são muito menos absorvidas por esse segmento industrial em Curitiba. O design, seguindo essa tendência das constantes diferenciações do produto, de certa maneira protege as indústrias brasileiras do segmento, pois é muito mais fácil para elas contarem com a força do trabalhador especializado, do que com maquinarias de última geração, já que chegam ao país por preços que a pequena empresa não consegue absorver.

¹⁵⁹ *Computer-Aided Manufacturing.*



Figura 18: Máquina de costura automática computadorizada para bolsos embutidos
Fonte: Mamute Máquinas de Costura¹⁶⁰

Essas máquinas acabam se tornando inviáveis economicamente, pela incerteza que os empresários têm quanto à sua utilização perene. Portanto, “há o risco de se adquirir um equipamento especializado e não haver como aproveitá-lo integralmente e, conseqüentemente, não ter como pagá-lo ou mantê-lo funcionando” (ANÁLISE, 2000, p. 302). Na palavra de um empresário do vestuário “não compensa adquirir um equipamento que custa 60 mil ou mais e logo deixa-lo encostado”.

No que diz respeito aos paradigmas de processos produtivos, a grande variação no design dos produtos, além dessa automação restrita, dificulta a adoção do MJPI, naquilo que se refere à montagem das células de produção, pois o operador, que ainda necessita de destreza, fica limitado a um conjunto menor e constantemente novo de operações.

¹⁶⁰ Disponível em: < <http://www.mamutemaquinas.com.br/site/produto/404-maquina-de-costura-industrial-bolso-embutido.html>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

A segunda empresa entrevistada é uma dentre essas. Seu proprietário, o Empresário Vb-1, confirma a mesma tendência, dizendo ser o caminho da alta variação de modelos de produtos uma estratégia para sobreviverem.

5.3 CARACTERÍSTICAS DOS PROFISSIONAIS E SUAS CONTRATAÇÕES

Os trabalhadores operacionais que atuam nas micro e pequenas empresas analisadas têm características comuns. A primeira é que todos são egressos de educação fundamental e média da rede pública e raros aqueles que acessaram o curso superior. Dentre os 17 entrevistados, apenas um cursou esse nível de formação. São trabalhadores oriundos das classes economicamente menos favorecidas, filhos de outros operários do campo ou da cidade. A característica mais comum é que “todos” eles aprenderam suas profissões no próprio trabalho. Os mais jovens entrevistados desfrutaram do primeiro emprego e, paralelamente, estão também aprendendo suas primeiras profissões.

Apesar do maior grupo ser composto por mulheres, os homens recebem os melhores salários. Isso foi verificado nas quatro indústrias pesquisadas, com destaque para a gráfica, onde um impressor chega a receber o dobro do salário dos demais trabalhadores dos outros setores. Nesse grupo de empresas se destacam, por terem salários um pouco maiores, os marceneiros artífices e os cortadores da confecção do vestuário, que também são cargos ocupados por homens.

Outra questão diz respeito à longevidade da carreira desses profissionais, limitadas tanto nas questões técnicas, quanto nas questões salariais, ou seja, para que haja melhoras significativas precisam acessar empresas maiores, onde é possível acessar cargos de chefia, ou buscarem novas carreiras, o que se torna em tarefa mais difícil.

5.3.1 O trabalhador da indústria de alimentos

A maior característica do segmento é a intensa absorção do trabalho feminino. Todos os levantamentos de dados indicam que a mulher sempre foi quem mais atuou

nesse tipo de produção. Desde as pioneiras Todeschini, Lucinda e Glória, é o trabalho das mulheres o mais presente na indústria alimentícia.

A pesquisa também indica que essas mulheres são ainda jovens, e dentre boa parte delas, a fábrica de alimentos é o primeiro emprego. Constata-se, independente de suas idades, que elas têm uma escolaridade que não ultrapassa o ensino médio, tendo sido egressas de escolas públicas.

As profissões de nível básico pertencentes à industrialização de alimentos e segundo a CBO, estão agrupadas com os códigos 8414, que são os “trabalhadores na fabricação e conservação de alimentos”; 8418, que são os “operadores de equipamentos na fabricação de pães, massas alimentícias, doces, chocolates e achocolatados”; podendo ainda ser aproveitados os profissionais classificados com o código 8483, que são os “padeiros, confeitadores e afins”. Os trabalhadores entrevistados dessa indústria ocupam cargos que estão classificados junto ao grupo 8418, sendo alguns deles auxiliares de panificação.

A empresa contratou todos os seus funcionários sem quaisquer experiências anteriores no setor de alimentos, nem exigiram que possuíssem quaisquer cursos nessa linha de profissionalização. Eles iniciam como auxiliares e seguem aprendendo cada tarefa que lhes são delegadas. É a sócia proprietária quem divide as tarefas da produção, sendo ela e o seu sócio quem também ensinam os trabalhos. Segundo o Empresário A-1 é grande a dificuldade para a contratação de pessoal com prática. Assim declara ele:

Ah! Tem muita dificuldade, na verdade a gente, inclusive, já foi até o SINE¹⁶¹ pra dizer: “olha, precisamos que seja pelo menos um meio oficial padeiro”, que é uma pessoa mais que está, vamos dizer, familiarizado com a parte de massas, e eles não vem. Os que vêm aqui são somente pessoas que lamentavelmente querem trabalhar, mas não tem nenhuma qualificação (EMPRESÁRIO A-1).

A partir dessas dificuldades, o empresário contrata profissionais com pouca ou nenhuma experiência, e sobre isso ainda explica:

Bom, vendo as necessidades, nós então fazemos a entrevista pra ver qual o grau, pelo menos, de formação que ela tem, né? O porte físico, no caso dos homens. O porte físico, das mulheres também, e que pelo menos na avaliação, na conversa que a gente tem, qual o tipo de trabalho que ela já desempenhou né? Qual é o perfil, vamos dizer, dessa pessoa, tá! Se é

¹⁶¹ SINE – Sistema Nacional de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

desenvolta, se é também aquela pessoa mais pacata, mais calma. Se você vê que ela é uma pessoa que tá atenta, tá com as “antenas bem ligadas” pra tudo o quê precisa. Porque uma pessoa que pra gente não serve, é exatamente aquela que fica ali pra conversar, não dá! Como é uma produção, ela tem que estar atenta à produção. A produção que precisa ser feita, né? Então os critérios do passado, se ela teve algum problema no passado, se ela teve, vamos dizer assim, qual foi a razão principal, porque saiu do outro trabalho, né? E o interessante é que a gente notou assim, o seguinte, que existem rapazes ou moças que são mais fáceis de você lidar com eles, porque é aquela sistemática do primeiro emprego né? O primeiro emprego é bom pra eles, porque como a gente exige, vamos dizer, velocidade, atenção, aprimoramento no trabalho, então são qualidades que tem que se desenvolver, e que se a gente colocar assim como primeiro emprego, nós estamos formatando, não só para agora; mas esse mesmo funcionário um dia que sai daqui da empresa, como já saíram vários tantos, **eles vão encontrar outro trabalho, mas vão seguir a mesma sistemática, a gente vai preparar a pessoa que vai estar sendo rápida, eficiente, cuidadosa, tá?** Em todos os sentidos e principalmente insistente, e perseverante para fazer as coisas. Se não consegue? “Não! Eu vou conseguir!” Vai trabalhar, vai labutar pra poder conseguir e vai chegar lá (EMPRESÁRIO A-1, grifo meu).

O empresário enfatiza a questão da “formatação” da pessoa à sistemática fabril. Remetendo à mesma crítica de Foucault (1999), sobre a domesticação dos corpos, até a chegada de um modelo humano adequado, ou pertinente, ao sistema. O que se pode concluir que a falta de escolas profissionais, conjuntamente com a falta do ensino de humanidades possibilita, repercutindo também em palavras, as ações dessa natureza.

5.3.2 O trabalhador da indústria gráfica

São três os grupos das profissões de nível básico da indústria gráfica segundo a CBO¹⁶², o grupo 7661 dos trabalhadores da pré-impressão, o grupo 7662 que são os trabalhadores da impressão em si, e o grupo 7663 dos trabalhadores do acabamento. Como a grande maioria das indústrias do segmento, a empresa investigada já não trabalha mais baseada em alguns processos gráficos como a litografia e a tipografia, por exemplo, que são ainda previstos nesta última CBO.

As empresas visitadas são relativamente modernizadas e utilizam processos digitais de impressão plana e também offset plana. Seus impressores têm condições

¹⁶² Vide a Classificação Brasileira de Ocupações, páginas 313 a 320.

de realizarem, também, todas as operações de acabamento previstas nas profissões do grupo 7663, que nesse caso seriam a de Acabador de embalagem (7663-05), Impressor de corte e vinco (7663-10), Operador de acabamento (7663-15), Operador de guilhotina (7663-20), e o Preparador de matrizes de corte e vinco (7663-25). Os trabalhos previstos na pré-impressão são normalmente resumidos na única atividade que é da Edição de texto e imagem, trabalho catalogado na CBO com o código 7663-20, sendo realizado em uma das empresas pelo proprietário, e na segunda por trabalhador da área da computação gráfica, que nesse caso também conhece os processos de impressão.

São vários os motivos que fazem mudar a rotina de um impressor na pequena indústria, forçando-o acumular outras funções e trabalhos, inclusive relativos de outras ocupações. Na realidade, são as contingências do mercado que obrigam a pequena indústria gráfica forçar essa polivalência do trabalhador, assim como, a defesa do próprio emprego que o faz agir assim. Sobre isso Ga-2 explicita:

sim, aqui a gente tem que fazer um pouco de tudo sabe, não pode ficar parado, não tem empregos, o serviço não tem, só pra minha função então? Às vezes falta serviço pra minha função, eu tenho que partir pra outra, pra ajudar o serviço andando, eu faço a outra máquina, eu faço a guilhotina, às vezes faço um acabamento, às vezes ajudo o outro impressor em alguma coisa. Então, não tem porque ficar parado né, e sendo que tem serviço em outras áreas (TRABALHADOR Ga-2).

Com relação ao conjunto de seus conhecimentos técnicos operacionais, esse mesmo trabalhador conclui:

Ah eu? Parte de acabamento, assim, a maioria dos equipamentos, grampeadeira, parte de acabamento final né, grampeadeira, dobradeira, a guilhotina, corte de papel eu faço, furadeira, picotadeira, eu mecho bastante, já trabalhei muito com essa parte de acabamento, e como cortador só operador de guilhotina eu trabalhei alguns anos já em gráfica que eu era só o operador de guilhotina, daí, mas a maior parte foi como impressor mesmo, em offset, impressor offset, vem com uma cor, ou duas cores, formato grande, formato pequeno, eu já passei bastante nessas máquinas de offset (TRABALHADOR Ga-2).

Sobre essa mesma situação, o outro trabalhador da mesma empresa, sobre o seu dia-a-dia, relata que:

Bom, a gente chega e já vai ver se tem alguma ordem pronta né, pra começar o trabalho. Aí, e conforme tem o trabalho, a gente vai destrinchando. Corta papel, imprime, numera, faz acabamento, vai um bom tempo, eu almoço aqui,

trago comida de casa, então eu fico o dia todo aqui na empresa. Tanto eu como o Fulano – nesse caso o trabalhador G-2 – a gente desempenha várias funções aqui na empresa. Sabe? A gente não é só impressor daquela máquina, nós trabalhamos com todas, tanto eu quanto ele se vira bem aqui dentro (TRABALHADOR Ga-3).

Essa realidade foi verificada também na segunda empresa. Nela um dos impressores declara o seguinte:

só quando não tem o que fazer na máquina. Quando não tem nada na parte de impressão, mas também vou fazendo uma limpeza da máquina, e aí quando não, já com a máquina limpa, certo, aí faço o acabamento, né? É aí quando ajudo no acabamento. Se não necessitar no acabamento, eu vou lá aprender na maquina da Flex (TRABALHADOR Gb-4).

Sobre o processo de contratação, o Empresário Ga-1 relata não existirem critérios preestabelecidos para isso, exceto que o candidato à vaga precisa, de fato, conhecer o trabalho a ser desenvolvido. Ele informa que contratou ambos os impressores que permaneceram na empresa justamente por conhecerem, e provarem que sabiam trabalhar com as máquinas de impressão. Declara, ainda, que um deles tem formação superior e o outro ainda não concluiu o ensino fundamental, e que, por conta disso, percebe grandes diferenças comportamentais em favor do primeiro. Porém, o fator mais relevante é a declaração de que é muito raro encontrar pessoal qualificado, sendo mais raro, ainda, encontrar qualquer egresso de escolas profissionais. Explica ser esse fato comum, sendo notado tanto por parte de sua empresa quanto por outras. Diz ele ter “contato com outra empresa do mesmo ramo aqui, que estava com uma dificuldade muito grande de achar pessoas para trabalhar na parte da pré-impressão. Na maioria das vezes por faltar um pouquinho de conhecimento” (EMPRESÁRIO Ga-1). Na realidade ele se refere ao conhecimento técnico para o trabalho. Ele ainda afirma que “jamais” algum egresso de escola profissional procurou emprego em sua indústria, e que esse fato se repete nessas mesmas empresas com as quais tem relação. Outro fato muito relevante diz respeito ao alto *turn over* já enfrentado pela empresa no passado. Diz ele que

esse pessoal tem muita rotatividade (...) é que da minha empresa é complicado eu falar porque é uma empresa com poucos funcionários, e faz algum tempo já que eu estou com uma equipe formada, só que a gente vê por fora, que é assim que acontece” (EMPRESÁRIO Ga-1).

A segunda empresa gráfica, por ter porte maior, encontra dificuldades mais específicas em relação aos processos de impressão. Declara seu empresário que

para alguns setores, temos muita dificuldade. Então, pra eu contratar hoje uma pessoa qualificada para trabalhar num determinado equipamento, tem muita dificuldade. Já tentei algumas vezes e você vê que a pessoa, realmente, tem muita deficiência. Agora, para outros, tem muita facilidade. Tem muita gente no mercado (EMPRESÁRIO Gb-1).

As dificuldades dizem respeito, exatamente, à oferta de impressores, por outro lado os empregos mais facilmente preenchidos são relativos àquelas funções que necessitam menor qualificação sendo possível treinar com maior rapidez, como é o caso das preparações e dos acabamentos.

5.3.3 O trabalhador da indústria moveleira

De acordo com a CBO os grupos de profissionais de níveis básicos do setor fabril moveleiro estão distribuídos no grupo dos códigos 7711 de “marceneiros e afins”, nos de códigos 7733, que são os “operadores de usinagem convencional de madeira”, os de código 7735, que são os “operadores de máquinas de usinagem de madeira CNC”, e aqueles com os códigos 7751, que são os “trabalhadores de arte e do acabamento em madeira do mobiliário”.

A pequena indústria do mobiliário, muitas vezes, ainda mistura operações fabris convencionais com os trabalhos mais artesanais da marcenaria, no sentido de agregarem maior valor aos produtos, assim como, por não conseguirem ter acesso as máquinas totalmente automatizadas, ou de última geração. Nesse processo os trabalhadores do grupo 7751, de arte e acabamento, ainda encontram espaço para aplicarem as suas técnicas.

Foi observado, nesse caso, que a polivalência dos trabalhadores é limitada. Na empresa visitada, constata-se um número significativo de mulheres na produção, sendo que aos homens são reservados os trabalhos mais pesados e perigosos. Esse é o fator que mais limita a atuação polifuncional das trabalhadoras dessa empresa, e os homens, nesse caso, são aqueles que podem transitar em todas as áreas de fabricação. Apesar disso, não foram notadas vantagens salariais por parte de um dos

entrevistados, que, diferente das outras, declara ser “marceneiro”, enquanto que elas se dizem “operadoras de máquinas”. Independentemente do cargo que consta em sua carteira de trabalho, é provável que esse profissional se sinta um operador mais completo, e não só por sua experiência anterior, mas por, justamente, conhecer, transitar, e poder operar em todos os processos fabris daquela fábrica, o que não acontece com as mulheres.

Através de informações de outro empresário do setor, e do próprio entrevistado, foi possível identificar que um marceneiro pode ter remuneração diferenciada, dependendo de seus conhecimentos e habilidades técnicas. De acordo com a convenção coletiva dessa classe para a remuneração dos salários, que é estabelecida pelos valores das horas de trabalho, vigentes entre 01 de maio de 2014 a 30 de abril de 2015, ficou estabelecido que:

Piso maio de 2013	Piso salarial maio de 2014	por hora	Percentual de reajuste em relação a maio de 2013
4,32	Auxiliar de produção	4,64	7,4074%
4,63	Meio profissional ou profissional nível i	4,98	7,5594%
5,05	Profissional ou profissional nível ii	5,44	7,7228%
5,90	Encarregado / supervisor	6,35	7,6271%

Quadro 11: Remuneração 2014/15 dos trabalhadores do setor da madeira e mobiliário

Fonte: Fetraconspar¹⁶³

Na mesma empresa onde foram realizadas as entrevistas, de acordo com as respostas, verifica-se que a rotina de trabalho é bastante semelhante para todos. O planejamento dos processos limita as áreas de atuações dos operadores, que, independentemente das habilidades ou mesmo do sexo, transitam normalmente em dois ou três postos de trabalho.

Sobre o alcance de suas atuações, a Trabalhadora M-2, por exemplo, assim declarou: “eu opero a fresadora copiadora, na tupia superior e na furadeira múltipla”. (Figuras 19, 20 e 21).

¹⁶³ Disponível em: <http://fetraconspar.org.br/CCTS/2014/tab_mad_01.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2015.



Figura 19: Fresa copiadora semi-automática

Fonte: Allbiz¹⁶⁴



Figura 20: Tupia superior manual

Fonte: Sevemaq¹⁶⁵

¹⁶⁴Disponível em: <<http://riogrande-dosul.all.biz/fresadora-copiadora-semi-automtica-sider-1300-g94299#.VdFthvIViko>>. Acesso em 15 jun. 2015.

¹⁶⁵Disponível em: <<http://www.sevemaq.com.br/produtos/9-17-183/TUPIA+SUPERIOR+RU-60++INVICTA+>>>. Acesso em: 15 jun. 2015.



Figura 21: Furadeira múltipla

Fonte: Sevemaq¹⁶⁶

O Empresário M-1, sobre os processos de contratação, declara ser grande a dificuldade para contratar, pois, segundo ele:

não existem profissionais habilitados, isso é um fenômeno que acho que tem muitos motivos. Não é uma causa só. Uma é que existem poucos cursos, outra é que a legislação não exige habilitação, isso desestimula que as pessoas façam cursos. Também um fenômeno que é muito próprio da indústria moveleira, com o advento das revendas de chapas, trabalhadores se tornaram prestadores de serviços. É muito comum funcionários, razoavelmente preparados, pararem de trabalhar na empresa e passarem a prestar serviços usando essas estruturas das lojas como suas fábricas. Então, eles não precisam fazer investimentos em equipamentos, barracão e treinamento de equipe, basta ter uma caixa de ferramentas, mandam cortar e laminar bordas nesses lugares e executam o trabalho. Então, não só são novos concorrentes de baixo custo que entram no mercado para concorrer com a indústria moveleira, mas também nos faz perder funcionários (EMPRESÁRIO M-1).

Assim o empresário ainda explicita sobre o custo de se preparar um trabalhador e, em curto prazo, após esse aprendizado o profissional pede demissão e vai tentar empreender da forma como aponta. Frente à falta de profissionais qualificados disponíveis, e sobre critérios para a contratação de trabalhadores, ele declara ainda que:

¹⁶⁶ Disponível em: <<http://www.sevemaq.com.br/produtos/4-19-440/FURADEIRA+MULTIPLA+METRISA>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

os critérios foram mudando. Primeiro, um dos critérios foi preferir por contratar pessoas locais, especialmente pela qualidade de vida que você pode proporcionar para as pessoas. Porque têm vários funcionários que vão almoçar em casa, que veem os filhos na hora do almoço, então isso é uma coisa extraordinária. Então, os poucos dentre os nossos funcionários que pegam ônibus percorrem trajetos curtos. (...) Tínhamos um critério há alguns anos atrás, de só contratar pessoas com no mínimo ensino médio, e com o aquecimento da economia dos últimos anos, isso simplesmente foi impossível. O ensino médio como condição para contratação praticamente elimina todos. Tem pouca gente com ensino médio disposta a trabalhar no setor moveleiro. Nós temos algumas experiências com pessoas que vêm de indústrias, elas são valorizadas mesmo que não sejam da área moveleira. Por exemplo, uma pessoa que já trabalhou na produção tem mais chance de se dar bem trabalhando com a gente do que alguém de escritório. Uma pessoa que está acostumada com o trabalho manual, por exemplo, as pessoas que falam bem vão ter uma capacidade de trabalhar em equipe, então a questão da comunicação também é fundamental. Temos um pequeno teste de aritmética no ato de entrevista, que também é bastante considerando, pois temos um pouco de matemática em tudo que fazemos. Então, as pessoas que não tiverem essa facilidade, não tem como ler um projeto. Enfim, são vários aspectos. Para mim, foi uma frustração muito grande parar de contratar somente pessoas com o ensino médio. Também, parar de escolher somente os não fumantes, que era um critério importante, pois não contratávamos fumantes de maneira alguma. Mas, na época da falta de mão de obra até os fumantes são contratados. Não pode fumar aqui dentro, mas contratamos também (EMPRESÁRIO M-1).

Essa flexibilização dos critérios é um sintoma, que demonstra a dificuldade para as empresas contratarem pessoal melhor qualificado para a produção industrial. Porém, um aspecto característico dos trabalhadores da produção observado nessa indústria, é que a maioria deles concluiu o ensino de nível médio. Outro aspecto importante é a presença da mulher no setor produtivo, já que essa é uma indústria tradicionalmente composta por homens nos processos fabris.

5.3.4 O trabalhador da indústria do vestuário

A indústria do vestuário, de acordo com a CBO, concentra quatro grupos profissionais. No primeiro grupo estão os “profissionais polivalentes da confecção de roupas”, que têm o código 7630. O segundo, com o código 7631, são os “trabalhadores da preparação da confecção de roupas”. Também há o grupo de “operadores de máquinas para costura de peças do vestuário” com o código 7632, e é nele que se observa, frente à realidade dos sistemas produtivos de base taylorista,

e da “parcelização” da produção, a aceitação de um profissional de status menor, denominando de “operadores de máquinas”. Nele estão inclusos os denominados “Costureiros de roupas de couro e pele, à máquina na confecção em série” com o código 7632-05, os “Costureiros na confecção em série” com o código 7632-10, que são os “Auxiliares de costura”; “Costureiro em geral”; “Costureiro de amostra”; e “Costureiro de roupas (confecção em série)”. (BRASIL, MTE, SPPE, CBO, 2010, p. 291). Há também o grupo dos “Operadores de máquinas para bordado e acabamento de roupas” com o código 7633.

Na primeira indústria da confecção investigada, o empresário não estabelece critérios prévios de experiência profissional, apenas dá preferência aos candidatos com maior escolaridade. Essa pode ser uma prática que visa condicionar o novo trabalhador aos baixos salários pagos para a categoria, pois

quanto menor for o tempo de formação profissional exigido por um trabalho, menos será o custo de produção do operário e mais baixo será o preço de seu trabalho, de seu salário. Nos ramos industriais onde não se exige quase nenhuma aprendizagem e onde a simples existência material do operário é o bastante, o custo da produção deste se limita quase que unicamente às mercadorias indispensáveis à manutenção de sua vida, à conservação de sua capacidade de trabalho. Eis a razão por que o preço de seu trabalho será determinado pelo preço dos meios de subsistência necessários (MARX; ENGELS, 2011, p. 112).

As trabalhadoras Va-2, Va-3 e Va-4 declararam terem sido admitidas sem quaisquer experiências profissionais fabris prévias. Uma delas, nesse caso a Va-2, já possuía o nível médio completo no momento da contratação, e as outras duas estavam terminando esse nível de escolarização no momento da contratação. A Trabalhadora Va-2 foi contratada aos 19 anos de idade, Va-3 aos 18 e Va-4 também aos 19 anos. Ao ser perguntado sobre porque não contratar com experiência anterior, o empresário relatou ser a confecção de bolsas um segmento com poucas indústrias em Curitiba. No entanto, ele não relevou a existência das inúmeras outras indústrias de confecção em geral, já que o processo de costura difere muito pouco. Aquela indústria de bolsas tem conjunto semelhante de máquinas, quase não ocorrendo maquinaria diferenciada, e quando isso acontece, são pouquíssimas as diferenças estruturais dos equipamentos e de seus manuseios.

Na mesma linha, ao ser perguntado sobre os egressos de cursos profissionais, ele declara maior dificuldade ainda. Esse é um fenômeno que ocorre de

forma similar às demais indústrias, ou seja, a carência por profissionais qualificados disponíveis para a contratação.

O outro empresário do setor, nesse caso o Vb-1, informa que tem dificuldades para contratar profissionais qualificados. Assim ele declara:

Tem falta de profissionais, às vezes procuro profissionais “de fato”, e não sei onde procurar. Eu estava falando isso esses dias ainda. (...) Estive conversando esses dias e tive que achar um cortador novo, e foi por indicação. Há tempos atrás colocávamos no jornal e aquilo era suficiente. Hoje você abre esse Jornal e não tem mais emprego, tem uma página. Aí tem a parte governamental, tem um SINE da vida, tentei falar com os caras, e não consegui. “Ah, mas é só você entrar no site!” Tentei entrar no site, o site não funciona. Aí acabei encontrando realmente sites de empregos, e foi o que funcionou melhor. (...) Mas, às vezes, não sabemos onde procurar esse profissional, como anunciar o emprego de uma maneira efetiva. Antes você colocava num jornal de grande veiculação, talvez há 15 ou 20 anos atrás, e estava resolvido. Fazia fila na tua porta. Hoje já não é tão realidade, tem alguma coisa negativa no mercado de confecção, a tua pesquisa tem vários seguimentos, talvez aconteça também nos outros, primeiro é a atratividade dos seguimentos e dos salários, e a confecção não paga bem. Você não pode pagar muito bem, porque ninguém paga bem. (...) Enfim, sem essa atratividade e numa pequena empresa as pessoas podem não enxergar uma perspectiva de crescimento igual ao que elas esperam numa empresa maior. Não tem a remuneração que tem na maior, então eu tenho também o problema da atratividade, específico da minha realidade, tá? (EMPRESÁRIO Vb-1).

A realidade bem apontada pelo Empresário Vb-1 sobre salários e perspectivas futuras do trabalhador em uma pequena empresa, certamente, são fatores que podem afastar o trabalhador. Frente a ela, o mesmo empresário adota os seguintes critérios:

Então, o critério? Vou chamar de critério. É o currículo, a experiência, referência, e vamos ver, entendeu? Porque também você não tem garantia de que o que está sendo falado exatamente vai acontecer na prática. Então você prospecta, conversa, vê o currículo, acredita ou não na hora que você tá conversando e põe pra trabalhar, e aí fica no vamos ver, **o critério é a prática** (EMPRESÁRIO Vb-1, grifo meu).

Constata-se, como nos outros segmentos, que a realidade faz com que a pequena indústria do vestuário também utilize critérios menos rígidos para suas contratações. Depreende-se que no mercado de trabalho os trabalhadores mais bem qualificados seguem para as grandes empresas, normalmente, para as multinacionais. As pequenas indústrias tendem a aproveitar mais aquele jovem carente, com menos escolaridade, e sem o aprendizado formal de uma profissão. E, por não pagarem melhor, conseguem apenas reter esses jovens, que, por condições inerentes a esse processo, terão menores condições de progredirem, pois tanto a

escola propedêutica, quanto a profissional vão se tornando para eles “sonhos” mais distantes a cada dia. A ocorrência desse fenômeno será melhor analisada no próximo item.

5.4 A PROFISSIONALIZAÇÃO DO TRABALHADOR DA PEQUENA INDÚSTRIA

A pesquisa permitiu verificar que são poucas as ofertas de cursos para a formação inicial e continuada do trabalhador para todos os segmentos industriais investigados. Verifica-se também a quase inexistência de pessoal egresso de escolas profissionais nos ambientes fabris dessas pequenas indústrias, e que, de acordo com os depoimentos dos empresários, essa é uma realidade presente nas demais empresas dos mesmos segmentos.

O SENAI é a principal referência para a qualificação do trabalhador industriário, e isso é confirmado também nas palavras dos empresários e trabalhadores entrevistados. No entanto, no período compreendido entre o ano de 1996 e os dias atuais não foram muitos os cursos de qualificações básicas oferecidos pela entidade.

Pode-se tomar como exemplo a trajetória do curso técnico da indústria gráfica, que foi lançado na gestão do presidente da FIEP Jorge Aloysio Weber (1986 a 1995), e imediatamente desativado após a sua saída daquela presidência. No mesmo sentido, caracterizando uma política interna com relação ao setor gráfico, o SENAI reduziu drasticamente as ofertas de outros cursos de formação profissional inicial para esse setor no período da presidência posterior (1995 a 2003), passando a ofertar apenas duas modalidades, o de operador de offset e o de fotocompositor.

O Empresário Ga-1 declara que, durante o período aproximado de uma década, jamais contratou pessoas formadas em cursos profissionais de qualquer nível do conhecimento, sendo os últimos contratados pessoas que aprenderam a sua profissão de forma prática, tendo como tutores os seus próprios familiares e/ou colegas de profissão.

Assim declara o empresário do setor gráfico sobre a qualificação profissional formal de seus colaboradores:

Qualificados? Nenhum deles, a maioria não tem qualificação, não é? Eles estão aqui porque eles entraram pequenos e foram passando de degrau em degrau dentro de uma empresa, como outra qualquer, e não só aqui não, eles trabalham desde novos e aprenderam em outras empresas (EMPRESÁRIO Ga-1).

Os Trabalhadores Ga-2 e Ga-3 dessa indústria fizeram curso no SENAI, anos depois de terem sido contratados. Os demais, que já tinham passado pela empresa, conforme aponta esse mesmo empresário, também não possuíam quaisquer certificados de cursos profissionais.

No caso do Trabalhador Gb-4, que também é impressor gráfico, a atual empresa é onde vive a sua primeira e única experiência como gráfico. Sobre o seu aprendizado ele destaca que foi admitido

sem experiência nenhuma, estava precisando de um serviço, daí, o encarregado, “meu irmão”, falou: “oh! Quer trabalhar? Tem uma vaguinha pra você como auxiliar de acabamento”. Eu peguei, cheguei aqui e tal, comecei, e fui aprendendo, daí eu vi que tinha uma máquina chamada Multilith¹⁶⁷, antigamente, que era uma pequenininha, e eu via o rapaz trabalhando nela assim, e tal, e me interessei por ela, né? Mas continuei no acabamento, e daí certo dia o rapaz pegou e falou que ia sair fora, falou: “olha, eu tenho que sair.” Daí ele saiu, e daí tinha um outro encarregado que até então meu irmão não era encarregado, ele só entregava o serviço, daí o rapaz saiu, daí eles procuraram, tentaram uma impressor, não deu certo, tentaram outro, não deu certo, daí eu falei pro encarregado: “Oh, deixa eu tentar ali.” Ele falou: “não, não, você não sabe!” Daí tentaram outro impressor, não deu certo, daí ele falou: “oh! Quer tentar?” Eu falei, eu coloquei a mão lá, ele viu que eu rodei, daí então fui pra frente como impressor, daí (TRABALHADOR Gb-4).

No caso da Trabalhadora Gb-3, constata-se o mesmo percurso. No entanto, ela é operadora de acabamento gráfico. Declara assim: “olha, comecei como eu falei. Entrei com 14 anos, entrei mesmo pra aprender, né? Daí me ensinaram, eu aprendi o ofício, eu gosto, né? E continuei até hoje”.

¹⁶⁷ Multilith® é uma marca de impressoras gráficas – Vide Figura 18



Figura 22: Impressora Offset marca Multilith® de pequeno porte

Fonte: Posot.class¹⁶⁸

O Empresário Va-1 do setor do vestuário forneceu informações que também corroboram com essa mesma realidade vivenciada pelo setor gráfico. Ele informa que seus profissionais são contratados sem qualquer experiência e que aprendem seus trabalhos em constantes treinamentos internos realizados na prática, ou seja, o candidato entra na empresa e, enquanto trabalha, vai aprendendo sua profissão.

Dentro do nosso ramo de confecção você sempre vai gerar o primeiro emprego. (...) Com o tempo nós fomos sentindo que o primeiro emprego para uma pessoa muito jovem, eu diria jovem dos 17 aos 22, não é ideal para nós. Nós temos que buscar pessoa mais madura na faixa dos 25 para cima, até os 30, 35 para nós é o ideal, esse é o perfil; entende? (EMPRESÁRIO Va-1).

Apesar de delinear um perfil ideal do trabalhador, o empresário segue contratando pessoas sem qualificação, declarando o seguinte:

Nós sempre procuramos qualificá-las não é? Então veja, é dentro desse perfil que eu já falei anteriormente, até os 25. Como é o primeiro emprego, nós a colocamos numa célula, que é só do controle da qualidade, né? E aí nós vemos o comportamento dessa pessoa ao longo dos 90 dias. Vemos se ela

¹⁶⁸ Disponível em: <<http://class.posot.com.br/impressora-grafica-multilith-w-e-outra-adast-314/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

tem o perfil, se ela quer crescer dentro da empresa, e a gente trabalha, trabalha para a qualificação. E o nosso principal trabalho hoje, e o que nós mais precisamos é da costureira, por isso investimos nessa qualificação (EMPRESÁRIO Va-1).

O percurso que faz o profissional iniciante da indústria de bolsas obedece a mesma racionalidade que percorreram, por exemplo, os Trabalhadores Ga-2 e Ga-3, impressores gráficos, que iniciaram suas trajetórias e aprendizados profissionais na realização de trabalhos simples, progredindo à medida que passavam a dominar cada tarefa. Esse aprendizado ocorria com a ajuda de tutores, que nem sempre eram destinados a desempenhar tal papel. Degrau por degrau, função por função, os dois aprenderam quase todos os trabalhos operacionais da indústria gráfica plana. As três respondentes da indústria de bolsas iniciaram seu percurso como auxiliares de produção, depois auxiliares de costureiras, chegando a esse posto automaticamente, sem qualquer planejamento prévio. Sentaram na máquina quando se sentiram aptas a desempenhar tal função.

O aprendizado “teórico”, anterior à prática, resume-se na observação das tarefas por parte desses aprendizes. Quando, enfim, assumiram o posto de trabalho, passaram a receber ajuda de uma profissional mais experiente, no caso uma tutora, que realizava a tarefa sem qualquer metodologia ou determinação gerencial para tal atribuição. Esse trabalho surge de forma espontânea naquela empresa. Fenômeno que causa curiosidade a respeito do funcionamento desse sistema, já que as respondentes declararam dar as respostas produtivas que a empresa necessitava, assim como, por estarem satisfeitas com os seus próprios progressos, se sentiram como profissionais plenas para assumir o mesmo cargo em qualquer outra indústria.

Essa solução é uma forma da empresa e seus colaboradores transporem o problema da falta de qualificação profissional. Porém, é mais comum e mais antiga a adoção de tutores “capacitados” para conduzirem o aprendizado do trabalhador dentro da própria empresa.

Apesar da profissional “aprender” na prática a sua profissão, quando chega à máquina de costura, ela acaba necessitando de mais tempo para atingir a “polifuncionalidade” idealizada pela empresa, pois, uma vez ocupando um posto de costura fixo, a nova costureira só opera uma máquina diferente quando surge uma oportunidade, e isso não é sistematizado. Como existe uma série maior de equipamentos, um processo que tende à linha de produção convencional, e um

número maior de operadoras, diminui a interação entre elas. Com a grande, e já comentada, variação de produtos em linha, essas profissionais têm menores oportunidades e tempo para poderem dar vazão às suas curiosidades de aprendizes. Além do fato de que quando passam a serem consideradas profissionais mais completas, contingencialmente, já têm de se adaptarem ao ritmo mais acelerado da produção. A partir desse ponto, será a supervisora quem determinará o que a costureira fará, tirando-lhe bastante daquela autonomia a qual lhe ajudou na sua própria qualificação.

Na segunda indústria do vestuário visitada constata-se o mesmo percurso dos seus profissionais. Assim declara a Trabalhadora Vb-2:

Então, uma mulher lá de onde a gente morava, lá de Janiópolis¹⁶⁹. Ela veio embora pra cá, e daí ela montou uma facção, e eu vim morar pra cá, e ela me chamou: “ah! Vem trabalhar comigo”. Mas “eu não sei fazer”, eu disse, “mas eu te ensino!” ela falou. E daí ela foi me dando um tecido, e eu fui aprendendo, nem na máquina eu não sabia nada, nem na industrial. (...) Daí ela me ensinou, eu fui praticando em linha reta assim, e fui aprendendo, e dali comecei a fazer barra, pregar bolso, e daí agora eu me acho na profissão nova (TRABALHADORA, Vb-2).

A segunda trabalhadora, também oriunda de uma cidade do interior do Paraná, tem uma história de vida semelhante, assim declara:

Então, aí eu entrei lá¹⁷⁰, numa confecção. Trabalhei dois anos lá. Eu era jovem ainda, tinha acho que 16 ou 17 anos. Aí eu entrei lá como auxiliar de acabamento. Aí lá eu aprendi algumas coisas, eu ficava mais só tirando fio, e aí depois, quando terminava no setor de arremate, eu ia ajudar no acabamento, ia pregar botão, travetar¹⁷¹, e tal. Aí o meu setor mesmo era só tirar fio, aí fiquei lá dois anos, e aí depois me casei. Fiquei um tempo parada, e aí depois vim pra cá, e aí começou tudo de novo. Comecei a trabalhar em outra empresa, e muito serviço, mas nunca me identifiquei como na confecção, é o que eu gosto (TRABALHADORA Vb-3).

Um terceiro trabalhador, operador de corte, assim relata sua trajetória profissional:

Isso, já sim, eu comecei desde os meus 13 pra 14 anos trabalhando em confecção. No caso, com o meu tio que tem uma confecção, e daí eu ia no

¹⁶⁹ Janiópolis é uma cidade do interior do Estado do Paraná.

¹⁷⁰ Com esse termo a trabalhadora se refere a cidade de Maringá-PR.

¹⁷¹ Travetar, significa operar a máquina denominada mosqueadeira ou travete (Figura 23). Essa máquina realiza uma pequena costura de segurança, tipo zig-zag, aplicada em pontos terminais de costuras retilíneas, servindo tanto para essas não se desfazerem, quanto para reforçar pontos de maior tração nas roupas, evitando que as roupas se rasguem ou descosturem.

final de semana ajudar ele lá, trabalhar, pintar, e coisa assim, e assim começou minha vida. Fui pra mesa ajudar a encaixar, e depois aprendi com minha tia a riscar, fui cortando depois. Daí, meu tio, quando eu fiz a idade de 16 anos, me levou pra empresa que ele trabalha realmente. Lá ele me registrou, eu fiquei lá três anos e meio trabalhando registrado, depois meu tio saiu de lá, voltou pra casa, e eu voltei pra casa com o meu tio de novo, trabalhei mais, acho que, os dois últimos. Então, eu saí. Eu trabalhei em outras empresas, outros lados do ramo, daí voltei e trabalhei em outra empresa de confecção também, trabalhei mais um ano e meio de cortador, daí saí de novo, e fui pra área de vendas, e estava até mês retrasado trabalhando na área de vendedor (TRABALHADOR Vb-4).



Figura 23: Máquina Travete e sua costura de acabamento terminal

Fonte: Casa Almeida¹⁷²

Na indústria de alimentos, nada é tão diferente, e neste caso analisado, uma única e sutil diferença é a participação dos proprietários nesse processo de ensino. Eles ainda continuam como “tutores” dos trabalhadores. Obviamente, os aprendizes também recebem instruções nas inter-relações com outros trabalhadores. Porém, e declaradamente, são os “patrões” quem mais participam do ensino profissional praticado ali.

Eu aprendi quando eu comecei aqui, tudo era manual. Então, era aprender a fazer desde o início, a massa, como abrir, como cortar, como colocar na forma, como tudo não tinha um padrão certo como, hoje já tem, hoje tá bem mais avançado. Então, foi os patrões mesmo que foram me ensinando e os colegas que eu tinha que foram me auxiliando, me ensinando como fazer. Aí fui aprendendo na área de produção, os fornos também eu ajudei cuidar, então comecei junto com eles ali (TRABALHADOR A-2).

¹⁷² Disponível em: <http://www.casaalmeidacostura.com.br/ProdutosCasaAlmeida/Add/Maquina_de_Costura_Travete_Mecanico_42_pontos_ZJ-1850_-ZOJE#prettyPhoto>. Acesso em: 25 mai. 2015.

Os depoimentos das Trabalhadoras A-3 e A-4, não são diferentes:

Aqui foi no dia a dia mesmo, com os outros amigos. Quando eu entrei já tinha um pessoal aqui e eles me explicaram o que fazer, então foi no dia a dia que eu fui aprendendo mesmo, mexer nas máquinas, como a gente fazia antes quando a gente colocava os pães nos pacotinhos e fechava em outra máquina. Fui aprendendo mesmo no dia a dia com os colegas (TRABALHADORA A-3).

Eu aprendi com a patroa, claro, com certeza, e também com os colegas de trabalho que me incentivavam, me ajudaram e me orientaram a fazer o que eu venho fazendo. (TRABALHADORA A-4).

O mesmo também se observa nos depoimentos obtidos na indústria de móveis pesquisada. Nada é muito diferente. O empresário do setor aponta que, frente às dificuldades de contratação de oficiais, seus trabalhadores são qualificados dentro da própria indústria.

Declara a Trabalhadora M-2:

quando eu entrei aqui eu não sabia fazer nada. Foi no dia-a-dia, sabe, conforme foi passando o tempo eu fui aprendendo. Começou no princípio daqui, é que se você souber lixar, você vai fazer o resto. O princípio básico daqui é lixar, o lixamento. Se você aprendeu a lixar, o resto é com o tempo. (...) O resto é tipo a montagem das cadeiras, mexer nas máquinas, que isso são coisas mais complexas, né, as pessoas levam mais tempo para aprender, tem gente que tem mais facilidade, tem gente que não. Eu tenho uma certa facilidade para aprender as coisas, então pra mim foi bem mais fácil. Então é isso, no dia-a-dia, você vai aprendendo (TRABALHADORA M-2).

O Trabalhador M-3 entrou na empresa com alguma qualificação, que fora também aprendida com a prática cotidiana. Assim diz ele:

primeiro, quando eu entrei, era auxiliar lá na primeira marcenaria. Não entendia nada, daí eu fui pegando a madeira. Primeiro, gradear a madeira, porque gradeava muita madeira. Aí no primeiro mês lá, peguei uma e fiz um, né? Nem sabia o que era, aí o cara ficou quinze dias encostado, daí foi liberando a máquina para cortar as peças, tinha um monte de tipo de placas, de maquinário, e foi pegando o jeito e não teve ninguém que fez curso nenhum, um ensinou o outro e assim que se faz (TRABALHADOR M-3).

Também não é diferente o relato da Trabalhadora M-4 na mesma empresa:

eu entrei aqui através de um conhecido, esse conhecido me indicou, eu fiz a entrevista. A partir deste momento eu fui contratada, até então eu entrei e não sabia de nada. Aqui aprendi a fazer tudo, desde a parte do lixamento até a parte do acabamento das cadeiras. E pra mim está sendo uma experiência excelente, importante para a minha vida profissional e tanto para o dia a dia.

Assim, tem coisas que eu aprendo aqui e acabo levando para casa. (...) Aprendi com as pessoas me ensinando, olhando nos livros e manuais, o que eu não sabia vinha e perguntava até mesmo para o patrão, o patrão descia e me ensinava, certo? E eu sempre procurei aprender algo a mais (TRABALHADORA M-4).

Na pequena indústria é assim que acontece o aprendizado. Nada é diferente, e como na Idade Média, e no período da Primeira Revolução Industrial, pode-se estimar, pelos números apresentados, e pelas próprias entrevistas, que os profissionais dessas empresas foram, em sua maioria, qualificados na prática. Eles aprenderam suas profissões observando e repetindo as técnicas, adquirindo seu *know how* no dia a dia fabril. Declaram que os “professores” mais dedicados foram os próprios pais, patrões, e também os demais colegas de profissão. Esses últimos o fizeram por poucos interesses pessoais. Ensinar é uma atitude baseada no processo natural das interações sociais, ou mesmo na própria necessidade do processo produtivo. Quando perguntados sobre tutoria no processo de aprendizado, assim responderam:

Não, não, assim não, os dois primeiros anos que eu entrei em gráfica, eu trabalhei com meu pai. Dois anos e meio depois, quando nós saímos não se encontramos mais em gráfica. Meu pai trabalha até hoje, e a gente não se encontrou mais, sempre eu em outra firma e ele trabalhando separado. Mas eu fui aprendendo com outros impressores também, e tem as grandes, tem muito, há impressores que me ensinaram a trabalhar, bons impressores né? Tem muita gente, e eu já vi muita gente que não sabe trabalhar também nesse meio, trabalhando errado, trabalhando mal. Mas tem muita gente boa também e disposta a ajudar porque na empresa é difícil, a empresa que possa ajudar o funcionário (TRABALHADOR Ga-2).

Depreende-se também que, quando a empresa é menor, e apesar da falta de uma qualificação formal, ao completar seus aprendizados por todos os processos fabris em uma pequena produção, os trabalhadores adquirem maior autonomia profissional. Quando isso acontece, aumenta o seu poder de negociação salarial, e maior respeito por parte dos empresários, o que não ocorre numa linha de produção fordista, ou mesmo em pequenas indústrias que não necessitam desse rodízio do trabalhador.

Dentro dos segmentos estudados, a divisão técnica do trabalho é uma realidade mais comum na indústria do vestuário, o que dificulta o progresso de aprendizagem profissional, com relação à “polifuncionalidade” do trabalhador. Por

outro lado, a indústria gráfica é onde mais se aplica o processo de aprendizagem contínua.

A respeito desse processo de aprendizagem no próprio trabalho, Marx (2012) já apontava para o processo evolutivo de um aprendizado profissional completo sem a divisão de trabalho:

antigamente, nas tipografias inglesas, por exemplo, os aprendizes, de acordo com o velho sistema de manufatura e do artesanato, começavam pelas tarefas mais fáceis, evoluindo gradativamente para as mais complexas. Percorriam etapas de uma aprendizagem, até se tornarem tipógrafos completos. Saber ler e escrever era, para todos, uma exigência do ofício (p. 549).

E também foi dentro desse percurso, indicado por Marx, que o impressor Ga-3 dirigiu o seu aprendizado profissional. Assim ele declara:

Ah! Eu aprendi fazendo aos poucos, intercalando parte do acabamento, mexia só com os papeis né? Fazer os blocos, e depois auxiliando na impressão, parte de lavagem de máquinas. Ficava observando o impressor né? Chegava junto ali do lado, ficava fazendo acerto junto com ele, observando bastante, sempre, até que eles foram soltando a máquina pra mim né? Servicinhos mais simples, e assim até começarem a me passar maiores (TRABALHADOR Ga-3).

De certa forma, essa contingência e retorno ao sistema de “qualificação” profissional parcimonioso e mais completo, que ocorre com a somatória de treinamentos práticos, conferem maior autonomia e liberdade ao trabalhador. Nota-se na indústria gráfica de micro porte melhor status e poder de negociação dos trabalhadores. Se não por salário, pelas declarações de Ga-2 se entende que a maioria dos pedidos para a melhoria do ambiente físico da fábrica foram plenamente atendidos pelo empresário. A própria oportunidade em fazer o curso do SENAI com os recursos pagos pela empresa, é mais um sinal dessa maior interação com o empresário.

5.4.1 Os poucos egressos de cursos profissionais e os não egressos

Num universo de 17 trabalhadores entrevistados, apenas quatro eram egressos de escolas profissionais, ou seja, 23,5 por cento, sendo que eles fizeram seus cursos já estando empregados nas empresas atuais. Ainda assim, esse número não representa a proporção de egressos de cursos que atuam nas pequenas indústrias. Constata-se que é um número bem menor, pois quatro dentre as seis indústrias visitadas não contavam com um egresso sequer.

Apesar dessa declarada falta de ofertas para a qualificação profissional, ambos operadores da indústria gráfica menor concluíram recentemente o curso de operador de offset do SENAI. Entende-se que para eles esse curso serviu como um (re)treinamento profissional.

Sobre o curso concluído no ano de 2010, o Trabalhador Ga-2 relata que

o curso, pra quem não conhece gráfica eu achei fraco, e até pouco útil. Pra quem vai entrar no mercado gráfico, aquele curso não é o suficiente pra você se tornar um impressor. Mas, você sabe, acho que aquele curso pra mim foi útil por eu já ter uma noção do que era o serviço, então eu me especializei mais naquela área, eu tirei dúvidas que eu não conhecia, eu aprendi questões assim de uso teórico que eu ainda não tinha conhecimento. Sabia que eu tinha aprendido mais na raça mesmo. Então pra mim, eu tirei proveito de muita coisa. Sabe? Eu evolui com o curso. Mas muitos alunos que estavam lá, a maioria que não tinha noção do que era gráfica, que queriam entrar nesse mercado, eu acho que a maioria não conseguiu entrar no mercado, eu acho que o curso era fraco pra quem não entendia de gráfica (TRABALHADOR Ga-2).

Sobre o curso, assim pondera o segundo impressor:

Mais Importante? Como operar esses novos maquinários, porque as máquinas que eles têm lá são muito parecidas com essas nossas aqui. A mais foi isso, e alguns macetes que são passados, muitas vezes a gente desconhece. (...) A gente aprende a trabalhar em equipe, porque lá eram divididos em dois grupos, que eram poucas máquinas, o aprendizado em equipe, o que eu posso dizer é isso. Porque trabalhar como eu estudei um pouquinho mais, o terceiro grau, a gente aprende a conviver com pessoas diferentes, ouvem as opiniões né, a gente nunca está, nem sempre está certo, tem que aprender a ouvir o outro né? Isso daí, não que eu tenha aprendido isso no curso, mas isso eu pratiquei lá; dei continuidade (TRABALHADOR Ga-3).

As trabalhadoras Va-2, e Va-4, assim como no caso dos profissionais impressores, também realizaram cursos no SENAI de Curitiba. Elas fizeram o curso de costura industrial no ano de 2011, também já estando empregadas.

A Trabalhadora Va-2, naquele momento, trabalhava como uma auxiliar de costureira, e, pelo menos na teoria, necessitava daquele curso para progredir internamente. Matricular-se foi uma indicação da própria empresa que acreditava ser este um melhor caminho para a qualificação dessa e de outras profissionais, que entraram na empresa sem qualquer experiência ou formação. Sobre isso uma delas declara serem “eles – a direção da empresa – que obrigavam a fazer o curso pra você poder ir pra máquina costurar. Mas hoje isso não existe mais, porque ninguém quer fazer o curso lá” (TRABALHADORA Va-2). Isso indica que os seus egressos declararam para a direção da empresa que o mesmo “não valia a pena”. Portanto, e não muito diferente, foi a declaração que forneceu, tanto à direção quanto para a presente entrevista, sobre o preenchimento de suas expectativas sobre aquele processo de aprendizado.

Eu não gostei! Porque a apostila que era pra eles terem dado, até agora não recebi! As professoras eram muito ‘estúpidas’, exigiam muita coisa e aqui não tinha como colocar em prática. Lá tem que ser devagar e perfeito e aqui eles queriam agilidade, e aí como eu costurava aqui e costurava lá e aí aqui eu me batia bastante, tinha bastante dificuldade para aprender (TRABALHADORA Va-2).

No caso de sua colega, a Trabalhadora Va-4, as palavras foram as seguintes:

aprendemos a passar os fios nas máquinas, isso eu já sabia, a costurar reto, curvas, com paradas, retrocessos e isso eu já sabia também, mas um pouco ajudou. A lubrificar a máquina corretamente eu não sabia não! Ajudou um pouco em ver mais a qualidade da costura sim, isso ajudou sim. Mas, eu acho que aprendi mais aqui dentro mesmo (TRABALHADORA Va-4).

As falas das profissionais são reveladoras, pois demonstram a desatenção para com o curso em relação ao material didático, sem o qual o estudante tem maiores dificuldades para treinar a série metódica proposta em um outro ambiente de aprendizagem. Sobre as instrutoras, a declaração da Trabalhadora Va-2 suscita que, didaticamente, elas demonstraram algum despreparo para o exercício dessa função.

Sobre isso, a mesma trabalhadora ainda declara que “a professora era muito estúpida, muito grossa. Quem tinha dificuldade ela gritava, ficava muito brava, mas a

pessoa tinha dificuldade e ela não entendia isso. Elas cobravam muito em pouco tempo”. (TRABALHADORA Va-2).

Além disso, no caso dessa trabalhadora, mesmo antes do curso a empresa lhe entregou um posto de trabalho que lhe provocou confusão com aquilo que via na teoria e o que ocorria na prática cotidiana o que, de acordo com ela, interferiu no seu aprendizado.

Elas declararam que o curso durou três meses, ocorrendo no período matinal, o que as obrigava saírem um pouco antes do término das aulas, para terem o tempo necessário de chegar e trabalhar no turno da tarde. Uma delas declara que isso “foi bem corrido”, e que na realidade aprendia mais com a companheira de trabalho, quem, de forma paciente, ia explicando o ‘como fazer’ as tarefas do dia a dia. A fala de Va-4 segue na mesma linha:

A ajuda que tive aqui na produção, das minhas colegas, foi bem melhor que o que tive no curso. Sei lá, acho que não precisava ter ido lá não, a gente se desgastou muito. O que eu aprendi lá aprendia aqui dentro também. A qualidade é cobrada, e se não faz o certo, o serviço volta, entende? (TRABALHADORA Va-4).

Quando perguntadas se o curso foi importante e se lhes ajudaram, de fato, em alguma coisa no trabalho, a Trabalhadora Va-2, por exemplo, fala que

pra mim não, porque a minha companheira de serviço, que tá aqui até hoje, ela que me ajudava mais, qualquer dificuldade ela ensinava, ela falava: ‘ó, faz isso!’. É onde eu fui pegando prática e agora eu sei bastante coisa. (TRABALHADORA Va-2)

Sobre o seu aprendizado prático ela confirma sua declaração anterior:

olha aqui foi muito bom! Ah! Eu aprendi tudo! Como eu tenho uma companheira – assim ela chama a costureira sua colega de trabalho – que faz seis anos que ela está aqui, então bastante coisa ela me ensinou. (...) Quem fez mais foi minha companheira que me incentivou. Tudo o que eu sei até agora foi ela que foi me ajudando, e me mostrando. Ela tem mais anos, ela sabe mais, ela entende. Se tenho alguma dúvida, ou qualquer coisa, eu pergunto pra ela e ela pode me ajudar (TRABALHADORA Va-2).

Já a Trabalhadora Va-4 responde da mesma forma que antes, ou seja, “acredito que aprendi mais aqui dentro da fábrica”. O que transmite para o ouvinte o sentimento de certa ineficácia do curso que foi ofertado.

Apesar das falas serem no sentido de que o curso ficou a desejar, há que se considerar que as profissionais trouxeram do curso do SENAI alguns aprendizados. Uma declara ter aprendido apenas “a fazer a costura bem feita e devagar”, a outra “cuidando mais da qualidade”, mas, certamente, outros aprendizados foram assimilados e não foram relevados talvez por não dizer respeito à produção, mas sim à qualidade. Contudo, suas declarações, somadas às de outras colegas, fizeram com que a empresa tomasse a decisão por não mais enviar nenhum aprendiz. Isso pode indicar que ficaram mais evidenciados os problemas do que os progressos que tiveram os alunos do curso em questão.

Sobre essa decisão, o Empresário Va-1, além de declarar ter conhecimento de serem três indústrias as que enviavam seus profissionais para essa “qualificação”, ele também indicou que o SENAI, responsável pelo curso, estava muito ausente de sua empresa.

A Trabalhadora Va-3, que, exceto pelo curso do SENAI, tem carreira e desempenho semelhante às demais, sobre a sua trajetória profissional assim declara:

Esse é o meu primeiro emprego e eu entrei como auxiliar. No começo eu não tinha interesse em costurar, jamais né? Nunca tive e já me chamaram várias vezes pra me levar para o curso do SENAI, e eu falei que não queria, né? Porque tinha que ficar dois anos aqui e eu não queria, mas eu não sabia né? Que eu ia ficar dois anos aqui. Então, eu não pretendia! Aí, eu ficava olhando as costureiras a costurarem, e às vezes, na hora do almoço, né? No intervalo, eu sentava na máquina, de vez em quando, e dava uma costurada, mas sem interesse nenhum, nunca tive. (...) Eu via a costureira costurando, via como que elas colocavam os fios, e tal, aí eu sentava, só por sentar mesmo, que eu via as meninas costurando né? E... ah! Vou costurar! Aí a minha líder né? Às vezes ela falava assim: “ah! Passa o gorgorão pra mim!”, e eu ia lá na máquina de braço e passava pra ela. Que tava muito ‘apurado’ né? E eu ajudava, eu era ainda auxiliar. Aí é... passado algum tempo, eles me chamaram. Até que eu fui, né? Pra máquina. Aí eles fizeram tipo uma célula ali, pra avançar mais um pouco, né? O que eu sabia, né? Eu sabia o básico do básico. Aí eu fui aprendendo, aprendendo... Hoje eu não sou aquela costureira, né? Mas, então, dá pra falar; “*ela costura né?*”, mas eu quero aprender mais né? A profissão que hoje eu tenho e pretendo fazer mais cursos, né? Para eu aprender mais um pouco... (TRABALHADORA Va-3).

Certamente, um dos principais estímulos para essa trabalhadora aprender a costurar quase que autodidaticamente, além da curiosidade natural aos jovens, foi o aumento salarial, pois as diferenças entre auxiliares e costureiras oficiais são quase que na ordem de um para dois. A citada falta de qualidade dos cursos profissionais, que por isso não atraem novos alunos, faz com que nessa empresa surjam formas *sui generis* de aprendizado. Utilizar o tempo de descanso e das refeições para aprender

foi importante para essa trabalhadora ascender mais rapidamente, mas sem dúvida nenhuma, muito mais para o empresário que, para ter a profissional razoavelmente qualificada, quase nada investiu para isso, de certa forma, materializando o que Marx (2012) havia considerado:

Mas, em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por trabalho excedente, viola o capital os limites extremos, físicos e morais, da jornada de trabalho. Usurpa o tempo que deve pertencer ao crescimento, ao desenvolvimento e à saúde do corpo. Rouba o tempo necessário para se respirar ar puro e absorver luz do sol. Comprime o tempo destinado às refeições para incorporá-lo, sempre que possível, ao processo de produção, fazendo o trabalhador ingerir os alimentos como a caldeira consome carvão, e a maquinaria, graxa e óleo, enfim, como se fosse mero meio de produção (p. 307).

E sobre o aprendizado específico das operações de costura essa trabalhadora ainda informa:

Ah! Foi com uma amiga, né? Ela sentava na máquina e falava bem assim: “coloque o fio pra mim”, e eu ia lá e colocava o fio pra ela, quando ela estava costurando em outra máquina. Ela falava assim: “faz isso aqui pra mim!”, eu ia lá e fazia para ela. (...) Eu ficava olhando, antes eu era manual, eu limpava¹⁷³ as bolsas lá na frente. Então tinha a “brafita”¹⁷⁴ que ela montava as bolsas, e eu ia limpar. Às vezes, eu ficava olhando o que ela fazia, o que não fazia, entendeu? Aí depois que eu fui lá pra trás pra “virar”¹⁷⁵ manual, aí a minha mesa ficava aqui e a máquina da guria ficava ali¹⁷⁶. Às vezes, eu ficava olhando o que ela fazia e o que não fazia, aí ela falava assim pra mim: “faz pesponto!”, e eu ia lá e fazia. Eu sabia, um pouco, controlar o pé¹⁷⁷, né? – *interjeição do pesquisador sobre a importância em adquirir essa habilidade* – Aprendi sozinha e eu não sabia nada, nada... é o meu primeiro emprego – *o pesquisador pergunta sobre de quem partiu a ordem para ela se sentar à máquina, no qual respondeu: – ninguém mandou, eu fui curiosa... No começo, eu não sabia controlar os pés, e colocava um pé só, hoje eu uso os dois* (TRABALHADORA Va-3).

Apesar da trajetória de aprendizado dessa costureira parecer bastante peculiar, no entanto, ela é a mais comum entre os profissionais nas pequenas empresas. Cada uma a seu modo, tutoras e aprendizes, determinam suas práticas de

¹⁷³ O termo “limpar” em acabamento de costura significa cortar as arestas de tecidos, sobras de fios, de linhas etc...

¹⁷⁴ Máquina de costura de braço com o passador de fita debrum (passamanaria).

¹⁷⁵ Outro termo que significa passar, ou virar, o produto em processo do seu lado avesso para o lado externo e vice-versa.

¹⁷⁶ Indicando uma posição justaposta frontalmente da mesa de apoio para acabamento intermediário e a máquina de costura. A profissional de acabamento trabalha frontalmente à costureira, num processo interdependente.

¹⁷⁷ “Controlar o pé” significa controlar o passo da máquina através do pedal, ou seja, o controle da velocidade em que a máquina de costura elabora os pontos, e isso parte de um acionamento feito com os pés. Utilizar os dois pés é a forma correta para se operar o pedal.

aprender e ensinar. Porém, não há uma complexidade maior nesses fazeres, pois, muito ainda, aquele sistema de montagem segue os preceitos da parcelização fordista. Sem menosprezar o processo de aprendizado e as profissionais em questão, entende-se, concordando com Marx (2012), que

em todo ofício de que se apossa, a manufatura cria uma classe de trabalhadores sem qualquer destreza especial, os quais o artesanato punha totalmente de lado. Depois de desenvolver, até atingir a virtuosidade, uma única **especialidade limitada**, sacrificando a capacidade total do trabalho do ser humano, põe-se a manufatura a transformar numa especialidade a ausência de qualquer formação. Ao lado da graduação hierárquica, surge a classificação dos trabalhadores em hábeis ou inábeis. Para os últimos, não há custos de aprendizagem, e, para os primeiros, esses custos se reduzem em relação às despesas necessárias para formar um artesão, pois a função deles foi simplificada. Em ambos os casos, cai o valor da força de trabalho. (p. 405, grifo meu).

Quando os trabalhadores dos diversos segmentos foram perguntados sobre como seria, então, um curso melhor, e o que sugeririam para isso, eles responderam da seguinte forma:

- O impressor (TRABALHADOR Ga-2) entende que um curso gráfico deva iniciar com noções de criação, na parte de computação, da arte final, para depois ingressar no processo dentro da gráfica, ou seja, na produção em si. Pois, ao trabalhar no processo entende serem necessárias as noções do design gráfico computacional, o que é feito a título de projeto gráfico, para a posterior impressão. Para ele, sem tais noções, a pessoa “aprende pela metade”. Percebe que é necessário o aprendizado do projeto, e em suas palavras diz que “você tem que ter um início de tudo, de onde começa o serviço mesmo, desde a arte final, pra depois passar para o papel, o tamanho do papel, pra chegar numa impressora tem muita coisa ainda a ser feita.” Para ele o curso ofertado falhava nessa direção. Queixa-se ainda que “nem cortar o papel pra ir pra impressora foi ensinado”. Acredita, então, ser necessário o aprendizado desde a parte de computação, de como é feito um desenho, e como é criado um impresso, depois passar pelos processos de cortes do papel, e só depois, então, para a impressão. Frisa que ainda seria necessário o aprendizado de etapas do acabamento, de acordo com ele, etapa fundamental para a execução de um bom serviço. Por final, indica que o curso apenas por tratar operacionalmente da impressão em offset, “não ensina ninguém a trabalhar numa gráfica”, ou seja, para ele “a pessoa não sai do curso preparada” para ingressar na empresa.

- O impressor (TRABALHADOR Ga-3) acredita também que, além da teoria, a prática deveria ser mais reforçada. No curso ele percebeu que nem toda a teoria se realiza na prática, segundo ele “porque muita coisa da teoria vai por em prática e não dá certo né?” Acredita que a duração do mesmo deveria ser ampliada, iniciando com o reconhecimento e a demonstração dos equipamentos, seus funcionamentos, os possíveis produtos, etc. Para ele a forma de funcionamento da indústria seria muito importante, devendo ser mostrada “como ela é realmente, não só na parte da administração gráfica, mas também em toda a produção”. Na realidade “como se desenvolve né?” e “como se desenrola” todo o processo fabril.
- A costureira (TRABALHADORA Va-2) declara, em primeiro, que as instrutoras deveriam ter mais paciência, não acelerar tanto no ensino dos conteúdos, e que elas deveriam saber se dirigir mais respeitosamente ao aluno. Também ser necessário receber a apostila com os conteúdos e exercícios para a possibilidade da prática posterior, aprender a operar em um conjunto mais diverso de máquinas, indo além da máquina reta (ponto fixo, ou clássico – 301) e da máquina de braço¹⁷⁸, as únicas que os alunos tiveram acesso, frisando ser importante terem conhecido, por exemplo, a overloque; máquina que utiliza muitos fios em seus pontos, exigindo do operador destreza e prática no processo de alimentação do equipamento com esses mesmos fios – o que na “linguagem” fabril se diz “passar os fios”. Por último, o aprendizado com a execução de exercícios mais práticos, com partes de produtos originais.
- A costureira (TRABALHADORA Va-4) também declara que “o curso deveria ter mais exercícios parecidos com aquilo que trabalham na fábrica”, e que deveriam “aprender a mexer em diversas máquinas”. Que a instrutora deveria conhecer um pouco mais o processo de fábricas como aquela em que trabalha. Que faltaram mais coisas do processamento diário em uma produção. Mais conhecimentos sobre tecidos, linhas, fios e coisas similares sobre a costura em sintéticos etc.

Na fala do Trabalhador Ga-2 é notada crítica ao modelo e ao processo de treinamento curto, mas cujos parâmetros, atendendo aos requisitos da CBO, são tratados pelo SENAI como de qualificação profissional. Com a presente pesquisa se observa que em ambos os casos, ou seja, tanto o curso para impressor gráfico em offset, quanto para o costureiro industrial, ou mesmo para o operador de máquinas de

¹⁷⁸ Máquina que executa costuras paralelas com 2 ou mais agulhas, podendo ser com o ponto fixo (classe 300) ou com o ponto corrente (classe 400).

costuras industriais, são casos para quais a CBO recomenda cargas horárias entre 200 e 400 horas-aulas (BRASIL, MTE, SPPE, p. 291). Em ambos, os problemas se assemelham, indicando, em princípio, a necessidade de reformulação das propostas e ampliação das cargas horárias.

O mesmo Trabalhador Ga-2 também entende que o mercado industrial, que no Brasil está representado em sua maioria por pequenos empreendimentos, necessita de profissionais mais completos, e que entendam o processo produtivo de forma mais abrangente. Ele se posiciona contra o “aligeiramento” do curso, justamente por entender que esse modelo não oportuniza uma qualificação de fato.

Nessa direção, salienta-se que esses quatro respondentes foram unânimes ao reclamar desse mesmo aligeiramento, pois todos notaram carências nos conteúdos, e, principalmente, a falta no aprofundamento das práticas. Destaca-se que ambos os cursos tiveram a duração de, aproximadamente, 200 horas/aulas, que é o mínimo pedido pela CBO. Conforme afirmação anterior, entende-se que esse “aligeiramento” da qualificação seja fruto de uma ideologia fundamentada no próprio fordismo, que é o de preparar rapidamente o trabalhador para poucas parcelas da produção, sem a preocupação com quaisquer outros aspectos de uma profissionalização de fato, ficando patente, nesse modelo, que o importante é preparar as “mãos para as obras”. Ademais, entende-se que um curso feito de maneira superficial, além de promover o estranhamento, não facilita ao egresso conquistar espaço no mercado de trabalho.

Os quatro respondentes recomendaram a ampliação no alcance da formação, tanto horizontalmente, com o mencionado aprofundamento das práticas específicas, quanto verticalmente, pela necessidade do aprendizado de outros trabalhos pertinentes ao processo produtivo. Chama também atenção o fato desse mesmo Trabalhador Ga-2 propor também o aprendizado básico do design gráfico assistido por computador, para a obtenção do domínio de todas as atividades da gráfica. Dessa forma como ele propõe, o trabalhador gráfico estaria livre da divisão técnica do trabalho, retornando aos moldes da anterior divisão social do trabalho. Esse trabalhador percebe o quanto esse conhecimento ampliaria a sua autonomia, além de promover a qualidade das execuções fabris, aproximando o “trabalho intelectual” do trabalho “prático”.

Há que se considerar que o aprendizado básico do design e o aprofundamento nos processos produtivos requerem conhecimentos básicos das ciências naturais,

como a ótica, na questão das cores, por exemplo, da mecânica e da matemática para a execução de tais trabalhos. Esse jovem trabalhador, frente às reais necessidades no mundo do seu trabalho, não estaria também propondo um encaminhamento na linha da politecnicidade de Marx?

Importante salientar que os quatro respondentes, mesmo possuindo níveis diferentes de escolaridade, ou seja, Ga-2 com o ensino fundamental, Va-2 e Va-4 com o médio, e Ga-3 com o nível superior, exceto por pequenas nuances de percepção, têm a mesma visão quanto às qualificações profissionais em suas áreas de atuação.

Foi um objetivo desse trabalho mostrar que esse modelo de profissionalização, hoje em prática, não atende às expectativas de empresas e dos trabalhadores, pois eles precisam de maior conjunto de conhecimentos tecnológicos para atuarem mais plenamente.

Sabe-se que por imposição dos custos, e da necessária flexibilidade imposta pelo mercado, as empresas não adotam mais o sistema parcelizado da produção. Isso é fato sabido tanto pelos pequenos empresários, quanto pelos trabalhadores da indústria. No entanto, a modelagem da profissionalização e as ofertas para seus aprendizados, paradigma presente na CBO, e realizada por governos e escolas, é ainda o das qualificações parcelares específicas, pouco abrangentes e, ainda, aligeiradas. Modelo esse que contradiz aos princípios básicos de flexibilização tão defendidos como solução para as empresas se adaptarem aos “novos dias”.

Entende-se que apenas uma qualificação profissional tecnologicamente mais ampla, que perpassasse por todas as etapas do processo produtivo, que utilize como base as ciências naturais e também proponha uma abordagem humanística, será capaz de oferecer melhores condições de vida aos trabalhadores. Condição essa que poderá ser obtida através da ampliação de seus conhecimentos tecnológicos e do seu senso crítico.

Isso não deve ser diferente para a pequena indústria, que, podendo contar com pessoal mais bem qualificado, reduzirá seus custos, não se detendo tanto em pequenas barreiras tecnológicas tão comuns aos processos. Acredita-se que o aumento no nível dos desafios levará essas empresas a outro estágio de desenvolvimento, onde a pesquisa será fato comum entre elas, promovendo-as a um novo patamar, onde estarão presentes melhores e mais completos trabalhadores. Pode-se raciocinar que, se a força industrial brasileira é composta em sua maioria por pequenos estabelecimentos, não seria errado pensar que desenvolver

tecnologicamente esses empreendimentos e seus trabalhadores signifique também desenvolver o país.

Entende-se que não se pode gerar força econômica interna quando as grandes indústrias de capital estrangeiro são aquelas que possuem os mais bem qualificados profissionais, e que, ainda assim, os salários que pagam sejam dimensionados, não apenas por questões econômicas e de mercado, mas também de acordo com aquilo que ganham os menos qualificados das pequenas empresas.

Isso é conveniente apenas ao grande capitalista, que, ao minimizar os salários, obtém maiores lucros pela ampliação da extração de mais-valia daqueles que são melhor formados, em detrimento da pequena indústria, que, em sentido oposto, tem seus custos mais elevados, justamente pela carência de melhores profissionais. Um ciclo vicioso alimentado pelos detentores do poder, que juntos mantém esse estado de coisas, como indicado por Florestan Fernandes, Celso Furtado e Álvaro Vieira Pinto.

Os casos estudados exemplificam com muita clareza o quesito, pois se notam grandes diferenças salariais entre os impressores gráficos melhor qualificados que atuam em quase todos os processos e operam todas as suas máquinas, e as costureiras, que mesmo aprendendo na prática a manusearem máquinas diferentes, continuam fixadas a um processo de trabalho mais parcelado, de alcance restrito e de menor autonomia, ainda estranhando diversas outras atividades em seus contextos produtivos.

A divisão social do trabalho garante ao trabalhador mais respeito e maior autonomia, enquanto que o trabalho parcelar, na divisão técnica do trabalho, impõe ao trabalhador a perda desse status, de seu valor, pois pode ser substituído com facilidade, contribui para a extensão da distância entre as camadas sociais, dificultando o país de atingir melhores patamares do desenvolvimento social.

Portanto, a qualificação profissional aqui proposta para os níveis básicos, poderia ser um caminho na direção desse maior desenvolvimento. Como ponderam Marx e Engels (2011),

As relações entre as diferentes nações dependem do estágio de desenvolvimento das forças produtivas, da divisão de trabalho e das relações internas de cada uma delas. Este princípio é universalmente reconhecido. No entanto, não são apenas as relações entre uma nação e outra que dependem do nível de desenvolvimento da sua produção e das suas relações internas e externas, o mesmo acontece com toda a estrutura interna de cada nação.

(...) "A compreensão da maior parte das pessoas", diz Adam Smith, "se forma necessariamente através de suas ocupações ordinárias. Um homem que depende toda sua vida na execução de algumas operações simples... não tem oportunidade de exercitar sua inteligência... Geralmente ele se torna estúpido e ignorante quando se tornar uma criatura humana". Depois de descrever a imbecilidade do trabalhador parcial, prossegue Smith: "A uniformidade de sua vida estacionária corrompe naturalmente seu âmbito... Destrói mesmo a energia de seu corpo e torna-o incapaz de empregar suas forças com vigor e perseverança em qualquer outra tarefa que não seja aquela para que foi adestrado. Assim, sua habilidade em seu ofício particular parece adquirida com o sacrifício de suas virtudes intelectuais, sociais e guerreiras. E em toda sociedade desenvolvida e civilizada, esta é a condição a que ficam necessariamente reduzidos os pobres que trabalham (*the labouring poor*), isto é, a grande massa do povo" (p. 25 e 36).

Frente à carência por ofertas de melhores qualificações, seguem esses profissionais aprendendo seus trabalhos no dia a dia da fábrica. No caminho de uma formação mais completa, os impressores estão bem mais adiantados que as costureiras, que ainda têm um caminho maior pela frente.

Pela carência de profissionais qualificados, para todos os quatro setores industriais, assim como pela declarada qualidade dos cursos, depreende-se que os esforços e gastos governamentais, inclusive do SENAI, voltados ao aperfeiçoamento dessas qualificações profissionais, não têm feito diferença para essas pequenas indústrias e para os seus trabalhadores.

Decorrente dessas declarações das empregadas e do empresário sobre a decisão de não mais participar de outros cursos, surgiram alguns questionamentos a respeito dessa situação, relacionados com o envolvimento do SENAI com o grupo, principalmente nas etapas de planejamento do curso e ao acompanhamento dos profissionais em suas realidades cotidianas, visando, dadas as evidências relatadas, uma readequação metodológica. Além disso, como os cursos devem ter em mente o interesse das empresas, como tem ocorrido a aproximação e o compromisso dos seus idealizadores e executores, haja vista o desinteresse manifesto pela continuidade dos mesmos? Essas preocupações se justificam por conta dos recursos alocados e também pela expectativa de qualificação dos trabalhadores, que parecem não terem sido atendidas, nem pelas empresas, nem pelos profissionais.

5.5 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E VIDA DOS PROFISSIONAIS

A diretriz de economizar os meios sociais de produção, diretriz que concretiza, de maneira cabal e forçada, no sistema de fábrica, leva o capital ao roubo sistemático das condições de vida do trabalhador durante o trabalho. O capital usurpa-lhe o espaço, o ar, a luz e os meios de proteção contra condições perigosas ou insalubres do processo de trabalho, para não falarmos nas medidas necessárias para assegurar a comodidade do trabalhador (MARX, 2012, p. 486-487).

Não é diferente dos demais trabalhadores da indústria a vida dos profissionais dos segmentos investigados. Suas jornadas seguem o que é descrito na lei e seus trabalhos diferem apenas nas técnicas aplicadas e no *modus operandi*. Dentre as indústrias visitadas quatro contam com suficiente espaço físico, mas duas delas têm dificuldades operacionais quanto a isso. Ambas as indústrias gráficas funcionam em prédios com laje de alvenaria e podem contar com espaço amplo. Neles as equipes podem operar sem problemas. A indústria moveleira e a indústria de bolsas operam em barracões industriais de construção em pré-moldados, a segunda do vestuário opera em primeiro andar predial, e a de alimentos em uma casa, antes residencial de alvenaria, que agora está sendo remodelada para suportar o crescimento da empresa.

Em relação aos colegas das demais indústrias, os respondentes das gráficas se queixaram menos sobre desconfortos físicos ou formas de insalubridade, por estarem em ambientes de trabalho melhor arejados e bem iluminados.

Sobre sua condição o Trabalhador Ga-3 declara:

Eu acho que é bem organizado aqui. Tendo em vista outras gráficas que eu já andei olhando por ai, passeando né? Aqui nesta tem um espaço muito bom entre os maquinários assim, as máquinas são boas, só pende mais alguma coisa que a gente às vezes comenta com o patrão né? (TRABALHADOR Ga-3).

Depreende-se que em suas excursões por outras gráficas, ele notou ambientes menos favoráveis do que este onde trabalha. O seu companheiro de produção, o Trabalhador Ga-2, assim também responde, enfatizando que determinadas melhorias ocorreram por causa de suas reivindicações:

É! O ambiente é bom! O ambiente de trabalho é bom, questão contextual assim é bom, com todos os profissionais que estão aqui pra trabalhar né? Mas em algumas partes, tem alguma falha, tem a iluminação que você citou, hoje em dia tá assim, acho que é de tanto eu reclamar e pegar no pé sabe? Se não ainda estaria como era antigamente que era pior em questão de mesa,

de espaço pra trabalhar. Tive que pedir muito pra conseguir ir melhorando né? Eu tive que estar em cima mesmo. Então eu briguei muito por melhorias assim, mas eu acho que tinha algumas coisas que podiam ser mais organizadas, pra melhorar o trabalho (TRABALHADOR Ga-2).

Por ser mais experiente, ele ainda indica existirem outros pontos que necessitam de atenção por parte do gestor, como questões referentes à movimentação e organização dos estoques em processo.

No caso de problemas relacionais, eles são raros, e só decorrem das falhas cometidas durante o processo, principalmente, quando isso repercute em atrasos de entrega. Como a empresa não atravessa bom momento econômico, falhas dessa natureza costumam custar ainda mais caro para ela, que vem lutando para manter os clientes que ainda lhe restam.

Na segunda indústria gráfica o Trabalhador Gb-2 declara assim:

É, mudou muito desde quando eu entrei, quando eu entrei, nós não tínhamos, pelo menos na parte dos trabalhadores, ar condicionado, o condicionador de ar era só nos patrões, nas salas dos chefes era o que tinha. Então, a gente passou muito calor, tanto que nós possuíamos dois ventiladores, eu vi que tínhamos duas janelas, eu coloquei um jogando ar pra dentro, e o outro jogando ar pra fora, pra dar uma ventilada melhor, uma circulada ali, e mudou bastante. O meu irmão até ele teve um papel fundamental, ele que me trouxe pra essa empresa, especificamente, ele trabalhava aqui, não trabalha mais, já há muito tempo. Ele acompanhou assim, o início praticamente assim da era “pós-moderna” da empresa. Antes os moveis eram todos desse nível pra baixo, então ele falou: “Cara, precisamos de umas mesas mais bacanas, mais ergonômicas, né? Um suporte pra mouse, computadores melhores, e tal!” Então, ali pro setor, do jeito que tá ali agora, é, em grande parte, graças às solicitações do meu irmão, ele é uma pessoa assim que foi decisiva nesse caráter profissional que eu, tenho tido, né? Venho tendo desde então (TRABALHADOR Gb-2).

Outra trabalhadora gráfica relata sobre o calor costumeiro nas plantas industriais das gráficas:

Em gráfica é um pouco calor, né? As máquinas dá muito calor, né? Mas tem ventilador. Tem, é lógico, mas aqui dentro é calor, mas é normal, né? Mas, a sujeira é só o papel que cai no chão, né? A poeira hoje em dia tá diferente, né? Não tem tanta poeira como antigamente, e até as tintas não têm mais aquele “cheirão” que tinha antes, sabe? (TRABALHADORA Gb-3).

Na indústria de alimentos, algumas dificuldades relativas ao espaço limitado são notadas pelos trabalhadores:

Tá bem, tá tranquilo, a gente tem assim, tem uma escala de cada um fazer um dia a limpeza, um ajuda o outro a fazer a limpeza e tudo no final do dia é feita a higienização, até antes do almoço a gente vai almoçar e deixa limpo. (...) É a temperatura, às vezes é meio quente né? Por causa dos fornos, ali tudo, principalmente no verão a gente sofre um pouco, mas dá pra aguentar. Ao ruído, a gente já acostumou. Acostumou, não é uma coisa que não incomoda, incomodava, incomoda quem chega de início. Mas é uma coisa que a gente se adapta, não é aquela coisa chata (TRABALHADORA A-2).

Tem vários fatores que tem que arrumar, que tem que melhorar com certeza. Por exemplo, a iluminação às vezes deixa a desejar bastante. A ventilação também, porque a gente não tem exaustor adequado ao ambiente, porque no verão é bem quente e dentro da fábrica é muito quente por causa do forno e é bem difícil (TRABALHADORA A-4).

No caso da indústria da confecção de bolsas, as queixas são maiores. Uma delas diz respeito às altas temperaturas no barracão industrial, que, apesar de contar com um sistema de ventilação mecânico, ainda causa desconforto:

o espaço é bom, eu acho muito mal ventilado, o calor aqui todo mundo sofre bastante. É muito quente, a água é quente, não resfia. Esse ano eles ainda colocaram uma garrafa térmica com gelo, mas eles só colocam depois do almoço, e só tinha aquilo, se acabou, acabou, o resto tomava água quente. O calor é insuportável aqui (TRABALHADORA Va-2).

A Trabalhadora Va-2 também indica pequenos problemas com a falta de ferramentas e de aparelhos utilizados para melhorarem os métodos de trabalho, que por vezes faltam nos postos de trabalho e deixam os operadores mais tensos.

A máquina é boa! O quê aqui é meio ruim é a questão de aparelhos. “Pé-de-vivo¹⁷⁹” que, ao invés de todo o setor e toda a máquina ter, nunca tem. Tem que ficar emprestando de outro setor, ou tá quebrado, e aí não conseguem. A chave de fenda¹⁸⁰ que é difícil ter, tem que ficar pegando uma da outra, não é toda a máquina que tem. Tesoura de pique, que às vezes quebra e você precisa e ‘eles não querem dar’, porque falam que já te deram, mas é uma coisa que estraga. Só isso... (TRABALHADORA Va-2).

É bem possível que estas faltas de equipamentos também prejudiquem o relacionamento interpessoal, pois são geradoras de conflitos, aspecto também

¹⁷⁹ Pé de vivo é um pé calcador da máquina de costura adaptado com um gabarito para embutir o viés (vivo) no centro de uma costura composta por dois tecidos, e isso sem a necessidade da destreza manual para guiar esse mesmo viés entre costurado entre eles, ou seja, a costureira embute o mesmo viés enquanto une, costurando, as referidas folhas de tecido. Esse acabamento pode ser visto, por exemplo, em forma de uma listra fina, e de cor contrastante, presente nas laterais de calças de alguns uniformes.

¹⁸⁰ A chave de fenda é uma ferramenta importantíssima no dia a dia da costureira, pois só com essa ferramenta ela consegue substituir agulhas, regular os pontos da costura, pelas ‘caixas de bobina’, etc. Por sua vez, a caixa de bobina é um componente essencial, pois é o que contém a linha para compor a costura em sua parte inferior.

mencionado pelas trabalhadoras. Quando falta a organização pessoal, os 'empréstimos' de ferramentas individuais podem gerar indisposições, pois, dessa forma um trabalhador interfere no rendimento do outro, e quando eles são cobrados pela direção por melhores índices de produção, a tensão gerada aumenta, e os conflitos também.

Esse problema apontado por elas, então, não diz respeito exatamente às condições físicas, mas ao chamado "clima organizacional", ou seja, o processo de inter-relação no ambiente de trabalho. Apesar de existir ajuda das trabalhadoras mais experientes no processo de aprendizado das mais novas, as respondentes informam existirem problemas inter-relacionais no setor de produção. A Trabalhadora Va-3 declara: "o relacionamento entre os colegas é mais ou menos. Não direi que a gente é aquela equipe unida, porque não é não!"

Na confecção menor, entretanto, problemas quanto às relações interpessoais não são relevados pelas respondentes. As condições físicas, face ao espaço limitado, são aquelas que mais se destacam. Sobre isso a Trabalhadora Vb-2 declara:

Olha, na limpeza até que é bom, vamos dizer assim, de 1 à 10, é 8. Entre o pessoal, assim, eu acho que tem um ambiente legal, tá? Agora, eu acho quente aqui, eu acho também pequeno pra muita coisa que tem aqui dentro, muito, muito tumultuado, deveria ter mais organização, mais espaço pra cada coisa, sabe? Assim, a gente queria mais espaço pra cortar, porque lá eu não posso ir lá atrás, eu corto ali na mesa da cozinha, porque o meu espaço ali é pequeno demais e eu não tenho uma mesa pra cortar, então se tivesse um espaço maior, mais pra cada um, seria melhor (TRABALHADORA Vb-2).

Por outro lado, no caso da indústria moveleira, em função do seu processo de usinagem, a geração de pó é bastante intensa. Além dessa, algumas outras dificuldades foram apontadas pelos trabalhadores entrevistados.

De maneira geral, as indústrias desse ramo industrial apresentam condições de trabalho que podem ser aprimoradas a partir do reconhecimento de suas inadequações e da implantação de medidas de controle necessárias, além da utilização de técnicas mais modernas de gestão, incluindo as de Segurança e Saúde no Trabalho (SESI-SP, 2004, p.31).

Sobre essas condições, os trabalhadores declararam que:

É razoável. Antigamente a gente não tinha ventilador, agora a gente conseguiu um ventilador, então tá bem melhor. Iluminação também; eles estão trocando, que antes não era muito boa, agora eles estão trocando, aos poucos estão trocando. Que não tem como trocar tudo de uma vez também,

porque não dá pra parar tudo, tem que parar aos poucos, cada setor pra trocar a iluminação. A limpeza também, cada um cuida do seu ambiente pra manter mais organizado, quando a pessoa tem um tempo, ela vai lá e limpa, então tá indo meio que assim (TRABALHADORA M-2).

Um pouco diferente foi a declaração do Trabalhador M-3, quanto ao seu local de trabalho. Diz ele:

A ventilação, é que não tinha ventilador mais, e eu sempre pedindo para mandar arrumar. Até já trabalhei em um lugar que é bem fresquinho, mas no barracão aqui é tudo fechado, não tem ventilação, e no “verãozão” um calorzão do caramba, tem que ter um ventilador pra gente. Tem que “encher o saco” para colocar o ventilador aí, uma hora ele aparece, tem que ter esperança, né? (TRABALHADOR M-3).

Sobre a mesma situação a Trabalhadora M-4 diz sentir calor “porque não entra tanta ventilação, só um ventilador ali não é o suficiente”.

Conforme os estudos do SESI-SP (2004, p. 38),

na indústria moveleira não foi observada nenhuma fonte artificial de calor, com potencial para causar dano direto à saúde do trabalhador. Todavia, o calor do Sol pode prejudicar o conforto dos trabalhadores, dependendo do tipo de instalação da indústria, como a cobertura utilizada, a altura entre o piso e o teto (pé-direito) e a ventilação.

São inúmeros os aspectos relacionados com as condições de trabalho nos ambientes de trabalho dos respondentes, porém, nesse item foram considerados os aspectos mais destacados pelos próprios trabalhadores.

5.5.1 Sobre a saúde dos trabalhadores

Que poderia caracterizar melhor o sistema capitalista de produção do que a necessidade de o Estado impor-lhe, coativamente, a adoção das mais simples precauções de limpeza e higiene? (MARX, 2012, p. 546).

Dentre os quatro segmentos industriais analisados, o setor de alimentos e o do vestuário são os que apresentam os menores pontos de riscos de acidentes de trabalho. Por outro lado, neles as lesões por esforços repetitivos ou distúrbios osteomoleculares relacionados ao trabalho (LER/Dort) podem aparecer com maior frequência.

Na indústria de panificação, por exemplo, e de acordo com o SESI-SP (2005, p. 24), existem máquinas perigosas e barulhentas que também oferecem alguns riscos físicos e de acidentes. De acordo com a entidade, são os seguintes:

- **Risco de acidentes:** corte, devido ao uso de instrumentos cortantes e queimaduras, pelo contato com material em altas temperaturas.
- **Risco ergonômico e de organização do trabalho:** transporte manual de cargas, movimentos repetitivos, postura inadequada (trabalho em pé) e trabalho em turnos, podendo causar dores, traumatismos e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT).
- **Risco físico:** trabalho em locais quentes e umidade relativa alta, podendo causar fadiga, tontura, mal-estar, hipotensão arterial.
- **Risco químico:** exposição à farinha, podendo causar alergias e distúrbios respiratórios como a asma do padeiro, e contato com açúcar, que pode levar a maior incidência de cáries dentárias.
- **Risco biológico:** exposição a fungos e leveduras, podendo causar distúrbios alérgicos e respiratórios.

No caso da indústria pesquisada, além do declarado calor e do cansaço físico, não foram observadas queixas, ou mesmo notados eventos que relacionem aqueles trabalhadores aos riscos de acidentes comuns desse segmento. Mas, no caso dos demais riscos, a empresa não é diferente das outras do ramo.

A indústria do vestuário é um local que também produz acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, assim como as LER/Dort. De acordo com SESI-SP (2003), são possíveis as ocorrências de riscos de todos os grupos, ou seja, no campo físico, no químico, no biológico, ergonômicos e dos acidentes. No entanto, os primeiros estudos sobre esses fenômenos são bastante recentes, e, assim, por muito tempo, tudo isso ficou “escondido” da sociedade.

Percebeu-se ao longo de percurso profissional que os acidentes mais comuns nessa indústria são os ferimentos nas mãos, geralmente provocados pelos equipamentos para corte dos tecidos, as perfurações nos dedos feitos com as agulhas das máquinas de costura, nas máquinas de pressão (“rebitadeiras”), utilizadas na aplicação de ilhoses e botões dessa natureza, queimaduras com ferro de passar ou pranchas aquecidas, os choques elétricos, e, bem raramente os arranhões ou perfurações no globo ocular, que são provocados por pontas de agulhas que se quebram no choque com materiais duros que, acidentalmente, entram em suas áreas de ataques e esse pequeno fragmento ao se partir, e ser lançado, pode atingir os olhos do operador.

Os mesmos estudos do SESI-SP (2003), no caso de doenças ocupacionais, apontam serem mais recorrentes as alergias respiratórias, os problemas de coluna cervical e circulatórios nos membros inferiores, geralmente acarretados pela utilização de equipamentos ergonomicamente inadequados, como por exemplo as cadeiras.

Existem, também, as perdas de acuidade visual, as perdas auditivas ocasionadas pelos constantes ruídos e as artrites nas mãos, que acometem principalmente as costureiras ao longo do tempo. Nesse processo, as LER/Dort, aparecem primeiro, e com grande incidência, as tendinites, nas mãos das costureiras. A incidência aumenta, quando elas trabalham com materiais mais pesados, ou tecidos grossos, como é o caso do jeans, lonas e outros, pelo fato de necessitarem fazer esforço maior com os dedos para pressionar esses materiais sob os calcadores das máquinas de costurar.

São também comuns as mialgias pela necessidade de erguerem pesos do chão sem se levantarem da cadeira, movimentos inadequados, e que podem se repetir durante toda uma jornada diária, também os torcicolos, entre outros.

Na primeira indústria desse segmento pesquisada existem poucas máquinas e acabamentos que exigem esses mesmos esforços, mas eles também estão presentes. A questão maior que tange a ergonomia, conforme informa a Trabalhadora Va-3, não significa mais um problema para as operadoras, pois as cadeiras, ainda um importante equipamento para as costureiras, são adequadas ao trabalho e estavam em processo de reparos. Fato que não foi verificado na segunda empresa, já que as limitações do espaço físico e equipamentos mais adequados ampliam sobremaneira problemas dessa natureza.

Quanto aos acidentes no setor de corte, a primeira empresa reduziu drasticamente essa possibilidade ao adotar o uso da máquina cortadora automática controlada por computador (CAM). Pelo fato das instalações elétricas estarem em perfeitas condições de segurança, não se aventa a possibilidade de choques no interior da planta fabril. O que não ocorre na segunda empresa, pois ali existem mais pontos de riscos.

No caso da iluminação, não foi possível realizar uma análise profunda. No entanto, na indústria de bolsas, por possuir mapa de riscos, acredita-se não existir tal problema. A segunda empresa conta com muitas janelas, mas ainda assim, as Trabalhadoras Vb-2 e Vb-3 se queixaram da iluminação e dos esforços que têm de fazer, face ao espaço “apertado” onde trabalham. Sobre esses problemas no

ambiente, a Trabalhadora Vb-3 ainda declara achar “que tudo isso é de má qualidade, espaço, limpeza, e organização. Acho que é tudo de má qualidade, e a iluminação também”. Nesse caso, a declaração diz respeito à necessária iluminação direcionada no posto de trabalho.

Na primeira indústria, apesar de não terem sido observados aspectos relevantes quanto à falta de preservação da saúde dos trabalhadores, o que não é comum na indústria do vestuário, ainda assim, dois pontos chamaram atenção.

O primeiro diz respeito à negligência de água com temperatura adequada ao consumo. É fato que a água reidrata se consumida em qualquer temperatura. Porém, é sabido que quando essa temperatura não está adequada aos nossos padrões, ou se apresenta “quente” como declara a Trabalhadora Va-2, o trabalhador pode evitar o seu consumo. Sabe-se também que a falta de água no organismo acarreta inúmeras doenças.

O segundo diz respeito à não utilização dos equipamentos de proteções individuais (EPIs), como os protetores auriculares e os óculos de segurança. No caso dos protetores pode ser interpretado como uma negligência do próprio trabalhador, que tem o equipamento à disposição, mas, por má orientação, acaba por não utilizá-lo. No caso dos óculos, por não consistirem numa obrigação legal para o empregador, estes não são fornecidos, o que é considerado um grave erro legislativo do trabalho, já que o presente pesquisador já presenciou acidente, e implantou esse equipamento em algumas indústrias, e sem qualquer resistência por parte de empresários e trabalhadores, sendo que o seu uso também não prejudicou suas produtividades. Aquisições de EPIs são também relegadas ao segundo plano e protetores auriculares, máscaras protetoras anti poeira, luvas resistentes aos cortes, os mencionados óculos de segurança, guarda-pós, toucas, entre outros, são também esquecidos.

Documentos anteriores, como o Diagnóstico (1995), indicam que a indústria do vestuário é um empreendimento, assim como tantos outros, que nascem do imprevisto “devido à costumeira falta de capital inicial, assim como pelo desconhecimento técnico, o novo empresário inicia seu negócio em condições abaixo do nível ideal para o perfeito funcionamento da empresa” (p. 31). Improvise esse que costuma crescer com a carência de diversos equipamentos e conhecimentos técnico-operacionais, com muitas indústrias seguindo sem observar as normas de saúde e segurança no trabalho.

A razão básica é que o improvisado permite ao empreendedor iniciar a empresa sem adquirir todos os equipamentos necessários para uma determinada linha de produtos (p. 11). Assim, máquinas com um determinado tipo de acabamento são substituídas por outras, com acabamentos diferentes, e com preços menores. Nessa direção, os equipamentos de trabalho e de segurança são também negligenciados. A cadeira da costureira é o exemplo mais típico, pois, geralmente, o modelo anatômico recomendado para aquele trabalho é substituído por cadeiras comuns de uso doméstico.

A questão da adequação dos ambientes fabris é um outro problema grave, pois, assim como os equipamentos são improvisados, as instalações prediais também costumam ser mal adaptadas. Conforme o SESI-SP (2003), os problemas mais comuns nessa direção ambiental são relativos à temperatura, ventilação, poeira, iluminação, espaço físico destinado a cada trabalhador, etc.

Eu acho que as máquinas estão uma em cima das outras e pouco ventilador, pouco ventilador não, mas pouca ventilação na verdade. A gente quase “morre cozida” ali dentro e o espaço para a gente circular, ali dentro não tem espaço, a gente tem que ficar achando os “becos” para passar¹⁸¹ (KELLER, 2005, p. 62, grifo no original).

A Figura 24 ilustra uma “empresa” clandestina com todos esses e, ainda, outros graves problemas.

¹⁸¹ Depoimento prestado por costureira de indústria da cidade de Toledo/PR no ano de 1994 para nossa pesquisa e dissertação.



Figura 24: Faccão operando na ilegalidade na cidade de São Paulo

Fonte: Folha Vitória¹⁸²

Esse improvisado, geralmente, vai perdurar até a visita de um fiscal do trabalho. No entanto, quando a indústria funciona na informalidade¹⁸³ isso jamais acontece, ficando a saúde e a segurança dos trabalhadores entregues à própria sorte, imersos num

conjunto de inseguranças no *mundo do trabalho*, apresentando um mal-estar geral à classe trabalhadora. O trabalhador depara-se com as mais drásticas representações de desemprego, subemprego e aviltamento salarial, sendo obrigado, para manutenção da sua vida, a aceitar as precárias condições de trabalho (LARA; CANOAS, 2010, p. 140).

Além da crise dos empregos formais, também apontada por Ricardo Antunes (2008) como mais um desses reflexos, ele ainda indica que a exploração do trabalho no Terceiro Mundo se agravou nessa fase. A busca por produtividade, pela “flexibilização da produção”, e pela “especialização flexível”¹⁸⁴, apontam para esse processo de terceirização da produção e da busca das grandes empresas por

¹⁸² Foto disponível em: <<http://www.folhavitoria.com.br/economia/noticia/2014/07/m-officer-e-processada-por-trabalho-analogo-a-escravidao.html>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

¹⁸³ Os diagnósticos anteriores estimam que existam cerca de 30 por cento a mais de indústrias informais, ou seja, 330 empreendimentos operando em Curitiba, e, geralmente, na prestação de serviços de facção.

¹⁸⁴ ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

“parceiros” menores que produzem as partes fracionadas de suas demandas. As grandes empresas, detentoras das marcas conhecidas pelo grande público, e que por isso se tornam mais especializadas na distribuição, relegam menor importância à produção dos bens.

Sabe-se que no universo da sociabilidade produtora de mercadorias, cuja finalidade básica é a criação de valores de troca, o valor de uso das coisas é minimizado, reduzido e subsumido ao seu valor de troca. Mantém-se somente enquanto condição *necessária* para a integralização do processo de valorização do capital, do sistema produtor de mercadorias. Do que resulta que a dimensão *concreta* do trabalho é também inteiramente subordinada à sua dimensão *abstrata* (ANTUNES, 2008, p. 80).

Mas o que leva alguém a abrir uma indústria da confecção do vestuário? Keller (2005) indica dois importantes fatores para isso. O primeiro é o conhecimento adquirido no manuseio de uma máquina de costura simples, ou seja, o início dessa profissionalização ocorre geralmente em casa, sendo também uma atividade quase que exclusivamente feminina. Ao longo do tempo,

o aprendizado da costura, como mais uma das atividades domésticas, a fim de suprir suas necessidades, do esposo e dos filhos, permitiu a muitas mulheres buscar ofício de costureira a domicílio, usufruindo do ganho derivado dessa habilidade, sem precisar se ausentar do espaço doméstico (LIMA, 2010, p. 7).

O segundo é o custo de um posto de trabalho na indústria da confecção, que é um dos menores, se comparado a outros segmentos industriais. No processo de implantação de uma indústria do vestuário, de certa forma, são aceitos os já mencionados improvisos na substituição de máquinas e processos. Nesse sentido, registra-se que o investimento para a montagem de um posto na indústria do vestuário representa cerca de 60 por cento daquilo que é necessário para fazer o mesmo em uma indústria gráfica¹⁸⁵, que é também considerada uma indústria que requer baixos investimentos para seu funcionamento.

Ainda de acordo com o SEBRAE (2014), o custo médio da maquinaria necessária a uma gráfica gira em torno de R\$ 10 mil¹⁸⁶. No entanto essa indústria,

¹⁸⁵ De acordo com: SEBRAE. **Ideias de negócio:** como montar uma gráfica. Série Empreendedorismo, Brasília. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/momento/quero-abrir-um-negocio/que-negocio-abrir/ideias-1/ideias-de-negocios/ideias-de-negocio/visualizar-ideias/documento/6C30F916B8212AC7832579D600506D40/campo/impNeg>>. Acesso em: 31 jul. 2014.

¹⁸⁶ De acordo com a mesma publicação dessa entidade.

atualmente, não funciona minimamente sem uma impressora tipo offset, que tem preço de R\$ 25 mil¹⁸⁷, enquanto que na confecção, com três máquinas, sendo uma de costura reta – ponto 301 – que é a mais conhecida (Figura 25), uma overloque – ponto 504 – (Figura 26), e uma goleira – ponto 407 – (Figura 27), sendo essa a mais cara, chegando a custar R\$ 6 mil, se pode montar uma pequena produção de roupas de tecidos de malha, e a quantia de todas elas juntas não alcança o preço de uma impressora offset.

Como, no Brasil, ainda cabem à mulher as responsabilidades domésticas e a maior responsabilidade pela criação dos filhos, é ela quem acaba por iniciar, e muitas vezes em casa, o seu próprio negócio. Fenômeno semelhante ao que acontece com o setor de alimentos.

O aumento do número de micro empresas abertas desses segmentos no país também são fatos decorrentes das transformações econômicas geradas pelas diversas crises desde a década de 1970. A redução de estrutura das grandes empresas e da terceirização forçou a abertura de inúmeras pequenas indústrias, que são montadas com menor capital inicial, daquilo que é o mínimo necessário para uma estrutura ideal.

Sem as já referidas condições mínimas de trabalho, presume-se que o quadro das doenças laborais tenha se agravado. Foram vários os setores onde o enxugamento estrutural das grandes empresas ocorreu. O setor calçadista, o moveleiro, o de alimentos, o gráfico, são exemplos marcantes.

¹⁸⁷ Idem.



Figura 25: Máquina de costura reta (ponto 301) com controle numérico
Fonte: Baiano máquinas¹⁸⁸



Figura 26: Máquina de costura overloque
Fonte: Maqpontocostura¹⁸⁹



Figura 27: Máquina de costura goleira
Fonte: Glossário Fashion¹⁹⁰

Estudos elaborados na cidade de Franca, interior do Estado de São Paulo, demonstraram que muitas pequenas indústrias do setor de calçados foram abertas, momento em que se agravou o quadro das doenças laborais na cidade (NAVARRO;

¹⁸⁸ Disponível em: <<http://www.baianocostura.com.br/products/M%C3%A1quina-de-Costura-Industrial-Reta-Eletr%C3%B4nica-de-1-Agulha.%C2%A0%252d-C%C3%B3d.-SSTC7280EME3.html>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

¹⁸⁹ Disponível em: <<http://www.maqpontocostura.com.br>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

¹⁹⁰ Disponível em: <<http://www.glossariofashion.com.br/site/2014/08/27/galoneiraponto-de-galoneira/>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

PRAZERES, 2010). Essa indústria tem características muito semelhantes às do vestuário, pois

o segmento que se dedica à produção de calçados de couro, em especial, se caracteriza pelo emprego intensivo de trabalho vivo, apresenta baixa concentração de capital e adota processos produtivos que, de forma geral, não se utilizam de tecnologias sofisticadas, exceto adotadas em algumas etapas da produção como o design e, mais recentemente, o corte da matéria-prima (p. 182).

Assim como na indústria do vestuário, a montagem a domicílio das partes dos calçados, “provocou ou fez aumentar a precarização das condições e das relações de trabalho” (p. 186).

No caso da indústria moveleira, por sua vez, os riscos de acidentes são bem maiores, assim como as LER/Dort. Segundo o mesmo SESI-SP (2004, p. 37-48), os riscos nessa indústria perpassam por:

- **Risco físico:** são considerados como fatores de risco físico o ruído, a vibração, a umidade, as radiações ionizantes e não ionizantes e a temperatura extrema. Na indústria moveleira o fator de risco físico preponderante é o ruído.
- **Risco químico:** na indústria moveleira são utilizados diversos produtos químicos para proteger, colar e dar acabamento às superfícies dos móveis.
- **Risco biológico:** Na indústria moveleira, pode ser considerado como fator de risco biológico a exposição aos fungos causadores de micoses e aos esporos do bacilo causador do tétano que podem estar na madeira bruta a ser manipulada. Como em outros ramos de atividades, os trabalhadores que executam a limpeza das instalações sanitárias e os envolvidos na coleta de lixo podem estar expostos a microorganismos diversos.
- **Risco ergonômico:** os riscos ergonômicos podem estar relacionados à organização do trabalho, ao ambiente laboral e ao trabalhador.
- **Risco de acidente:** Os fatores de risco de acidentes são decorrentes de situações inadequadas nos locais de trabalho, que podem ser desde a utilização de procedimentos improvisados até problemas de arranjo físico. Na indústria moveleira, as partes móveis das máquinas, equipamentos e ferramentas representam a maior probabilidade de riscos de acidentes, abrangendo pontos de operação, mecanismos de transmissão de força (polias, correias, conexões de eixos, engrenagens), mecanismos de alimentação e partes auxiliares da máquina.

A pesquisa revela que nessa indústria não há queixas quanto aos riscos. No entanto, os possíveis acidentes com o manuseio de máquinas são fatores que limitam o trânsito das trabalhadoras por alguns setores fabris. Sobre isso a Trabalhadora M-2 informa: “sei mexer praticamente em todas¹⁹¹. As que eu não mexo são a plaina, a

¹⁹¹ As máquinas.

serra circular e a refiladeira. Só nessas que eu não mexo”. Essas são máquinas que segundo o SESI-SP (2004) apresentam maiores riscos de acidentes. Já a Trabalhadora M-4 coloca dessa forma: “Eu não sei a parte de marcenaria dos homens”. Quando perguntada qual era a “marcenaria dos homens”, explicou que: “é a plaina, a máquina de corte, de serra, essas assim”. Independente desses depoimentos, nota-se que nessas fábricas, além dos ruídos identificados pelo SESI-SP (2004), há grande incidência de pó gerado por todos os processos de usinagem e lixamento. O pó, além de penetrar às vias respiratórias, podem irritar os olhos e a pele.

A indústria gráfica também apresenta vários pontos de riscos e de acidente, pois as máquinas de corte de papel, principalmente as guilhotinas, são as mais perigosas. As prensas e as rotativas também oferecem grande perigo, apesar das máquinas e os equipamentos mais modernos reduzirem a quase zero o risco de acidentes, tornando esse ambiente fabril mais seguro nessa direção. No entanto, em algumas empresas, as antigas máquinas ainda podem ser vistas em uso. De acordo com o SESI-SP (2006), os riscos na indústria gráfica podem ser físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e acidentes. Quanto às doenças adquiridas no trabalho, são verificadas em maior escala aquelas relativas à surdez provocada pelos intensos ruídos gerados neste ambiente fabril.

Vários autores citam o ruído como o principal agente de risco na Indústria Gráfica. Este ocorre principalmente nas etapas de impressão e pós-impressão, devido à utilização de máquinas rotativas e dobradeiras. O ruído é definido como um som indesejável e nocivo à saúde dos trabalhadores, podendo ocasionar, além de alterações auditivas, distúrbios de equilíbrio, do sono, psicológico, social, bem como alterações nos sistemas circulatório digestivo e reprodutor (SESI-SP, 2006, p. 30).

Além das alergias e os problemas respiratórios, que são provocados por agentes como poeira e os produtos químicos utilizados no processo como os fixadores, reveladores, reparadores, tintas e solventes orgânicos (diluentes de tintas e limpeza de equipamentos), que penetram no organismo do trabalhador pelas vias cutânea, digestiva e respiratória. Dependendo do produto químico utilizado, sua manipulação, a concentração no ambiente e o tempo de exposição do trabalhador, podem ocorrer outros sintomas como cefaleia, tontura, irritação ocular, problemas de pele pelo contato, episódios depressivos e outros relacionados ao sistema nervoso.

Os agentes biológicos são: vírus, bactérias, fungos, protozoários e parasitas. Segundo a OIT, na Indústria Gráfica os trabalhadores estão expostos aos agentes biológicos em duas situações: instalações antigas, que podem estar infestadas por roedores e insetos, entre outros; contato com tintas utilizadas para impressão, as quais contêm, em sua formulação, componentes que funcionam como nutrientes para o crescimento de microrganismos. Além disso, a presença de sistemas de ar condicionado, divisórias de madeira, equipamentos e plantas que podem conter poeira, fungos e ácaros, quando não são limpos adequadamente e com regularidade, também causam alergias e problemas respiratórios (SESI-SP, 2006, p. 31).

Sobre os aspectos ergonômicos, e ainda de acordo com essa entidade,

a maioria dos especialistas afirma que, na Indústria Gráfica, é difícil generalizar os problemas ergonômicos, pois cada empresa apresenta um aspecto diferente da outra. Porém, alguns relatam que as empresas de pequeno porte apresentam aspectos em comum, como transporte manual de cargas e trabalho contínuo em pé, e que, nas de maior porte, o ritmo de trabalho é intenso e com expedientes noturnos (SESI-SP, 2006, p. 31).

A forma como nasce uma gráfica se assemelha as demais indústrias, quando o mínimo de equipamentos é disponibilizado, e às vezes nem isso, segundo as informações dos próprios empresários. De acordo com os estudos de Presas e Presas ([org.], 2007), essa é uma indústria de trabalho familiar, ou seja, os pais acabam ensinando os filhos, que dessa forma se qualificam profissionalmente. O Empresário Ga-1, herdeiro da empresa em questão, respondeu que fora seu pai quem, no ano de 1982, adquiriu a empresa sem qualquer experiência anterior, tendo sido ele próprio quem o trouxe para o ambiente fabril. Com os Trabalhadores Ga-2 e Ga-3, dessa mesma empresa, não foi diferente. Isso também aconteceu com o Empresário Gb-1, e seu irmão e sócio, que aprenderam com o pai a operarem uma gráfica.

O drama da falta de ações preventivas e equipamentos de segurança também é uma realidade comum às pequenas indústrias desse setor, pois frente à atual conjuntura econômica, elas também encontram suas dificuldades nessa direção. Ainda assim, nenhuma grande anormalidade foi notada. Inclusive, na primeira gráfica foi verificado serem baixas as taxas de ruídos, já que operam com duas offsets de pequeno porte, e os dois trabalhadores mantêm aquele espaço físico organizado e seguro para os trabalhos.

Nessa direção, o que chama atenção foi o fato desses próprios trabalhadores fazerem as limpezas dos equipamentos ao final do expediente, sendo notado que suas mãos estavam sujas de resíduos de tinta e solventes, por conta da execução dessa limpeza. Assim como indicam os estudos do SESI-SP (2006), outro ponto

observado diz respeito à necessidade de estudos de ergonomia naquela empresa, já que os impressores trabalham quase que integralmente em pé e que eles próprios operam as máquinas e transportam os materiais e os produtos semiacabados em processo e os já finalizados.

A segunda gráfica apresenta um índice de ruídos bem maior que a primeira, no entanto com menores riscos, já que os trabalhadores contam com os protetores auriculares e outros EPIs.

Percebe-se, entretanto, que a falta de qualificação profissional agrava os fatores relativos aos aumentos de riscos e doenças ocupacionais, pois num curso profissionalizante o trabalhador aprende como manter uma conduta preventiva. De posse de tais conhecimentos, ele passa a solicitar ao empregador todas as infraestruturas capazes de lhes garantir tais direitos. Por outro lado, tal desconhecimento também por parte dos pequenos empresários agrava a situação relativa à saúde desses trabalhadores.

5.5.2 Sobre as condições socioeconômicas dos trabalhadores

Desde o mundo antigo e sua filosofia, o trabalho vem sendo compreendido como expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão. (...) Essa dimensão dúplice e mesmo contraditória presente no mundo do trabalho que cria, mas também subordina, humaniza e degrada, libera e escraviza, emancipa e aliena, manteve o trabalho humano como questão nodal em nossa vida. E, neste conturbado limiar do século XXI, um desafio crucial é dar sentido ao trabalho, tornando também a vida *fora* dele dotada de sentido (ANTUNES, 2005, p. 11-12).

Diferente do que ganham os trabalhadores das indústrias de alimentos, moveleira e do vestuário, os profissionais oficiais da indústria gráfica recebem cerca de 100% a mais do que esses outros. Tal fato se deve à maior complexidade operacional, o custo de alguns dos equipamentos que eles operam, à necessidade de saberem operar, muitas vezes simultaneamente todo o conjunto de equipamentos, e ao próprio processo histórico do setor na cidade.

Os profissionais gráficos, tanto da primeira indústria quanto da segunda são polivalentes, sabendo trabalhar em todas as máquinas do processo, também sabendo organizá-lo e conduzi-lo, dispensando supervisores de produção. O piso salarial da

categoria estabelecido pelos sindicatos é de R\$ 2.130,00 (dois mil cento e trinta reais)¹⁹². O Trabalhador Ga-2 assim declara sobre este salário que recebe: “É, vai ser esse aí, né? A minha realidade atual é o piso salarial do sindicato, então menos que isso eu não posso ganhar. Mas tem empresas que pagam acima da tabela do sindicato”. Por outro lado, o Trabalhador Ga-3 se mostra satisfeito com a quantia que ganha, sendo o seu depoimento favorável.

Observando em outros lugares eu acredito que esteja numa faixa boa. Porque tem algumas divisões né? Esse cargo de impressor é dividido de acordo com o maquinário que você opera, né? Tipo eu, que estou registrado como Impressor Formato 4, mas eu trabalho na bicolor também, e às vezes, tipo hoje trabalhei. Aí conforme o maquinário é um valor sabe? Um pouco mais um impressor bicolor ganha, e tem o formato da máquina também, quanto maior a máquina, maior é o salário, porque tem dificuldades né? Pra trabalhar nelas (TRABALHADOR Ga-3).

O Trabalhador Gb-4 assim declara: “meu salário eu vejo como... Ah! Avalio como sendo bem básico”. No entanto, mais à frente na entrevista assim comentou: “tô bem sossegado assim, tipo, eu gosto do que eu faço, e que nem esses tempos aí que deu as crises no Brasil aí. Pra mim não atingiu, continua acho que a mesma coisa, não passei fome, minhas contas estou conseguindo pagar, essas coisas”.

Esse trabalhador ainda declara que aparecem serviços extras, os quais, quando ele aceita, não é para melhorar a sua renda, mas para ajudar outros colegas, e muitos trabalhos ele prefere recusar. Sobre isso, assim ele explica as razões para executar ou não esses extras:

Eu faço sim, mas não só pra complementar renda porque tá faltando dinheiro, mas sim porque me chamam às vezes, né? Eu vou lá ajudar. E eu vou fazer um bico fora, assim, de impressor. Quando me chamam, não é assim direto, às vezes até me recuso, porque às vezes estou cansado, quero ir no mercado, então eu falo: “não, hoje eu não quero!” (TRABALHADOR Gb-4).

Com menores rendimentos que os gráficos seguem os trabalhadores do setor mobiliário. O profissional com maior experiência prática declara receber cerca de mil e cem reais líquidos. E sobre formas de rendas extras e outros trabalhos ele diz: “Não tenho. Chego lá em casa, o que a gente não pode pagar para os outros a gente faz”. E sobre horas extras completa: “Eu fiz muita hora extra, mas eu vi que nunca resolveu

¹⁹² Salário que vigorou de maio/2014 a maio/2015.

isso, não deu para mudar nada! Mas sempre que se apura aqui, a gente faz, faz hora extra” (TRABALHADOR M-3).

A Trabalhadora M-4 declara que faz horas extras, e não só por necessidades da empresa, mas por necessidades suas também. Sobre os seus rendimentos a Trabalhadora M-2 assim relata:

Hoje em dia tá complicado. O preço do alimento tá muito caro. Não está bom. Hoje em dia não está bom (o salário). Já esteve, mas hoje em dia não. Bom, porque nos últimos seis meses as coisas subiram absurdamente. Antes disso tava bom, mas agora tá bem complicado (TRABALHADORA M-2).

As indústrias de alimentos, juntamente com as do vestuário, são aquelas que pagam mais baixos salários aos seus trabalhadores. Um fato comum entre esses dois segmentos é a já comentada maior ocupação do trabalho feminino. Essa pode ser uma, senão a maior, explicação para o fenômeno. Na mesma indústria os salários pagos giram em torno de mil reais, o que causa insatisfação por parte desses trabalhadores. Por exemplo, a Trabalhadora A-2 diz que para a “minha profissão mesmo, eu acho que é pouco”. A Trabalhadora A-3, por sua vez fala que:

como está hoje a situação, no mercado está tudo caro, e como eu tenho uma filha, de vez em quando a gente apertada. Sozinha trabalhando e tomando conta de filha não dá, tem o marido que precisa ajudar, senão não consegue se virar com R\$1.031,00, no caso não se vira. Com uma criança em casa não tem jeito, sempre é um gasto a mais (TRABALHADORA A-3).

Essas mesmas trabalhadoras do setor de alimentos declararam não ter outro trabalho extra, pois suas rendas são complementares à família. Duas delas declararam ter de trabalhar nos afazeres do lar, o que também as impede de darem prosseguimento aos seus estudos. Outra declaração é que não participam de seus sindicatos, não usufruindo de qualquer serviço que esses possam prestar aos sindicalizados.

Nesse mesmo sentido, seguem as costureiras com as mesmas insatisfações. A Trabalhadora Va-2 declara que “o salário nas outras empresas é mais ou menos isso, só que nas outras empresas ainda tem alguns benefícios, tem alguma coisa a mais, e aqui não tem”. Sobre o salário a Trabalhadora Va-3 declara não estar satisfeita, e, como não poderia ser diferente, declara que a maioria de suas colegas também demonstram o mesmo descontentamento.

Sobre outros empregos e complementação de suas rendas a Trabalhadora Va-2 informa não ter qualquer outro trabalho, assim como não costuma fazer horas extras, já que esses ganhos “não compensam o dinheiro que paga para a babá”. Ela tem uma filha muito pequena, e não tem a presença do pai da criança em casa. A Trabalhadora Va-3 também não possui outro emprego, mas no caso das horas extras ela diz fazer, porém, mais no sentido de colaborar com a empresa quando esta precisa, porque os ganhos não são atrativos em seu julgamento. O fato é que essa não é uma prática comum, e suas ocorrências não ultrapassam a média de dois dias por mês. No caso de suas colegas da outra indústria, as insatisfações são as mesmas.

Nessa direção a Trabalhadora Vb-2 declara que necessita trabalhar um pouco mais em casa para ampliar a sua renda. Sobre isso ela informa que faz assim:

tenho uma interloque e uma reta na minha casa, então eu pego muito conserto para fazer. É o que me ajuda bastante. Não, eu faço pras pessoas que vai lá em casa, pede pra fazer uma barra, pede pra fazer, aperta aqui, faz uma blusa, faz uma barra, é tipo assim, um conserto. **Daí isso ajuda bastante, num sábado e domingo de noite assim, eu faço muita coisa, sabe? E daí me ajuda** (TRABALHADORA Vb-2, grifo meu).

Sobre horas extras diz ainda que já utilizou muito desse expediente, mas que ultimamente não tem trabalhado extraordinariamente na empresa, pois necessita atender seu marido que tem doença que o impossibilita de trabalhar, estando aposentado por invalidez. Costurando em casa, ela pode atender mais prontamente o seu marido. E, finalmente, sobre a sua remuneração ela apenas diz que “é muito baixa, muito baixa!” (TRABALHADORA Vb-2). Sua colega Vb-3 declara a mesma insatisfação.

5.5.3 Participação sindical

Quanto às participações dos trabalhadores entrevistados junto de seus sindicatos foi observado que apenas um deles, da indústria gráfica, usufrui dos serviços ofertados pela entidade. No entanto, não foi verificada atuação mais incisiva desses sindicatos junto aos trabalhadores naquilo que diz respeito à luta pelos seus direitos.

Cada vez mais atuando sob o prisma institucional, distanciando-se dos movimentos sociais autônomos, o sindicalismo vive uma brutal crise de identidade. Penso que se trata mesmo da *mais aguda crise no universo do trabalho*, com repercussões fortes no *movimento* dos trabalhadores (ANTUNES, 2008, p. 168).

Os outros trabalhadores da gráfica informaram não terem qualquer participação, não pagando mensalidades, ou participando de reuniões ou das suas convocações. Os trabalhadores da primeira gráfica visitada declararam que o sindicato, por sua vez, raríssimas vezes procurou a empresa, e que, por isso, desconhecem quaisquer ações efetivadas por ele. Assim informa o Trabalhador Ga-2 sobre sua participação sindical:

eu gostaria de ser sindicalizado, eu já fui sindicalizado, mas o sindicato ele dificulta um pouco pra gráficas menores, por causa que ele, se você quiser ser sindicalizado e pagar a mensalidade pra ter direito aos benefícios dele, em todo assim como os convênios essas coisas você tem que pagar uma mensalidade pro sindicato e uma empresa com menos de, acho que 10 funcionários eles não vem recolher esse dinheiro, aí você vai. No caso aqui nós estamos em menos, ia ter que ir até o sindicato uma vez por mês ia ter até a sede deles pra pagar minha mensalidade, e então daí eu já acho que fica difícil pra eu conseguir (TRABALHADOR Ga-2).

Esse trabalhador desconhece que, compulsoriamente, contribui para o sindicato, e apenas não paga a mensalidade sindical para auferir dos seus demais benefícios. No entanto, o já citado Trabalhador Gb-4 declara usufruir dos serviços oferecidos pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Estado do Paraná (STIGPR). Diz ele que:

olha, dificilmente. Assim, eu pago anos e anos, e uso lá de vez em quando. Assim, um dentista e clínico geral com minha esposa, as vezes vou na piscina lá. (...) Tem piscina lá na sede lá, lá no Pinheirinho¹⁹³. (...) É, que nem as casas das praias que também tem lá, que esse daí é mais em conta. É R\$25,00 a diária, e daí compensa mais pegar pelo sindicato, tu pega lá, e passa os dias que você quiser. (...) É, eu procuro me informar, que nem minha esposa ela gosta de ir na praia as vezes, e fala: “olha, pega lá a casa do sindicato”. Aí eu vou pra lá (TRABALHADOR Gb-4).

No entanto, nenhuns dos gráficos entrevistados se referiram quanto às participações nas lutas de classe promovidas por seu sindicato.

¹⁹³ Bairro da cidade de Curitiba.

De acordo com os depoimentos dos trabalhadores, na indústria do vestuário as participações são menores ainda. A Trabalhadora Vb-3, por exemplo, declara nunca participar do sindicato e o que sabe sobre a entidade é que “às vezes eles mandam um papel com informações pra nós” – esses são os informativos pertinentes às lutas da classe e a outras informações e orientações aos trabalhadores –, e sua companheira reforça aquilo que ela diz, e ainda tece críticas. Assim declara: “olha, eu acho que um dos piores sindicatos que existem é o do vestuário, mas eu não tenho relação nenhuma” (TRABALHADORA Vb-2).

No caso das trabalhadoras da indústria de bolsas, as respostas foram bem semelhantes, ou seja, não participam e apenas leem os panfletos deixados na empresa.

Os trabalhadores no setor de alimentos e no moveleiro também reforçam esses depoimentos anteriores. A Trabalhadora A-2 em curtas palavras assim declara: “esse só fui uma vez. Quando eu saí daqui”. A declaração diz respeito ao único contato que teve com seu sindicato, no momento em que foi demitida dessa mesma empresa, qual retornou meses depois para trabalhar. Sua companheira a Trabalhadora A-3 forneceu as seguintes declarações: “para dizer a verdade, eu nunca precisei de sindicato, no caso se eu preciso do serviço deles? (...) Eu nunca precisei de sindicato eu nunca fui ao sindicato, então eu não sei te responder”. Também, sem ser diferente, a Trabalhadora A-4 diz não ter também uma relação muito próxima com essa entidade.

A Trabalhadora M-2 informa que “não participa, mas contribui”, referindo-se à contribuição compulsória. No caso do Trabalhador M-3, ele declara: “contribuo, desconta um dia para o sindicato. Agora com o sindicato não tem nada mais do que isso, só aquele contato lá”. Por fim, a última entrevistada da empresa, a Trabalhadora M-4 reforça dizendo: “eu nunca procurei o sindicato. Nem eles também nunca me procuraram”.

A baixíssima participação dos trabalhadores dessas pequenas indústrias nos seus sindicatos pode indicar o enfraquecimento dos mesmos na cidade de Curitiba e sua Região Metropolitana. Fenômeno que talvez se repita em outras importantes regiões do país, indicando o sucesso do modelo político neoliberal brasileiro. Seria esse um sinal desse mesmo sucesso com vistas a enfraquecer as entidades que lutam pelos direitos dos trabalhadores e a “dessindicalização” já apontados como possibilidades por Ricardo Antunes (2008, p. 65-73)? A que ponto esses sindicatos, a

cada dia com menor força, podem interferir nos processos de formatação dos cursos profissionais, ou até mesmo oferece-los à comunidade?

O SENAI, legalmente, é também mantido pela contribuição compulsória dos trabalhadores. Mas com o citado “enfraquecimento” dos sindicatos, a luta para que essa entidade seja, de fato, administrada por um conselho tripartite, na qual a participação dos trabalhadores seja mais relevante, segue ficando esquecida. Os sindicatos, uma vez empobrecidos e impregnados pelas ideologias dominantes, se afastam ainda mais das lutas de classe, assim como de interesses que se alinhem ao desenvolvimento da educação profissional em prol do trabalhador.

Todas as dificuldades declaradas pelos trabalhadores e também pelos pequenos empresários dizem respeito, basicamente, às poucas ofertas de cursos, e à inadequação de seus conteúdos, cargas horárias e aos preços que “costumavam” serem cobrados no SENAI. Em menor grau, as reclamações se dirigem aos horários e locais onde são ofertados. São todos problemas que, por hipótese, com a participação ativa dos sindicatos dos trabalhadores seriam equacionados em prol da classe trabalhadora. Declararam alguns dos trabalhadores entrevistados que não buscaram aprimoramento profissional por alguns desses motivos.

5.5.4 O lazer dos trabalhadores

Quanto ao direito ao lazer, observa-se trabalhadores que, naquele pouco tempo e dinheiro que têm, tentam satisfazerem essa necessidade com seus limitados recursos. Observa-se, porém, que alguns dentre eles, por necessidades para complementar sua renda realizam trabalhos extraordinários, dificultando ainda mais o alcance desse direito. As mulheres, com seus afazeres domésticos, têm ainda maiores limitações nessa direção, e algumas declararam apenas se distraírem com a televisão. Percebeu-se que uma dessas trabalhadoras não tem, sequer, direito ao repouso semanal, pois costura para fora no sábado e domingo, sendo que essa pequenina renda extra é fundamental para a sua sobrevivência e a do seu marido que se encontra doente.

Durante o dia natural de 24 horas, só pode um homem despender determinada quantidade de força de trabalho. Do mesmo modo, um cavalo só pode trabalhar, todos os dias, dentro de um limite de 8 horas. Durante uma parte do dia, o trabalhador deve descansar, dormir; durante outra, tem de satisfazer necessidades físicas, alimentar-se, lavar-se, vestir-se etc. Além de encontrar esse limite puramente físico, o prolongamento da jornada esbarra em fronteiras morais. O trabalhador precisa de tempo para satisfazer necessidades espirituais e sociais cujo número e extensão são determinados pelo nível geral de civilização (MARX, 2012, p. 270-271).

Os trabalhadores gráficos foram aqueles que declararam maior espaço ao lazer em suas vidas. Indubitavelmente, os maiores salários são responsáveis pelo maior gozo desse direito. O Trabalhador Ga-2, por exemplo, joga futebol com amigos por duas vezes na semana, e o seu companheiro de fábrica, o Trabalhador Ga-3, por estar concentrado em preparativos para o seu casamento, e a sua companheira se encontra em fase de estudos para a prestação de concursos públicos, declara apenas visitar frequentemente a família de sua noiva, declarando não fazer nada nesse sentido.

Já o Trabalhador Gb-4 indica realizar atividades ofertadas pelo seu sindicato, como piscina e estadas em hotel no litoral, assim como, outras com seus filhos, consideradas normais e saudáveis nessa relação paterna, como ir ao parque, jogar bola, e até mesmo o vídeo game, que ele pode ter acesso. O Trabalhador Gb-2, por exemplo, mostra-se consciente sobre esses direitos, conhecendo o verdadeiro conceito de lazer, porém, assim declara:

É, eu tinha, como eu falei antes, uma banda. Eu era músico e isso era uma coisa que eu gostava, gosto ainda. Eu não tenho mais, mas não perdi a esperança de um dia voltar a ter uma outra banda, e a gente continuar tocando. Mas hoje não tenho tempo mais, porque faço os amplificadores valvulados. Então, olha, desde dezembro, **graças a Deus**, eu tive duas encomendas, e **eu não tenho mais finais de semana**, e muitas vezes eu chego em casa à noite, e não tem assim, nada que eu possa fazer que seja pra diversão, ou eu faço uma coisa que eu preciso, né? Ou cinema, essas coisas, televisão, eu assisto muito pouco, na verdade eu não assisto televisão, a gente se diverte com série na Internet, porque eu tenho até uma ojeriza, assim, de televisão. Eu acho que os caras mentem demais, e é uma forma de manter as pessoas burras, eu acho que os caras empurram muita coisa, e eu acho que aquilo dali não trás crescimento nenhum. Infelizmente canais como Cultura, canais assim, “putz” cara, de conhecimento, geografia, história, essas coisas que são coisas legais, que eu acho que poderia ter na televisão e não tenho. Uma época que eu podia pagar TV a Cabo eu gostava de assistir televisão, poxa, era Discovery Chanel, era National Geographic, coisas assim que eram meu “lazerzinho”. Atividade esportiva eu não pratico, dá pra falar que sou sedentário, saio de casa de moto, e volto e então não tenho assim essa atividade de esportes, assim, pra poder falar. (...) Não, eu não jogo uma bola, não jogo um basquete, ou coisas assim. Porque também abri mão de vícios; que nem eu, que bebia bastante cerveja, agora eu prefiro comprar uma fralda, um lenquinho umedecido, do que tomar uma gelada. Pra

mim, eu até achei que aquilo ali tava meio que me fazendo mal. Então larguei mão também, muita gente considera isso como lazer, pra mim não é. Pra mim nunca foi assim, é uma coisa que eu gosto de fazer, não tem, cara se fosse falar, eu sou chato, sou tido como chato, minha mulher fala que sou chato. Ah! Você não gosta de sair de casa. Poxa, mas é que quando eu quero relaxar eu não quero fazer nada, entendeu? Então eu acho que isso é uma forma de lazer, cara, posso tá errado também, né cara? Infelizmente (TRABALHADOR Gb-2, grifo meu).

A Trabalhadora Gb-3, diz que em função da idade mais avançada, prefere assistir televisão e passear em parques e outros quando tem vontade.

Todos os demais trabalhadores dos outros três segmentos forneceram declarações semelhantes às dessa mesma trabalhadora. Os baixos rendimentos, menores escolaridades, assim como, as limitadas atuações de seus sindicatos nessa direção, além do desconhecimento dos direitos que têm para desfrutar das ações oferecidas pelo SESI, são prováveis limitadores no alcance de seus direitos a melhores lazeres.

Trabalhadoras da indústria de alimentos declararam, em geral, que assistem filmes, passeiam em parques, e visitam seus familiares. A Trabalhadora A-2, por exemplo, diz assim: “a gente passeia, vai no parque, às vezes viajo pra visitar a minha sogra que fica no interior, então a gente vai na praia, saímos assim”. Sua colega, a Trabalhadora A-3, quase que com as mesmas respostas, declara: “a gente sai aqui em Curitiba, parque, shopping, final de ano e feriado a gente vai geralmente para a praia, a maioria é isso”. E a Trabalhadora A-4, com opções de lazer semelhantes fala que: “geralmente é cinema ou então parque, mais ou menos isso, e nada mais”.

Os trabalhadores da indústria de móveis, com as mesmas opções de lazer, seguiram com respostas idênticas. A Trabalhadora M-2, assim informa: “bom, churrasquinho no final de semana na casa dos irmãos, um shopping quando dá, quando sobra um dinheiro”. Além disso, ela diz ir, muito raramente, ao parque. No caso da Trabalhadora M-4 nada tão diferente, ela relata que gosta de sair com a filha, “ir ao parque, ir ao shopping, levar ela no zoológico, fazer passeio com a família”, mas que em poucos finais de semana por mês. Já o Trabalhador M-3 declara:

eu gosto de navegar na internet, ler livro, ver as notícias, testar os programinhas, vai que tem alguma coisa bacana? Ver filmes, essas coisinhas. Chato é ver televisão, não tem nada que presta na televisão, é terrível a coisa. Então, a gente inventa umas coisas diferentes, porque você inventando, você vê o que quiser, você não fica preso à televisão (TRABALHADOR M-3).

No caso da indústria do vestuário foi observado que os trabalhadores realizam ainda menos atividades de lazer. A Trabalhadora Va-3 fala que adora ver filmes, por isso sua diversão consiste em assisti-los em casa nos canais abertos, ou com vídeos alugados. Ela também declara que, não frequentemente, costuma ir ao cinema. Paralelamente, indica que seu projeto de aquisição futura é uma televisão de tela plana e grande. Já a Trabalhadora Va-2 declara passear nos parques com a pequena filha, também ir ao zoológico, e caminhar nesses locais. São esses ambientes públicos quais a cidade de Curitiba oferece em maior número e com mais qualidade. Essa mesma trabalhadora declara ter como sonho tirar a carteira de motorista e adquirir um automóvel, para ela um “carrinho mais barato”. Sonho este que apenas será possível através da ajuda paterna. Fora isso, ela declara não fazer mais nada em especial, além de ficar em casa e em família com seus pais e sua filha. A Trabalhadora Va-4 diz gostar “de passear nos fins de semana com as amigas, ir ao shopping e ao cinema, e ver televisão também”.

Na outra indústria a Trabalhadora Vb-2, sem lhe ser feita diretamente a pergunta sobre isso, deixou claro, durante o processo de entrevista, que seu “único” lazer é a televisão, e que a falta de recursos e a pequena renda familiar não lhe permitem despesas que transcendam ao estritamente necessário para viver. Conforme descrito anteriormente, seu trabalho é ininterrupto e seus rendimentos se resumem às necessidades diárias para sobreviver.

Na mesma empresa a outra trabalhadora, mesmo tendo uma vida um pouco mais estável economicamente que a sua companheira, ainda assim, declara:

olha, eu praticamente não gosto muito de sair, sou bem caseira, não tenho lazer assim. Minha vida é chegar sexta, sábado, domingo, e fazer faxina na casa, deitar no sofá, e eu não curto muito esse negócio de sair. (...) É o de sempre, acho que toda mulher eu acho que é isso. Não, não faço nada para isso em casa não (TRABALHADORA Vb-3).

O outro trabalhador, operador do setor de corte, mas que em função do cargo tem melhor salário, e conseqüentemente menores problemas financeiros, usufrui de maiores direitos ao lazer que suas colegas de produção, e assim relata:

futebol sempre que eu posso, jogo bola todo sábado, e tendo tempo vou com a família passear, ir no parque com minha filha, cinema, é isso que a gente mais faz. Eu levo minha filha no parquinho pra brincar, e de vez em quando a gente vai no cinema, no caso (TRABALHADOR Vb-4).

Esse trabalhador é um profissional recentemente contratado pela pequena indústria, recebe um salário de R\$ 1.870,00, um valor acima daqueles geralmente pagos aos outros da sua categoria. A falta de profissionais com experiência colabora positivamente para o aumento dos mesmos. No entanto, esse mesmo profissional declara já ter trabalhado em indústria de médio porte, também como autônomo prestando serviços de cortador, tendo, nos dois últimos anos, atuado como vendedor. Seus rendimentos anteriores lhe garantiram situação melhor. Além disso, sua renda familiar é complementada por sua esposa, que é professora das séries iniciais e está concluindo curso superior na área. Sobre objetivos futuros e de lazer, ele assim declara: “tudo que a princípio eu queria, eu já consegui. Eu já comprei e tô na minha casa, comprei meu carro recente agora, vou viajar dia 18 pra um lugar que eu sempre quis, que é Fernando de Noronha” (TRABALHADOR Vb-4). No entanto, esse não é um padrão de vida normal observado aos trabalhadores dessa categoria, e que atuam nas pequenas indústrias. De acordo com a última Convenção Coletiva de Trabalho¹⁹⁴, realizada no ano de 2014, o salário para o Nível IV que compreende essa categoria é de R\$ 1.007, 60 (um mil e sete reais e centavos).

No que tange ao direito ao lazer, curioso é o total desconhecimento dos trabalhadores, inclusive de alguns empresários, sobre os benefícios que o SESI oferece à classe industrial em Curitiba. São ofertadas, geralmente, atividades como eventos culturais, desportivos, de entretenimento e, também, de treinamentos no campo do desenvolvimento pessoal.

5.5.5. Projeção de futuro

Quanto à projeção do próprio futuro, os trabalhadores da indústria gráfica apresentam maior confiança no mercado quanto à absorção de seus talentos. Na gráfica menor, um deles não consegue enxergar maior futuro dentro da própria empresa, e o outro, em sentido inverso acredita, apesar das queixas do empresário, e da sua tendência em desativar o próprio negócio. O Trabalhador Ga-2, não enxerga maior futuro para o segmento, a ponto de não acreditar que as futuras gerações

¹⁹⁴ Disponível em: <[http://www.fiepr.org.br/sindicatos/sindivest/uploadAddress/cct_atual_2014\[60043\].pdf](http://www.fiepr.org.br/sindicatos/sindivest/uploadAddress/cct_atual_2014[60043].pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2015.

encontrem estabilidade trabalhando nesse setor, tendo declarado que não quer o filho trabalhando em gráficas. O Trabalhador Ga-3 já apresenta opinião divergente, apesar de acreditar que financeiramente não seja um trabalho que ofereça melhores condições de crescimento profissional e, por conseguinte, econômicas.

Na gráfica maior o Trabalhador Gb-2 declara assim:

olha, primeira coisa, eu tenho de acreditar, se não eu vou me desesperar. Eu acredito. Até conversando com o “patrão”¹⁹⁵, ele falou que faz parte do comitê, lá da cúpula tal. A gente não tem muita consciência disso, a gente não tem, inclusive como eu falei, a gente escuta coisas de fornecedores, e coisa e tal, e a gente tem aquilo como sendo geral, né? (...) E acredito assim, com a devida atitude por parte de quem quer que seja, como eu lhe falei, dos responsáveis por gerir isso, eu acredito sim. Se depender das pessoas que tem potencial, e que possam exercer esse potencial, eu acho que tudo pode dar certo, até porque a gente tem de ter uma consciência quando funcionário, que você é que movimenta a empresa. O funcionário é que faz o dinheiro entrar, né? Claro, o patrão ele é dono da estrutura, ele é dono do capital de giro, da administração, do negócio e tudo mais, mas nós somos a força que movimenta isso. Então assim, eu acho que as coisas devem ser humanizadas, as decisões elas devem ser transmitidas pras pessoas, a realidade deve ser assim compartilhada de forma verossímil mesmo pra que a gente tenha essa esperança do setor, né? Tem muita gente aí que poxa, não tem, vai indo enquanto der, mas se a coisa acontecer de desandar, desandou, né? E daí? (TRABALHADOR Gb-2).

Esse trabalhador mostra crença, estando atento ao que acontece, não só no interior da empresa, mas também no ambiente externo. Apesar de suas crenças positivas, e por outro lado as suas dificuldades, deseja seguir estudando e pretende cursar engenharia elétrica ou mecânica. Seu companheiro de fábrica, o Trabalhador Gb-4, informa ter a mesma fé no segmento, também acreditando em seu potencial pessoal, e que pretende seguir estudando. Informa ele sobre tais planos:

Acho que aprender a parte de mecânica e eletrônica, assim, e aprender mais sobre impressão, né? Porque, que nem eu falei, né? Você nunca sabe tudo, sempre tem alguma coisinha pra você aprender a mais. (...) Quero, quero terminar meus estudos, se não eu tô mal. Até então, eu tô com plano aí pra mais tarde, mais pra frente aí concluir, fazer, terminar meus estudos, porque eu tenho só o primeiro, e daí quero terminar o segundo grau, e tal. Não tenho planos assim pra faculdade, coisa e tal, eu acho que não, não me vejo fazendo uma faculdade mais, a parte de terminar, eu acho que o nível médio só (TRABALHADOR Gb-4).

Na indústria de alimentos a crença no setor e no crescimento da própria empresa onde trabalham é um sentimento comum, já que a mesma vem apresentando

¹⁹⁵ Incluído esse termo em substituição ao nome de um dos proprietários.

claros sinais de crescimento. No entanto, quanto aos próprios futuros as trabalhadoras têm perspectivas diferentes. Sobre isso a Trabalhadora A-2 relata: “eu pretendo dar um bom estudo pra minha filha. Não sei. Quem sabe voltar a estudar, fazer algum outro curso, eu sonhava em ser professora, quem sabe, eu vou conseguir fazer uma faculdade”.

Já a Trabalhadora A-3 diz não ter nenhuma frustração, apenas não ter dado prosseguimento aos estudos. Assim ela declara:

frustração não, só no fundo no fundo, eu me arrependo de não ter feito uma faculdade para ter um futuro melhor em outra profissão que esteja melhor remunerada. Disso eu me arrependo mesmo, de não ter feito uma boa faculdade, porque a minha família sempre falou: “*faz uma faculdade, você vai se dar melhor na vida*”, só que a gente nunca pensa no futuro, vamos dizer assim, então eu podia ter feito uma boa faculdade. Mas no momento aqui, dá para trabalhar bem sim. (...) Como eu te falei, podia ter feito uma faculdade, mas eu estou trabalhando aqui e eu gosto de trabalhar aqui, não tenho frustração não. (...) Sempre colaborar com a empresa, sempre dar o melhor de mim, continuar aqui nessa empresa mesmo. Então o projeto é continuar aqui mesmo (TRABALHADORA A-3).

Perguntada sobre se tem planos para voltar a estudar, a trabalhadora foi categórica, dizendo que “agora não mais”. Sua companheira, a Trabalhadora A-4, dentre as três a mais nova, diz ter vontade de “fazer o curso de engenharia química, mas se não der, só o de química”.

Na indústria de móveis, nem todos os trabalhadores têm confiança no futuro do segmento, principalmente, por este ser ameaçado pelos produtos importados da Ásia. Sobre as perspectivas futuras, a Trabalhadora M-2 declara que, apesar das ameaças concorrenciais, ela pensa positivamente. Diz ela:

olha, acho que meio com dificuldade, tem. Bom, porque tem muitas pessoas que preferem o produto de plástico ou de ferro, sei lá, tem gente que não acredita muito no produto de madeira, que é uma coisa que quebra mais fácil. (...) Eu creio que sim. Mais no futuro eu não sei, mas eu acredito. Eu acredito (TRABALHADORA M-2).

No caso do Trabalhador M-3, conforme sua declaração anterior há uma forte desconfiança no futuro da produção local.

Finalizando na mesma indústria, a Trabalhadora M-4 diz que, apesar de possuir a vontade de migrar para a profissão de vendedora, acredita no segmento moveleiro, principalmente na indústria onde trabalha porque, segundo ela, “tem muito espaço para venda. Eu acho que ela tem grande chance de crescer”.

No caso das indústrias do vestuário, apesar de acreditarem no segmento nacional, suas esperanças pessoais de permanência nele são bem menores. Nessa direção a Trabalhadora Va-3 foi categórica ao afirmar que não enxerga futuro melhor para ela naquela empresa, e pensa fazer um curso de culinária e se dedicar a esse artesanato, ou mesmo continuar trabalhando no ramo do vestuário, mas também pensando em estudar. Sua colega de empresa, a Trabalhadora Va-2, quando perguntada se enxerga condição de crescimento profissional na empresa, categoricamente respondeu “aqui não!”. Ela tem também outro projeto profissional, porém, esse é um plano para um futuro mais distante, já que a sua renda é fundamental para sustentar sua filha, e, no presente, por falta de recursos econômicos, ela não pode fazer tal troca.

Seu projeto futuro é aprender a arte da manicure e passar a trabalhar com a prestação desse serviço, de forma autônoma, ou mesmo como empregada em salão de beleza. Aos valores atuais dos salários, ganha mais a manicure empregada em salão de beleza¹⁹⁶ do que uma costureira de indústria, ganhando mais ainda a manicure prestadora desse serviço no sistema porta-a-porta. No entanto, pelas razões apresentadas, não tendo essa qualificação, ela fica impossibilitada de se lançar no mercado, mesmo que para aprender na prática a pretendida profissão. Essa respondente também sonha em dar continuidade aos estudos, fazer faculdade, mas não apresenta plano definido para isso.

O trabalhador da manufatura, incapacitado, naturalmente, por sua condição, de fazer algo independente, só consegue desenvolver sua atividade produtiva como acessório da oficina do capitalista. (...) A divisão manufatureira do trabalho opõe-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade de outrem e como poder que os domina. (...) Na manufatura, o enriquecimento do trabalhador coletivo e, por isso, do capital em forças produtivas sociais realiza-se à custa do empobrecimento do trabalhador em forças produtivas individuais (MARX, 2012, p. 416 - 417).

¹⁹⁶ O piso salarial da categoria em 2013/2014 é de R\$ 954,00¹ (novecentos e cinquenta e quatro reais), e o de costureira é de R\$ 847,00² (oitocentos e quarenta e sete reais). De acordo com a convenção coletiva para o mesmo período, somente uma costureira plena, ou seja, experiente ganha R\$ 928,00² (novecentos e vinte e oito reais). Ainda assim, um salário menor do que o de uma manicure.

Fontes:

1) <http://www.seclitus.org.br/wp-content/uploads/2014/04/CCT-SAL%C3%95ES-DE-BELEZA-2013-2014.pdf>
2) [http://www.fiepr.org.br/sindicatos/sindivest/uploadAddress/Convencao_2013_2014\[48809\].pdf](http://www.fiepr.org.br/sindicatos/sindivest/uploadAddress/Convencao_2013_2014[48809].pdf)

A Trabalhadora Va-4, por sua vez, também pretende dar prosseguimento aos estudos, para então, depois de formada, sair para trabalhar em outro segmento que não no interior de uma produção industrial.

Na outra empresa, uma das trabalhadoras tem “necessidade” de trabalhar apenas em casa, como autônoma e prestadora de serviços de costura, pela necessidade em cuidar de seu esposo doente. Essa condição, diz ela, também lhe desfaz a vontade de voltar a estudar. Sua colega a Trabalhadora Vb-3 relata que acredita no setor e pretende continuar na confecção do vestuário, porque é aquilo o que gosta de fazer.

Apesar disso, de algumas mostrarem vontade e necessidade por mudarem os seus rumos profissionais, as trabalhadoras não descreem do setor confeccionista do vestuário, enquanto um segmento oferecedor de trabalho e, mesmo que algumas tenham novos planos de aprendizados profissionais para o futuro, elas não definiram data para a saída da indústria. Talvez por já se darem conta que teriam dificuldades de colocação no mercado, mesmo como costureiras em outras empresas, posto que, também, as suas realidades socioeconômicas não mudariam. Dessa forma percebem que “sua força individual de trabalho não funciona se não estiver vendida ao capital. Ela só opera dentro de uma conexão que só existe depois da venda, no interior da oficina do capitalista” (MARX, 2012, p. 416).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Motivado por inquietações relativas aos processos de qualificação profissional que envolvem a produção fabril, gestadas desde o tempo em que atuava como funcionário de fábrica e depois como consultor, o presente estudo centrou-se nas formas desse aprendizado e em como os saberes adquiridos pelos trabalhadores repercutem no cotidiano das pequenas indústrias e em suas próprias vidas. Desde a época de trabalhador industrial, até o presente, tenho percebido desconexões entre as necessidades tecnológicas dos processos fabris e o “saber fazer” no “chão de fábrica”.

Mesmo após o afastamento das indústrias, as inquietações pessoais continuaram a existir, pois, face aos inúmeros programas governamentais voltados à qualificação básica do trabalhador, e ao anúncio de ofertas de qualificação pelas escolas profissionais existentes, estranhava as queixas veiculadas na imprensa sobre a carência por profissionais melhor qualificados, principalmente aquelas advindas das pequenas indústrias. A partir daí, deu-se início ao presente estudo, que visou investigar ***“as contribuições do governo, das escolas profissionais, e das pequenas indústrias curitubanas para a formação profissional inicial de seus trabalhadores”***.

A contextualização do problema foi feita a partir de algumas hipóteses iniciais: 1) o progresso das pequenas indústrias não acontece sem que haja um grau de profissionalização suficiente de seus trabalhadores; 2) não há autonomia dos trabalhadores sem uma profissionalização abrangente; sem autonomia para agir e com menores conhecimentos do processo é ampliada a dependência do trabalhador pela empresa que o emprega; 3) a falta de autonomia minimiza o salário do trabalhador, impactando na qualidade de seu viver. Por fim, tendo em vista que o propósito maior do estudo estava em saber de que forma e o quanto a participação do governo, das escolas e, também das pequenas indústrias colabora para a qualificação profissional dos trabalhadores e no processo de suas formações profissionais, 4) as ações para essas formações repercutem pouco na capacitação dos trabalhadores das pequenas indústrias.

A partir de uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa, foi possível aprofundar essas questões. Apesar de não permitir que sejam extraídas conclusões

definitivas sobre o caso, no entanto, a soma dos resultados desse estudo aos de outros pesquisadores desse campo possibilitaram conclusões, novas hipóteses e propostas de pesquisas, dentre as quais algumas serão aqui indicadas.

Para tanto, foram de grande relevância nesse processo as entrevistas realizadas junto aos empresários e funcionários das seis indústrias investigadas, a visita informal a uma sétima e as conversas, também informais, estabelecidas com outros trabalhadores e junto a membros dos sindicatos patronais da indústria gráfica e da indústria moveleira, compostos em suas maiorias por pequenos empresários, dando suporte para a apresentação de pontos igualmente sensíveis aos quatro segmentos pesquisados.

Preliminarmente, e relativo à primeira hipótese apontada, o estudo mostrou que as pequenas indústrias têm características comuns, mas também situações que as distinguem. Dentro das semelhanças, a condição financeira restrita, fazendo com que estejam constantemente no limiar da falta de capital, a limitação para aquisição de maquinarias mais modernas, os problemas de natureza físico-estruturais, ocorrência de falhas relativas à qualidade dos produtos, questões emergentes quanto à saúde e a segurança do trabalhador, mas, e para esse estudo o principal, a falta de profissionais qualificados. Conforme apontou Garcia (2000), o dia a dia da fábrica revela situações onde o conhecimento tecnológico e científico se fazem presentes na vida do trabalhador. No entanto, nem sempre ele, ou mesmo sua equipe, tem a condição imediata para equacionar tais problemas. De acordo com os empresários e os trabalhadores agora entrevistados, é, justamente, na pequena indústria que esse fenômeno tem incidido mais frequentemente, pois essas limitações retardam soluções e tomadas de decisões.

Verificou-se, a partir das visitas aos diversos ambientes fabris, assim como nas declarações dos entrevistados, a ocorrência de falhas na infraestrutura e nos processos produtivos. Confirmou-se a maior incidência desses problemas principalmente na pequena indústria de alimentos, na micro indústria moveleira e na micro indústria do vestuário, sendo alguns deles notados visivelmente durante as visitas. A falta de conhecimentos, por parte desses mesmos empresários e de seus trabalhadores, foi indicada como uma dentre as causas fundamentais dessas falhas. Nas entrevistas, por exemplo, elementos para a manutenção básica de equipamentos, conhecimentos técnicos para o processamento, uso e manuseio de materiais, são desconhecidos pela maioria desses mesmos trabalhadores. No entanto, o que mais

se destacou para a implementação das melhorias internas, e isso nas palavras dos empresários, é a falta de capacidade econômica para investimentos. Isso corrobora as informações obtidas nos estudos e diagnósticos também relevados por este estudo.

Ainda no que tange aos proprietários de micro e pequenas indústrias, verificou-se que parte deles não encontrou melhores espaços pessoais no mercado de trabalho, optando então por empreender. Nessa perspectiva, depreende-se que alguém com essa característica, e que ainda conta com pró-labore bastante limitado, não pode ser considerado um “pequeno capitalista”. Ao ser verificada a realidade de alguns desses proprietários, caracterizou-se um trabalhador com melhor qualificação que fornece empregos a outros trabalhadores com menores níveis de profissionalização, e que todos seguem na luta pela sobrevivência. No caso do pequeno empresário, esses obstáculos relacionados fazem com que ele lute em um ambiente muito adverso, comprometendo, em muitos casos, sua perspectiva de um futuro melhor.

Não obstante, notou-se também que parte dos micro e pequenos empresários está subsumida aos interesses do sistema do capital apontado por István Mészáros (2007, 2011a, 2011b), sendo eles obrigados, pelas várias contingências filosófico-econômicas apontadas por esse autor, a colocarem seus serviços à disposição de grandes grupos, sem qualquer possibilidade de negociação que não seja aquela no campo da exploração do trabalho.

Frise-se que no decorrer de quase meia década de acompanhamento dos segmentos investigados, foi constatado o fechamento de diversas indústrias em Curitiba. Durante esse mesmo percurso, uma dentre as visitadas teve seu quadro funcional drasticamente reduzido, estando hoje em vias de encerramento de suas atividades. Realidade que, além de ter desempregado trabalhadores com idade mais avançada, também pode colocar aquele micro empresário como mais um na busca de um novo emprego, ou mesmo a trabalhar na prestação de serviços no mercado informal.

Casos que ilustram bem essa situação são os das facções da indústria do vestuário. Muitas delas foram visitadas profissionalmente em outros momentos, quando foram notadas suas precariedades, que ainda hoje persistem, confirmadas

através de estudos mais recentes¹⁹⁷. No interior desses estabelecimentos, os “patrões” lutam para sobreviver e manter seus trabalhadores. Suas pequenas fábricas são utilizadas para servir aos interesses de grandes empresas e marcas, através da prestação de um serviço barato, na maioria das vezes economicamente inviável. Por serem assim, muitos dentre esses empregadores vivem no limiar da pobreza, mesmo ostentando o título de empresários junto à sociedade.

A presente realidade corrobora negativamente para a economia interna do país, já que agrava o empobrecimento da classe trabalhadora. Junto com essa constatação, o presente estudo pôde verificar fenômenos que carecem de maiores e mais profundas análises, pois eles colaboram na alteração do panorama socioeconômico brasileiro. Destaca-se, dentre eles, a questão que envolve os motivos para o empreendedorismo, cuja hipótese indica que o fenômeno também pode ocorrer por necessidades pessoais e pelos reflexos gerados no campo macroeconômico, e não apenas em função do “maior senso empreendedor do brasileiro”, motivo atribuído por estudiosos liberais como o principal para a abertura de pequenas empresas no país, e que muitos insistem em propalar.

Portanto, em resposta à referida hipótese, depreende-se do estudo que, apesar da existência de outros fatores como a falta de recursos financeiros, a qualificação do trabalhador interfere no progresso das pequenas indústrias. Esta interferência se dá na relação que o próprio trabalhador estabelece com os conhecimentos tecnológicos que adquiriu até o momento em que se revelam necessários. E estes são momentos constantes no dia a dia de uma fábrica, que pode ou não progredir mediante as respostas que esse trabalhador oferece.

Em relação à autonomia dos trabalhadores, nossa segunda hipótese, na medida em que o sistema taylorista/fordista entrou nas produções, o trabalhador perdeu ainda mais aquilo que concerne ao seu domínio tecnológico, ficando o seu fazer reduzido a operações mais simples, onde a tomada de decisões, assim como a maioria das técnicas de produção, saíram completamente de suas mãos.

Apesar de ser verificado que na pequena indústria brasileira o paradigma taylorista/fordista não chegou a ser uma realidade absoluta, é fato que a sua filosofia

¹⁹⁷ Baseados no artigo A “Terceirização” da produção na indústria curitibana do vestuário: alívio e desespero (Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3527>>. Acesso em: 15 jul. 2015), além de informações obtidas no atual processo de pesquisa, junto das empresas e na leitura da Análise (2000) e dos Diagnósticos (1995, 2000).

passou a fazer parte da cultura dos gestores dos processos. Se, por um lado, o referido sistema de gestão industrial, pelos motivos já relacionados, não pode ser absorvido integralmente na pequena fábrica, por outro, a metodologia de ensino parcelar do processo produtivo se tornou uma realidade mais comum. Revelou-se com a pesquisa junto aos trabalhadores, que eles aprendem parceladamente as técnicas de suas ocupações, seja através das escolas profissionais, ou mesmo na prática. Eles carecem de um aprendizado global sobre as sequências de montagem e sobre os processos da produção onde estão inseridos de forma a favorecer sua autonomia técnica.

A tomada desse conhecimento, e um possível aprendizado de todas as técnicas de fabricação, somente ocorrerão através de verificações cotidianas, e também, e isso com alguma sorte do trabalhador, no fazer prático ao longo dos anos, pois são poucos aqueles que percorrerão todas as etapas de um processo fabril em um determinado segmento industrial. Dentro dessa realidade, e apesar da inexistência de metodologias de aprendizado profissional nessa mesma direção, a pesquisa mostrou que é na indústria gráfica que o trabalhador acaba por apreender um número maior de operações e tarefas, progredindo mais que os trabalhadores dos outros três segmentos.

O trabalho dos impressores gráficos ocorre em processos onde é maior a automação, implicando em momentos de ociosidade que os obriga a aprenderem outras operações e a atuarem em diversas frentes na produção. Essa atuação diversificada em diferentes postos de trabalho faz com que esses profissionais sejam considerados polivalentes e reconhecidos por seus empregadores, levando-os, certamente, a melhorar seus salários. Essa maior qualificação ocorre dentro do próprio ambiente fabril, mas dentro de um espaço de tempo não tão curto, o que sensibiliza os gestores para as dificuldades em se ter um profissional melhor qualificado e de não tão fácil substituição, o que vai colaborar na sua valorização, inclusive em termos de categoria.

A mesma realidade também mostrou que dentre os quatro grupos, o trabalhador do segmento gráfico é aquele profissional que atua com maior autonomia nos processos decisórios internos, fato intimamente ligado ao grau de profissionalização que absorvem, pois o domínio amplo do processo reduz sua alienação técnica.

No caso dos entrevistados dos outros segmentos, os sistemas produtivos existentes naquelas indústrias oferecem menos oportunidades e exigências de qualificação. Apesar de existirem trabalhadores com maior domínio técnico, observa-se que acumularam seus conhecimentos ao longo de suas carreiras, tendo sido alguns deles contratados, pelas indústrias visitadas, já com maiores níveis de profissionalização. No entanto, e ainda assim, não foi verificada a mesma autonomia que têm os impressores.

A referida autonomia repercute positivamente tanto para empresa quanto para os seus profissionais, pois ela lhes proporciona melhores rendimentos, e, conseqüentemente, melhores condições de vida no ambiente de trabalho e fora dele.

A partir das falas de todos os entrevistados foi possível identificar quais aqueles que desfrutam dessas melhores condições. Apesar do rendimento individual não ser o único condicionante para isso, dentre todos os respondentes, os que recebem mais são os que desfrutam de uma vida melhor e têm maior autonomia profissional. Não por coincidência, são os impressores gráficos que se destacaram nesse grupo, seguidos dos cortadores das indústrias do vestuário. Dentre esses entrevistados, dois impressores e um cortador prestam serviços ocasionais em outras empresas do ramo, e isso é feito de forma não velada, o que reforça o sentido de suas autonomias.

Também se pode considerar, nesses casos, que essa melhoria salarial tem reflexos imediatos em suas vidas, pois comparativamente aos outros trabalhadores, os gráficos são aqueles que apresentaram as melhores escolaridades, demonstram maior consciência sobre seus papéis e importância, sobre seus futuros e o de sua classe profissional, sendo também os trabalhadores que melhor desfrutam de lazer, com melhor qualidade de vida. Também foram eles que demonstraram ter maior consciência sobre suas situações sociais, e é junto desse mesmo grupo que se encontrou trabalhadores com vínculo com o seu sindicato. Apesar de ser um número reduzido, o trabalhador de uma empresa indicou que ele e outros colegas conhecem e usufruem dos serviços prestados por essa entidade.

Outras indagações sobre essa categoria profissional estão relacionadas ao que Marx (2012) já indicara no passado sobre a necessidade do impressor ter de saber ler para poder operar. Portanto, é mais esclarecido aquele trabalhador que, quase obrigatoriamente, lê aquilo que ele próprio imprime? O acesso a diversificados textos colabora na educação desse trabalhador? A leitura se torna hábito para ele?

Um dentre eles, mesmo com o ensino fundamental incompleto, apresentou respostas bem profundas sobre sua condição social, sobre a completude de sua formação profissional, sobre o futuro da indústria gráfica e a dos seus profissionais. Tudo isso feito a partir de uma locução clara e bem fundamentada.

Em termos do modelo de produção flexível, também foi possível inferir que são as gráficas as empresas mais adaptadas ao sistema, tanto pelo desenho dos produtos desenvolvidos e entregues de acordo com os pré-requisitos dos clientes, quanto pela versatilidade do impressor que consegue equilibrar melhor as cargas internas na produção. As demais indústrias têm maior dificuldade para a gestão dessa flexibilização das demandas, o que reforça a relação diretamente proporcional entre o aprendizado profissional, a autonomia e a capacidade de atendimento às demandas diversificadas.

Portanto, e já no tocante à terceira hipótese, conclui-se que o trabalhador mais autônomo é aquele que domina mais amplamente todos os processos da sua profissão, e trabalha em áreas estratégicas dos processos fabris. O mesmo domínio decorre de um processo de aprendizado mais amplo a respeito das tecnologias. Assim, observa-se o quanto uma qualificação profissional, obtida através de cursos mais integrais, que ofertam ao aluno o reforço dos conhecimentos científicos e uma ampla visão tecnológica dos processos produtivos, aceleraria o seu desenvolvimento pessoal, e, por conseguinte, o das indústrias.

Sobre a última hipótese, que diz respeito aos processos de aprendizado do trabalhador, alguns fenômenos foram observados e estudados.

Ao se ultrapassar a primeira década do século XXI, observa-se que os projetos progressistas vêm fracassando e o sistema educacional brasileiro continua sendo modelado pela ideologia dualista, que direciona as melhores escolas para os ricos e as restantes para os pobres. O projeto neoliberal das últimas décadas provocou o aumento de escolas privadas, tendo as públicas perdido quanto à qualidade do seu ensino, implicando que, quando possível, crianças e jovens migram para o ensino privado, enquanto que os mais pobres permanecem perdendo com essa mesma política, pois precisam buscar as escolas públicas, desprestigiadas e com qualidade comprometida.

Verificou-se neste estudo que são justamente os jovens egressos de escolas públicas que estão ocupando os cargos operacionais fabris nas pequenas indústrias. Eles preenchem as ocupações que sempre respondem com os menores salários do

segmento industrial. Por outro lado, pelas carências em suas formações, mais dificilmente conseguem atingir as ocupações de status intermediários e outras de melhores níveis salariais, que são, em sua maioria, representadas por trabalhos abstratos. Essas, geralmente, são ocupadas por pessoas oriundas das melhores escolas, com formações mais consistentes e articuladas, e que aos poucos vão deixando de ser oriundas do ensino público. Nessa linha, as entrevistas também mostram que, além de serem todos egressos do ensino público, é baixa a escolarização dos trabalhadores dos processos fabris da pequena indústria.

Observou-se também nas declarações de parte dos trabalhadores, que eles intencionam terminar o nível médio, e dar sequência às suas formações em cursos superiores. Não obstante, também é notado em suas falas, que têm dificuldades para realizarem tal sonho, já que o trabalho fabril é bastante desgastante e tanto os cursos médios quanto os superiores têm de ser realizados à noite, a um custo financeiro elevado face aos seus pequenos orçamentos familiares. De todo o grupo entrevistado e na coleta de informações prestadas pelas indústrias, percebeu-se que um único impressor gráfico possui curso superior. Não obstante, e seguindo o percurso curricular que, geralmente, seguem os estudantes mais pobres, esse trabalhador declara que fez faculdade à noite, no interior do Paraná, estudando após suas jornadas de trabalho diárias; facilitadas por ele ter trabalhado em uma gráfica de sua família, na mesma ocasião. No conjunto de indústrias pesquisadas, o caso desse trabalhador é atípico, não chegando a representar um por cento do universo envolvido, que foi de 111 trabalhadores fabris.

Os demais entrevistados declararam não ter pretensões de prosseguir nos estudos, principalmente os que contam apenas com as primeiras séries do ensino fundamental. As mesmas dificuldades financeiras, o avanço da idade, os afazeres familiares, o grande esforço físico para estudar a noite, os custos que envolvem tal empreitada, e a incerteza de melhorias econômicas, foram justificativas apresentadas por esses trabalhadores. Porém, a maioria deles demonstra interesse na realização de cursos profissionais, sejam para o aprimoramento na atividade atual, ou no aprendizado de uma nova profissão. Esse aprendizado de uma nova profissão visaria, no caso, a busca de condições para atuarem na informalidade, ou, ainda, empreenderem um pequeno negócio. Porém, mesmo no campo da formação profissional, outra dificuldade foi relatada, que é o custo das mensalidades e a

disponibilidade de horários dos cursos profissionais ofertados na cidade, inclusive os do SENAI, aos quais eles também encontram dificuldades para realizar.

Pode-se concluir que a educação propedêutica de qualidade segue, a cada dia mais, como patrimônio dos filhos oriundos das classes sociais mais privilegiadas, e que essa educação se torna inatingível para aqueles que necessitam trabalhar em fábricas desde a juventude.

Como consequência, verificou-se um fato ainda mais perverso do que apenas a educação dualista, pois o que se viu, de fato, foi a exclusão desses trabalhadores do ensino propedêutico. Os cursos de qualificações profissionais, mesmo que para eles sejam ofertas mais raras, são tidos como algo mais provável, e como o melhor caminho para uma possível melhoria de vida. Um fato que mostra a existência, também no imaginário desses trabalhadores, da ideologia utilitarista do ensino dual ofertado.

Além da constatação de que as vagas nos processos fabris na pequena indústria são ocupadas por pessoas pobres e com menores perspectivas de ascensão social, notou-se que elas vêm sendo, gradativamente, ocupadas por mulheres mais jovens. O fato das mulheres comporem a maioria das vagas nas indústrias de alimentos e nas confecções do vestuário, já era uma constatação de estudos anteriores. Apesar de não ter sido um dos focos principais de análise, causou surpresa verificar que é grande o número delas também na indústria moveleira visitada. Essa indústria é composta por atividades fabris tecnologicamente simples, porém, mais pesadas, perigosas e insalubres do que nos outros três segmentos, e o fato da chegada de jovens mulheres a esse ambiente é um fenômeno a ser estudado. Márcia de Paula Leite (2003), estudando a extremidade da cadeia produtiva automotiva, aponta que suas presenças no ambiente fabril ocorrem com maior frequência, na medida em que o trabalho se torna mais simples e pobre em termos de conteúdo tecnológico. De acordo com essa pesquisadora, são ambientes fabris onde se nota maior precarização do trabalho, fato também constatado por essa pesquisa.

A falta de profissionais qualificados justifica, em parte, a opção dessas empresas por contratar pessoas sem experiência, assim como as mulheres mais novas. A ocupação feminina das vagas nos processos fabris, ditos mais pesados e tradicionalmente masculinos, assim como a contratação de inexperientes são fenômenos que podem ter várias explicações no campo social. Portanto, várias são as hipóteses a serem, ainda, estudadas.

No campo da geografia socioeconômica, pode ser uma causa o maior crescimento do número de pequenas empresas nos últimos anos. A pesquisa identificou que, além de gerarem a redução dos salários, as pequenas indústrias absorvem, às vezes intencionalmente, a mão-de-obra menos qualificada, algo diretamente relacionado ao crescimento populacional, e a depressão econômica dos pequenos empreendimentos. Essa também é uma linha de estudos perseguida por Ricardo Antunes ([org.], 2006), que identificou a redução do porte das grandes empresas e o aparecimento de muitas outras pequenas, seja pelo fato da terceirização, ou simples abertura de empresa por parte dos trabalhadores em busca pela sobrevivência, também acarretada pela falta de empregos formais.

Apesar de não serem fatos novos, e diferentemente da forma como ocorre nas multinacionais do setor automotivo local, a novidade consiste em perceber que a maioria dos trabalhadores da pequena indústria, numa importante capital, não passa pelo ensino profissionalizante institucionalizado. Confirma-se a hipótese de que, apesar dos muitos programas governamentais, e das várias escolas profissionais existentes em Curitiba, inclusive as do Sistema “S”, esses trabalhadores recebem instruções sobre as técnicas para a execução de operações específicas dentro dessas indústrias onde trabalham, sendo assistidos, inicialmente, por profissionais mais antigos, que atuam como tutores. Esse aprendizado é realizado de forma parcial, sem uma metodologia, podendo ser considerado incompleto naquilo que diz respeito à tecnologia, nos quatro campos indicados por Ruy Gama (1987). Esses profissionais seguem aprendendo parcimoniosamente poucas técnicas operacionais, que são suficientes para atenderem as necessidades fabris do momento. Os trabalhadores indicam limitações, carecendo de maior abrangência em suas formações tecnológicas a respeito dos materiais, dos meios, da lógica dos processos de fabricação, e da “praxiologia” indicados por Gama. Carecem também de uma formação humanística, o que os ajudaria a evitar conflitos relacionais com companheiros de trabalho, além de ampliar suas consciências sobre seus direitos trabalhistas e sociais. Aprendizado, esse, que, por hipótese, evitaria a propagação dessa mesma ideologia utilitarista e dual do sistema da política educacional brasileira, a qual os próprios trabalhadores demonstram reforçar.

Dessa forma, falham governo com excesso de programas que, apesar de inúmeros, não atingem plenamente as necessidades de pequenas indústrias e dos

trabalhadores, assim como falham as escolas profissionais, seja pela falta de ofertas aos segmentos relacionados, ou pela inadequação de seus programas.

Nessa linha notou-se que o modelo ofertado para os níveis iniciais de formação dos quais participaram alguns dentre os trabalhadores entrevistados é antiquado, por seguirem os padrões tayloristas/fordistas para o aprendizado. São de curta duração e superficiais, e, por esse motivo, deixam muito a desejar, tanto na perspectiva dessas indústrias, quanto na dos próprios trabalhadores. São cursos que não expandem seus horizontes tecnológicos, sendo desenhados para atuações específicas e modulares, ou seja, com vistas a atender um único, ou no máximo dois postos de trabalho e poucas operações. Dessa forma, o trabalhador fica tolhido de um aprendizado mais abrangente, que aumente sua autonomia no processo e o ajude a desfazer sua alienação técnica.

As cargas horárias e os modelos curriculares propostos para o aprendizado de algumas profissões industriais presentes na CBO podem, em princípio, atender anseios de grandes indústrias, mas diante do quadro socioeconômico analisado, não suprem as necessidades das pequenas e de seus trabalhadores. Ao serem verificadas propostas de cursos ofertados em Curitiba, observou-se que dentro das áreas industriais investigadas são pouco aqueles que seguem as proposições daquele documento, tendo a maioria deles durações ainda mais restritas. Os cursos que contabilizam durações próximas às propostas pela CBO são os do SENAI, do SENAC e alguns da FAS, nesse último caso, são apenas os cursos novos lançados a partir de 2015.

Frente a essa realidade, ou seja, a falta de profissionais qualificados, ou frente a um profissional semiquualificado, e que pode não responder às necessidades da sua indústria, opta o pequeno empresário por contratar um trabalhador sem qualificação, preferindo ele mesmo fornecer o aprendizado mínimo necessário ao processo.

Os próprios trabalhadores mais experientes criticaram esse modelo de cursos ofertados, estando cômnicos de que a sociedade e as empresas necessitam de alguém melhor e mais amplamente qualificado. Alguns deles indicam que essas pequenas indústrias precisam de respostas melhores, e que poderiam contribuir muito mais, a partir da elevação dos padrões tecnológicos ofertados nesses mesmos cursos. O que, de certo, impactaria no desenvolvimento, não só dessas empresas e desses trabalhadores, mas, principalmente do conjunto da nossa sociedade. Emerge, então, a necessidade de se repensar os currículos, a partir de uma análise ainda mais

profunda sobre a filosofia da educação profissional. Qual é o propósito dessa “educação profissional”: desenvolver o trabalhador e o país ou suprir as, hoje efêmeras, necessidades localizadas da produção industrial?

O SENAI é o maior representante das escolas profissionais para a indústria, e ao longo dos anos aprimorou seus cursos técnicos, criou cursos superiores, e de pós-graduações, mas, naquilo que tange à oferta de cursos profissionalizantes básicos para esses segmentos, não avançou, conforme declararam os próprios empresários. No passado, até a década de 1980, essa entidade ofertava cursos profissionalizantes com cargas horárias maiores e, conjuntamente com as disciplinas técnicas, eram ofertadas algumas científicas básicas, além da língua portuguesa. Houve um retrocesso desses cursos a partir dos seus aligeiramentos e com a exclusão dessas disciplinas acadêmicas antes existentes. Hoje, frente ao crescimento do universo de pequenas indústrias, carece, conforme declarado por alguns dos investigados que a entidade interaja mais com essas empresas, no sentido de desenvolver melhores propostas que as atenda, assim como aos trabalhadores, que, por sua vez, manifestaram insatisfações quanto ao aprendizado profissional que ali receberam.

Essa entidade é considerada um patrimônio que pertence ao trabalhador brasileiro e não só às indústrias nacionais, e não se questiona a grande abertura de cursos para o segmento automotivo nas últimas duas décadas, pois afinal eles geram empregos. No entanto, é emergente para a indústria local, conforme aponta o SEBRAE (2014), composta em sua maioria por pequenos empreendimentos, que seja dada a mesma igualdade de tratamento a outros segmentos industriais de raízes nacionais, já que reunidos, respondem com milhares de empregos diretos e necessitam de pessoal melhor qualificado para se manterem ativos.

Por fim, no caminho da resposta à pergunta que orientou o presente estudo, ou seja, saber **“qual a contribuição do governo, das escolas profissionais, e das pequenas indústrias curitibanas para a formação profissional inicial de seus trabalhadores?”**, conclui-se, apesar do grande investimento do governo em seus projetos e programas voltados à formação profissional inicial do trabalhador e às escolas profissionais existentes no município de Curitiba, que todas essas ações não atingem aos anseios desses interessados naquilo que concerne às suas verdadeiras necessidades de aprendizado e, nem tampouco, aos requisitos industriais das pequenas produções.

Verificou-se que os aprendizados profissionais dos trabalhadores em níveis iniciais, ou nível básico, ocorrem na prática, e isso sob a tutela dessas pequenas indústrias. Evidencia-se também que essa qualificação é incompleta, não oferecendo ao trabalhador um espectro maior de conhecimentos sobre o processo, e que todo esse fenômeno interfere negativamente no progresso dessas indústrias, assim como, na formação de um trabalhador, de fato, profissionalizado. Como acontecia anteriormente, a referida profissionalização ocorre no interior da pequena indústria e ao longo do tempo, e somente à medida em que o trabalhador tem a oportunidade de conhecer diferentes processos, máquinas, materiais etc. E para isso o tempo de carreira e as referidas possibilidades de acesso serão os componentes principais desse aprendizado prático. Então, aqui se defende que uma escola profissional voltada à completude desse processo de profissionalização melhoraria em muito a realidade dos trabalhadores e dessas pequenas indústrias.

Para tanto, é necessário que um “novo modelo” para a qualificação profissional seja estabelecido, seguindo a linha da politecnicidade em Marx e Engels (2011), e que este possibilite ao trabalhador uma série de aprendizagens sobre as tecnologias que envolvem a sua profissão.

O modelo taylorista/fordista não se adapta mais às realidades dos nossos dias, e no caso das pequenas indústrias, esse modelo de ensino nunca foi profícuo. Os trabalhadores das pequenas indústrias, mais ainda que os das grandes, necessitam de aprendizado que os prepare, dando-lhes todas as condições para atuarem de forma polivalente/polifuncional e integrada socialmente. É preciso, então, que o trabalhador tenha reforçado os conhecimentos científicos necessários às tecnologias que vai dominar, que conheça estruturalmente as características dos materiais que transformará, que saiba sobre o funcionamento e a forma de melhor operar as máquinas fundamentais aos processos fabris, que conheça também sequências e lógicas produtivas, e isso aliado a um conjunto de aprendizados sociais, e de uma prática integrada ao processo produtivo. O restante, aí sim, será adquirido cotidianamente no interior das indústrias. Esse trabalhador melhor qualificado enquanto aprendiz, além de melhores respostas aos processos e procedimentos de fabricação, terá ele, pelos diversos fatos indicados, melhor condição de vida, pois a sua formação será acelerada. Acredita-se que o acesso maior ao conhecimento, aliado às essas melhores condições pessoais, permitir-lhes-á seguir adiante em sua

formação profissional, minimizando as dificuldades e a distância em que ele se encontra desse mesmo ideal que declara ter.

Ainda se pode concluir, como apontava Fernandes (2009) sobre nosso “capitalismo dependente”, que em Curitiba, diante das ofertas de cursos para a profissionalização e preenchimento de vagas, há uma larga vantagem das multinacionais sobre as pequenas indústrias. As empresas maiores, além de serem mais competitivas, ainda contam com o total apoio das escolas profissionais locais. Além da escassez da mão-de-obra bem qualificada, as pequenas empresas sofrem ainda com as dificuldades impostas pelo custo Brasil. Dificuldades essas, muitas vezes amenizadas por parte dos governos para as multinacionais, que são empresas que já contam com grande poder econômico, e aqui ainda auferem mais vantagens.

O presente estudo permitiu entender que mesmo em uma sociedade de classes, como é a nossa, são raros os micro e pequenos empreendedores que conseguem superar as adversidades e ascender socialmente. A situação é também ruim para os trabalhadores dessas empresas, que não conseguem melhorar suas qualidades de vida, pois sobrevivem recebendo o baixo piso salarial estabelecido para suas categorias.

Com base nos conceitos de Furtado (2000), conclui-se que essas pequenas indústrias, pelas já mencionadas barreiras operacionais e tecnológicas e, conseqüentemente, econômicas, ficam à margem daquilo que o autor denominou ser desenvolvimento. Quanto aos seus trabalhadores, há insatisfações relativas às dificuldades encontradas nos processos produtivos, rendimentos financeiros e aos seus futuros, já que são escassas as condições de crescimento nessas empresas e em suas profissões, contribuindo para a manutenção da desigualdade social no Brasil.

Percebe-se que é árdua a vida desses trabalhadores das pequenas indústrias, que eles não têm maiores perspectivas de desenvolvimento, que são diferentes dos trabalhadores das multinacionais. Diferenças essas sustentadas e disfarçadas nas ideologias presentes no discurso e nas ações daqueles que têm interesse na permanência desse capitalismo que, também assim, se faz dependente.

REFERÊNCIAS

ANÁLISE da eficiência econômica e da competitividade da cadeia têxtil brasileira. IEL, CNA e SEBRAE. Brasília, DF: IEL, 2000. 483 p.

ANDRADE, Flávio Anício. ProJovem Urbano: atitude protagonista e empreendedora como qualificação básica para o trabalho. In: **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, 33, 2010, Caxambu, MG. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O Continente do labor**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. **Os Sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed., 10. Reimpr. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

_____. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

_____(org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

BARDI, Pietro Maria. **Mestres, artífices, oficias e aprendizes no Brasil**. [S.l.]: Banco Sudameris Brasil, 1981.

BATISTA, Roberto Leme. **Uma análise crítica sobre as bases conceituais do PLANFOR**. In: Estudos do Trabalho Ano III, nº 4, 2009. Revista da RET - Rede de Estudos do Trabalho. Disponível em: <www.estudosdotrabalho.org>. Acesso em: 10 abr. 2015.

BOSCHILIA, Roseli T. **Condições de vida e trabalho**: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960). Curitiba, 1996. 187 f. Dissertação (Mestrado), Curso de Pós-graduação em História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes – UFPR.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Maria Alice e Afrânio Catani (organizadores). 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau e dá outras providências. Brasil, DF, 1971.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Resolução Nº 96 de 18 de outubro de 1995. Atribui a execução, a coordenação programática e a supervisão das ações de qualificação profissional à Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional - SEFOR. Brasília, DF, 1995.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Resolução Nº 126 de 23 de outubro de 1996. Aprova critérios para a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional - SEFOR, com vistas à execução de ações de qualificação e requalificação profissional, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, no período de 1997/1999. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2o do art. 36 e os art. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 abr. 1997.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Portaria MEC Nº 646/97, de 14 de maio de 1997. Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96 e no Decreto Federal nº 2.208/97 e dá outras providências (trata da rede federal de educação tecnológica). Brasília, DF, 1997.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Resolução Nº 194, de 23 de setembro de 1998. Estabelece critérios para transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, ao Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR, implementado sob gestão da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional – SEFOR, do Ministério do Trabalho - MTb, por meio de Planos Estaduais de Qualificação - PEQs, em convênio com as Secretarias Estaduais de Trabalho, e de Parcerias Nacionais e Regionais (PARCERIAS) com instituições governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, no âmbito do Programa do Seguro Desemprego, no período 1999-2002. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. PLANFOR - Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Plano Nacional de Qualificação – PNQ, 2003-2007. – Brasília, DF: MTE, SPPE, 2003.

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o §2º do artigo 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 24 jul. 2004.

BRASIL. Decreto n. 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Brasília, DF, 2005a.

BRASIL. Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília, DF, 2005b.

BRASIL. Lei n. 11.180, de 23 de setembro de 2005. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Brasília, DF, 2005c.

BRASIL. Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Brasília, DF, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Documento base – Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília: SETEC, 2007a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_fundamental_ok.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Documento base – Programa de Integração da Educação Profissional técnica de nível médio ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília: SETEC, 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

BRASIL. Lei n. 11.692, de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano. Brasília, DF: Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano, 2008.

BRASIL. Lei n. 11.892, de 11 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE). **Classificação Brasileira de Ocupações**: CBO - 2010 - 3a ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010. v. 1. 828 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE). **Classificação Brasileira de Ocupações**: CBO - 2010 - 3a ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010. v. 2. 592 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE). **Classificação Brasileira de Ocupações**: CBO - 2010 - 3a ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010. v. 3. 196 p.

BRASIL. Lei n. 12.513, de 26 de Outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de

janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Brasília, DF, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**. Disponível em:

<<http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

COSTA, Samuel Guimarães da. **A Erva-Mate**. Curitiba: Farol do Saber, 1995.

CUNHA, Luis Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2000.

CURITIBA. Agência de Notícias da Prefeitura de Curitiba. **Projovem Urbano oferece escolarização com bolsa de R\$ 1.800,00**. Curitiba, 30 ago. 2013. Disponível em:< <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/projovem-urbano-oferece-escolarizacao-com-bolsa-de-r-1800/3052>>. Acesso em: 20 mai. 2015. CURITIBA. Agência de Notícias da Prefeitura de Curitiba. **Alunos do Projovem Urbano fazem cursos de qualificação profissional**. Curitiba, 14 jul. 2014. Disponível em:< <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/alunos-do-projovem-urbano-fazem-cursos-de-qualificacao-profissional/33532>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

CURITIBA. Agência de Notícias da Prefeitura de Curitiba. **Projovem Curitiba inicia fase de qualificação profissional**. Curitiba, 29 set. 2010. Disponível em:<<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/projovem-curitiba-inicia-fase-de-qualificacao-profissional/20699>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

CURITIBA. Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego. Mercado de trabalho para o jovem em Curitiba: perfil e desempenho recente. In: **Observatório do trabalho**, mai. 2009 - O Jovem no mercado de trabalho em Curitiba. Disponível em:< <http://multimidia.curitiba.pr.gov.br/2010/00083145.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

DELUIZ, Neise. Qualificação, competências e certificação: visão do mundo do trabalho. In: **Formação**, mai. 2001, v. 2. - Humanizar cuidados de saúde: uma questão de competência. Disponível em:<<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/profae/Revista2002.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2015.

_____. Projovem trabalhador: avanço ou continuidade nas políticas de qualificação profissional? In: **Boletim Técnico do Senac: a Revista da Educação Profissional**,

Rio de Janeiro, v. 36, n.2, maio/ago. 2010. Disponível em:
<<http://www.senac.br/BTS/362/artigo2.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

DIAGNÓSTICO SETORIAL indústria do vestuário do Estado do Paraná. Curitiba: SEBRAE-PR, 2000.

DIAGNÓSTICO técnico e econômico do setor de confecção de vestuário das Regiões Norte, Noroeste, Oeste, Sudoeste e Sul do Estado do Paraná. Curitiba: CITPAR, SIDEE, 1995. 71 f. (Série SIDEE; 5).

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5. ed. rev. São Paulo: Global, 2008a.

_____. **Mudanças sociais no Brasil**. 4. ed. rev. São Paulo: Global, 2008b.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. rev. São Paulo: Global, 2009.

FERRETTI, Celso João. O pensamento educacional em Marx e Gramsci e a concepção de politecnia. **Trabalho Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, suplemento, p. 105-128, 2009.

_____. Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.18, nº 59, p. 225-269, maio/ago 1997.

_____. Considerações sobre a apropriação das noções de qualificação profissional pelos estudos a respeito das relações entre trabalho e educação. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.25, nº 87, p. 401-422, maio/ago 2004.

FIEP. “**Memória da Indústria Paranaense**”. 2007.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986, v. 5.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 21. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **A Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Tecnologia**. Disponível em:
<<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/tec.html>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

_____. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica**. In: *Educ. Soc.*, Out 2007, vol. 28, nº 100, p. 1129-1152.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **A produtividade da escola improdutiva**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (org.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. *Vocational Education and Development*. In: UNESCO. **Internacional Handbook of Education for Changing World of Work**. Bom, Germany: UNIVOC, 2009. p. 1307-1319.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

_____. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2005b.

_____. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial – Out. 2005c.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. O subdesenvolvimento revisitado. In: **Economia e Sociedade**. 1ª ed., Campinas, 1992.

_____. **O Mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **A Economia latino-americana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

_____. **O Capitalismo global**. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GALEANO, Eduardo. **As Veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

GAMA, Ruy. **A tecnologia e o trabalho na história**. São Paulo: Nobel Edusp, 1987.

GARCIA, Nilson Marcos Dias. **Física escolar, ciência e novas tecnologias de produção: o desafio da aproximação.** São Paulo, 2000. 276 f. Tese (Doutorado em Educação) – USP.

_____. **A Física no ensino técnico industrial federal: um retrato em formato A4.** São Paulo, 1995. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Física e Faculdade de Educação – USP.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GORINI, Ana Paula Fontenelle. **A Indústria de móveis no Brasil: panorama do setor moveleiro no Brasil, com ênfase na competitividade externa a partir do desenvolvimento da cadeia industrial de produtos de madeira.** Curitiba: Alternativa Editorial, 2000. Coleção Leitura Moveleira, Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário – Abimóvel.

GROHMANN, Márcia Zampiere. **Redução do desperdício na construção civil: levantamento das medidas utilizadas pelas empresas de Santa Maria.** Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep1998_art302.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2014.

HARVEY, David. O Problema da Globalização. In: **Revista Novos Rumos**, Marília, SP, a.13, n. 27, 1998. p. 8-16. Disponível em: <<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/1954/1607>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

HEIDEGGER, Martin. **Conferências e escritos filosóficos.** São Paulo: Nova Cultural, 1999 (Coleção Os Pensadores).

IANNI, Octavio. **Imperialismo e Cultura.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

JINKINGS, Isabella; AMORIM, Elaine Regina Aguiar. Produção e desregulação na indústria têxtil e de confecção. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

JORGE, Tiago Antônio da Silva. **Políticas públicas de qualificação profissional no Brasil: uma análise a partir do PLANFOR e do PNQ.** Belo Horizonte, 2009. 117 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação – UFMG.

KELLER, R. Ranna. **A Qualificação de quem nos veste: um estudo sobre a contribuição de indústrias e escolas para a formação profissional do setor da confecção do vestuário no Paraná.** Curitiba, 2005. 147 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Tecnologia – CEFET-PR.

_____; GARCIA, N. M. Dias. A “Terceirização” da produção na indústria curitibana do vestuário: alívio e desespero. **Pegada online**, Pres. Prudente, SP, v. 16 (2015). Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3527>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

KON, Anita. **A estruturação ocupacional brasileira**: uma abordagem regional. Brasília, DF: SESI, 1995.

KUENZER, Acácia Zeneida. O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 21, n. 70, abr. 2000, p. 15-39.

_____. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 27, n. 96, out. 2006, p.877-910.

LARA, Ricardo; CANOAS, José Walter. Trabalho, envelhecimento e desemprego. In: SANT'ANA, Raquel Santos (org.) et al. **O Avesso do trabalho II**: trabalho, precarização e saúde do trabalhador. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LAROUSSE Cultural. São Paulo: Nova Cultural, 1998. v. 6.

LESSA, Simone Eliza do Carmo. A formação via PNQ e inserção produtiva dos CRAS: a reposição empobrecida e emergencial da qualificação de trabalhadores. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 106, p. 284-313, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n106/n106a06.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2015.

LIMA, Ângela Maria de Souza. Gênero, trabalho faccionado e trabalho a domicílio: as faces da subcontratação na confecção de roupas de Cianorte – PR. **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, ISSN 2177-8248. Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.AngelaLimapdf.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

LIMA FILHO, Domingos Leite. A universidade tecnológica e sua relação com o ensino médio e a educação superior: discutindo a identidade e o futuro dos Cefets. In: LIMA FILHO, D. L.; TAVARES, A. G. (Org.) **Universidade Tecnológica**: Concepções, limites e possibilidades. Curitiba: SINDOCEFET – PR, 2006.

MACHADO, Lucília R. de Souza. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez, 1989.

MANACORDA, Mario A. **História da Educação**: da Antiguidade aos nossos dias. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MANFREDINI, Luiz Alberto Amaral. **Empreendedores do Paraná**. Curitiba: FIEP/SENAI-DR/SESI-DR, 2011. 154p. – Empreendedores do Paraná, v.4.

MARTINS, Carlos Eduardo; VALÊNCIA, Adrián Sotelo. **Teoria da dependência, neoliberalismo e desenvolvimento**: reflexões para os 30 anos da teoria. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v7_martins_sotelo.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2014.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 30. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. v. 1. Livro Primeiro: O processo de produção do capital.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 2. Livro Primeiro: O processo de produção do capital.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre a educação e o ensino**. Campinas, SP: Navegando, 2011.

MÉSZÁROS, István. O Desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. **A Crise estrutural do capital**. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. **A Educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008 - (Mundo do Trabalho).

_____. **O Poder da Ideologia**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

MICHAELIS. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; FERRETTI, Celso João (Coords.) **Diagnóstico da formação profissional, ramo metalúrgico**. São Paulo: Artchip, 1999.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; LOPES NETO, Sebastião Educação, formação profissional e certificação de conhecimentos: considerações sobre uma política pública de certificação profissional. In: **Educação e Sociedade**, Dez 2005, vol.26, no.93, p.1435-1469.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

NAVARRO, Vera Lucia; PRAZERES, Taísa Junqueira. Reestruturação produtiva, precarização e saúde do trabalhador na indústria de calçados de Franca (SP). In: SANT'ANA, Raquel Santos (org.) et al. **O Averso do trabalho II**: trabalho, precarização e saúde do trabalhador. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica da razão dualista**: o ornitorrinco. 1. ed., 4 reimpr. São Paulo: Boitempo, 2013.

OHNO, Taiichi. **O Sistema Toyota de Produção**: além da produção em larga escala. São Paulo: Bookman, 1997

PACHECO, Eliezer (org.). **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio**: proposta de diretrizes curriculares nacionais. São Paulo: Moderna, 2012. Disponível em: <<http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?>>

fileId=8A8A8A8337ECDC2B0137ED025BFE393C>. Acesso em: 04 mar. 2014.

PEIXOTO, Patricia Ebani. **Do PLANFOR ao PNQ: uma análise comparativa sobre os planos de qualificação no Brasil**. Vitória, 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Política Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas – UFES.

POCHMANN, Márcio. Desempregos no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**, São Paulo: Brasiliense, 2012.

PRESAS, Guadalupe Fernandez; PRESAS, Joaquin Fernandez (org.). **Memórias & histórias da indústria gráfica do Paraná**. Curitiba: SIGEP; ABIGRAF-PR, 2007.

QUELUZ, Gilson Leandro. **Concepções de ensino técnico na República Velha: 1909-1930**. Curitiba: CEFET-PR, 2000.

RAMOS, Marise Nogueira. Reforma da educação profissional: contradições na disputa por hegemonia no regime de acumulação flexível. In: **Trabalho, Educação e Saúde**, nov. 2007, v. 5, nº. 3, versão on-line. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462007000300013&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 18 abr. 2014.

_____. A educação profissional pela Pedagogia das Competências: para além da superfície dos documentos oficiais. In: **Educação e Sociedade**, set. 2002, v. 23, nº. 80, p.401-422.

_____. Qualificação, competências e certificação: visão educacional. In: **Formação**, mai. 2001, v. 2. - Humanizar cuidados de saúde: uma questão de competência. Disponível em:

<<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/profae/Revista2002.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT). Subsecretaria de Desenvolvimento Tecnológico. **PROEP RIO: Programa de Expansão da Educação Profissional**. 1997. Disponível em: <<https://memoria.rnp.br/ti-rj/material/Pedicto.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2014.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: A organização escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

RUMMERT, Sonia Maria. Projeto escola de fábrica – atendendo a “pobres e desvalidos da sorte” do século XXI. In: **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, nº 02, p. 303-322, jul./dez. 2005. Disponível em:

<<http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

SANTI, Maria Angélica. **Mobiliário no Brasil: origens da produção e da industrialização**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **História da Alimentação no Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995;

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso J.; ZIBAS, Dagmar M. L.; MADEIRA, Felícia; FRANCO, Maria Laura P. B. (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 151-166.

SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). **Navegando pela história da educação brasileira: 20 anos de Histedbr**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SEBRAE. **Boletim Estatístico de Micro e Pequenas Empresas**. Brasília, DF: Observatório Sebrae, 2005.

_____. **A Evolução das microempresas e empresas de pequeno porte de 2009 a 2012 Brasil**. Brasília, DF: 2014. Série Estudos e Pesquisas.

_____. **Ideias de negócio: como montar uma gráfica**. Série Empreendedorismo, Brasília. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/momento/quero-abrir-um-negocio/que-negocio-abrir/ideias-1/ideias-de-negocios/ideias-de-negocio/visualizar-ideias/documento/6C30F916B8212AC7832579D600506D40/campo/impNeg>>. Acesso em: 31 jul. 2014.

SENAI. DN. **Histórias e percursos**; o Departamento Nacional do SENAI (1942-2002). Brasília, 2002.

SESI-SP - Diretoria de Assistência Médica e Odontológica – DAM. Gerência de Segurança e Saúde no Trabalho – GSST. **Manual de segurança e saúde no trabalho. / Gerência de Segurança e Saúde no Trabalho**. São Paulo: SESI, 2006. 240 p. Coleção Manuais: Indústria Gráfica.

SESI-SP - Diretoria de Assistência Médica e Odontológica – DAM. Gerência de Segurança e Saúde no Trabalho – GSST. **Manual de segurança e saúde no trabalho. / Gerência de Segurança e Saúde no Trabalho**. São Paulo: SESI, 2005. 188 p. Coleção Manuais: Indústria da Panificação.

SESI-SP - Diretoria de Assistência Médica e Odontológica – DAM. Gerência de Segurança e Saúde no Trabalho – GSST. **Manual de segurança e saúde no trabalho. / Gerência de Segurança e Saúde no Trabalho**. São Paulo: SESI, 2004. 392 p. Coleção Manuais: Indústria Moveleira.

SESI-SP - Diretoria de Assistência Médica e Odontológica – DAM. Gerência de Segurança e Saúde no Trabalho – GSST. **Manual de segurança e saúde no trabalho. / Gerência de Segurança e Saúde no Trabalho**. São Paulo: SESI, 2003. 244 p. Coleção Manuais: Indústria do Vestuário.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social: resistência e emancipação?** Franca, 2010. 210 f. Tese de Livre-Docência, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP.

SILVA, Edna L; MENEZES, Estera M. **Metodologia da Pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis, SC: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Sandra Regina Paz; BEZERRA, Ciro. Política contemporânea de formação e qualificação profissional no Brasil e seus impactos no processo de formação dos sujeitos pedagógicos. In: VI Seminário da Redestrado – Regulação Educacional e Trabalho Docente, 11., 2006, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos**. Rio de Janeiro: UERJ, 2006. Disponível em: <www.fae.ufmg.br/estrado/cd.../politica_contemporanea_form_prof.doc>. Acesso em: 15 abr. 2015.

SMITH, Adam. **A Riqueza das nações**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012, v.1.

SOARES, Tufi Machado; FERRÃO, Maria Eugénia; MARQUES Cláudio de Albuquerque. Análise da evasão no ProJovem Urbano: uma abordagem através do Modelo de Regressão Logística Multinível. In: **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 841-860, out./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n73/07.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

TACHIZAWA, Takeshy; FERREIRA, Victor Cláudio Paradela; FORTUNA, Antônio Alfredo Mello. **Gestão com Pessoas: uma abordagem aplicada às estratégias de negócios**. São Paulo: FGV, 2001.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios da Administração Científica**. São Paulo: Atlas, 1990.

TEXTÍLIA. **História da indústria têxtil no Brasil**. Disponível em: <<http://www.textilia.net>>. Acesso em: 08 jul. 2004.

TREVIZAN, Antônio Theolindo. **SENAI Paraná 50 anos**. Curitiba: Champagnat, 1995.

TUMOLO, Paulo Sergio. Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 77, p.71-99, dez 2001.

VAN ERVEN, Domingos. **Caetano José Munhoz: um representante da elite paranaense do século XIX**, 2012. Disponível em: <http://caetanojosemunhoz.blogspot.com.br/2012/08/caetanojose-munhoz-da-elite-paranaense_16.html>. Acesso em: 10 jun. 2015.

VARGAS, Milton (Org.). **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: Edunesp/CEETEPS, 1994a.

_____. **Para uma filosofia da tecnologia**. São Paulo: Alfa Omega, 1994b.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O Conceito de tecnologia**. Volume I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. UNB: Brasília, DF, 1994. v. 1.

_____. **Economia e sociedade**. UNB: Brasília, DF, 1999. v. 2.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. **História do Paraná**. 10. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

WEINSTEIN, Barbara. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil 1920-1964**. São Paulo: Cortez, 2000.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXOS

ANEXO 1

**Cursos de qualificação profissional ofertados pelo SENAI em Curitiba e sua
Região Metropolitana 2010**

Cursos de qualificação profissional ofertados pelo Senai em Curitiba e sua Região Metropolitana 2010

- Ajustador mecânico – CIC e São José dos Pinhais – com 160 horas/aula;
- Eletricista de instalações industriais – CIC – com 160 horas/aula;
- Eletricista instalador predial de baixa tensão – CIC e Araucária – com 180 h./aula;
- Fundamentos de Processos de Soldagem Eletrodo Revestido e Oxiacetilênico – CIC – c/ 160 h./aula;
- Instalador de acessórios automotivos – Boqueirão – 60 horas/aula;
- Marceneiro – São José dos Pinhais – 300 horas/aula;
- Mecânico montador industrial – Araucária – 160 horas/aula;
- Operador de centro de usinagem com comando numérico – CIC – 160 h./aula;
- Operador de processos de produção – CIC, Araucária e S. J. dos Pinhais – 160 h./aula;
- Soldador – CIC, Boqueirão, Araucária e S. J. dos Pinhais – 160 horas/aula;
- Torneiro mecânico – CIC, Araucária e S. J. dos Pinhais – 160 horas/aula;
- Fresador mecânico – CIC – 160 horas/aula;
- Aplicador de revestimentos cerâmicos – CIETEP – 32 horas/aula;
- Atualização para Mestre de Obras – CIETEP – 315 horas/aula;
- Caldeiro montador – Araucária – 200 horas/aula;
- CISCO CCNA EXPLORATION 4.0 – CIETEP – 288 horas/aula;
- CISCO CCNA SECURITY – CIETEP – 80 horas/aula;
- CISCO CCNP ROUTE – CIETEP – 80 horas/aula;
- CISCO CCNP SWITCH – CIETEP – 80 horas/aula;
- CISCO CCNP TSHOOT – CIETEP – 80 horas/aula;
- Confeiteiro – CIC – 160 horas/aula;
- Eletricista de automóveis – Boqueirão – 180 horas/aula;
- Formação de Auditores Internos para Sistemas da Qualidade – CIETEP – 28 h./aula;
- Fundamentos de Processos de Soldagem MIG/MAG e TIG – CIC – 40 horas/aula;
- Funilaria de Automóveis com ênfase em microrrestauração – Boqueirão – 72 h./aula;
- Funileiro de Automóveis – Boqueirão – 180 horas/aula;
- Gerência de Projetos com o PMBOK – CIETEP – 40 horas/aula;
- Impressão Off-Set – CIC – 160 horas/aula;
- Injeção Eletrônica de Motocicletas – Boqueirão – 60 horas/aula;
- Instalação de Sistema Construtivo a Seco – CIETEP – 40 horas/aula;
- Instalador Hidráulico II Amanco – CIETEP – 160 horas/aula;
- Leitura e Interpretação de Projetos da Construção Civil – CIETEP – 40 horas/aula;
- Linux básico – CIETEP – 40 horas/aula;
- Mecânico de Manutenção de Automóveis – Boqueirão – 252 horas/aula;
- Mecânico de Manutenção de Motocicletas – Boqueirão – 160 horas/aula;
- Montadores de Motores a Diesel – Boqueirão – 160 horas/aula;
- Operador de Elevador de Obras – CIETEP – 16 horas/aula;
- Operador de Empilhadeira – CIETEP – 20 horas/aula;
- Operador de Torno com Comando Numérico – CIC – 160 horas/aula;
- Padeiro – CIC – 160 horas/aula;
- Pintor de automóveis – Boqueirão – 160 horas/aula;
- Preparatório para certificação CobiT – CIETEP – 20 horas/aula;
- Preparatório para certificação ISFS/ISO 27002 – CIETEP – 40 horas/aula;
- Reparador de Sistemas de Injeção Eletrônica – Boqueirão – 90 horas/aula;
- Segurança na Operação de Caldeiras – CIETEP – 40 horas/aula;
- Serralheiro de Alumínio – CIETEP – 160 horas/aula;
- Soldagem de Tubos e Conexões de Polietileno – CIETEP – 40 horas/aula;
- Técnicas de Repintura, Restauração, Polimento e Espelhamento Automotivo – Boqueirão – 50 h/aula;

Fonte: Senai-PR, disponível em <www.pr.senai.br> acessado em 07/07/2010.

ANEXO 2

Evolução dos Estabelecimentos do Setor Industrial em Curitiba - 1996 a 2005

Tabela: Evolução dos Estabelecimentos do Setor Industrial em Curitiba - 1996 a 2005

Descrição da Atividade	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Variação (%) 1996/2005
Extração de carvão mineral	1	1	1	0	1	1	0	2	4	3	200
Extração de petróleo e serviços relacionados	0	0	1	1	4	7	3	2	5	8	-
Extração de minerais metálicos	16	14	13	17	17	18	12	11	12	16	0,00
Extração de minerais não-metálicos	56	54	53	54	55	59	63	60	53	53	-5,36
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	691	763	799	875	822	806	790	851	867	872	26,19
Fabricação de produtos do fumo	7	7	5	7	3	2	3	4	2	9	28,57
Fabricação de produtos têxteis	230	235	221	210	203	207	229	240	224	219	-4,78
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	733	783	785	765	776	814	867	879	918	992	35,33
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	134	168	166	164	158	176	180	188	184	202	50,75
Fabricação de produtos de madeira	340	342	325	326	358	356	327	326	344	358	5,29
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	95	89	90	107	98	117	121	129	140	145	52,63
Edição, impressão e reprodução de gravações	711	749	782	860	914	940	965	1.009	1.077	1.208	69,90
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	1	1	1	0	0	0	0	2	1	2	100,00
Fabricação de produtos químicos	297	285	257	247	252	260	269	284	271	275	-7,41
Fabricação de artigos de borracha e plástico	242	233	234	247	248	244	269	269	294	297	22,73
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	311	321	326	334	342	321	317	316	313	301	-3,22
Meturgia básica	168	167	170	168	156	159	140	126	132	137	-18,45
Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	636	634	646	662	699	725	754	808	854	882	38,68
Fabricação de máquinas e equipamentos	213	236	254	267	308	324	374	371	401	413	93,90
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	27	40	45	35	43	38	49	47	41	47	74,07
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	148	135	129	133	132	138	143	152	158	151	2,03
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	87	89	93	105	103	109	100	98	90	89	2,30
Fabricação de equipamentos de instrumentação para usos médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos	79	82	79	78	66	75	102	115	108	137	73,42
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	177	154	157	149	149	136	138	128	124	133	-24,86
Fabricação de outros equipamentos de transporte	40	33	23	18	18	22	23	24	29	30	-25,00
Fabricação de móveis e indústrias diversas	651	670	640	659	669	685	683	718	730	744	14,29
Reciclagem	26	29	14	13	19	23	29	31	41	63	142,31
Eletricidade, gás e água quente	15	16	16	20	24	34	34	36	41	43	186,67
Captação, tratamento e distribuição de água	3	4	8	5	8	10	7	7	6	5	66,67
Construção	3.775	3.959	4.044	4.325	4.499	4.638	4.481	4.343	4.179	4.101	8,64
Total	9.910	10.293	10.377	10.851	11.144	11.444	11.472	11.576	11.643	11.935	20,43
Total de Curitiba	91.235	84.970	83.049	89.267	95.296	101.939	104.496	110.238	116.283	119.924	31,45

Fonte: MTE / DES / CGET / RAIS - 1996 a 2005

Elaboração: Agência Curitiba / Informações Socioeconômicas

Nota: Não contempla Construção Civil - CNAE 1.1

Disponível em: <http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/multimedia/PDF/00000361.pdf> acessado em 02 de dez de 2013.

ANEXO 3

Estabelecimentos do setor industrial em Curitiba – 2010

Quadro: Estabelecimentos do Setor Industrial em Curitiba – 2010

Descrição da Atividade (Divisão CNAE2.0)	Absoluto	(%)
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1.115	0,81
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1.093	0,79
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	906	0,66
Impressão e reprodução de gravações	869	0,63
Fabricação de produtos alimentícios	745	0,54
Fabricação de móveis	457	0,33
Fabricação de produtos diversos	373	0,27
Fabricação de máquinas e equipamentos	360	0,26
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	328	0,24
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	294	0,21
Fabricação de produtos de madeira	274	0,20
Fabricação de produtos químicos	209	0,15
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	201	0,15
Fabricação de produtos têxteis	196	0,14
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	168	0,12
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	151	0,11
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	142	0,10
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	141	0,10
Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais	138	0,10
Eletricidade, gás e outras utilidades	110	0,08
Metalurgia	86	0,06
Extração de minerais não-metálicos	52	0,04
Esgoto e atividades relacionadas	51	0,04
Fabricação de bebidas	27	0,02
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	26	0,02
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	24	0,02
Atividades de apoio à extração de minerais	10	0,01
Extração de minerais metálicos	10	0,01
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	6	0,00
Fabricação de produtos do fumo	6	0,00
Extração de petróleo e gás natural	4	0,00
Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos	3	0,00
Captação, tratamento e distribuição de água	2	0,00
Extração de carvão mineral	2	0,00
Total	8.579	6,21
Total de Curitiba	138.094	100,00

Fonte: MTE / DES / CGET / RAIS - 2010

Elaboração: Agência Curitiba / Informações Socioeconômicas

Nota: Não contempla Construção Civil

ANEXO 4

Participação dos principais gêneros industriais no valor adicionado da indústria de transformação do Paraná: 1985-1998

Tabela: Participação dos Principais Gêneros Industriais no Valor Adicionado da Indústria de Transformação do Paraná: 1985-1998

Gêneros	1985	1995	1998
Minerais não metálicos	5,02	5,31	5,52
Metalúrgica	2,21	2,66	3,35
Mecânica	5,41	6,86	6,09
Mat. Elétrico e Comunicação	4,41	8,66	5,65
Material Transporte	4,04	8,76	9,49
Madeira	7,21	5,78	5,33
Mobiliário	1,93	2,76	2,83
Papel Papelão	6,11	8,56	6,18
Borracha	0,25	0,21	0,15
Couro, Peles,...	0,61	0,76	0,49
Química	25,07	19,49	25,08
Farmacêutico e Veterinário	0,07	0,29	0,51
Perfumaria, Sabões ...	0,12	0,79	0,64
Produtos Mat. Plásticas	1,68	2,67	3,1
Têxtil	3,81	1,99	1,14
Vestuário, Calçados,...	0,69	1,68	1,74
Produtos Alimentares	26,26	15,13	13,3
Bebidas	1,91	4,14	3,74
Fumo	2,71	2,19	2,73
Editorial e Gráfica	0,46	1,3	1,62
Total	100	100	100

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda, SEFA, vários anos.

ANEXO 5a

QUESTIONÁRIO VOLTADO AOS PROPRIETÁRIOS DAS INDÚSTRIAS

2. DADOS DO RESPONDENTE:

- 2.1 Nome:
- 2.2 Idade:
- 2.3 Tempo na empresa:
- 2.4 Tempo como diretor:
- 2.5 Escolaridade e curso/s realizado/s:

3. SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA EMPRESA:

- 3.1 Descreva sua trajetória profissional até a abertura da empresa (fale um pouco sobre a sua vida profissional antes da empresa):
- 3.2 Como surgiu a empresa? (Faça um breve histórico relevando o que motivou o fundador – ou você mesmo – a iniciar o negócio)
- 3.3 Desde a sua fundação, quando a empresa atravessou seu melhor momento econômico? Lembra o porquê? E o pior, quando foi? Por quê?
- 3.4 Como você avalia o mercado nesses últimos anos? (Mais para recessivo / Normal / Mais para comprador)
- 3.5 Frente a esse mercado, como avalia o crescimento da sua empresa?
- 3.6 Na trajetória da empresa, quais os fatores internos, ou as ferramentas, que mais a ajudaram crescer?
- 3.7 O que faltou internamente para a empresa crescer ainda mais, ou ainda, o que considera ter dificultado o seu processo de crescimento?
- 3.8 Que oportunidades enxerga no mercado atual e futuro? O que mais necessita para enfrentar, ou tirar proveito deste futuro?

4. PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO, AVALIAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL:

- 4.1 A empresa tem facilidade ou dificuldade para contratar novos profissionais qualificados para a produção? (Caso haja dificuldade/facilidade: em sua percepção, quais são as prováveis causas?)
- 4.2 Quais os critérios básicos para a contratação de um profissional operacional? Como e por quais necessidades a empresa desenvolveu estes critérios? (os critérios tendem a ser flexíveis; por quê?)
- 4.3 Onde busca e quais os meios que a empresa utiliza para contratar novos profissionais?
- 4.4 Quais qualidades são valorizadas para que o trabalhador tenha ascensão interna? Quem os avalia? Em média, são promovidos em quanto tempo?
- 4.5 De um modo geral qual a característica dos trabalhadores fabris?
- 4.6 O que relata sobre os aspectos positivos da qualidade dos trabalhadores da empresa, e quais seriam os negativos.
- 4.7 Existem diferenças entre profissionais egressos de cursos de qualificação e os práticos? São muitas e se destacam?
- 4.8 Com relação às tecnologias o que relata sobre os trabalhadores:
 - Conhecimento e domínio da maquinaria (novas e antigas), suas manutenções básicas, zelo e conservação...

- Conhecimento dos materiais e suas características para conservação, armazenamento, manuseio e utilização dos mesmos.
 - Conhecimento, domínio e organização dos processos produtivos.
- 4.9 Qual a formação escolar e também profissional, além dos critérios, para um profissional ocupar cargos de liderança como contra-mestres, supervisores, encarregados ou chefes?
- 4.10 Como identificam a necessidade de aperfeiçoamento profissional? Como tratam os funcionários que necessitam disso e como ocorrem esses aperfeiçoamentos? Existem responsáveis por esse trabalho? (tutores internos)
- 4.11 A empresa incentiva o aprimoramento profissional; como isso é feito? Quais são os incentivos? Isso funciona a contento?
- 4.12 Fale um pouco sobre o *turn-over* da empresa:
- Alto: (Nesse caso, como fazem para manter o conhecimento (técnico e tácito) do pessoal operacional para manter a empresa competitiva).
 - Baixo: (Nesse caso, como fazem para ampliar, ou renovar o conhecimento (técnico e tácito) do pessoal operacional).
- Justifique: (fale mais sobre essa realidade e como você a analisa seus porquês)
- 4.13 Como você tem percebido os novos profissionais disponíveis no mercado. Fale sobre eles e suas formações. O que você tem notado?
- 4.14 Sobre “produtividade”, duas questões:
- O que você entende por produtividade?
 - Relacione essa produtividade com esses trabalhadores em questão.

5. RELACIONAMENTO COM AS ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES:

- 5.1 Os profissionais egressos da(s) escola(s) profissionalizante(s) na sua região são suficientes para atender a demanda de ofertas da sua e das demais empresas?
- 5.2 Como você tem percebido a qualidade da educação profissional transmitida nas escolas profissionalizantes? O que espera por parte dessas escolas?
- 5.3 Como sua empresa se relaciona com escola(s) de formação profissional? (Sua indústria coopera, ou já cooperou, com alguma escola? Como foi?)
- 5.4 Já recebeu visitas dos representantes dessas escolas? Quando e quantas vezes? Quais assuntos normalmente são/foram tratados?
- 5.5 Como acontece o relacionamento das escolas com a sua e com as outras empresas (é via sindicato, vis entidades)? Como você analisa essa relação?
- 5.6 Sua empresa solicita, ou já solicitou, profissionais oriundos das escolas? Como isso ocorre? Caso negativo, por que não solicita? Contrata-os?
- 5.7 Como é o perfil dos profissionais egressos dessas escolas que você contratou? (qualidades, conhecimento, relacionamento com colegas, habilidades técnicas etc.)
- 5.8 Como você analisa a atual situação da educação profissional para a qualificação básica? (política nacional, local, investimentos etc.)
- 5.9 Em sua “visão” como seria a escola ideal, ou seja, como seriam suas instalações, currículo, professores, etc.? E sobre o perfil do profissional egresso, o que ele deveria saber e como deveria ser a relação dessa escola com as empresas?

ANEXO 5b

QUESTIONÁRIO VOLTADO AOS PROFISSIONAIS EGRESSOS DE ESCOLAS

**Contribuições do governo, escolas profissionais, e pequenas indústrias curitibanas
para a formação profissional inicial dos trabalhadores**

1. DADOS PESSOAIS BÁSICOS DO RESPONDENTE: Data: __ / __ / __ Horário: __ : __

- 1.1 Nome:
- 1.2 Idade: Sexo:
- 1.3 Cidade onde reside:
- 1.4 Casado/União estável:
- 1.5 Possui filhos Quantos: Idades:
- 1.6 Escolaridade:
- 1.7 Local onde estudou: Ano da conclusão:
- 1.5 Possui curso(s) profissionalizante(s), qual(is)?
- 1.6 Onde fez esse curso: Ano da conclusão:
- 1.7 Profissão/profissões que possui:
- 1.8 Seu tempo de experiência profissional:
- 1.9 Tempo nessa empresa:
- 1.10 Cargo que ocupa:
- 1.11 Tempo nesse cargo:
- 1.12 Outros cargos que já ocupou:
- 1.13 Faixa salarial:

2. SOBRE A PROFISSIONALIZAÇÃO

- 2.1 Descreva sua trajetória e qualificação profissional (Fale-me um pouco sobre a sua vida profissional).
- 2.2 Qual era a sua visão e expectativas sobre o mercado ()gráfico / ()moveleiro/ ()de alimentos / ()confeccionista, e por que optou por ele?
- 2.3 Você já trabalhou em outra área? Por que mudou?
- 2.4 Por que decidiu fazer o curso profissional nessa área? (Oportunidade, ajuda dessa ou de outra empresa, família...)
- 2.5 Qual sua opinião a respeito desse curso? (currículo – teoria/prática – professores – material didático – etc.)
- 2.6 O que considerou mais importante aprender?
- 2.7 Aprendeu algo a mais, além do universo industrial ()gráfico / ()moveleiro/ ()de alimentos / ()confeccionista? (disciplina complementar, ou transversal, de caráter social e/ou outras)?
- 2.8 Que lembranças você tem dos seus professores. Algum deles marcou sua vida profissional?
- 2.9 Em sua opinião, como montaria um curso em sua área? O que seria valorizado/priorizado/substituído? (Se o fizesse para seus filhos)
- 2.10 Como foi seu aprendizado prático na empresa? (curso ou treinamento interno – foi um autodidata).
- 2.11 Quais equipamentos/máquinas sabe operar? Você se considera polivalente?
- 2.12 E em outras empresas, já teve algum treinamento ou curso prático?

3. RELAÇÃO COM A EMPRESA ONDE TRABALHA

- 3.1 Descreva o seu dia-a-dia na empresa - “Fale-me um pouco sobre o seu dia-a-dia aqui nessa empresa, sua rotina”: (trabalhos que realiza – máquinas que opera – trabalhos extras)
- 3.2 Além da sua principal função, você desenvolve outras? Como as aprendeu?
- 3.3 Acredita que o seu potencial pessoal e profissional é bem aproveitado aqui? Fale sobre isso.
- 3.4 Tem algum plano, ideia ou expectativa referente a essa empresa onde trabalha?
- 3.5 Como você lida com problemas de quebra e manutenção dos equipamentos; sabe reconhecer um defeito; a necessidade de manutenção; sabe fazer manutenções básicas?
- 3.6 Onde e como aprendeu a realizar manutenções?
- 3.7 Conhece materiais (matéria-primas), suas características, qualidade, como são fabricadas, cuidados e como devem trabalhadas?
- 3.8 Conhece como funcionam todos os processos de produção, as sequências produtivas, os tempos médios de produção, pré-requisitos de cada processo, etc.?
- 3.9 Como é o ambiente da empresa?
 - Local, o espaço físico, onde trabalha: (iluminação – ventilação/temperatura – amplitude – limpeza)
 - Infraestrutura (equipamentos – maquinaria – condições de trabalho):
 - Relacionamento com seus colegas (a turma se dá bem)?
 - A empresa oferece benefícios? Quais? Você recebe alguns deles?
 - Você enxerga condições de crescimento profissional?

4. VIDA ECONÔMICA E SOCIAL

- 4.1 Possui outro emprego ou atividade extra para complementar sua renda? O que você faz lá?
- 4.2 Costuma fazer horas extras? A necessidade maior é de quem, sua ou da empresa? (Fale mais sobre isso)
- 4.3 Alguém mais na sua casa trabalha? O que essa pessoa faz?
- 4.4 Ao preço de mercado, como você está vendo sua remuneração?
- 4.5 O que costuma fazer para se divertir, qual são os seus lazeres?
- 4.6 Tem algum objetivo para curto prazo, como comprar algo, viajar, etc.?
- 4.7 Como é a sua relação com seu sindicato? (participa/participou de atividades – contribui mensalmente – recebe benefícios – cursos).

5. PERSPECTIVAS QUANTO AO PRÓPRIO FUTURO

- 5.1 Você está realizado com a sua profissão? Tem alguma decepção ou frustração com a profissão, com o mercado de trabalho, ou ambos?
- 5.2 Que projeto tem em mente para o seu futuro profissional?
- 5.3 Quer continuar estudando?
- 5.4 Tem intenções de mudar de setor algum dia? Para qual? Comente.
- 5.5 Você acredita no crescimento do setor ()gráfico / ()moveleiro / ()de alimentos / ()confeccionista de Curitiba?

ANEXO 5c

**QUESTIONÁRIO VOLTADO AOS PROFISSIONAIS NÃO EGRESSOS DE
ESCOLAS**

**Contribuições do governo, escolas profissionais, e pequenas indústrias curitibanas
para a formação profissional inicial dos trabalhadores**

1 DADOS PESSOAIS BÁSICOS DO RESPONDENTE: Data: __/__/__ Horário: __: __

- 1.1 Nome:
- 1.2 Idade: Sexo:
- 1.3 Casado/União estável:
- 1.4 Possui filhos Quantos: Idades:
- 1.5 Escolaridade:
- 1.6 Local onde estudou: Ano da conclusão:
- 1.7 Cidade onde reside:
- 1.8 Profissão/profissões:
- 1.9 Seu tempo de experiência:
- 1.10 Tempo na empresa:
- 1.11 Cargo que ocupa:
- 1.12 Tempo nesse cargo:
- 1.13 Outros cargos que já ocupou:
- 1.14 Faixa salarial:

2. SOBRE A SUA PROFISSIONALIZAÇÃO

- 2.1 Fale um pouco sobre vida profissional. Já havia trabalhado em indústria ()gráfica/ ()moveleira / ()de alimentos / ()da confecção?
- 2.2 Já trabalhou em indústria de outro ramo? Qual? Fazendo o quê?
- 2.3 Como foi seu aprendizado prático nessa empresa (teve algum curso ou treinamento com algum instrutor interno – foi um autodidata)? O que mais você aprendeu a fazer aqui?
- 2.4 O que considera importante/muito importante ter aprendido aqui? Por quê? Acredita que esse conhecimento possa lhe ser útil noutra empresa?
- 2.5 Você gostaria de ter feito um curso profissional nessa ou em outra área?
- 2.6 Por que, ou quais, razões não fez um curso profissional?
- 2.7 E em outras empresas, já teve algum treinamento ou curso prático?
- 2.8 Quais equipamentos/máquinas sabe operar? Você se considera polivalente?
- 2.9 Em sua vida profissional, o que mais lhe valeu a pena aprender? E onde?

3. RELAÇÃO COM A EMPRESA ONDE TRABALHA

- 3.1 Descreva o seu dia-a-dia na empresa - “Fale-me um pouco sobre o seu dia-a-dia aqui nessa empresa, sua rotina”: (trabalhos que realiza – máquinas que opera – trabalhos extras)
- 3.2 Além da sua principal função, você desenvolve outras? Como as aprendeu?
- 3.3 Acredita que o seu potencial pessoal e profissional é bem aproveitado aqui? Fale sobre isso.
- 3.4 Como você lida com problemas de quebra e manutenção dos equipamentos; sabe reconhecer um defeito; a necessidade de manutenção; sabe fazer manutenções básicas?
- 3.5 Onde e como aprendeu a realizar manutenções?
- 3.6 Conhece materiais (matéria-primas), suas características, qualidade, como são fabricadas, cuidados e como devem trabalhadas?

- 3.7 Conhece como funcionam todos os processos de produção, as sequências produtivas, os tempos médios de produção, pré-requisitos de cada processo, etc.?
- 3.8 Tem algum plano, ideia ou expectativa referente a essa empresa onde trabalha?
- 3.9 Como é o ambiente da empresa?
- Local, o espaço físico, onde trabalha: (iluminação – ventilação/temperatura – amplitude – limpeza)
 - Infraestrutura (equipamentos – maquinaria – condições de trabalho):
 - Relacionamento com seus colegas (a turma se dá bem)?
 - A empresa oferece benefícios? Quais? Você recebe alguns deles?
 - Você enxerga condições de crescimento profissional?

4. VIDA ECONÔMICA E SOCIAL

- 4.1 Possui outro emprego ou atividade extra para complementar sua renda? O que você faz lá?
- 4.2 Costuma fazer horas extras? A necessidade maior é de quem, sua ou da empresa? (Fale mais sobre isso)
- 4.3 Alguém mais na sua casa trabalha? O que essa pessoa faz?
- 4.4 Ao preço de mercado, como você está vendo sua remuneração?
- 4.5 O que costuma fazer para se divertir, qual são os seus lazeres?
- 4.6 Tem algum objetivo para curto prazo, como comprar algo, viajar, etc.?
- 4.7 Como é a sua relação com seu sindicato? (participa/participou de atividades – contribui mensalmente – recebe benefícios – cursos).

5. PERSPECTIVAS QUANTO AO PRÓPRIO FUTURO

- 5.1 Você está realizado com a sua profissão? Tem alguma decepção ou frustração com a profissão, com o mercado de trabalho, ou ambos?
- 5.2 Que projeto tem em mente para o seu futuro profissional?
- 5.3 Quer continuar estudando?
- 5.4 Tem intenções de mudar de setor algum dia? Para qual? Comente.
- 5.5 Você acredita no crescimento do setor ()gráfico / ()moveleiro / ()de alimentos / ()confeccionista de Curitiba?

ANEXO 6a

**CARTA DE SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA E DE
COMPROMISSO DE SIGILO**

**Contribuições do governo, escolas profissionais, e pequenas indústrias curitibanas
para a formação profissional inicial dos trabalhadores**

Pedido para autorização de realização das entrevistas e declaração de sigilo

Curitiba, ____ de _____ de 20__

Caro empresário _____

Venho por meio desta solicitar de V.Sa. sua autorização para poder desenvolver, junto à sua empresa, entrevistas de pesquisa que contribuirão na realização do meu projeto de tese de doutorado intitulado: **“Contribuições do governo, escolas profissionais, e pequenas indústrias curitibanas para a formação profissional inicial dos trabalhadores”**, que está sendo realizado junto ao Programa de Pós- Graduação em Tecnologia da UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná), sob a orientação da Prof. Dr. Nilson Marcos Dias Garcia.

Tal pesquisa visa caracterizar a situação do ensino profissional em níveis iniciais para as pequenas indústrias de Curitiba, levando em consideração os depoimentos e outras informações suas, e de outros diretores, assim como, as dos trabalhadores nos segmentos de alimentos, gráfico, moveleiro e da confecção do vestuário. Para tanto, além da sua entrevista, será necessário coletar as informações junto a três de seus funcionários.

Considerando a importância de sua contribuição, comprometo-me a resguardar o anonimato sobre sua empresa e sobre todos os dados, informações e opiniões aos quais tiver acesso, e que serão utilizados apenas no âmbito dessa investigação, não permitindo que sejam identificadas as pessoas que participarão da mesma.

Certo de poder contar com sua colaboração, coloco-me à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários para a execução das entrevistas, e solicito sua assinatura abaixo endossando esta permissão expedida em duas vias.

Atenciosamente,

Prof. Roberto Ranna Keller
Rua dos Funcionários, 144 apto 202, bloco 8
Bairro do Cabral – Curitiba – PR / 80.035-050
(41)9984-7834

Empresa:

Proprietário:

CPF:

Tel.:

Assinatura

ANEXO 6b

CARTA PEDIDO PARA ENTREVISTA E DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE SIGILO

**Contribuições do governo, escolas profissionais, e pequenas indústrias curitibanas
para a formação profissional inicial dos trabalhadores**

Pedido para realização de entrevista e declaração de compromisso com o sigilo

Curitiba, ___ de _____ de 20__

Caro colaborador _____

Venho por meio desta solicitar de V.Sa. contribuição em pesquisa acadêmica, que se efetivará após suas respostas a um questionário por entrevista gravada. A análise dessas respostas fará parte do meu projeto de tese de doutorado, intitulado: **“Contribuições do governo, escolas profissionais, e pequenas indústrias curitibanas para a formação profissional inicial dos trabalhadores”**, que está sendo realizado junto ao Programa de Pós- Graduação em Tecnologia da UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná), sob a orientação da Prof. Dr. Nilson Marcos Dias Garcia.

Tal pesquisa visa caracterizar a situação do ensino profissional em níveis iniciais para as pequenas indústrias de Curitiba, levando em consideração os depoimentos e outras informações de seus diretores e trabalhadores dos segmentos de alimentos, gráfico, moveleiro e da confecção do vestuário e a contribuição que essa modalidade de ensino para o desenvolvimento socioeconômico e o crescimento das próprias empresas.

Considerando a importância de sua contribuição, comprometo-me a resguardar o necessário anonimato sobre seus dados, informações e opiniões que vier a conceder, assim como a utilizá-los apenas no âmbito dessa pesquisa.

Certo de poder contar com sua colaboração, pela qual agradeço, coloco-me à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários, e solicito sua assinatura abaixo que endossa esta permissão, expedida em duas vias.

Atenciosamente,

Prof. Roberto Ranna Keller
Rua dos Funcionários, 144 apto 202, bloco 8
Bairro do Cabral – Curitiba – PR / 80.035-050
(41)9984-7834

Empresa:

Nome:

Cargo:

CPF:

Tel.:

Assinatura